



CONTRIBUTOS DO CONGRESSO INTERNACIONAL

REDES DE COOPERAÇÃO CULTURAL TRANSNACIONAIS: UM OLHAR SOBRE A REALIDADE LUSÓFONA

Manuel Gama & Helena Sousa (Eds.)

© CECS 2017 Todos os direitos reservados
A presente publicação encontra-se disponível gratuitamente em:
www.cecs.uminho.pt

Título	Contributos do Congresso Internacional “Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona”
Editores	Manuel Gama & Helena Sousa
ISBN	978-989-8600-68-4
Capa	Composição: Pedro Portela
Formato	eBook, 308 páginas
Data de publicação	2017, setembro
Editora	CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho Braga . Portugal
Diretor	Moisés de Lemos Martins
Vice-Diretor	Manuel Pinto
Formatação gráfica e edição digital	Ricardina Magalhães

Esta publicação é financiada no âmbito do Programa Estratégico do CECS (UID/CCI/00736/2013) pelo COMPETE: POCI-01-0145-FEDER-007560 e FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia.



SUMÁRIO

Nota introdutória	5
Manuel Gama & Helena Sousa	
A internacionalização das culturas no século XXI	9
Danilo Santos de Miranda	
I – COOPERAÇÃO E COMUNICAÇÃO	23
Pesquisa cooperativa e comparativa: o projeto “Média e corrupção (Portugal, Brasil e Moçambique)”	24
Isabel Ferin Cunha	
Nuevas estrategias de gestión y comunicación de revista culturales y científicas en México	47
Jorge David Cortés Moreno	
“Cenários Comunicacionais” – coletânea iberoamericana: um projeto de articulação e cooperação cultural	59
Cristian Yañez Aguilar; Elmano Ricarte & Lawrenberg Advíncula da Silva	
La eurorregión Galicia-Norte de Portugal como eslabón para la creación de redes culturales transnacionales	68
Xosé López, Manuel Gago & Carlos Toural	
II – TECENDO REDES	77
Bahia, Santiago e Lisboa: relatando um projeto telemático	78
Daniel Tércio & Maria João Alves	
Redes de equipamentos culturais: um cartão promotor de sinergias	92
Adalgisa Castro Maia Pontes	
Indústrias culturais e criativas em contexto rural: a rede cultural Sete Sóis Sete Luas em Alfândega da Fé	106
Raquel Pires; João A. Mota & Katja Tschimmel	

Centro de Pesquisa e Formação do Sesc: o papel das parcerias na composição dos saberes	131
Andréa de Araujo Nogueira	

III – LUSOFONIAS? **140**

Redes lusófonas de conhecimento: multiculturais, interculturais ou transculturais?	141
Pedro Andrade	

Língua portuguesa global: um estudo de caso luso-brasileiro	172
José Gabriel Andrade	

Associação Etnia e o Circuito Cultural Lusófono. Construindo uma lusofonia cultural em rede a partir do antigo centro	195
Bart Paul Vanspauwen	

IV – COOPERAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO **213**

A mobilidade de cientistas	214
Emília Araújo	

A dimensão cultural da política externa da União Europeia no período pós Maastricht	231
Jorge Silva	

La Euroregion Galicia Norte de Portugal en las universidades que la protagonizan. Problemas e inconvenientes para su visibilidad	251
Montserrat Vázquez Gestal & Ana Belén Fernández Souto	

V – COOPERAÇÃO CULTURAL NA PRÁTICA **268**

Cocriação e avaliação de impactos em organizações culturais	269
Paula Ochôa & Leonor Gaspar Pinto	

La organización hoy de los artistas visuales. El caso de la Red Internacional de Artistas Visuales en México	293
Carla Giovanna Herrera Rodríguez & Jorge David Cortés Moreno	

MANUEL GAMA & HELENA SOUSA

mea0911@gmail.com; helena@ics.uminho.pt

**CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE,
UNIVERSIDADE DO MINHO, PORTUGAL**

NOTA INTRODUTÓRIA

“Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Portugal europeu, lusófono e ibero-americano” é um projeto de investigação de pós-doutoramento, apoiado pela FCT com a referência SFRH/BPD/101985/2014, que está a ser desenvolvido em Portugal, Espanha e Brasil. O projeto visa, através do diagnóstico de fatores críticos de sucesso do processo de comunicação no seio de redes e entre redes, fomentar práticas qualificadas de trabalho em rede em profissionais e organizações do setor cultural português, apoiando a aquisição de aptidões, competências e conhecimentos que concorram para facilitar o acesso mais generalizado às oportunidades profissionais e para promover a cooperação cultural nacional e transnacional. No âmbito do projeto está prevista a organização de três congressos internacionais: o primeiro realizou-se em Portugal no ano de 2016, o segundo ocorrerá em Espanha no ano de 2018 e o terceiro no Brasil no ano de 2020. Os congressos visam promover a discussão crítica e construtiva sobre as redes de cooperação cultural transnacionais, respetivamente, no contexto lusófono, no contexto europeu e no contexto ibero-americano.

Foi neste âmbito que o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho acolheu, nos dias 15 e 16 de novembro de 2016, o congresso internacional “Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona”, cujos contributos se reúnem neste volume.

No artigo de abertura, Danilo Santos de Miranda convoca alguns dos projetos desenvolvidos no Brasil, mais concretamente no Serviço Social do Comércio do Estado de São Paulo que dirige há 32 anos, para sublinhar a importância d’ “A internacionalização das culturas no século XXI”.

Os contributos do primeiro painel de comunicações – “Cooperação e Comunicação” – chegam-nos de Portugal, México, Brasil, Chile e Espanha. Isabel Ferin Cunha, em “Pesquisa cooperativa e comparativa: o projeto

‘Média e corrupção (Portugal, Brasil e Moçambique)’”, apresenta-nos, a partir do projeto “Corrupção política nos média: uma perspetiva comparada Portugal, Brasil e Moçambique”, uma reflexão sobre os muitos desafios que se levantam à investigação cooperativa e comparada. As dificuldades económicas que, na contemporaneidade, um conjunto muito significativo de revistas impressas vive, foi o ponto de partida para Jorge Cortés Moreno, David Villanueva Lomelí e Miguel Pérez Maldonado apresentarem dois casos práticos de revistas culturais mexicanas onde foram utilizadas novas estratégias de gestão e de comunicação assentes, nomeadamente, na construção de redes transnacionais de cooperação. Lawrenberg Advíncula da Silva, Cristian Yañez Aguilar e Élmáno Ricarte Souza partilham uma iniciativa que consideram inédita e ousada de uma rede alternativa de cooperação cultural: o projeto “Cenários Comunicacionais”. A comunicação também é a protagonista do contributo de Xosé López, Manuel Gago e Carlos Toural, desta feita para debater a euro-região Galiza-Norte de Portugal e a criação de redes culturais transnacionais no campo da comunicação.

No segundo painel – “Tecendo redes” – são apresentados alguns nós de algumas redes de diversos contextos e domínios culturais. Daniel Tércio e Maria João Alves apresentam o relato de um projeto telemático que teve como ponto de partida a plataforma MAPA D2 fundada e desenvolvida por Ivani Santana e que tinham objetivo de conceber e realizar um espetáculo no campo da dança e da performance com mediação tecnológica que fosse promovido, simultaneamente, em Salvador da Bahia, Santiago do Chile e Lisboa. Adalgisa Pontes convoca os resultados do seu projeto de investigação de doutoramento sobre as vivências artísticas de alunos do ensino básico de escolas públicas de Vila do Conde para defender que deveria ser utilizado um cartão como potenciador de redes de equipamentos culturais em contexto municipal para colmatar as lacunas diagnosticadas. Uma tese de doutoramento, desta feita ainda em curso, também é o ponto de partida para um dos nós de uma rede transnacional que Raquel Pires, João A. Mota e Katja Tschimmel nos apresentam: o campo de estudo é a presença de Alfândega da Fé na Rede Cultural Sete Sóis Sete Luas e visa compreender melhor o processo das Indústrias Culturais e Criativas em ambientes rurais. Andréa Nogueira, o último contributo deste painel, convida-nos para uma viagem pelas atividades do Centro de Pesquisa e Formação do Serviço Social do Comércio do Estado de São Paulo (Brasil), criado no ano de 2012, com uma paragem especial no Workshop Espaços de Memória e Cultura, realizado em parceria com o Museu da Pessoa e com o Musée de La Civilisation, Québec, Canadá, nos anos de 2015 e 2016.

“Lusofonias?”: esta é questão que serve de mote aos três contributos do terceiro painel. Pedro Andrade responde à pergunta com outra pergunta – Redes lusófonas de conhecimento: multiculturais, interculturais ou transculturais? – e, desta forma, concorre para a desconstrução de dois conceitos que são centrais para o projeto de investigação – rede e comunicação entre culturas. O trabalho que se segue é da autoria de José Gabriel Andrade que nos propõe uma abordagem teórica sobre o espaço global que a língua portuguesa ocupa no contexto da sociedade da informação. A organização não-governamental Etnia – Cultura e Desenvolvimento é a protagonista do contributo de Bart Paul Vanspauwen, que a selecionou por considerar que o seu conhecimento pode permitir um melhor entendimento do potencial futuro e afetivo da chamada *lusofonia*.

É com “A mobilidade de cientistas” de Emília Araújo que se inicia o painel “Cooperação e Internacionalização”, no qual a autora apresenta alguns dos principais resultados de investigações realizadas sobre a mobilidade de cientistas, procurando identificar alguns dos mecanismos que sustentam a formação de redes. Segue-se “A dimensão cultural da política externa da União Europeia no período pós Maastricht” de Jorge Silva, no qual o autor reflete sobre a atenção que tem sido dada à matriz cultural da União Europeia e como a mesma se tem materializado na sua política externa. E o quarto painel termina com “La Eurorregion Galicia Norte de Portugal en las universidades que la protagonizan. Problemas e inconvenientes para su visibilidad” de Montserrat Vázquez Gestal e Ana Belén Fernández Souto, no qual as autoras destacam, por um lado, a importância e o potencial da cooperação transfronteiriça no seio das euro-regiões e, por outro lado, o desconhecimento que existe sobre os trabalhos e as iniciativas euro-regionais que se desenvolvem no contexto académico.

Do último painel do congresso, com o mote de “Cooperação Cultural na Prática”, convocam-se aqui dois contributos. No artigo de Paula Ochôa e Leonor Gaspar Pinto, debate-se a dinâmica da cocriação de valor e da aprendizagem colaborativa e discute-se a importância do desenvolvimento e transferibilidade de competências de avaliação de impactos como um dos fatores de sucesso da sustentabilidade das redes culturais. No artigo de Carla Giovanna Herrera Rodríguez e Jorge David Cortés Moreno, é-nos apresentado um caso prático de cooperação e trabalho em rede na América Latina: a Rede Internacional de Artistas Visuais do México.

Como se pode observar por esta brevíssima apresentação dos contributos do congresso “Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona”, os ângulos do olhar foram diversificados, na origem e nos domínios. Realça-se que esta foi uma opção consciente e

deliberada, uma vez que, por exemplo, no âmbito do projeto de investigação só em janeiro de 2017 é que o conceito de cultura foi fechado a partir do documento metodológico da Conta Satélite para a Cultura 2010-2012 (Instituto Nacional de Estatística, 2016) com a apresentação dos 10 domínios e seis funções da cultura que iriam ser objeto desta investigação. Até dezembro de 2016, no projeto de investigação, utilizava-se como referência, por um lado, a declaração do México sobre Políticas Culturais de 1982 na qual a cultura é vista, num sentido amplo, como o conjunto dos traços distintivos – espirituais, materiais, intelectuais e afetivos – que caracterizam uma sociedade ou grupo social e que engloba as artes, as letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (Unesco, 1982); e, por outro lado, o Regulamento do Programa Europa Criativa lançado pela União Europeia em dezembro de 2013, no qual os setores culturais e criativos são entendidos como todos os setores cujas atividades se baseiam em valores culturais e/ou artísticos ou noutras expressões criativas (União Europeia, 2013).

Com este enquadramento, espera-se que, numa abordagem multi, inter e transdisciplinar, os contributos que aqui se reúnem sejam substantivos para a reflexão no presente e a intervenção no futuro no domínio da gestão de redes culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Instituto Nacional de Estatística (2016). *Conta Satélite da Cultura – 2010-2012. notas metodológicas*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Retirado de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais2010&contexto=cs&selTab=tab3&perfil=220674570&INST=220617355
- Unesco (1982, 6 de agosto). Mexico City Declaration on Cultural Policies adopted by de World Conference on Cultural Policies. Mexico. Retirado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000546/054668mb.pdf>
- União Europeia (2013). Regulamento (UE) nº 1295/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro de 2013 que cria o Programa Europa Criativa (2014-2020) e que revoga as Decisões nº 1718/2006/CE, nº 1855/2006/CE e nº 1041/2009/CE. Retirado de <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013R1295&from=PT>

Citação:

Gama, M. & Sousa, H. (2017). Nota Introdutória. In M. Gama & H. Sousa (Eds.), *Contributos do Congresso Internacional “Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona”* (pp. 5-8). Braga: CECS.

DANILO SANTOS DE MIRANDA

danilo@sescsp.org.br

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, SÃO PAULO, BRASIL

A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS CULTURAS NO SÉCULO XXI

RESUMO

O reconhecimento da interdependência entre educação e cultura precisa de ser o signo manifesto do novo século, que se desenvolve sob a percepção de uma diversidade real.

Para tanto, ainda é preciso superar a divisão entre erudito e popular, tratados como se fossem antagônicos, e manter esforços para que as conquistas culturais globais se tornem permanentes, como insumos de cooperação entre as sociedades atuais, num entendimento plural, cuidando sempre das manifestações estéticas que são produzidas no presente, pois elas constituem a expressão do humano em toda a sua singularidade e complexidade.

A criação artística, penso, pode ser vista como um exercício permanente de busca da liberdade, que permite reinventar-se sempre enquanto criação, mas que não deve se desligar das lições e relações com o passado.

Para respaldar essas afirmações, a carta de intenções estabelecida para a criação do Serviço Social do Comércio (Sesc), na década de 1940, serve como exemplo quanto à preocupação em introduzir uma obra educativa ligada ao primado da cultura. E no sentido de lição e relação com o passado, a figura do escritor e poeta modernista Mário de Andrade é apresentada, na clivagem entre cultura erudita e popular e na formulação que o autor defendia de salvaguardar a integralidade humana e de contribuir para o enriquecimento da humanidade a partir do diálogo, da troca e do contato entre as diversas culturas e obras culturais, num contexto internacional, antecipando a ideia de uma rede cultural transnacional.

Dentro desse entendimento, apresento algumas ações do Sesc São Paulo, instituição que dirijo há 32 anos, transitando entre atividades relacionadas a manifestações culturais, entre as quais estão compreendidas: esporte e lazer, teatro, artes visuais, sustentabilidade, música, literatura, dança, segurança alimentar, publicações, entre outras, na perspectiva de sugerir certa imagem representativa de uma rede cultural transnacional, que, tanto na prática quanto simbolicamente, dada a constância habitual de colaborações internacionais, temos realizado e mantido, em alicerce à execução de nossa missão institucional.

PALAVRAS-CHAVE

Educação; cultura; diversidade; modernismo; cooperação intercultural; Brasil

A oportunidade de participar deste congresso internacional sobre “Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: um olhar sobre a realidade lusófona”, por meio do convite de nossos queridos anfitriões desta distinta Universidade do Minho, na bela cidade de Braga, me lança no desejo de refletir sobre alguns temas que compreendem uma realidade que, embora sendo do Brasil, possui uma perspectiva que transcende os nossos limites territoriais.

E falo ainda de uma instituição, o Serviço Social do Comércio – Sesc, do Estado de São Paulo, que dirijo há 32 anos, contados na longevidade de sua existência de 70 anos, cujo aniversário ocorreu em setembro de 2016.

Na extensão desse tempo, são incontáveis as experiências culturais que me fazem olhar para o mundo de modo entusiasmado. Acredito que qualquer ato criador de cultura introduz uma diferença substantiva na forma de compreender e encarar a vida e o próprio ser humano, decodificando sentimentos, sonhos e valores elementares, cuja simples percepção pelos sentidos – um toque, um som, uma imagem, um cheiro, um gosto – tem o dom de inaugurar sonhos e realidades muitas vezes absolutamente inesperados.

Imbuído desse sentimento, quero levar adiante a linha de raciocínio que defendi recentemente ao ser convidado a proferir uma das agradáveis “Library Talks” na Organização das Nações Unidas, em Genebra, sobre o papel da arte e da cultura no mundo contemporâneo.

Na ocasião afirmei a necessidade de superar a divisão entre erudito e popular, terrenos que muitas vezes são tratados como se fossem antagônicos, e evoquei o entendimento de que as conquistas culturais globais advindas das inúmeras pessoas que criam incessantemente cultura, precisam tornar-se permanentes, mantidas como insumos de cooperação das sociedades, num entendimento plural, cuidando sempre das manifestações estéticas que são produzidas no agora. Contudo, não se deve negligenciar a ideia de criação artística na forma de algo que está em permanente busca da liberdade, uma liberdade que se permite reinventar enquanto criação, mas que deve relacionar-se às lições do passado.

Vivemos e criamos cultura dentro de um ciclo denso da temporalidade, ligando passado e presente e construindo o futuro. Penso a cultura,

então, de maneira alargada e profunda, do antropológico ao estético, do material e imaterial ao simbólico. Aquilo que recebemos e aquilo que iremos legar. Certamente, as próximas gerações olharão para nós de modo crítico, como deve ser, e precisamos garantir que os erros, já cometidos pela humanidade, não voltem a nos assombrar. Ao contrário, que os acertos sejam nossos companheiros, pois, como bem disse o poeta francês Charles Baudelaire, “o passado, conservando o sabor do fantasma, recuperará a luz e o movimento da vida, e se tornará presente” (1996, p. 9).

O mundo que defrontamos está em constante mudança, dada pela aceleração temporal sob a hegemonia da “globalização”, regida pelos avanços e problemas no terreno da tecnologia e da comunicação. A globalização, no início dos anos 1990, ainda que tenha sido uma das responsáveis pelo grande altar erigido para o que se convencionou chamar de cultura de massa e para o consumismo descartável, também permitiu uma nova ênfase de abertura para o sincretismo, a transnacionalidade e a mobilidade.

E chegamos a este século XXI, em que essas fronteiras são cada vez mais líquidas, e conceitos como comunicação e verdade se confundem: cultura de massa torna-se amplo objeto de estudos acadêmicos; tecnologia e memória se tornam dependentes; fazendo com que desapareçam as bruscas definições entre fatos e ficções, arte e vida.

Nesse cenário, além de ocorrerem as relações e trocas entre os países e os blocos econômicos, também se constituem e se ampliam as redes transnacionais de conhecimento, ação e cooperação. Redes funcionais cuja importância no campo da cultura é fundamental para esta contemporaneidade multiforme, que se desenha sob a égide da instantaneidade visual e comunicacional.

As redes podem contrapor-se de modo ideal – e friso, ideal – a um tipo de estrutura de dominação hierarquizada, sintomática de um momento histórico de centralização do poder e disputa pela hegemonia (econômica, cultural e política, por exemplo). Vem à mente toda a derivação de influência e efeitos socioculturais do contexto das ditaduras e da Guerra Fria.

Embora esses fantasmas ainda rondem o mundo na disputa entre países e blocos na arena globalizada, nada se constrói de positivo atualmente à revelia de uma preocupação com o processo democrático. E as redes acenam para a descentralização do poder nas tomadas de decisão, em forma de uma diferenciação horizontal – e não mais vertical – relativa à divisão do trabalho intelectual, com riscos e ganhos compartilhados.

Em rede pode-se colher maior solidariedade orgânica entre seus pares e elementos constituintes, com reforço mútuo para enfrentar as

adversidades. Os compromissos estabelecidos, nesse sentido, respondem a uma preocupação funcional, de encaminhamento das ações com foco em objetivos traçados de modo dialógico. Assim os agentes se veem imbuídos de um sentido de responsabilidade partilhada, tanto na esfera técnica das ações quanto na defesa ética do processo de ação e de seus resultados.

Falamos agentes, mas o agitador, o artista, o intelectual ou o gestor que compõe as redes não são mais representantes do que se considerava como “alta cultura”, aqueles seres encastelados numa torre de marfim. Representam comunidades e grupos organizados da sociedade civil, ou são lideranças autocriadas pelo suor do cotidiano. Um novo tipo de *self made man* possível. São, enfim, cidadãos, pertencentes a estratos sociais distintos que falam sobre os seus e a sua realidade – e não de fora.

De um lado, os agentes contribuem com a busca da defesa ou conquista de seus direitos, de outro, trabalham para a transformação social.

Portanto, o que está em questão nas redes, pelo que entendo, é a diferenciação valorativa e real do tipo de ação que é construída conectiva e conjuntamente, em contraposição às mais diversas hegemonias portadoras de arcaísmos desumanizadores.

Esse cenário leva em conta a discussão sobre a diversidade real do nosso mundo, e inclui a defesa da relação indissociável entre educação e cultura, já que as vejo como instâncias primordiais de transformação social.

Para dizer de outro modo: nestes tempos de volatilização do presente em um rápido passado, torna-se cada vez mais necessário o investimento em educação e cultura, e torna-se também necessária a afirmação da diversidade, devido à ênfase atual nas questões políticas e econômicas que substituem a essencialidade das questões sociais e culturais.

A marca de nascença do Serviço Social do Comércio – Sesc – vem dessa essencialidade.

A referência para a ação do Sesc está presente na Carta da Paz Social, criada em janeiro de 1946. Esta carta é um documento-reflexão, que pactua compromissos entre empresários e empregados, e estabelece a missão das entidades das áreas de comércio, serviços e turismo voltadas para o bem-estar de seus respectivos trabalhadores.

Entre os 10 tópicos que compõem o teor da carta, estão presentes temas como a “ampliação da justiça social” e a “elevação do nível de vida da população” e a perspectiva de “uma sólida paz social, fundada na ordem econômica, que há de resultar em uma obra educativa, por meio da qual se consiga fraternizar os homens, fortalecendo neles os sentimentos de solidariedade e confiança”.

A passagem apresenta a implicação complexa de que o sentido da paz e da prosperidade depende de fatores sociais e subjetivos assentados num tipo de fraternidade que se estabelece melhor – ou somente – fora do sentimento de instabilidade socioeconômica.

Não se deve ver aqui um argumento economicista, como se o primado do material dominasse o que é da ordem do imaterial e do simbólico, algo de que se poderia desconfiar numa primeira leitura. Para além, o argumento diz respeito a uma visão de mundo mediada entre as pessoas, ou seja, de pessoas frente a pessoas, de pessoas dependentes de pessoas, que considera as relações humanas em todas as esferas da vida social. Leva em conta, fundamentalmente, a cooperação, a humildade, e até mesmo a esperança e a fé, ao invés de se reduzir a um apelo centrado na mera racionalidade, como se só ela respondesse pelas ações humanas.

Minha leitura sobre a criação do Sesc – e penso isso por causa de minha formação humanística – leva em conta a compreensão de que a necessidade educativa e cultural que responde pela humanização da vida, tanto do trabalhador, em específico, quanto da população como um todo, no século XX, só foi possível depois de um fundamental instrumento, que pôs luz à justiça social do trabalho: a encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, que, à época, encorajava a organização dos trabalhadores e o financiamento de medidas que favorecessem o acesso da educação à classe operária.

É nessa envergadura que a “obra educativa”, proposta na carta fundante do Sesc, pode ser entendida. E ela é essencialmente um ato cultural, posto que o sentido forte e solidário de “educar” (e penso no educar para o viver e para a liberdade, na linha do grande educador brasileiro Paulo Freire), depende essencialmente de ideais, valores, socialização, relações comunitárias e identitárias, e de vínculos – local, regional ou nacional, mas também internacional.

Um pouco mais à frente no texto da carta, por exemplo, afirma-se a “manutenção da democracia” e o “aperfeiçoamento de suas instituições”. O acento está no valor de buscar, sempre, um alto e crescente estado de dignidade humana, bem-estar social e elevação da qualidade de vida.

Com base nesses ideais, a missão do Sesc se requalifica temporalmente mantendo-se crítica e transformadora, e isso acontece justamente nos momentos em que as demandas sociais insurgem-se contra o que está estabelecido, o *status quo*, na forma de novas curvas de necessidades, desejos e valores para o alcance desses ideais.

Há hoje uma maior percepção de que o mundo é plural e, ao mesmo tempo comum, de que as soluções para inúmeros problemas que nos

atingem coletivamente não são únicas e exclusivas. Ainda mais, as inúmeras maneiras existentes de nos relacionarmos com o tempo e o espaço em específico refletem as inúmeras maneiras que temos de nos relacionar com a vida em geral, atribuindo sentido aos atos que realizamos.

Retornando ao tema da globalização, ela se tornou um conceito-chave de compreensão do mundo e um vocabulário comum, presente na linguagem cotidiana. Muitos aspectos da realidade agora se encontram adjetivados: fala-se em “sociedade global”, “economia global” e “cidades globais” – cuja força motriz está na economia capitalista e no avanço tecnológico. Mas não é tão comum referir-se a uma “cultura global” sem incorrer na ideia – problemática, diga-se de passagem – de homogeneização, quando, pelo contrário, a diversidade cultural é o elemento comum, planetariamente preponderante.

A globalização coloca a ideia de unicidade. Porém, é a existência vívida da diversidade que traz a garantia mínima de unidades sociais portadoras de alguma especificidade, a exemplo das identidades, da ideia de nação e de povo. Mas a diversidade é um conceito que entrou no valor “da moda”. Ela mantém em primeiro plano, no seu uso, a ideia fundamental da necessária valorização do diverso, da alteridade e da relação com o “outro”. É um valor, que, por si só, está presente de modo claro como discurso político e público.

Contudo, há um outro lado, que sai do discurso e vincula-se ao real, referente aos aspectos históricos e estruturais que fazem da diversidade, principalmente no caso brasileiro, ainda um acúmulo de desigualdades, que se expressam não só no âmbito social e econômico.

As desigualdades estão presentes também, de maneira profunda e sensível, no âmbito cultural e simbólico. O mundo ainda é pensado em divisões: norte e sul; ocidente e oriente; países avançados e países periféricos; culturas dominantes e culturas dominadas (ou subalternas); e dentro do campo da cultura, ainda permanece a divisão valorativa entre culturas eruditas e “populares”, alta cultura e cultura de massa, por exemplo.

Essa situação de desigualdade denuncia distinções e clivagens muitas vezes arbitrárias, que se inscrevem na sociedade, na fala e no relacionamento entre as pessoas indicando o modo de inserção social de povos, etnias, minorias e ideias na vida cidadina, na esfera do trabalho e na própria vida cultural.

No Brasil, entre o fim do século XIX e início do século XX, as iniciativas de construção de uma identidade brasileira intensificaram-se e ganharam

a arena pública pela junção entre o branco português, as centenas de etnias indígenas e o africano escravizado. Vários autores, de Von Martius a Gilberto Freyre, viram nessa junção um valor ideológico que configurava a civilização brasileira de maneira romantizada, dando origem ao conceito de “democracia cultural” derivado da miscigenação em nosso país, destituído das atrocidades, desigualdades e preconceitos existentes.

Na década de 1930 essa construção foi problematizada; autores como Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. introduziram elementos vinculados à objetividade do modo de colonização e exploração nacional e à subjetividade relacional, a exemplo da ideia de “cordialidade”, herança de certos traços ibéricos. Essa problematização atravessou o século XX e permanece até hoje, uma obsessão pela identidade e pela diversidade que nos conforma, na procura por condensar uma totalidade significativa em termos de nação e cultura brasileiras.

As culturas negra e indígena entram nessa envergadura da diversidade e são valorizadas enquanto tais, por suas características constitutivas de ordenação de modos de vida e concepções de mundo. Entretanto, basta um olhar mais atento para a realidade brasileira e se constata a permanência de preconceitos presentes de modo velado ou explícito, a indicar o “devido lugar” dessas culturas no espaço social e no imaginário cultural. Ainda precisamos de agir [muito] para alterar esse quadro.

Estamos na segunda década do século XXI e a televisão brasileira continua engatinhando na forma pela qual a população negra é representada em novelas e minisséries, por mais que haja um número crescente de negros ocupando posições de visibilidade social. Por sinal, a TV brasileira se constitui como um dos produtos culturais de exportação expressiva para inúmeros países latinos e de língua portuguesa.

O que quero destacar com essa argumentação é que a diversidade existente no Brasil, e no mundo, não se resume a uma característica empiricamente afirmável. Ou seja, não se trata de um mero atributo objetivo, só vinculado a um dado quantitativo ou extensivo – quantas culturas?, quantas etnias?, quantas identidades? –, mas, sim, se trata também de uma realidade subjetiva. A diversidade real se refere a um regime de multiplicidade, diz respeito a um sentido intensivo de entender a realidade na ideia de reconhecer o “outro” que habita em nós.

Para ficar no exemplo brasileiro, lembro o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, dizendo que, no Brasil, somos todos índios, exceto quem

não é; que no Brasil somos todos negros, exceto quem não é¹. Índio, ou negro, ou outro, como somos todos.

Não é um jogo de palavras, mas a necessidade de colocar o que é ser índio e negro de modo valorativo em jogo na constituição efetiva do ser brasileiro – isso sem falar dos espanhóis e italianos, que reconfiguraram a nossa população, embora sejam brancos europeus e não passem pela mesma discriminação que índios e negros. Esse princípio de um regime de multiplicidade pode ser extrapolado para muitos países, cuja diversidade étnica e cultural é manifesta desde as origens, ou que se faz presente por conta das migrações seculares e das imigrações que se intensificaram nas últimas décadas.

Sustentar a ideia de uma diversidade real, de uma multiplicidade coexistente, coloca a importância da centralidade da educação e da cultura como as principais instâncias ativas no processo de socialização e compartilhamento de toda a riqueza possível e existente na multiplicidade transnacional que nos habita.

Cito uma passagem da fala de Eduardo Viveiros de Castro, esclarecedora a esse respeito:

falar em diversidade não é fazer uma constatação, mas um chamado à luta. (...) A bandeira da diversidade real aponta para o futuro, para (...) aquilo que se quer produzir, promover, favorecer. Não é uma questão de preservação de identidades, mas de perseverança na diferença. Não é um problema de tolerância e acomodação passiva, mas um movimento de generosidade ativa, de grandeza de imaginação, e de determinação política. Não uma guerra de identidades em perpétua divisão, mas a paz criativa das diferenças que se multiplicam entre si.

A internacionalização das culturas no século XXI deveria emergir sob o signo da diversidade e da paz criativas das diferenças reais que se multiplicam entre si. As redes de cooperação transnacional, tal qual as imagino, podem e devem contribuir para o compartilhamento e a troca cultural embasadas no princípio da educação permanente, que não se restringe aos espaços formais.

O debate que envolve globalização e diversidade no momento atual, ultrapassando o dado comum de diferenciação existente na esfera

¹ Em outubro de 2008, realizou-se no Sesc Pinheiros o Seminário sobre Diversidade Cultural, ocasião em que o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro proferiu uma conferência de encerramento. As partes citadas fazem parte do resumo do texto redigido pelo referido antropólogo para essa conferência.

mercadológica do consumo, remete a pensar o significado que pode ser atribuído ao termo transnacional, entendendo o que é específico e o que é plural e comum relativamente às inúmeras sociedades humanas. O Brasil e a riqueza de sua diversidade real se abrem internacionalmente para relações ideais de construção de um futuro utópico.

Essas relações podem se traduzir, num primeiro momento, em um modo de ser e de existir que vincula a identidade à experiência da alteridade e ao compartilhamento de um imaginário sociocultural transnacional, que almeje o fim das desigualdades e a convivência igualitária e pacífica das culturas. Esse modo de ser e existir configura-se como possibilidade, projeto e processo, que, como tais, solicitam ação política, cuidado ético, e muito estudo e reflexão. Tal cenário é utópico? A utopia é somente aquilo que ainda não se tornou real.

Um nome brasileiro que quero citar no trato da diversidade e da relação com uma cultura de vanguarda, atual a seu tempo e numa ênfase tanto nacional quanto latino-americana e internacional, é o de Mário de Andrade (1893-1945).

Ele foi um importante músico, poeta, escritor, pensador e gestor cultural. Tornou-se, nas primeiras décadas do século XX, uma das principais figuras a contribuir para a reflexão sobre educação e cultura no Brasil, vistas de modo indissociável. Foi também um dos grandes protagonistas do movimento modernista brasileiro, tendo participado na Semana de Arte Moderna, em fevereiro de 1922. Sua ambição intelectual, aliada à constante ação produtiva, permitiu que enveredasse por diversas frentes de trabalho, desenvolvendo intervenções de relevo na vida cultural nacional.

Em 1935, Mário teve participação decisiva na criação do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, que dirigiu de 1935 a 1938. À frente do departamento, foram implementadas diversas ações inovadoras: parques infantis; discoteca e biblioteca públicas; bibliotecas ambulantes, que percorriam os bairros operários; campos de atletismo; piscinas municipais; cinema popular; rádio-escolas; além de iniciativas em forma de pesquisas antropológicas, congressos e cursos, entre outras ações, como a criação entre nós brasileiros das políticas de preservação do patrimônio da cultural material e imaterial, referência para os documentos da ONU e da Unesco sobre o tema.

Estando à frente de um órgão público de cultura, as ações desenvolvidas por Mário de Andrade anteciparam também, em vários anos, os feitos de André Malraux no Ministério da Cultura francês, que é considerado, de modo equivocado, a primeira iniciativa pública com tal envergadura.

Isso, sem mencionar seu livro mais importante, *Macunaíma*, uma rapsódia que brinca com a identidade brasileira, apresentando-a com uma hibridização fenomenal.

O ponto elementar que surge dessa mescla de interesses em que o poeta e escritor transitava, unindo cultura popular e cultura erudita, era justamente a preocupação em ampliar o repertório que poderia compor uma base comum para a construção de uma cultura nacional de vanguarda. Podemos considerar hoje que essa preocupação tinha um acento internacional, como compartilhamento de um imaginário cultural transnacional.

Ele escrevia em 1925 que o Brasil não deveria ficar acomodado com sua realidade e sensibilidade nacional, preso a seu próprio mundo físico; antes, deveria pensar sua função histórica para consigo mesmo, e social para com a humanidade. Dizia que teríamos uma identidade cultural nacional se nos tradicionalizássemos integralmente, e que só seríamos uma nação quando enriquecêssemos a humanidade com um “contingente original e nacional de cultura”. E acrescentava:

abrasileiramento do brasileiro não quer dizer regionalismo nem mesmo nacionalismo = o Brasil para os brasileiros. Não é isso. Significa só que o Brasil, para ser civilizado artisticamente, e entrar no concerto das nações que hoje dirigem a civilização da Terra, tem de concorrer para esse concerto com a sua parte pessoal, com o que singulariza e individualiza, parte essa única que poderá enriquecer e alargar a civilização. (Inojosa, s.d., p. 340)

Nessas duas ideias, importa destacar a preocupação com o nacional para que se pudesse fazer a entrada do Brasil no universo moderno internacional, ou seja, no que ele chamava de “concerto cultural das nações”. As artes de vanguarda, como o expressionismo e o cubismo, não deviam ser copiadas sem mais, quando na verdade a apreensão da técnica deveria expressar melhor a singularidade brasileira, acompanhando portanto o estado da criação cultural de vanguarda naquele momento, e contribuindo com uma face externa característica brasileira.

Este argumento me permite a ideia de que internacionalização das culturas pode ser um contributo para a melhor compreensão do ser humano, universalmente. A cultura brasileira, e sua face externa enquanto expressão artística, a exemplo da música popular e erudita, do samba, do carnaval, do futebol, das artes plásticas, hoje se encontram afirmadas e reconhecidas no cenário internacional. O diálogo ocorre em pé de igualdade e é desta forma que se pode pensar e agir para o que nomeio de internacionalização das culturas.

Muito do que o Sesc fez, faz e continuará a fazer tem raízes nesse manancial de pensamento e ação de Mário de Andrade, não só pela localização temporal na década de 1940. O tempo se encarregou de produzir críticas e releituras do que o poeta produziu, permitindo a reflexão renovada sobre a ênfase educativa e cultural levada a cabo – um espalhamento das centelhas do novo para a contínua construção e problematização da cultura brasileira e das culturas coexistentes, em constante transformação a partir da relação com o estrangeiro, o diferente, o “outro”.

Qual a circunstância mais ampla da união entre educação e cultura? Para mim é o cuidado com a integridade humana, expressada na união de programas e ações que cobrem variadas áreas do conhecimento.

Nos equipamentos do Sesc, nossos 35 centros socioculturais, a diversidade nacional e internacional está presente cotidianamente, na relação de um público bastante heterogêneo com os artistas, educadores e demais profissionais de inúmeras especialidades, como alimentação e sustentabilidade, esportes, turismo, odontologia, seminários e espaços de brincar, constituindo uma plêiade de ambientes que se tornam um *locus* de troca e convivência.

Nesse sentido, o Sesc dedica uma imensa atenção a oferecer um painel de ações da cena nacional e internacional, conjuntamente a inúmeras instituições – além de organismos internacionais, entre eles, consulados e embaixadas – que traga inspiração e instigue a reflexão em suas diversas orientações estéticas e sociais, propiciando a constante tradução e atualização, bem como o cotejamento com o diferente e o inusitado.

Além da participação de nossos profissionais em eventos e reuniões em outros países, cito aqui algumas das muitas atividades realizadas em nossos centros socioculturais, algumas que os senhores puderam acompanhar por meio dessa narrativa visual. São realizações que confluem para a cooperação entre áreas ou formas artísticas, alargando os horizontes.

Realizámos em 2016 a quarta edição do Mirada – Festival Iberoamericano de Artes Cênicas, que ocorreu na cidade de Santos; composto bienalmente, a cada edição um país é homenageado, o primeiro foi Argentina (2010), seguido por México (2012), Chile (2014) e Espanha em 2016. Todas as edições contaram com o profundo empenho de instituições estrangeiras para o apoio de seus respectivos países. O próximo país homenageado será a Colômbia, em 2018.

Outro exemplo é a Mostra Internacional de Teatro de São Paulo, que reúne importantes companhias, encenadores e profissionais de nível internacional, a partir de cuidadosa curadoria e de pesquisa e acompanhamento

de apresentações teatrais ao redor do mundo. Esse é um ponto importante para destacar: os animadores culturais do Sesc, responsáveis pela programação, não só têm a possibilidade de se reciclarem constantemente por meio de sensibilizações ou cursos, como também acompanham festivais artísticos internacionais, de maneira a manterem-se atualizados sobre as principais realizações.

Tivemos a oportunidade de trazer ao Brasil, em 2007, o Théâtre de Soleil, da diretora francesa Ariane Mnouchkine, apresentando *Les Éphémères* e em 2011, o espetáculo *Os Náufragos do Louca Esperança*.

O convite ao americano Bob Wilson, para a criação de uma peça, com atores e referências brasileiras deu origem, em maio de 2016, ao espetáculo “Garrincha”, a partir da trajetória do ídolo brasileiro do futebol, campeão nas Copas do Mundo de 1958 e 1962.

Ainda nessa área, mantemos um Centro de Pesquisa Teatral – CPT no Sesc Consolação, dirigido pelo querido Antunes Filho, o qual é detentor de um método próprio de desenvolvimento de atores. As montagens dos espetáculos “A Falecida Vapt-Vupt” e “Prêt-à-Porter (Coletânea 2)” ocorreram em Portugal, no Teatro Nacional de São João, obras representativas das possibilidades constantes que o teatro guarda.

Em retorno, como confluência de saberes e intercâmbio com a instituição portuguesa, o Teatro Nacional São João, da cidade do Porto, ocorreu em nosso Teatro Paulo Autran, do Sesc Pinheiros, a apresentação do espetáculo “Turismo Infinito”, e também de “Sombras, a nossa tristeza é uma imensa alegria”, do diretor Ricardo Pais. Ainda nas artes cênicas em 2000 realizamos a montagem luso-brasileira “Madame”, texto de Maria Velho da Costa com as atrizes Eunice Muñoz e Eva Wilma, que apresentaram *Eça de Queirós* e Machado de Assis em diferentes perspectivas.

Nas artes visuais, entre tantos memoráveis projetos já realizados cito três importantes mostras internacionais de 2015: “Terra Comunal”, de Marina Abramović no Sesc Pompeia, Aqui África, no Sesc Belenzinho, realizada juntamente com a organização “ART for the World”, idealizada e dirigida pela curadora (e prêmio Leão de Ouro da Bienal de Veneza 2015 pelo Pavilhão da Armênia) Adelina von Fürstenberg, cuja parceria com o Sesc se mantém há cerca de 20 anos, além da maior exposição dedicada ao polonês Tadeusz Kantor fora de seu país, feita por meio de uma exemplar cooperação com o Instituto Adam Mickiewicz, da Polônia, no Sesc Consolação.

Outra referência é o “Frestas – Trienal de Artes”, exposição de grande dimensão, com foco nas artes visuais contemporâneas, que objetiva difundir e descentralizar a produção artística em diálogo local/global. Estamos

preparando a segunda edição para 2017, em nosso centro sociocultural de Sorocaba, no interior do Estado de São Paulo. As obras também são apresentadas em outros espaços da cidade, a partir da parceria com a Prefeitura local. Em sua primeira edição, em 2014, contou com a participação de 65 artistas de diferentes gerações e nacionalidades, permitindo uma ampla discussão acerca de complexidades do mundo contemporâneo, pela perspectiva de artistas de várias regiões do globo.

Na área editorial, podemos citar as Edições Sesc, com publicações e traduções diversas apoiadas por agências internacionais, a exemplo do livro *A Invenção da Política Cultural*, do francês Philippe Urfalino, e da tradução mais recente da obra do pensador e psiquiatra italiano, muito querido ao Sesc, Mauro Maldonato, de título *Na base do farol não há luz*, obra que conta com um capítulo, em forma de comentários, de minha autoria.

Na cena musical, são inúmeros os *shows* e concertos, entre os quais poderia citar Daymé Arocena, Macy Gray, Afrikhanita e Charles Bradley e os portugueses António Zambujo e vossa querida Carmino. Contamos, ainda, com diversas parcerias para a realização do Festival de Música de Câmara, cuja segunda edição acontece entre o fim de novembro e início de dezembro e conta com o apoio de nove organizações internacionais dos Estados Unidos, Reino Unido, Bélgica, Áustria, França e Turquia.

Entre a imensidão de ações internacionais realizadas habitualmente em todos os campos de atuação da instituição, mencionamos os congressos e seminários públicos da área física esportiva, tais como o “Congresso Move”, de 2012 e o “VIII Fórum Internacional de Ginástica para Todos”, realizado em outubro de 2016 na cidade de Campinas, ambos pensados e definidos em conjunto com a ISCA, International Sport and Culture Association, da qual também fazemos parte. Os programas Estrelas do Basquete, Estrelas do Futebol e Estrelas do Beisebol fomentam a prática do esporte e a educação para a autonomia com jovens das periferias de São Paulo e litoral. A colaboração com o Consulado Geral dos Estados Unidos já dura há quatro anos.

Cabe citar que em 1998 fomos anfitriões do Congresso Mundial de Lazer, realizado no Sesc Vila Mariana, o qual, 20 anos depois, será novamente realizado em um centro nosso, em 2018, em parceria com a Universidade de São Paulo e a World Leisure Organization.

As riquíssimas trocas ocorrem na área do pensamento contemporâneo, por meio de palestras ou conferências no Sesc, com a presença de pesquisadores, escritores e intelectuais do porte do querido e ilustríssimo José Saramago, dos franceses Edgar Morin e Roger Chartier, da

norte-americana Judith Butler, do cubano Leonardo Padura, do sociólogo Néstor García Canclini e da mexicana Ana Rosas Mantecón, do inglês Paul Heritage e do Prof. José Olímpio Bento da Universidade do Porto, entre tantos e tantos, sustentando a ideia da dimensão do saber ampliado e, sobretudo, compartilhado.

Nossa participação no exterior é também bastante relevante, com representação em conferências internacionais como Best of Both Worlds, na área de meio ambiente, Organização Internacional de Turismo Social, da qual o Sesc é membro, entre tantas outras nas diferentes áreas de atuação institucional.

Na perspectiva de ampliar essas trocas, criámos, em 2012, o Centro de Pesquisa e Formação, com o objetivo de compartilhar o saber fazer do Sesc, em suas inúmeras realizações e programas socioculturais, e também contribuir para a qualificação dos profissionais da área cultural, com o Curso Sesc de Gestão Cultural, atualmente em sua quarta edição, e outros programas de curta duração já realizados em cooperação com o National Arts Strategies (dos Estados Unidos) e o Musée de la Civilisation (do Québec).

Esses são alguns exemplos que penso embasar as ideias que defendo e que separei para compartilhar neste congresso. Uma construção educativa e cultural coletiva, transnacional, em rede, que nos lança para o horizonte, para imaginar e afirmar a imagem da “paz criativa das diferenças que se multiplicam entre si.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baudelaire, C. (1996). *Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Inojosa, J. (s.d.). *O movimento modernista em Pernambuco*. Rio de Janeiro: Gráfica Tupy.
- Serviço Social do Comércio (2012). Carta da Paz Social. Rio de Janeiro: SESC - Departamento Nacional | Assessoria de Divulgação e Promoção. Retirado de <http://bit.ly/2vF1SqN>

Citação:

Miranda, D. S. (2017). A internacionalização das culturas no século XXI. In M. Gama & H. Sousa (Eds.), *Contributos do Congresso Internacional “Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona”* (pp. 9-22). Braga: CECS.

I – COOPERAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ISABEL FERIN CUNHA

barone.ferin@gmail.com

UNIVERSIDADE DE COIMBRA/CIMJ, PORTUGAL

PESQUISA COOPERATIVA E COMPARATIVA: O PROJETO “MÉDIA E CORRUPÇÃO (PORTUGAL, BRASIL E MOÇAMBIQUE)”

RESUMO

Neste artigo procuramos refletir sobre os desafios teóricos e metodológicos que se colocam à pesquisa cooperativa e comparativa, a partir de um conjunto de estudos empíricos realizados no projeto “Cobertura jornalística da corrupção política: uma perspectiva comparativa (Portugal, Brasil e Moçambique)”. Iniciamos a exposição discutindo os enquadramentos macro-teóricos e metodológicos que presidiram, desde o início, à adoção de uma perspectiva interdisciplinar e transnacional no espaço lusófono. Definimos pesquisa cooperativa e colaborativa e discutimos os desafios que emergem num quadro de integração global (Ampuja, 2013), onde o espaço lusófono clama por uma autonomia regional, baseada numa história partilhada e uma língua comum (Barker, 1997; Beck, 2006; Livingstone, 2012). Em seguida, desenhamos uma imagem das tendências teóricas dos Estudos de Média, dentro das Ciências Sociais, e procuramos compreender até que ponto alguns dos problemas esboçados estão presentes neste trabalho. Na análise de trajetórias metodológicas, observamos os objetivos e contextos interpretativos (Talja, Keso & Pietilainen, 1999; Beck, 2006; Beck & Sznaider, 2006; Livingstone, 2012), bem como as metodologias utilizadas e os métodos (Bryman, 2007). Tentamos também entender como essas pesquisas cooperativas e comparativas contribuem para o desenvolvimento e consolidação de mapas conceituais e para validação metodológica, bem como para a identificação de novos fenómenos políticos, sociais e dos media nos três países participantes do projeto.

PALAVRAS-CHAVE

Pesquisa cooperativa; pesquisa comparativa; metodologias de estudos dos média; cobertura jornalística da corrupção política

INTRODUÇÃO

Neste texto pretendemos refletir sobre os desafios, teóricos e metodológicos, que se levantam à investigação cooperativa e comparada, a partir de um conjunto de trabalhos empíricos realizados simultaneamente em Portugal, no Brasil e em Moçambique. Entendemos neste texto que uma investigação é cooperativa quando, a partir de um projeto, um conjunto de investigadores observa o mesmo objeto – a corrupção política – sob ângulos semelhantes ou complementares (por exemplo, a mediatização e o segredo de justiça), no mesmo contexto objetivo – a sociedade portuguesa – e, a partir de enquadramentos teóricos e metodologias partilhadas, procura interpretá-lo. Trata-se, deste modo, de um estudo a nível nacional que procura fundamentar-se num cosmopolitismo teórico e metodológico (Beck, 2006; Beck & Sznaider, 2006), a saber, em enquadramentos teóricos e metodologias reconhecidos no campo¹, com vista a obter resultados que sejam compreendidos transnacionalmente. Assumimos que a investigação comparativa pode decorrer a duas escalas: comparação entre objetos num mesmo “espaço” nação, por exemplo, os casos nacionais de corrupção política podem ser entendidos como objetos a comparar; comparação entre objetos identificados em cada “nação” – por exemplo, os fenómenos de corrupção política nacionais podem ser objetos de investigação comparada entre um ou mais países – ou num “espaço” regional/transnacional, por exemplo, comparar os casos de corrupção no “espaço lusófono”.

Na investigação cooperativa objetivamos “esgotar” a análise e compreensão dos fenómenos, a partir não só da mobilização de múltiplos enquadramentos teóricos, como pela observação multifacetada de um objeto. Por exemplo, quando dois investigadores exploram a análise de um caso de corrupção política, recorrendo a enquadramentos teóricos diversos e a dados oferecidos pela mesma base de dados, mas seguindo perspetivas distintas. Por exemplo, quando procuram observar diferenças na cobertura jornalística entre meios de comunicação, ou a opinião na imprensa e na televisão ou, ainda, como os jornais televisivos cobrem a atuação das instituições da justiça. Nas investigações comparativas, independentemente dos enquadramentos teóricos e as metodologias utilizadas, buscamos não

¹ Empregamos o conceito “campo” em sintonia com a definição de “campo social” em Pierre Bourdieu. O “campo social” representa um espaço simbólico, no qual as lutas pela dominação hegemónica determinam, validam e legitimam representações. Cada espaço corresponde, assim, a um campo específico – cultural, económico, educacional, científico, jornalístico etc. –, no qual é determinada a posição social dos agentes e onde se revelam, por exemplo, as figuras de “autoridade”, detentoras de maior volume de capital.

só aquilo que é constante nos fenómenos observados, isto é, os padrões, como também o que distingue, e torna único, um determinado fenómeno, ou elemento.

MACRO-ENQUADRAMENTOS

O projeto “Corrupção política nos média: uma perspetiva comparada Portugal, Brasil e Moçambique” fundamentou-se, no seu desenho inicial, em pressupostos teóricos e metodológicos desenvolvidos por Hallin e Mancini (2004, 2010, 2012). O objetivo das investigações empíricas realizadas foi, em primeiro lugar, contextualizar e descrever os fenómenos de corrupção política e, em seguida, explorar “mapas culturais” que caracterizassem cada país envolvido. No âmbito destes trabalhos pretendemos, também, observar as tensões entre perspetivas culturais nacionais (por exemplo, sobre o que é socialmente censurável em corrupção política) e fluxos culturais globais (por exemplo, indicadores de corrupção internacionais), assim como heranças advindas do colonialismo, por exemplo, relações entre políticos portugueses e brasileiros em negócios de Estado.

Tal como foi proposto por Livingstone (2012), para além de considerarmos as particularidades, enquanto unidades de análise, de cada um dos países envolvidos, tivemos em consideração os seus diversos contextos relacionais – nacionais, regionais e globais – com vista a identificar indicadores de análise comparáveis ou compatíveis. Estes procedimentos procuraram superar a dimensão nacional e apreender o que aproxima e diferencia os diversos países, criando condições para mapear, numa dimensão transnacional, o espaço lusófono, enquanto espaço regional na globalização. Por outro lado, e sem menosprezar a perspetiva pós-colonial, o nosso objetivo é aprofundar a transversalidade de determinados fenómenos políticos num contexto de “proximidade cultural” (Straubhaar, 2013).

Neste sentido, começamos por situar o enquadramento teórico deste projeto nas Ciências Sociais, mais especificamente nos Estudos sobre os Média, e dialogar com as diversas abordagens teóricas presentes nos trabalhos empíricos, a partir de revisões de literatura. Em seguida, descrevemos os percursos e as ferramentas metodológicas desenvolvidas pelos investigadores, com vista a aferir resultados e contributos para a compreensão dos fenómenos de corrupção política.

Consideramos relevante, neste sentido, discutir as teorias que foram desenvolvidas em torno dos conceitos globalização, cosmopolitismo e mediatização, tendo como foco o papel atribuído aos média. Estes três

conceitos geraram no final do século XX, início do segundo milénio, um debate sobre a necessidade de uma nova agenda de investigação para as Ciências Sociais (Beck, 2006; Beck & Sznaider, 2006; Ampuja, Koivisto & Valiveronen, 2014; Livingstone & Lunt, 2014). A discussão não adquiriu, apenas, implicações teóricas, como veremos, mas visou determinar abordagens metodológicas diferenciadas, fundadas na transdisciplinaridade e na capacidade de macro-contextualizações dos fenómenos dos média.

Globalização foi entendida como processo de interdependência crescente entre povos diferentes, regiões e países em todo o mundo, em conexão com a expansão do capitalismo, do consumo e dos estilos de vida (Giddens, 2001, p. 693). O conceito firmou-se como teoria nas Ciências Sociais, a partir da década de 1990, em simultâneo com o fim do bloco soviético e a consolidação das formas capitalistas, na sua vertente neoliberal de produção, por exemplo, com a expansão das empresas transnacionais e multinacionais e a desterritorialização de fluxos financeiros. A expansão do conceito, que inicialmente foi contestado e pouco acarinhado, acompanhou as sucessivas revoluções das tecnologias de informação e comunicação que permitiram acelerar os fluxos de informação (Castells, 2002, 2003), nomeadamente os financeiros.

A Teoria da Globalização chamou a atenção para a interdependência dos fenómenos, quer a nível local quer a nível global, não só na ótica de a valorizar, cunhando o conceito de “culturas híbridas” (Appadurai, 1996; Canclini, 1989, 1999), mas, também, pondo o acento nos “riscos” que essa interdependência de relações significava (Beck, 1992). Anteriormente, um outro grupo de autores como Robertson (1992), Featherstone (1990) e Wallerstein (1990) tinham equacionado o avanço da globalização, na sua dimensão cultural – muito centrada nos média – e económica, como uma tensão entre modelos de sociedade, a saber, o capitalismo e o socialismo. Seguindo este raciocínio, e no momento do colapso da União Soviética, Herman e McChesney (1997) apresentaram o fenómeno da globalização como um quase sinónimo de imperialismo. Enquanto Boaventura de Sousa Santos (2002), na análise que faz às Teorias da Globalização, enunciou uma série de falácias e contradições, fundadas no eurocentrismo/ocidentalismo metodológico dos cientistas sociais, e pôs em questão algumas das suas previsões tais como o fim do estado-nação, a relação de domínio do Norte face ao Sul, o papel libertador e homogenizante das tecnologias da informação e da comunicação. Por sua vez, o pensamento pós-colonial latino-americano considera que a globalização é uma reorganização da “autoridade pública mundial” que se traduz na configuração de um “bloco

imperial mundial”, de que o G8 seria a imagem síntese, em conluio com instituições de controle e de administração do capital financeiro mundial (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Goldman Sachs, Clube de Bildeberg, etc.) (Quijano, 2005).

Mantendo o princípio de apresentação deste debate em função das pesquisas empíricas realizadas no projeto “Corrupção política nos média: uma perspetiva comparada Portugal, Brasil e Moçambique” evocamos a abordagem complementar de Beck (2006) e Beck e Sznaider (2006). Estes autores desenvolveram o conceito de cosmopolitismo, como um programa metodológico para compreender os fenómenos de âmbito global. Ao constatar que a humanidade vive sob a ameaça de riscos globais, que nenhum estado-nação tem condições de superar isoladamente, Beck propõe uma revisão do conceito, não mais entendido como uma opção elitista individual – tal como era assumido no século XIX e até meados do século XX – mas algo que se afirma a partir de dentro das sociedades, como efeito colateral indesejado de opções políticas e económicas, nacionais e internacionais. Cotejando globalização e cosmopolitização Beck (2006) afirma que enquanto a globalização é algo que é compreendido como acontecendo “lá fora” (da nação) a cosmopolitização é entendida como acontecendo “cá dentro” (da nação). Por exemplo a globalização determina, na perspetiva dos países europeus, a desindustrialização e o aumento do desemprego na Europa, causados pela deslocalização das empresas e multinacionais em busca de mão-de-obra mais barata e menos entraves legais à produção; cosmopolitização é, por exemplo, a incorporação no quotidiano de comidas, roupas, elementos e utensílios culturais advindos de outras culturas e regiões. No entanto, a cosmopolitização, ao contrário da globalização, não avança como um programa, não implica tensões, nem progresso, nem aquisições morais. Trata-se antes de um processo, a médio e longo prazo, em que os espaços nacionais se desnacionalizam, esbatendo-se as fronteiras entre o nacional e o internacional dando origem a outras realidades, condicionadas a um outro espaço-tempo.

No espaço lusófono identificamos dois processos simultâneos e concomitantes de cosmopolitização. O primeiro processo de cosmopolitização, nem sempre necessariamente o mais evidente, advém da partilha de uma língua e de uma vivência histórica, marcadas pela dominação imperial portuguesa, e pelo desenvolvimento de um sistema mediático que tem como referência o Brasil (Davis, Straubhaar & Cunha, 2016). O segundo processo de cosmopolitização é inerente à expansão dos interesses globais, apoiados pelos grandes conglomerados dos média, proponentes de estilos de vida e consumos (Nordenstreng & Thussu, 2015).

Com base na observação destes enquadramentos de interdependência e de interrelação, consideramos pertinente para o nosso projeto a visão interdisciplinar e transdisciplinar das Ciências Sociais proposta por Beck e Sznaider com vista a reequacionar as fronteiras das metodologias empíricas. Pareceu-nos, ainda, oportuna a sugestão que as Ciências Sociais devem objetivar, a partir de temas, conceptualizar padrões relacionais, colocando o foco ora no nacional, ora no transnacional, sem perder, contudo, o olhar nacional. Por exemplo, explorar como os jornais televisivos fazem a cobertura dos fenómenos de corrupção em cada país e, em seguida, tentar identificar padrões de cobertura da corrupção política nos média, nomeadamente nos jornais televisivos portugueses e brasileiros, com o objetivo de apreender se há ou não elementos comuns e padrões semelhantes.

Deste modo, a proposta de Beck e Sznaider oferece um quadro consistente que nos permite situar as opções concetuais e metodológicas realizadas no projeto como um todo, e nas investigações empíricas em particular. Por outro lado, aqueles autores oferecem uma base consistente para aprofundar discussões em torno do que se pode entender, nomeadamente em Portugal e no Brasil, por “nacionalismo metodológico” e “cosmopolitismo metodológico”.

As críticas à Teoria da Globalização têm-se acentuado a partir da crise financeira global despoletada nos Estados Unidos entre 2007/2008. Diversos autores entre eles Ampuja (2010) e Ampuja, Koivisto e Valiverrone (2014) argumentam que há uma enorme lacuna de reflexão histórica e de atenção às realidades políticas e sociais, na análise que os cientistas sociais ocidentais fazem aos fenómenos da globalização. Para estes autores, há quase como que um esquecimento generalizado, na Teoria da Globalização, dos contextos históricos, políticos e sociais de cada espaço geográfico, ao que acresce a confiança exagerada colocada na natureza emancipatória da desterritorialização, da hibridação e do poder transformador das tecnologias da informação e comunicação. As críticas vão, ainda, no sentido de realçar que a Teoria da Globalização tende a promover e a louvar o projeto neoliberal global, comandado por interesses tecnológicos e financeiros difusos de empresas trans e multinacionais. Ora estas críticas determinam e exigem, segundo esses autores, uma nova agenda de pesquisa nas Ciências Sociais, incluindo no que toca ao papel dos média e das tecnologias de informação e comunicação.

Dentro deste enquadramento, são estudadas atualmente na Europa, as mudanças no *modus operandi* dos média, principalmente desde o início do milénio, a partir da discussão dos conceitos de “mediação” e

“mediatização” (Stromback, 2008; Stromback, 2011; Hepp, 2012; Livingstone & Lunt, 2014). A aceção destes conceitos não é nova. Anteriormente, outros autores europeus e norte-americanos (Berger & Luckman, 1969; Baudrillard, 1976; Altheide & Snow, 1979, 1988; Silverstone, 1999; Sparks & Tulloch, 2000) e, igualmente, latino-americanos (Martin-Barbero, 1998; Orozco Gómez, 2001) desenvolveram ideias muito semelhantes a partir de considerações sobre o papel dos meios de comunicação, principalmente da televisão. O que é novo nesta discussão, principalmente na Europa, é o papel central conferido aos média enquanto instituição e a sua crescente hegemonia e autonomia sobre as restantes instituições sociais. Embora as perspetivas teóricas e concetuais dos autores atrás nomeados sejam diferenciadas, observamos, como denominador comum, a preocupação com a emergência de uma “lógica dos média” associada e acompanhando o crescimento da “lógica dos mercados”, bem como a sinalização das repercussões destes fenómenos na democracia e na política (Couldry & Hepp, 2013).

No desenho do percurso teórico, traçado pelos autores europeus, que vai da “mediação” à “mediatização” há um consenso generalizado de que a mediação pressupunha a independência das instituições sociais face aos média e que estes estavam ao serviço daquelas instituições para comunicar com os cidadãos e “esclarecer” a opinião pública. Também está consensualizado o papel da televisão e a dinâmica que empreendeu como mediadora entre as instituições – respeitando as lógicas próprias das instituições que eram mediadas, as suas especificidades, ritmos, tempos e atores – e a sociedade. Os meios de comunicação foram, nessa perspetiva, os canais de comunicação entre as instituições e os cidadãos, enquanto a informação disponibilizada constituía um serviço inerente à liberdade de expressão em democracia.

Hepp (2012) compreende o conceito de mediatização como um metaprocessos, isto é, um constructo conceitual pelo qual se descreve um processo de mudança a longo-prazo. O conceito aponta para mudanças e cruzamentos culturais que, de processo em processo, influenciam a longo termo o desenvolvimento social e cultural da humanidade (Krotz citado em Hepp, 2012, p. 9).

Em função do nosso campo de investigação serem os média, centramos a análise no metaprocessos e nas lógicas de mediatização. Entendemos que as relações e as mudanças operadas nos meios de comunicação nas últimas décadas, principalmente a partir da hegemonia da televisão e do desenvolvimento de conteúdos em múltiplas telas, determinou um metaprocessos em que não estão conhecidos todos os seus potenciais efeitos

políticos e sócio-culturais. Por conseguinte é fundamental desenvolver uma agenda de investigação que envolva não só as lógicas mas, também, os contextos institucionais e tecnológicos dos média. Entre estes, e segundo Hepp (2012), os processos de “extensão” (alterações espaço-tempo, provocadas pelos meios); “substituição” (formas dos meios de comunicação se substituírem a instituições e atividades sociais); “amalgama” (mistura de experiências mediadas com outras não mediadas) e “acomodação” (encenação das instituições e atores à maneira dos média, sobretudo da televisão).

O debate em torno da “nova” Teoria da Mediatização europeia e dos conceitos de “mediação” e da “mediatização” aproximaram, na nossa perspetiva, os pesquisadores europeus e latino-americanos, nomeadamente no que toca às exigências de exploração dos macro enquadramentos de investigação, assim como à partilha de um aparato conceitual, independentemente das diferenças terminológicas circunstanciais e das geneologias teóricas reivindicadas.

Abordaremos de seguida, as componentes teóricas e metodológicas que são comuns e convergem mas, também, as que se destacam pela sua singularidade, nos trabalhos empíricos realizados no âmbito do projeto “Corrupção política nos média: uma perspetiva comparada Portugal, Brasil e Moçambique”².

TRAJETÓRIAS DE INVESTIGAÇÃO

A apresentação que faremos dos percursos empreendidos nestes trabalhos empíricos irá centrar-se nas seguintes componentes: contextos (objetivos e interpretativos), metodologias (quantitativas e qualitativas), desafios e resultados. No nosso entendimento, a noção de contexto deve ser entendido como um conjunto de elementos (dados) que constituem, simultaneamente o *background* e a moldura, para o estudo de sociedades, fenómenos, acontecimentos, grupos ou indivíduos (Talja, Keso & Pietilainen, 1999; Beck, 2006). O contexto fornece o enquadramento para a análise – a partir da recolha de dados, factuais, históricos, estatísticas e outros – de, por exemplo, um fenómeno ou acontecimento. Ele determina o conhecimento envolvente, datado no espaço e no tempo, sempre interrelacionado e em atualização. Deste modo, o que se pode enunciar sobre um contexto – e

² Não iremos descrever separadamente os trabalhos mas apenas referir procedimentos e percursos teóricos e metodológicos.

o que se pretende conhecer por meio de uma investigação – está irremediavelmente interligado, independentemente das discontinuidades entre um acontecimento e a sua observação. Esta perspetiva metodológica configura o contexto não como uma variável independente, mas como o local onde o fenómeno a observar se torna o objeto de pesquisa.

Por exemplo, o desenho do contexto que envolve os casos de corrupção política em Portugal, não pode dissociar-se da história e da cultura política portuguesa, dos 40 anos de ditadura (1933-1974) e da democratização recente. O mesmo contexto não pode esquecer os dados estatísticos relativos ao analfabetismo, ao PIB *per capita* e à injeção de capital advindo da entrada de Portugal na União Europeia (1986) e, finalmente a adesão ao Euro (2002), a crise financeira de 2007/2008, com génese nos Estados Unidos e repercursões na Europa e, mais especificamente, nos países do Sul da Europa.

Podemos distinguir, ainda, entre contexto objetivo e contexto interpretativo. O contexto objetivo constitui o mapa do conhecimento estabilizado, por exemplo, acontecimentos e períodos históricos, datas, dados estatísticos sobre corrupção, estatísticas sobre consumos, audiências, etc. O contexto interpretativo deve ser entendido como a capacidade de mobilizar teorias e conceitos pertinentes capazes de explicar, interpretar ou justificar determinados fenómenos. Os elementos para elaboração de um contexto objetivo encontram-se, em geral, disponíveis em cronologias, relatórios e outro tipo de documentos. Enquanto a organização do contexto interpretativo procede da identificação e seleção – entre aparatos teóricos, conceptuais e metodológicos disponíveis – realizada em função das escolas e paradigmas partilhados, bem como da trajetória pessoal dos investigadores. Por esta razão o contexto interpretativo tende a ser mais subjetivo que o objetivo, na medida em que este último surge como mais consensual e menos sujeito a “escolhas”.

Por exemplo, há um consenso – que se nota nas citações que perpassam a maioria dos textos do projeto – na validade dos dados disponibilizados sobre a corrupção apresentados por instituições internacionais como a Transparência Internacional, o Banco Mundial, o Eurostat ou o Latinobarómetro. Esta unanimidade não ocorre no contexto interpretativo que tende a mobilizar, nos diversos campos das Ciências Sociais, teorias e autores de escolas díspares, em função dos objetivos e hipóteses de trabalho de cada investigação empírica. Assim, por exemplo, e em função do campo, das teorias e dos conceitos evocados, as relações estabelecidas entre sistemas políticos e fenómenos de corrupção política diferem de investigador para

investigador, tanto em Portugal, como no Brasil ou ainda em Moçambique. Por outro lado, a ótica a partir da qual se investiga o objeto faz com que a literatura evocada se situe em diversos campos das Ciências Sociais, nomeadamente na Sociologia, Ciência Política, Ciências Jurídicas, Ciências da Comunicação, etc. Para além desta situação observamos que, em função dos países e das instituições a que pertencem os investigadores, há predominância de escolas e tradições epistemológicas diferenciadas, por exemplo, em Portugal anglo-saxónicas, no Brasil latino-americanas e europeias continentais, em Moçambique francesas e portuguesas. Nesta circunstância pode, ainda, ser discutível, ou mesmo problemática, a citação de obras e autores descontextualizados das escolas e dos seus contextos objetivos de investigação.

Um outro desafio metodológico identificado centra-se nas diferenças geográficas e de escala dos países envolvidos. Apesar de o espaço lusófono ser um conceito “mental”, a vivência desse espaço faz-se num território e num tempo determinado com antecedentes históricos e culturais singulares. A situação geográfica e a escala desses territórios tem implicações políticas, sociais e económico/financeiras. Observamos como refere Boaventura Sousa Santos (2003) que a periferia ou semi-periferia de Portugal, e por conseguinte do império colonial português, não deixou de operar com as categorias de colonizador e colonizado, malgrado as “especificidades” reivindicadas periodicamente pelas ideologias coloniais, tais como o Lusotropicalismo. Por outro lado, salientamos que em todos estes países, aos elementos advindos de uma partilha de história e de traços culturais e linguísticos, se sobrepõem elementos globais, ou tendências globais, que foram apropriados pelos indivíduos e pelas sociedades e caracterizam o funcionamento dos diversos sistemas, político, económico, mediático, judicial, etc. Acresce que os países que compõem o espaço lusófono hoje estão situados em continentes com percursos, histórias, dinâmicas e vivências muito diferentes, mas com igual estatuto de subordinação perante a globalização hegemónica.

Por exemplo, a investigação sobre a cobertura jornalística da corrupção tem que ter presente a genealogia dos sistemas mediáticos, no século XX, dos países que se pretende analisar. Assim, o sistema mediático em Portugal, país que se situa na Península Ibérica e na Europa, nasceu com um forte setor público, independentemente de contemplar a atividade privada desde a sua fundação. A ditadura, com todo o seu aparato de censura e controlo governamental, influenciou diretamente a atividade dos meios de comunicação de 1933 a 1974. A revolução de 1974 condicionou a atuação

dos média até ao início da década de 1990. A adesão de Portugal na União Europeia (1985) teve consequências na liberalização e desregulamentação do sistema mediático português que, no novo milénio, adquiriu novas configurações a partir da entrada de capitais estrangeiros, nomeadamente angolanos (Figueiras & Ribeiro, 2013). Por outro lado, o sistema mediático brasileiro tem, desde a sua origem, um forte e dinâmico setor privado que subsistiu à ditadura e aos regimes militares. Grandes grupos dos média existem desde a década de 1950, e apesar de a sua génese ser a imprensa, expandiram-se rapidamente para a rádio e a televisão, com grande inspiração nos Estados Unidos da América. A democracia na década de 1980 trouxe um aumento de concessões de meios de comunicação a grupos privados com ligações aos partidos políticos então dominantes (PSDB e PMDB) (Gomide & Haje, 2013). Em Moçambique impera um setor público herdeiro da tradição de “partido único” e um setor privado que nasceu do conluio entre interesses internacionais e privilégios atribuídos a membros da nomenclatura do partido único (Salgado, 2011). Ao olharmos para os média portugueses, brasileiros ou moçambicanos sem este *background*, arriscamo-nos a descontextualizar algumas das suas particularidades.

Podemos, ainda, nomear outras dificuldades, de natureza mais instrumental, como a existência, ou não, de instituições de recolha e tratamento de dados, tais como hemerotecas, centros de documentação e bibliotecas, bem como diferentes critérios de recolha e tratamento desses materiais. Por exemplo, os centros de documentação em Portugal e no Brasil disponibilizam material com bastante continuidade e qualidade, o que não acontece em Moçambique. Notamos, ainda, que o Brasil tem um centro de documentação especializado – a Corrupteca – situado na Universidade de São Paulo, que reúne materiais noticiosos, artigos e outros elementos pertinentes para o estudo da corrupção.

Outro problema grave é o acesso ao material audiovisual, como por exemplo, à programação de televisão, rádio ou aos arquivos da internet. Não existem políticas – no espaço lusófono – que atribuam a esses materiais, após a sua exibição, um estatuto de informação ou memória pública. Por outro lado, quando há arquivos, as políticas das instituições são extremamente restritas e privilegiam os direitos de autores, tornando os acessos extremamente seletivos e os preços dos materiais incomportáveis para fins académicos. Identificamos, ainda, outras particularidades que dificultam estas investigações tais como, as diferentes estruturas dos sistemas mediáticos, formas de censura – mais ou menos velada – aos jornalistas, dificuldades em aceder e utilizar *softwares* próprios à pesquisa em Ciências Sociais, assim como deficiências na especialização dos recursos humanos.

Igualmente importante, no que toca às metodologias são as práticas consolidadas – em cada país, instituição universitária ou de investigação – de fazer “ciências sociais” e, por conseguinte, de fazer “Estudos sobre os Média”. Estas práticas seguem e instituem escolas e procedimentos, validam ou desprestigiam procedimentos, consolidam hierarquias de poder, não necessariamente aferidas pela inovação e os resultados, mas pautadas por um certo “nacionalismo metodológico” – que tende a refletir a tendência hegemónica de investigação dentro de um espaço nacional – e a capacidade de o impôr como paradigma dominante.

Recordamos que o conceito de “nacionalismo metodológico” não é um conceito de metodologia, mas de sociologia, ou mais especificamente da teoria social da sociologia. Trata-se de um conceito que podemos extrapolar para os Estudos sobre os Média e que pressupõe que a unidade de análise é a sociedade nacional, ou o estado nacional, ou a combinação de ambos (Beck & Sznaider, 2006). No entanto, o objetivo das investigações cooperativas e comparativas é recuperar a ideia de “cosmopolitismo metodológico” no sentido de nos debruçarmos sobre fenómenos transnacionais, normalmente associados a realidades e transformações advindas do processo designado como “globalização”. Neste processo, e a partir de investigações empíricas nacionais, a proposta metodológica é perceber como se dissolvem e misturam elementos globais e locais, nacionais e internacionais, o “nós” e os “outros”. Por exemplo, nos trabalhos sobre os média e a corrupção política, foi interessante perceber os elementos partilhados advindos do espaço lusófono – como por exemplo, a participação ambígua das elites tradicionais naqueles fenómenos – mas, também, os elementos associados à “globalização”, como a drenagem de proventos ilícitos para paraísos fiscais.

Os trabalhos empíricos contribuem, deste modo, para a análise e compreensão das formas de sobreposição e mistura dos dois níveis de “cosmopolitização”: o que se efetiva e circula pelo espaço lusófono (foco nacional e regional) e o que tem a dimensão mundo (foco transregional). O foco nacional aponta para a aferição de apropriações nacionais, feitas de determinados valores partilhados, como por exemplo, a dificuldade em entender a corrupção no âmbito do quotidiano ou, ainda, o papel da justiça e das elites nestes fenómenos. Em contrapartida, o foco regional identifica elementos transversais ao espaço lusófono, que sendo, também, tendências globais, adquirem nesta região particularidades, como, por exemplo, a relevância atribuída a determinados comportamentos económicos e financeiros na cobertura noticiosa televisiva.

DESAFIOS METODOLÓGICOS

O projeto de investigação nasceu e foi desenhado em Portugal, o que determinou a execução do mesmo. Na verdade, os colegas do Brasil e de Moçambique foram convidados a participar, a partir das investigações que estavam a desenvolver nas suas instituições. O projeto constituiu mais um agregador de trabalhos sobre a cobertura jornalística da corrupção política que um trabalho cooperativo ou comparativo sobre a temática. Na medida em que não houve capacidade financeira e técnica para desenhar conjuntamente as metodologias a utilizar na execução do projeto, os convites foram realizados em função de objetivos comuns identificados em trabalhos de investigadores brasileiros e moçambicanos. No entanto, esta dinâmica gerou, igualmente, equívocos pois nem todos os investigadores estavam focados na mesma aceção de “corrupção política”, nem tinham o mesmo entendimento sobre “cobertura jornalística”. Por exemplo, em Moçambique, as investigações sobre corrupção política estavam maioritariamente associadas à corrupção dos processos eleitorais e à sua repercussão nos meios de comunicação nacionais.

Deste modo, as metodologias utilizadas pelas diversas equipas foram diferentes se bem que partindo, como veremos mais à frente, de teorias e conceitos semelhantes a partir de uma bibliografia mínima partilhada, nomeadamente da obra de Hallin e Mancini (2004) e suas atualizações (Hallin & Mancini, 2010, 2012). Seguindo o modelo apontado por estes autores (Cunha & Serrano, 2014), a preocupação inicial do projeto foi esboçar e caracterizar os contextos de cada país participante no que concerne ao fenómeno da corrupção, tendo em conta as características particulares dos sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais³. De forma resumida, o sistema político brasileiro e moçambicano caracteriza-se pelo presidencialismo e federalismo, enquanto o português é semipresidencial e parlamentar, com um executivo presidido pelo Primeiro-Ministro. Nos três países, a Justiça é, constitucionalmente, independente do poder político, mas esta autonomia tende a estar condicionada – em graus diferentes nos três países – por esse mesmo poder. Como, também, assinalámos os sistemas mediáticos apresentam genealogias diferentes: em Portugal há um setor público e um setor privado; no Brasil domina o setor privado e um pequeno setor público; em Moçambique o domínio é público e o privado encontra-se condicionado aos interesses do partido do

³ Estas preocupações deram origem à publicação de diversos artigos reunidos no livro *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos jurídicos*.

poder e aos seus representantes. A natureza e a tolerância aos fenômenos da corrupção, em cada país, é, também, diferenciada em função da cultura e dos valores, bem como da trajetória histórica vivenciada por cada um daqueles países.

Empreendemos, também, uma revisão de literatura nacional e internacional nos diversos campos das Ciências Sociais. Nestas leituras identificamos múltiplas correntes teóricas sobre os fenômenos de corrupção o que dificultou estabilizar a compreensão de conceitos e fenômenos como “mídia e corrupção” e “cobertura jornalística da corrupção política”. Esta discussão envolveu um trabalho de revisão bibliográfica extenso e a assunção de que existem entendimentos diversos, em função da trajetória histórica e cultural de cada país participante, acerca do fenômeno de corrupção e do papel dos mídia. No entanto, são referências constantes autores como Della Porta e Mény (1995), Heidenheimer, Johnston e Levine (1989), Heidenheimer e Johnston (2002), Johnston (2005) e Rose-Ackermann (1999). Identificamos também referências a autores nacionais, por exemplo, no caso português Sousa e Triães (2007) e Maia (2010); ou no caso brasileiro Avritz (2002), Filgueiras (2008) e mais recentemente Moisés (2010). Nas Ciências da Comunicação, mais precisamente nas Teorias dos Mídia e do Jornalismo estão consensualizados autores como McCombs e Shaw (1972), Scheufelle (2000), Hallin e Mancini (2004) e Traquina (1994).

Na verdade, não foi possível chegar a um consenso sobre a perspectiva teórica mais capaz de enquadrar e permitir a análise dos fenômenos de corrupção política. Contudo, na execução do projeto em Portugal parecem-nos que o trabalho de Johnston (2005), ao propor quatro grandes categorias para a observação da corrupção, reúne e oferece elementos capazes de explicar de forma comparativa aqueles fenômenos. A tipologia proposta para a análise das síndromes, ou patologias da corrupção – “Influência dos Mercados” [Influence Market], “Cartéis de Elites” [Elite Cartel], “Oligarcas e Clãs” [Oligarch and Clan] e “Funcionários e Magnatas” [Official Moguls] – insere-se num contexto de políticas neoliberais mundializadas e assenta na mensuração da credibilidade das instituições públicas e privadas em democracia, assim como nas oportunidades de bem-estar oferecidas aos cidadãos.

O projeto desenhado em Portugal identificou, à partida, um *corpus* de análise centrado em quatro casos de alegada corrupção política e um período de análise de 2005 a 2012. No Brasil, as equipas estavam, igualmente a trabalhar sobre casos de corrupção política de âmbito nacional, ocorridos neste período. Em Moçambique, confrontámo-nos com investigadores que

analisavam casos da década anterior relativos a fraudes em eleições e outros que tinham uma perspectiva mais próxima do projeto em execução. Os casos analisados em todas as equipas assemelhavam-se por incluir três critérios primordiais: casos de âmbito nacional; casos que tinham figuras políticas de primeiro plano como protagonistas; casos que envolviam interesses ou ramificações internacionais.

Frisamos, por isso, que os trabalhos empíricos resultaram num conjunto de textos que apresentam dados sobre realidades nacionais o que nos permite traçar um panorama facetado e complexo, onde a dimensão comparativa adquire valor substancial.

Os trabalhos em Portugal e no Brasil visaram, em primeiro lugar, identificar padrões de cobertura jornalística na imprensa e na televisão, bem como nas redes sociais. Em seguida, cotejámos convergências e divergências, nessa cobertura, entre casos nacionais e, ainda, entre casos nos dois países. Em Portugal selecionaram-se os casos Freeport, Face Oculta, BPN e Submarinos; no Brasil o Mensalão (com desdobramentos em Portugal), o Petrolão e o Lava-Jato.

Na dimensão operativa do projeto recorremos a instrumentos de recolha de dados, a partir da investigação estatística e documental. No caso dos jornais televisivos, o material foi comprado, em Portugal, à empresa Marktest, enquanto no Brasil as captações foram realizadas nos *sites* abertos das estações televisivas (Coutinho & Oliveira, 2015). Na análise de blogs políticos, que só se realizou em Portugal, o critério foi isolar os 10 com maior média de visitas (Serrano & Calado, 2015).

Ainda nesta dimensão operativa, a execução do projeto em Portugal envolveu a construção e validação de bases de dados em SPSS (Statistical Package for Social Science) relativas aos conteúdos manifestos dos meios de comunicação que integraram o *corpus*⁴. Com vista à padronização e normalização do preenchimento destas bases de dados foram, igualmente, construídos e aferidos *codebooks* (livros de códigos) relativos à imprensa, televisão e *blogs*. Para a análise dos *blogs* recorreu-se às novas ferramentas e metodologias de análise da *web* 2.0 (Herring, Scheidt, Kouper & Wright, 2006, pp.3-20). Dado o volume de dados registados, entre 2005 e 2012, a análise do *corpus* foi restringida, em Portugal, ao ano de 2009, ano de eleições, exceto no caso Submarinos, dado que registou um maior número de peças no ano de 2010. Nos canais de televisão de sinal aberto – SIC, TVI e

⁴ A mestre e bolsista do Projeto Patrícia Contereiras teve a seu cargo a construção e validação das bases de televisão. A licenciada Carla Oliveira teve a seu cargo a construção e validação das bases de imprensa.

RTP1 – foi feita a análise de todas as peças televisivas e construídas bases para cada um dos quatro casos (BPN, Face Oculta, Freeport e Submarinos). Na imprensa, foi adotado o mesmo procedimento relativamente à construção de bases de dados que registaram os jornais *Diário de Notícias* e *Público*, os semanários *Expresso* e *Sol*.

No Brasil, e em Moçambique, as equipas utilizaram metodologias próprias às suas realidades, tendo em consideração a dimensão do corpus, assim como os recursos humanos disponíveis. No Brasil, os colegas optaram pela análise do discurso na imprensa e pela observação das rotinas e procedimentos técnicos utilizados na televisão, com vista a identificar padrões noticiosos.

Os resultados obtidos permitiram identificar a existência de uma rotina jornalística que perpassa a produção noticiosa. Estas rotinas levam a que os meios de comunicação mantenham determinados padrões noticiosos, independentemente das circunstâncias e das especificidades dos casos, ao selecionar, de forma constante, valores-notícia semelhantes. Em Portugal identificámos padrões de cobertura, em todos os meios (imprensa, televisão e *blogs*) a partir da análise dos conteúdos manifestos e dos resultados estatísticos obtidos a partir dos *outputs* das bases e dos seus cruzamentos. As rotinas são comuns a Portugal e ao Brasil mas a cultura jornalística e a cultura política conferem especificidades à cobertura jornalística em cada país⁵. Em Moçambique, a censura política e a autocensura, bem como o papel do jornalismo “de partido único” conferem características específicas às coberturas jornalísticas, onde o que está subentendido adquire grande valor noticioso.

Os resultados apontam para a semelhanças na cobertura jornalística em Portugal e no Brasil, nomeadamente no que concerne à visibilidade concedida aos atores políticos, independentemente, ou não, do seu envolvimento nos casos analisados, bem como o fraco protagonismo dos corruptores, sejam eles pessoas ou instituições. Têm, igualmente, um grande peso nestes dois países as rotinas e a aplicação de critérios noticiosos estabelecidos, isto quer dizer que há “receitas pré-prontas” que determinam

⁵ Os resultados destes trabalhos foram apresentados em diferentes encontros internacionais (AM-POC, 2014, Ibercom 2015, Confibercom 2015, IAMCR, 2015) e nacionais (Colóquios em Lisboa, Coimbra e Porto entre 2014 e 2015) e encontram-se *online*. O Centro de Investigação, Media e Jornalismo (CIMJ) publicou também uma revista dedicada à temática Media e Corrupção (nº 26) (disponível em http://www.cimj.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1335:8&catid=25:noticias&Itemid=166). Estão previstas ainda duas outras publicações reportando entrevistas de jornalistas sobre corrupção política e aspetos referentes aos discursos da imprensa, da televisão e das redes sociais sobre a corrupção política.

a forma de fazer jornalismo. Contudo, notámos diferenças, entre Portugal e o Brasil, na forma de nomear e aceder a fontes, nos “estilos” noticiosos, na intensidade das “acusações”, assim como na relação com a Justiça e seus agentes e no modo como se apresenta a “desocultação” dos casos. Também, em ambos os países, as instituições públicas apresentam grande protagonismo e enquadramentos preferencialmente desfavoráveis, sobretudo, nos jornais televisivos. Salientamos, ainda, um grande protagonismo da Justiça e dos seus agentes, que são profundamente mediatizados, principalmente, quando envolvem “lutas” de campo, entre a Justiça e a Política.

As investigações tendem, ainda, dentro da proposta de Johnston (2005) a situar os três países integrantes do projeto, no que toca à corrupção política, num momento de mudança de paradigmas. Portugal estaria numa fase em que acumula patologias inerentes quer aos “Cartéis de Elites” como à “Influência de Mercados”, estando as instituições públicas sob grande pressão dos mercados financeiros. O Brasil parece acumular patologias intrínsecas à síndrome de “Oligarquias e Clãs”, bem como de “Cartéis de Elites”, embora manifeste, também, características presentes na síndrome “Influência de Mercados”. Nesta amálgama as instituições públicas e privadas encontram-se fortemente descredibilizadas e os cidadãos pressionam – principalmente na rua e nas redes sociais – com vista à regeneração. Em Moçambique as patologias da corrupção encontram-se na sua quarta modalidade, isto é associadas à prevaricação dos funcionários públicos e dirigentes do partido dominante, embora se faça sentir condicionantes com vista à abertura ao mercado global.

O desenvolvimento do projeto “Corrupção política nos média: uma perspetiva comparada Portugal, Brasil e Moçambique” pôs, ainda, em evidência questões discutidas a partir das teorias da mediatização (Stromback, 2008, 2011; Hepp, 2012; Livingstone & Lunt, 2014), com exceção de Moçambique onde os média, nomeadamente a televisão, têm um papel muito incipiente, centrado em dois centros urbanos, as cidades de Maputo (capital) e Beira.

Lembramos que o metaprocessos de mediatização caracteriza-se pela crescente independência dos média face às instituições e pelo distanciamento progressivo que estes vão adquirindo perante os enquadramentos legislativos e as políticas regulatórias. Este fenómeno efetiva-se a partir da conjugação de duas dinâmicas paralelas: o afastamento dos média das suas primordiais funções em democracia, assumindo lógicas próprias enquanto instituição autónoma, e o reconhecimento, pelos atores políticos, de que as suas estratégias de comunicação terão que estar subordinadas

às lógicas dos média. Neste sentido, o poder dos média passa a residir não só na sua independência perante as demais instituições sociais, mas no facto das suas lógicas – formatos, conteúdos, prioridades, ritmos, gramáticas, etc. – se sobreporem a todas as outras lógicas institucionais, moldando o pensamento e condicionando o conhecimento dos cidadãos sobre o mundo. A mediatização das instituições sociais contribui para a construção de uma “realidade mediatizada” que pressupõe uma visão do mundo que salienta ou apaga determinados fenómenos e perspetivas, condicionando, definitivamente, a observação do “mundo real”. A mediatização da corrupção política conduz, por um lado à desocultação deste fenómeno e “dá a ver” como funcionam determinados atores e instituições públicas e privados mas, por outro lado, promove sistematica e quotidianamente a descredibilização dos atores e das instituições democráticas perante a opinião pública.

APONTAMENTOS PARA O FUTURO

Estas investigações contribuíram, na nossa perspetiva, para a construção de um grupo de investigadores, talvez o embrião de uma rede de investigação académica, interessados em comunicação e política no espaço lusófono. As dificuldades registadas e observadas ao longo deste projeto reforçam a necessidade de se investir e aprofundar trabalhos desta natureza, que partilhem conhecimentos e metodologias.

Compreendemos, também, que as categorias comparativas propostas por Hallin e Mancini (2004) não são suficientes para apreender a transversalidade dos fenómenos de corrupção política, uma vez que aqueles autores privilegiam a análise dos fenómenos em contextos nacionais e só, posteriormente, os comparam. Para além da observação e descrição dos sistemas políticos, mediáticos e dos enquadramentos legais, foi necessário buscar outras características de análise para a apreensão daqueles fenómenos (Johnston, 2005).

Constatamos, ainda, nas diferentes abordagens a presença de muitos elementos próprios aos “nacionalismos metodológicos” e a dificuldade que os pesquisadores têm em repensar os protocolos de pesquisa e as abordagens teóricas e metodológicas consensualizadas. Assim, e para reflexão futura, colocamos as questões: em que medida fenómenos transversais às sociedades globalizadas encontram respostas em procedimentos rotinizados e consensualizados em escolas e centros de investigação? Como obter “conhecimento” a partir da aplicação de protocolos e rotinas

consolidados pelos atuais paradigmas dominantes? Como evitar a valorização de canones e “formatos” de pesquisa em detrimento dos conteúdos da “descoberta”? Ou ainda, como ultrapassar “as modas” teórico-metodológicas que acompanham as pesquisas em Ciências Sociais?

Estas e outras questões surgiram ao longo deste projeto sobre os média e a corrupção política que pretendeu inovar metodologicamente, apresentar dados originais, manter a fiabilidade e a credibilidade dos seus procedimentos e, principalmente, contribuir para o avanço dos Estudos sobre os Média.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Altheide, D. L. & Snow, R. P. (1979). *Media Logic*. Beverly Hills: Sage.
- Altheide, D. L. & Snow, R. P. (1988). Toward a theory of mediation. In: J. A. Anderson (Ed.), *Communication Yearbook 11* (pp. 194-223). Newbury Park: Sage.
- Ampuja, M. (2013). *Theorizing Globalization: A critique of the Mediatization of Social Theory*. Leiden: Brill.
- Ampuja, M.; Koivisto, J. & Valiveronen, E. (2014). Strong and Weak Forms of Mediatization Theory. *Nordicom Review 35, Special Issue*, 111-123.
- Appadurai, A. (1996). *Modernity at Large*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Avritz, L. (2002). *Democracy and the Public Space in Latin America*. Princeton: Princeton University Press.
- Baudrillard, J. (1976). *L'échange symbolique et la mort*. Paris: Gallimard.
- Beck, U. (1992). *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres: Sage.
- Beck, U. (2006). The cosmopolitan Condition, Why Methodological Nationalism Fails. *Theory, Culture & Society*, 24(7-8), 286-290.
- Beck, U. & Sznaider, N. (2006). Unpacking cosmopolitanism for the social sciences: a research agenda. *The British Journal of Sociology* 57(1), 1-23.
- Berger, P. L. & Luckman, T. (1969). *The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge*. Londres: Penguin.
- Canclini, N. (1989). *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp.
- Canclini, N. (1999). *La globalización imaginada*. Barcelona: Ed. Paidós.

- Castells, M. (2002). *A sociedade em rede*, Vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Castells, M. (2003). *O Poder da Identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Couldry, N. & Hepp, A. (2013). Conceptualizing Mediatization: *Contexts, Traditions, Arguments, Communication Theory*, 23(3), 191-202.
- Coutinho, I. & Oliveira Filho, J. T. (2015). A cobertura televisiva da corrupção em anos eleitorais: uma análise do enquadramento do caso Petrolão nos noticiários de emissoras pública e comercial. *Revista Media & Jornalismo*, 26(14) 1,149-166.
- Cunha, I. F. & Serrano, E. (Eds.) (2014). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos jurídicos*. Lisboa: Alêtheia.
- Davis, S.; Straubhaar, J. & Cunha, I. (2016). The Construction of a Transnational Lusophone Media Space: A historiographical Analysis. *Popular Communication: The International Journal of Media and Culture*, 14(4), 212-223.
- Della Porta, D. & Mény, Y. (1995). *Démocratie et Corruption en Europe*. Paris: La Découverte.
- Featherstone, M. (1990) *Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes.
- Figueiras, R. & Ribeiro, N. (2013). New Global Flows of Capital in Media Industries after the 2008 Financial Crisis: The Angola-Portugal Relationship. *The International Journal of Press/Politics*: 18(4), 508-524.
- Filgueiras, F. (2008). *Corrupção, democracia e legitimidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Giddens, A. (2001). *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- Gomide, C. & Haje, L. (2013). Brasil: algumas conquistas, grandes desafios. In E. Geraldes & S. Leal (Eds.), *Políticas de Comunicações: um estudo comparado Brasil, Espanha, Estados Unidos, México e Venezuela* (pp.32-72). Salamanca: Comunicación Social: ediciones y publicaciones.
- Hallin, D. & Mancini, P. (2004). *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hallin, D. & Mancini, P. (2010). Comparative Media Systems. In B. Dobek-Ostrowska; M. Glowacki; K. Jakubowicz. & M. Sukosd (Eds.), *European and Global Perspective* (pp. xi-xiv). Budapest: CEU Press.

- Hallin, D. & Mancini, P. (2012). *Comparing Media Systems Beyond the Western World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Heidenheimer, A. & Johnston, M. (2002). *Political Corruption: Concepts and Contexts*. New Brunswick, NJ : Transaction Publishers.
- Heidenheimer, A.; Johnston, M. & Levine, V. (1989). *Political Corruption: A Handbook*. New Brunswick, NJ : Transaction Publishers.
- Hepp, A. (2012). Mediatization and the "Moulding Forces" of the Media. *Communications*, 37, 1-28.
- Herman, E. & McChesney, R. (1997). *The Global Media: The New Missionaries of Corporate Capitalism*. London: Cassell.
- Herring, S. C.; Scheidt, L. A.; Kouper, I. & Wright, E. (2006). A longitudinal content analysis of weblogs: 2003-2004. In M. Tremayne (Ed.), *Blogging, Citizenship, and the Future of Media* (pp.3-20). London: Routledge.
- Johnston, M. (2005). *Syndromes of corruption: wealth, power and democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Livingstone, S. (2012). Challenges to Comparative research in globalization media landscape. In F. Esser & T. Hanitzch (Eds.), *Handbook of Comparative Communication Research. ICA Handbook Series*. Nova Iorque: Routledge.
- Livingstone, S. & Lunt, P. (2014). Mediatization: na emerging paradigm for media and communication studiess. In K. Lundby (Ed.), *Mediatization of Communication. Handbook of Communication Science (21)* (pp.703-724). Berlin: De Gruyter Mouton.
- Maia, A. J. (2010). *Corrupção realidade e percepções: o papel da imprensa*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Martin-Barbero, J. (1998). *De los Medios as las mediacones: comunicacion, cultura y hegemonia*. Bogotá: Convénio Andres Bello.
- McCombs, M. & Shaw, D. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36(49), 51-78.
- Moisés, J. A. (Ed.) (2010). *Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas*. São Paulo: EDUSP.
- Nordenstreng, K. & Thussu, D. K. (2015). *Mapping BRICS Media*. Londres: Routledge.

- Orozco Gómez, G. (2001). Audiencias, Televisión y Educación: una desconstrucción pedagógica de la "televidencia" y sus mediaciones. *Revista Ibero-americana de Educación. Organização dos Estados Iberoamericanos, Setembro-Dezembro*, 27.
- Quijano, A. (2005). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas*. Retirado de http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf
- Robertson, R. (1992). *Globalization: Social Theory and Global Culture*. Londres: Sage.
- Rose-Ackermann, S. (1999). Political Corruption and Democracy. *Faculty Scholarship Series*, 592. Retirado de http://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/592
- Salgado, S. (2011) O digital entre os muitos divide de África. *Media & Jornalismo*, 18(10)1,100-111. Retirado de http://www.cimj.org/images/stories/docs_cimj/18artigo-6.pdf
- Santos, B. de S. (2002). Os processos da Globalização. Retirado de <http://www.eurozine.com/articles/2002-08-22-santos-pt.html>
- Santos, B. de S. (2003). Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. Retirado de http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/100/20080627_entre_prospero_e_caliban.pdf
- Scheufele, D. (2000). Agenda-setting, priming, and framing revisited: another look at cognitive effects of political communication. *Mass Communication & Society*, 3(2&3), 297-316.
- Serrano, E. & Calado, V. (2015). Serão os blogs uma alternativa aos meios na discussão de temas como a corrupção política? *Revista Media & Jornalismo*, 26(14)1, 91-110.
- Silverstone, R. (1999). *Why study the media?* Londres: Sage.
- Sousa, L. de & Triães, J. (2008). *A Corrupção e os Portugueses - Atitudes, Práticas e Valores*. Lisboa: Edições Rui Costa Pinto.
- Sparks, C. & Tulloch, J. (2000). *Tabloid Telles; Global Debates Over Media Standards*. Londres: Rowman e Littlefield.
- Straubhaar, J. (2013). Sedimentada, híbrida e múltipla? A nova geografia cultural das identidades. São Paulo: *Revista Matrizes*, 7(1), 59-93.
- Stromback, J. (2008) Four Phases of Mediatization: an Analysis of the Mediatization of Politics. *Press Politics* 13(3), 228-246.

- Stromback, J. (2011) Mediatization and perceptions of the Media’s Political Influence. *Journalism Studies*. 12, 423-439.
- Talija, S.; Keso, H. & Pietilainen, T. (1999). The production of “context” in information seeking research: a metatheoretical view. *Information Processing and Management*, 35, 751-763.
- Traquina, N. (1994) (Ed.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega.
- Wallerstein, I.; Amin, S.; Arrighi, G. & Frank, A. G. (1990). *Transforming the Revolution: Social Movements and the World-System*. Nova Iorque: Monthly Review Press.

Citação:

Cunha, I. F. (2017). Pesquisa cooperativa e comparativa: o projeto “Média e corrupção (Portugal, Brasil e Moçambique)”. In M. Gama & H. Sousa (Eds.), *Contributos do Congresso Internacional “Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona”* (pp. 24-46). Braga: CECS.

JORGE DAVID CORTÉS MORENO

jd cortesm@yahoo.com.mx

**INSTITUTO DE CIENCIAS DE GOBIERNO Y DESARROLLO
ESTRATÉGICO (ICGDE), BUAP, MÉXICO**

NUEVAS ESTRATEGIAS DE GESTIÓN Y COMUNICACIÓN DE REVISTA CULTURALES Y CIENTÍFICAS EN MÉXICO

RESUMEN

En las sociedades modernas los espacios de participación comunicativa directa han declinado a favor de los espacios en los medios de comunicación masiva, provocando que se conviertan en espacios privilegiados para el debate y la discusión pública. Esta situación ha llevado a que se considere que lo que no se difunde por estos medios tradicionales, prácticamente no existe, por importante que sea, y viceversa, lo que pasa por los medios impresos de difusión y divulgación, por pequeños que sean, adquiere relevancia inmediatamente. En esta ponencia, se analizan casos de participación de nuevos actores en el diseño y gestión de medios impresos (revistas) que permiten difundir nuevos contenidos, en los últimos años ampliando su espacio de influencia, abriendo nuevos horizontes para la comunicación en la región, y se evalúa el impacto que han tenido en los procesos locales de modernización.

PALABRAS CLAVE

Cooperación; gestión; gobierno

INTRODUCCIÓN

En la ciudad de Puebla, se ha dado un fenómeno comunicativo en los últimos años, consistente en tener distintas lecturas de la realidad por parte de la sociedad, los medios de comunicación y los diversos niveles de gobierno, aunque este documento se concentra en el nivel local sin omitir la relevancia de lo regional. Tras diversos estudios, se ha observado que en la ciudad de Puebla se dan cita varias realidades: de un lado, la que la sociedad percibe; de otro, la que el gobierno local identifica; más allá, la que los medios de comunicación apuntan y dependiendo de las circunstancias, existe otra que visualizan los grupos de presión, sin omitir una cuarta

realidad que corresponde a la del gobierno estatal, lo que hace pensar en cuatro realidades sesgadas (Durandín, 1983). Se entiende que en un trabajo de mayor calado habría que considerar también la percepción del gobierno federal respecto a la realidad de la ciudad de Puebla. En semejante territorio, el trabajo de investigación que aquí se resume exhibe algunos ejemplos de visualización de la realidad bajo distintas lecturas e interpretaciones en términos de los temas cruciales de la gobernabilidad y la gobernanza en la ciudad de Puebla, en donde se puede identificar que en ocasiones, lo superfluo es crucial y lo importante es apenas perceptible. Como podrá entenderse, esta percepción influye de manera determinante en la gestión pública y su relación con la sociedad, ya que una puede ir a contracorriente de la otra, aunque no se exprese tal desconcierto en forma violenta, sino opinativa. Así pues, es apropiado entender que en el territorio de la comunicación, la persuasión y la distorsión juegan un papel fundamental en la generación de una opinión pública no necesariamente apegada a lo que en realidad ocurre. De ahí, el que la sociedad se fragmente y se den innumerables respuestas a un mismo fenómeno público, como puede ser el crecimiento económico, la criminalidad o la gestión metropolitana.

PUEBLA 2013: EL ANÁLISIS

El trabajo realizado permite suponer que, la agenda pública (Durandín, 1983) en el caso de Puebla¹ no es “pareja” en el sentido que el *mainstream*, la sociedad y el gobierno no suelen coincidir en sus señalamientos, lo que deja claramente establecido que al menos desde la perspectiva comunicativa, la sociedad vive en condiciones distantes respecto a la que perciben o dicen percibir el *mainstream* y las autoridades locales. Al final de este análisis se apuntan algunas explicaciones potenciales respecto a este curioso comportamiento en el que sociedad, *mainstream* y gobierno local se manejan en direcciones divergentes en su percepción y actuación. En el entendido que esta ponencia se restringe a 2013 y por lógica al gobierno local saliente – 2011 a 2014 – se organizó la cosecha de datos en términos de la taxonomía que dicha administración operó en sus Informes de Gobierno (Ayuntamiento de Puebla, 2013)², basados en cinco ejes: desarrollo urbano

¹ Al respecto: “la agenda pública de gobierno está conformada por el conjunto de problemas, demandas, cuestiones, asuntos que los gobernantes han seleccionado y ordenado como objetos de su acción y más propiamente como objetos sobre los cuales han decidido actuar” (Molina, 2011).

² También fue consultado el *Primer Informe de Gobierno*, editado en 2012 por la misma administración municipal.

y metropolitano; comunidad segura; desarrollo económico integral, desarrollo social incluyente y mejores prácticas municipales. También se tomó en cuenta la divulgación de mensajes propagandísticos del gobierno del estado – para el lapso 2011 a 2017 – con el propósito de contrastar si ambos niveles de gobierno veían como relevante a los mismos elementos de la ciudad de Puebla y a partir de ello poder ubicar contrastes o coincidencias en términos del interés público.

DESARROLLO URBANO Y METROPOLITANO

La realidad que el ciudadano común percibe es la de una ciudad que ha crecido en forma desordenada y que a partir de intereses públicos y privados entremezclados en las más insólitas formas, se han generado proyectos habitacionales, residenciales, comerciales e industriales que no resuelven de manera integral dicho desorden, sino que lo incrementan o en el menor de los casos, lo toleran. Como en todo problema público, cualquier excepción o exención en el cumplimiento de una norma siempre garantiza impunidad; de ahí que los ciudadanos opten por “acomodarse” al entramado trienal que los gobierna, hasta que llegue otro en el que practicarán dicha capacidad acomodaticia. Mientras tanto, el crecimiento urbano será rehén de interminables intereses, destacando entre todos ellos un problema político del que no se avizora solución, al menos a corto plazo: cuando el gobierno municipal es integrante de un grupo de poder distinto al del gobierno estatal, es prácticamente un hecho que los principales perdedores en tal escenario serán los ciudadanos, ya que los recursos económicos que el estado destina al municipio serán utilizados de manera cotidiana como instrumento de cohesión³. En este territorio, la ciudad de Puebla ha sufrido varias experiencias de este tipo y sería difícil poder contabilizar cuantos años de retroceso se dan cada vez que ocurre esta diferencia de poder entre los gobiernos municipal y estatal. Así, esta ausencia de coordinación real termina por generar problemas de atención a la gestión urbana, garantizando que la ineficiencia e ineficacia tomen el control frente a una sociedad inerme, que recibe mensajes propagandísticos en el sentido de que las cosas avanzan, aunque la realidad sea muy distinta.

³ Considerando al nivel local bajo una visión asimétrica frente al poder: “los gobiernos locales son eslabones débiles de la organización política nacional porque no cumplen con las tareas esenciales del Estado democrático; primero, no cobran impuestos ni rinden cuentas; segundo, no aplican la ley ni garantizan la seguridad de sus ciudadanos” (Aguilar & Castañeda, 2009, p. 86).

COMUNIDAD SEGURA

Es indudable que el tema de la seguridad pública sea el más polémico en el diverso espacio opinativo de la sociedad, los gobiernos municipal y estatal, así como de los grupos de presión. Hay dos evidencias contradictorias entre sí de que algo no funciona bien en Puebla: la primera es la llegada de familias enteras procedentes de otros estados de la República, en los que la violencia es imparable y se ha generado una poderosa migración interna hacia entidades en las que el crimen organizado no muestra su peor cara; sin embargo, durante los últimos dos años se ha dado una escalada sin precedentes en los robos, asaltos y secuestros, particularmente en la capital del estado. Por otra parte, las imágenes de cuerpos desmembrados que llegaban al estado, procedentes de entidades azotadas por los cárteles, también comienzan a ser captadas en Puebla, al igual que la constante amenaza de artefactos explosivos. Ante semejante panorama, se dio una ruptura puntual entre la percepción gubernamental y la societal respecto a qué tan grave es el problema de la seguridad pública en Puebla. Las respuestas se han dividido en dos grupos: el primero es el que señala que estadísticamente, Puebla es un lugar sumamente seguro para vivir y que la presencia de la delincuencia organizada no es palpable como en otras entidades; el segundo grupo es el que apunta a que independientemente de que Puebla no sea una zona de guerra entre-contra cárteles, el robo a mano armada y el secuestro han crecido drásticamente, pese a lo que digan las autoridades y sus estadísticas. No hay duda que en este punto, sociedad, gobiernos y medios no manejan la misma percepción y por lo visto, cada cual seguirá su camino: la sociedad apunta cada vez más a la aplicación de las “redes sociales” para mantenerse informada sobre lo que ocurre en tiempo real respecto a la delincuencia; los gobiernos se aferran a sus estadísticas y programas⁴ y, los medios contemporizan la realidad con lo que los gobiernos dicen observar, con el propósito de tener *rating*, a la vez que “dan juego” a las autoridades y a los ciudadanos para supuestamente, no quedar mal con nadie. Se entiende que esta posición mediática es riesgosa para los ciudadanos, ya que no pueden confiar plenamente en lo que el *mainstream* dice y por ello, optan por las “redes sociales” con el propósito de informarse – o desinformarse – con mayor libertad.

⁴ Dice Morozov al respecto: “definir una política pública en forma ambigua y utilizando términos vagos ayuda a los políticos a obtener apoyo desde distintos intereses; la presión puede hacer que tarden en llegar” (Morozov, 2013, p. 123).

DESARROLLO ECONÓMICO INTEGRAL

El desarrollo económico se puede traducir en una frase modesta pero poderosa: generar oportunidades de prosperidad igualitaria. En otras palabras, se trata de producir las condiciones para que los habitantes de la ciudad de Puebla puedan obtener beneficios económicos dentro de la legalidad. Lo anterior supone esfuerzos en un enorme abanico de elementos: la reducción de la pesada burocracia; la generación de un marco jurídico que dé certeza para los negocios a la vez que los incentive; la formación de calidad para todos aquellos que pretenden emprender una actividad profesional, comercial, industrial a pequeña escala; la unificación de criterios jurídicos municipales con los estatales y federales para desalentar la economía informal y estimular la formal; la generación de un clima de inversión que apoye el consumo de lo local, no como proteccionismo, sino como garante de un mínimo de posibilidades en el éxito de la empresa emprendida, entre muchos otros esfuerzos más. Empero, tres factores se han encargado de empañar las pretensiones públicas a nivel municipal en el lapso de referencia: primero, los ayuntamientos en México no tienen ni de lejos el poder para realizar los cambios estructurales que les afectan a menos que cuenten con una coordinación perfecta con los gobiernos estatal y federal, lo que no ha sido el caso para Puebla, al menos en el trienio que culminó en 2014; segundo, los ingresos propios de los ayuntamientos son superados por las necesidades que deben atender, de tal suerte que su éxito o fracaso depende de la capacidad de cabildeo del alcalde para obtener más o al menos recibir en tiempo y forma aquellos dineros que le corresponden por parte de su respectivo gobierno estatal y del federal en sus diversas dependencias y “etiquetas presupuestales”; tercero, en el caso concreto del municipio de Puebla en el lapso de gobierno multicitado, se dio la presencia en Puebla de una delincuencia que ha mermado poderosamente la confianza en los servicios de seguridad pública municipal, factor determinante para que el ciudadano no se conforme con “bicicletas inteligentes” en el primer cuadro de la ciudad – ruido mediático incluido⁵ –, sino en el reforzamiento de la fuerza pública en unidades habitacionales y colonias empobrecidas, por ejemplo. Bajo este escenario, lo poco que se ha hecho por desarrollar oportunidades de prosperidad igualitaria en Puebla, se ha mostrado remedial, considerando las necesidades de la cuarta ciudad más importante del país.

⁵ Dicho en un lenguaje formal: “estamos en presencia de una estrategia de dilución cuando el medio de comunicación social priva al fenómeno de su sentido conflictivo y lo integra en el background o fondo de representaciones estereotipadas”, es decir, lo trivializa (Paoli, 2005, p. 112).

DESARROLLO SOCIAL INCLUYENTE

Este es el eje que muestra las debilidades de la gestión municipal en términos de capacidad de generación de soluciones competitivas a la problemática social. La principal debilidad estriba en una obviedad: los programas sociales de mayor impacto que aplican los ayuntamientos son en realidad productos especializados y financiados por diversas dependencias federales. Así, la Secretaría de Desarrollo Social – SEDESOL– “baja” programas como: “Programa de empleo temporal”, “Pensión para adultos mayores”, “Opciones productivas”, “Programa 3 x 1 para migrantes”, “Programa para el desarrollo de zonas prioritarias”, “Piso firme”, “Rescate de espacios públicos”, “70 y más”, “DICONSA”, “Estancias infantiles para apoyar a madres trabajadoras”, “Microrregiones”, “FONHAPO”, “HABITAT” y “LICONSA” (SEDESOL, 2012). En esta lógica, los resultados que ofrece el ayuntamiento experimentan una curiosa dicotomía: desde la perspectiva de políticas públicas, son transversales pero dependen en mucha mayor medida de la federación y de los estados que de los municipios y, en un ejercicio de política surrealista, se manejan los resultados de dichos programas en los Informes de Gobierno de los tres niveles, lo que llama a la confusión para la mayoría de los ciudadanos, ya que muchos de éstos no saben en realidad quién hizo qué. Por otra parte, el desarrollo social forzosamente vincula diversos elementos tales como: la seguridad pública, que permite a las personas realizarse en un ambiente libre de criminalidad; la seguridad jurídica, que da certeza a los ciudadanos para desarrollarse en un marco de respeto al Estado de Derecho; el combate a la corrupción⁶, que asegura a las personas que podrán llevar a cabo sus diversas actividades sin ser sujetos de cohesión por parte de la autoridad; el respeto y la coordinación entre los diversos niveles de gobierno, a efecto de que los esfuerzos públicos realmente den resultados y no se enfraquen en un tumulto de simulaciones y disputa en las que el ciudadano queda en medio de las pugnas por el poder; y, como corolario, la aplicación de los recursos presupuestales de los municipios a la atención de verdaderas necesidades ciudadanas y no al dispendio para ocurrencias trienales que lo mismo llaman a la confusión que a la sospecha de malos manejos. Pues, los elementos que se mencionan para generar un auténtico desarrollo social no se llevan a cabo, particularmente por tres motivos: el mantenimiento del *statu quo* en los problemas municipales, a efecto de no enfrentar a poderes fácticos

⁶ En el entendido que existen varios tipos de corrupción, pero en este caso la mención es directa a la conocida “corrupción política” es decir: “el concepto, tal como se lo emplea hoy, no hace referencia a la corrupción individual, aislada, siempre posible aún en el régimen menos corrupto, sino a la corrupción generalizada del sistema político” (Arnoletto, 2007).

de enorme calado; la divergencia interminable entre los diversos niveles de gobierno, que obstaculiza la solución de la agenda local y, la politización de las decisiones públicas, que ralentiza la capacidad de respuesta de la autoridad ante los desafíos endógenos y exógenos del municipio.

MEJORES PRÁCTICAS MUNICIPALES

Durante el lapso de referencia, la administración municipal se encaminó a la implementación de acciones tendientes a fortalecer temas tales como: la transparencia; una gestión financiera apropiada; la mejora continua, el perfeccionamiento de diversos aspectos jurídicos y algunos elementos vinculados con gobernabilidad y gobernanza. Si bien es cierto que diversos grupos sociales han considerado que efectivamente, la transparencia – al menos a nivel del sitio *web* oficial del ayuntamiento – es por mucho más robusta que la de cualquiera de sus pares en el estado y que el endeudamiento no se ha salido de control – como ocurrió en otras administraciones –, también es indudable que la certeza jurídica y el manejo de la gobernabilidad no han salido bien libradas en esta administración. Los ejemplos sobran y se han acumulado durante el trienio mencionado. A modo de un apresurado resumen podrían mencionarse los siguientes problemas que no solamente no encontraron solución en ese lapso de gobierno, sino que se maximizaron en su conflictividad y consecuencias negativas para los ciudadanos: primero, que la seguridad pública se desplomó como no se había visto en años, particularmente en términos de secuestro, robo y asalto. La seguridad pública es uno de los indicadores primarios que utilizan los ciudadanos para identificar si sus autoridades son eficientes o ineficientes y en este rubro se ha generado un grave problema que como se ha mencionado en otro elemento, se intenta cubrir con estadísticas que son desmentidas por la realidad. Otro ítem a considerar es la enorme cantidad de elementos urbanos que requiere la ciudad en sus perímetros exteriores – en los que vive la gente de menores ingresos y generalmente, en asentamientos irregulares – y que no han sido totalmente atendidos, acaso paliados. También se agrega el notorio crecimiento de “narco-tiendas” en distintos puntos de la ciudad, sin que la autoridad atienda este conflicto. Finalmente, la falta de coordinación entre el gobierno de la ciudad y el gobierno estatal ha terminado por producir una barrera que deja en medio a los ciudadanos cuando pretenden realizar trámites en los que ambos niveles de autoridad confluyen, sobresaliendo entre ellos el de la construcción y la protección civil. No hay duda de las áreas en las que el municipio ha

mostrado algún avance, pero los huecos de gobernabilidad que deja son de una gravedad que no ha recibido la atención pertinente.

LAS REDES SOCIALES, BABEL DIGITAL

Tras las elecciones del gobierno estatal actual – 2011 a 2017 – se dio un curioso vuelco en el *mainstream* ortodoxo: tras décadas de un gobierno priista, el estado de Puebla atestiguó como los medios de comunicación⁷ que, en algunas ocasiones, habían sido parte angular del poder, comenzaron a modernizarse y después de su metamorfosis, quedaron englobados en diversas cajas de resonancia de la opinión pública y la diversidad de opiniones a nivel local, teniendo como resultado un caleidoscopio de interpretaciones y análisis de hechos sociales. Así, el Pareto de los medios de comunicación en el estado quedó conformado por una amplia mayoría de medios con diversos enfoques y contenidos. Empero, las costuras de este Pareto comenzaron a notarse con rapidez: lo que ocho medios – por ejemplo – anuncian como un mérito gubernamental extraordinario, otros dos medios lo califican como una ocurrencia sin sustento. Ante semejante panorama, los ciudadanos a los que les interesaba obtener información no inscrita en el maniqueísmo, comenzaron a gestionar en las “redes sociales”⁸

⁷ Los medios de comunicación son: “vectores unidireccionales de un mensaje emitido por un individuo o grupo de individuos y dirigido a un público muy amplio. En ese sentido, son aparatos de amplificación social, y en ello estriba su enorme importancia política: si la política es en esencia un fenómeno de instigación con fines sociales, los medios de comunicación social permiten sustituir la antigua transmisión persona a persona o persona a grupo por una transmisión que puede llegar a abarcar poblaciones enteras, e incluso el mundo, convertido hoy por obra de los medios vía satélite en una aldea global”. Véase entrada de “Medios de comunicación social”. Recuperado de <http://www.eumed.net/diccionario/definicion.php?dic=3&def=210>

⁸ En este caso concreto, se habla de redes sociales por Facebook, Twitter, etc., y no en el sentido sociológico de vínculos entre personas por diversos motivos. La clasificación más pertinente la resume Marta Rizo de la forma siguiente: “podemos distinguir tres grandes usos del concepto de red social. En primer lugar, existe un concepto heurístico de red, que hace referencia a la forma como se plantean proyectos de investigación. Es en este sentido que se habla de investigaciones o trabajos ‘en red’, en el que participan personas geográficamente separadas que unen sus conocimientos para investigar un objeto de estudio concreto. Otro uso del concepto es el que se refiere a la red como forma de intervención social. De hecho, este segundo uso es el más común cuando se habla de redes sociales, ya que en la mayoría de los casos éstas responden a una intención específica de intervención y mejora de una comunidad social concreta. Las redes de intervención operan mediante el diagnóstico y la participación, y parten del aprovechamiento no explotado de grupos sociales para promover una mejora en sus condiciones de vida. El uso más formal del concepto de red es el referido al enfoque teórico-metodológico del ‘análisis de redes’, una propuesta que se ha generado a partir de elementos de la teoría de grafos, del álgebra, de las ciencias sociales y de las ciencias de la comunicación, principalmente. Este enfoque permite enriquecer los diseños de investigación o, si se utiliza como método de análisis de datos, permite disponer de una visión no alcanzable por los medios tradicionales, ya que posibilita formular mejores preguntas e hipótesis” Rizo Marta (s.d.).

sus propios “noticieros”, ya sea en Facebook, Youtube, Twitter o Periscope. De manera tímida, tales medios de comunicación digital han ido creciendo y se consideran “confiables” por diversos grupos ciudadanos, ya que la información es manejada directamente por la sociedad y no por cualquiera de los protagonistas de esta conflagración mediática: el gobierno estatal, el gobierno del municipio de Puebla, el *mainstream* ortodoxo y los diversos grupos de presión local. Con todo, aún es demasiado temprano para evaluar si estas “redes sociales” serán realmente útiles para asuntos más complejos que notificar la falta de alumbrado público en una calle o la presencia de maleantes a bordo de un auto; habrá que esperar los cambios de gobierno municipal y estatal para identificar si se trató de una acción ciudadana coyuntural o se vislumbra como un mecanismo de participación que no solamente se concentra en el quehacer cotidiano sino en el abordaje de temas que van más lejos, como el fortalecimiento de la democracia o la participación ciudadana en la toma de decisiones de los asuntos públicos de gran calado. Esta Babel digital que se ha construido en Puebla a raíz de las condiciones políticas ya descritas, promete lo suficiente como para ser un fenómeno social que ayude en la transformación de la ciudad, apoyándola en la solución de sus agendas de gobernabilidad y gobernanza, más allá de la retórica que se hace sentir un día sí y otro también en el *mainstream* ortodoxo. Habrá que monitorear esta irrupción digital en la que los jóvenes y los no tanto se han enfrascado de manera espontánea en su mayoría, gestionando un *carrier* que promete mucho, siempre y cuando no se contamine por los muchos grupos de presión interesados en hacerlo suyo.

LAS REVISTAS CULTURALES Y CIENTÍFICAS COMO VÍNCULO SOCIAL

Se ha comentado sobre las diversas interpretaciones que se tienen de la realidad, fomentadas por diversos actores que buscan mostrar su punto de vista respecto algún acontecimiento público. En este sentido, estos medios de comunicación deben de buscar nuevas estrategias de colocación y penetración para poder incidir en las diversa interpretaciones que se tiene de la realidad, para conseguirlo es necesario abrir su espacio de influencia con nuevos contenidos interactivos, buscando no sólo la profundización analítica de su información, valor fundamental en el ejercicio de este tipo de publicaciones, al mismo tiempo, es necesario ampliar su tiempo de circulación en términos de la difusión de los contenidos en el mayor tiempo posible, ya no sólo a nivel local o regional, sobre todo, ahora, a nivel global, configurando redes de colaboradores y distribuidores de contenido, no sólo

a través de las nuevas redes sociales, sino sobre todo a través de intercambio de colaboradores con nuevos esquemas de cooperación, creando residencias mensuales para que los contenidos de diversas regiones se puedan conocer y analizar en foros físicos, con la presencia de alguno de esos colaboradores, tratando de reducir costos de traslado, hospedaje y manutención en los lugares visitados por medio de patrocinadores locales. Esto permitirá no sólo reforzar la presencia de estos nuevos medios especializados, que día a día van ganando terreno en la web, pero perdiendo participación a nivel impreso. Es necesaria la revitalización de esos medios que se nutren de colaboradores especializados para que se conozca de forma real, física la situación o el fenómeno que se está analizando, y así evitar las diversas interpretaciones a partir de intereses locales.

CONCLUSIONES

De acuerdo a lo analizado, se consideran las siguientes posibilidades de explicación respecto al comportamiento de la sociedad, el *mainstream* y el gobierno local.

1. Desde la lógica del interés público⁹, es indudable que a la sociedad le importan los mismos problemas que al gobierno, pero el factótum es la prioridad con la que deben ser atendidos: para el gobierno local puede ser un asunto menor la atención a un enorme boquete en cierta calle escasamente transitada, pero para los vecinos de la zona puede ser la primera de sus prioridades. Por otra parte, los medios no trabajan en función de las necesidades de los vecinos ni del gobierno, sino del *rating*, por lo que se enfocan a darle prioridad a aquellas noticias que sean lo suficientemente escandalosas como para mantener y/o aumentar su audiencia, dejando lo que le interese al gobierno local en un segundo plano, a menos que exista un convenio publicitario extraoficial que haga de ese espacio noticioso una gaceta.
2. El *mainstream* mantiene un universo de intereses mediáticos y políticos que suelen ser distintos a los del interés ciudadano. Sin embargo, las llamadas “redes sociales” han venido a ocupar espacios de expresión sin censura, permitiendo que no pocas personas divulguen su sentir respecto a los problemas públicos en un territorio virtual que

⁹ Identificando al interés público como: “un cambio cognoscitivo radical, semejante a una revelación, en la que un gran número de personas crecen con el sentimiento de que el orden social y político existente no está sujeto a ningún cambio, o que en todo caso ellas carecen de poder para la generación de tal cambio. La repentina advertencia (o ilusión) de que puedo actuar para mejorar la sociedad, y de que además puedo unirme para este fin con otras personas que piensan lo mismo, resulta agradable en tales condiciones” (Hirschman, 1986, p. 101).

es de todos y de nadie. Sin embargo, no hay que engañarse: ante la imparable ola de las “redes sociales” que se han hecho un espacio de expresión ciudadana, los medios, los gobiernos y los grupos de presión fáctico han decidido producir sus respectivos *carriers* digitales, de tal suerte que en la actualidad se tienen cuatro “carriles” comunicativo-digitales, con lo que comienza a gestarse una batalla por la opinión en el territorio electrónico, adonde los jóvenes son mayoría. Todo lo anterior se reduce a una lógica de poder político en la que las noticias del “*mainstream* ortodoxo” – televisión, radio, impresos – se diferencian del “*mainstream* digital” – “redes sociales” e Internet – y éstas a su vez son distintas de la opinión pública, ya sea análoga o digital.

3. A partir de lo anterior, es factible pensar en una pulverización de la opinión pública en Puebla, ya que al existir diversos *carriers* que a su vez se subclasifican en análogos y digitales, se ha disparado lo ambiguo: lo que es prioridad para unos es chabacanería para otros, haciendo que lo relevante sea trivial y lo trivial, relevante, de acuerdo a los intereses de quien genere esos contenidos. Y en medio de todo lo anterior queda el ciudadano, que en no pocas ocasiones se ve inerme ante este embate comunicativo, ya sea por una sobre-exposición a tales *carriers* – embotamiento sensitivo – en la que la persona afectada “bloquea” el acceso a su mente de cualquier tormenta mediática, siendo capaz de escuchar y ver los mensajes que le son enviados pero no los procesa como tales y simplemente los deja pasar o, en una suerte de mecanismo de defensa, se aleja de cualquier fuente noticiosa con el propósito de evitar una marea de mensajes propagandísticos de los distintos grupos de poder y de presión, lo que puede traerle como consecuencia, que no pueda intervenir en las acciones que operan los tomadores de decisiones que le afectan en su vida como ciudadano. En cualquiera de las dos posibilidades, los ciudadanos en su enorme mayoría carecen de instrumentos apropiados para poder responder apropiadamente a esta clase de plagas comunicativas a las que se ven expuestos. Se diría pues, que ante un alud de supuesta información, el discernimiento es la única herramienta capaz de enfrentarle y en consecuencia, de ayudar al ciudadano a construir su propia opinión sobre el estado de las cosas, que al final de cuentas es la realmente valiosa.
4. Es necesario configurar nuevas redes de colaboración para enriquecer la información publicada a través de las revistas de contenido cultural y científico, siendo sus colaboradores los principales promotores de sus contenidos, creando nuevas estrategias de vinculación, difusión y cooperación entre éstas para enriquecer el análisis de la realidad, la cual en esta era de la globalización de la imagen fragmentada, se pueda construir una secuencia de imágenes, una película más cercana a la realidad existente y cotidiana que viven millones de personas desde una perspectiva de trescientos sesenta grados.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguilar, H. & Castañeda, J. (2009). *Un futuro para México*. México: Punto de Lectura.
- Arnoletto, E. (2007), entrada de “Corrupción política”. *Glosario de términos políticos usuales*. Recuperado de <http://www.eumed.net/dices/listado.php?dic=3>
- Ayuntamiento de Puebla (2013). *Eduardo Rivera. Presidente Municipal. Segundo Informe de Gobierno*. México: Instituto Municipal de Planeación / Dirección de Planeación Estratégica.
- Durandin, G. (1983). *La mentira en la propaganda política y en la publicidad*. Madrid: Paidós Ibérica.
- Hirschman, A. (1986). *Interés privado y acción pública*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Molina, N. (2011). ¿Qué es la agenda pública y como se define? Recuperado de <http://www.blog.infoxel.com.ar/%C2%BFque-es-la-agenda-publica-y-como-se-define/>
- Morozov, E. (2013). *To save everything, click here*. Philadelphia: Public Affairs.
- Paoli, J. A. (2005). *Comunicación e información*. México: Trillas.
- Rizo, M. (s.d.). *Redes. Una aproximación al concepto*. Recuperado de http://sic.conaculta.gob.mx/centrodoc_documentos/62.pdf
- SEDESOL (2012). *Programas sociales*. Recuperado de http://www.2006-2012.sedesol.gob.mx/es/SEDESOL/Programas_Sociales

Citação:

Cortés Moreno, J. D. (2017). Nuevas estrategias de gestión y comunicación de revista culturales y científicas en México: hacia la construcción de redes transnacionales de cooperación. In M. Gama & H. Sousa (Eds.), *Contributos do Congresso Internacional “Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona”* (pp. 47-58). Braga: CECS.

**CRISTIAN YAÑEZ AGUILAR; ÉLMANO RICARTE
& LAWRENBURG ADVÍNCULA DA SILVA**

cristian.yanes@uach.cl; ricarteazevedo@gmail.com; lawrenberg@gmail.com

**UNIVERSIDADE AUSTRAL DO CHILE, CHILE / UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA,
PORTUGAL / UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO, BRASIL**

“CENÁRIOS COMUNICACIONAIS” – COLETÂNEA IBEROAMERICANA: UM PROJETO DE ARTICULAÇÃO E COOPERAÇÃO CULTURAL

RESUMO

Na contramão dos processos hegemônicos e mais tradicionais da difusão científica na América Latina e Europa, dos quais historicamente sempre se concentraram nas grandes metrópoles, o presente projeto intitulado “Cenários Comunicacionais” constitui uma iniciativa inédita e ousada de rede alternativa de cooperação cultural e contribuição bibliográfica entre professores-pesquisadores vinculados em instituições e/ou grupos situados em lugares ainda considerados emergentes no pensamento institucional de pesquisa, seja por fatores socioeconômicos, seja por uma condição geográfica. O objetivo de nosso projeto é propiciar uma nova cartografia da produção e legitimação do conhecimento científico em Ciências da Comunicação: com uma organização editorial, a qual consideramos “contra-hegemônica”, descentralizada e exógena, e depois, com a integração, como já dissemos, de autores de eixos ainda considerados emergentes na pesquisa de diversos países iberoamericanos.

Ao iniciarmos a organização editorial contra-hegemônica, problematizamos a necessidade de as publicações e instituições mais consolidadas privilegiarem mais as contribuições de centros emergentes de pesquisa: assim rompendo com a lógica endógena das produções bibliográficas, na maioria das vezes, com um percentual de benefícios maior em relação aos institutos de fomento e de indicador de parâmetros científicos.

Participam como organizadores do projeto: 1) o professor-pesquisador brasileiro Lawrenberg Advíncula da Silva (Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat); 2) o professor-pesquisador chileno Cristian Yañez Aguilar (Católica Portuguesa, Portugal).

O projeto “Cenários Comunicacionais” nasceu da ocasião da “XXII Conferência Brasileira de Folkcomunicação”, realizado na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá-MT, em junho de 2014. E, parcialmente, tem em seu cronograma de digital, durante a realização do congresso do ALAIC, no mês de outubro no México. A obra envolverá cerca de 20 autores, vinculados a instituições execução o lançamento de uma coletânea versão impressa e de vários países como: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, México, Peru e Portugal.

PALAVRAS-CHAVE

Comunicação; contra-hegemonia; cooperação cultural; produção científica emergente

UM BREVE OLHAR SOBRE O CAMPO DA COMUNICAÇÃO NA PASSAGEM DO SÉCULO XX PARA O XXI: CENÁRIOS PÓS-INDUSTRIAIS E EMERGENTES

Da passagem do século XX para o XXI, pode-se dizer que os estudos de comunicação passaram por reformulações profundas na concepção de seus objetos de pesquisa empírica, ao passo de se considerar a dimensão ecológica de seus processos, cuja abrangência perpassa o instrumental das mídias das sociedades industriais, atingindo estratos sensíveis do humano em sua interface com o meio ambiente em constante metamorfose. E talvez a melhor metáfora conceitual sobre estas transformações em curso esteja na obra do professor Muniz Sodré (UFRJ-Brasil), quando ele atribui ao cenário atual da comunicação de bios midiático.

Nas palavras de Sodré (2002), o bios midiático seria uma forma de vida sintonizada com a ecologia virtual agenciada pelos mídia. Uma nova maneira de viver e encarar a realidade da mídia como parte constituinte de sua natureza, cuja extensão delinea a existência humana na atualidade, onde o meio sintoniza a mídia e o sujeito. O que implica em considerar o papel decisivo das experiências midiáticas na configuração da percepção humana e formação do conhecimento.

A partir desta perspectiva, o ambiente natural e o mediado pelas interfaces de comunicação convertem-se numa única plataforma sócio-anropológica, isto é, de constituição do sujeito, das quais os modos de agir, pensar e sentir manifestam-se semioticamente na forma de um sensorium maquínico, e, por tabela, na noção de uma realidade espaço-temporal determinada por algoritmos numéricos.

A estes fenômenos, engendrados da relação dos sujeitos contemporâneos com ambientes midiáticos, interessa-nos uma leitura com maior afino e atenção, ao passo deles exigirem de todos nós, pesquisadores de comunicação, uma epistemologia transdisciplinar que contemple não somente os meios e seus interlocutores históricos, mas também cenários complexos, caracterizados pela interferência direta de dinâmicas tecnoinformativas, estéticas e político-sensíveis.

Os cenários complexos nascem da falibilidade dos projetos da globalização hipermidiática (Lévy, 1999) e o da sociedade da comunicação,

assim ancorados em valores neoliberais e da bandeira da Unesco de integração social no mundo. Dos primeiros dispositivos de rádio-transmissão desenvolvidos durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ao alcance das mídias locativas e o consumo de informação por demanda das TV digitais, nota-se a presença cada vez mais intensa de disjunções estruturais e históricas, então amalgamadas por modelos de opressão social, segregação étnica e tirania política.

Estes cenários variam de acordo com condições assimétricas de acesso, de circulação e de recepção de conteúdos informativos, bem como, do ponto de vista histórico, diante da peculiaridade com que esses meios e práticas midiáticas vergaram-se ao longo do século XX ao interesse das classes dirigentes (locais, nacionais e estrangeiras), logo reiterando os pressupostos difundidos pela corrente marxista dos estudos da comunicação.

Em determinadas localidades geográficas, eles exercem posições extremas, ao passo de desdizer o discurso entusiasta das redes de interconexão e universalização das tecnologias de informação.

De acordo com Othon Jambeiro (2000), a impressão de se viver numa sociedade mundial não elimina o fato de existirem sociedades particulares, com culturas, etnias e tradições próprias – a noção de coexistência entre global e local.

Defende-se a crença de que haverá tantas sociedades da informação quantas forem as sociedades, porque cada sociedade usará as novas tecnologias e alternativas de serviços de acordo com suas necessidades prioritárias específicas e assim consolidará seu futuro. A construção de uma abrangente sociedade mundial da informação implicará a expansão das oportunidades de cada sociedade para realçar sua distinção. E tudo isso dependerá de uma imensa infra-estrutura, montada em nível mundial, sobre plataformas nacionais – integradas ou não, econômica e culturalmente, em macro-regiões (Jambeiro, 2000, pp. 210-211).

Ao evidenciarmos estes inúmeros cenários, então deformados por sua mediação com a sociedade, apontamos também uma crise de pensamento humanocêntrico dos estudos em Ciências da Comunicação. Afinal de contas, não possuímos uma teoria social adequada para uma descrição mais consistente do trajeto tomado pelos acontecimentos atuais, sobretudo, aqueles que abrangem o advento de um sensorio sociotécnico enquanto devir do mundo humano contemporâneo.

OBJETIVOS DO PROJETO

Como objetivos de nosso projeto podemos citar:

- 1) Mapear distintos cenários de pesquisa em Comunicação em diversas regiões da América Latina e Europa, a fim de identificar aproximações teóricas entre realidades, práticas e processos midiáticos;
- 2) Inventariar, periodizar e mostrar tendências do conhecimento iberoamericano sobre Comunicação, oferecendo um quadro do panorama em 2016.

Apesar destes dois principais objetivos, salientamos que, de forma indireta, temos a intenção de proporcionar a investigadores de locais distantes geograficamente a possibilidade de dialogarem e conhecerem as pesquisas realizadas em suas localidades.

BREVE REFLEXÃO SOBRE OS CENÁRIOS COMUNICACIONAIS COMO ALTERNATIVA

Nesta secção de nosso trabalho, falamos sobre a emergência da criação de redes de investigação no atual cenário das pesquisas científicas nas Ciências da Comunicação e como nosso projeto pode contribuir como uma alternativa para um maior diálogo acadêmico. Sendo assim, neste sentido, é importante historicizar o surgimento das primeiras faculdades de Comunicação na região Sudeste do Brasil, nas décadas de 1930 e 40, como indício de institucionalização do conhecimento das práticas profissionais de imprensa. Salientamos ainda que havia naquele momento, principalmente, o reflexo da necessidade de uma maior modernização cultural das relações profissionais no Brasil.

De acordo com José Marques de Melo (2003), a instalação dos primeiros cursos superiores de Jornalismo, há 60 anos, seguida dos institutos pioneiros de pesquisa de audiência da mídia, insuflou a ampliação de novos segmentos comunicacionais, entre eles, o de cinema, de editoração, de relações públicas e de radioteledifusão. No entanto, diferente dos principais centros cosmopolitas do Brasil, o surgimento das faculdades de Comunicação no interior do Brasil e em diversas partes da América Latina aconteceu de modo tardio, na maioria das vezes, como se notou no Centro-Oeste brasileiro, num período quando a chamada mídia de massa já iniciava sua transição para os projetos inaugurais de hipermídia, haja vista as experiências com internet no estado de São Paulo, em 1995.

Isso evidencia, em certa medida, talvez o maior hiato existente entre a velocidade dos avanços conquistados em Ciência e Tecnologia (C&T) em

âmbito mundial, nas últimas três décadas, e a velocidade da institucionalização do conhecimento em Ciências da Comunicação nos limiares do século XX para o XXI, sendo esta última, atualmente, aspecto constituinte de toda virtualidade relacionada à Sociedade do Conhecimento e Informação.

Com isso, a expansão das faculdades de Comunicação no Brasil responde, quase automaticamente, pela urgência comunicacional tanto de um conjunto de procedimentos e práticas em imprensa e mídia em geral, quanto pelo volume de demanda de usuários, audiências e interlocutores, todos contemplados pelos processos midiáticos. Isto, ponderando com os estudos de Ciências da Comunicação de José Marques de Melo (2003), resulta na compreensão e categorização da evolução do pensamento comunicacional em cinco fases distintas: Desbravamento (1873-1922); Pioneirismo (1923-1946); Fortalecimento (1947- 1963), Consolidação (1964-1977) e Institucionalização (1978-1997). Sendo que, em cada uma delas, observa-se uma relação cartográfica não muito dinâmica quando consideramos a ideia de Centro e Periferia de autonomia em produção bibliográfica, aperfeiçoamento científico e autodeterminação acadêmica.

Isto, em outras palavras, insinua a ideia de que a difusão e a promoção científica do conhecimento em Ciências da Comunicação incidem semelhantes aos demais processos hegemônicos de modernização socioeconômica e de povoamento, tocado naquele país deste os primeiros fluxos colonizatórios. Enquanto, por outro lado, reafirma, o que identificamos como caráter crítico-contestador do nosso projeto de articulação institucional, uma vez que viemos propor uma rede alternativa de produção científica para além das condições ofertadas pelo *modus operandi* das instituições "fortalecidas", "consolidadas" e tradicionalmente "institucionalizadas" no cenário Iberoamericano e principalmente no Brasil.

Ao mesmo tempo, deve-se ponderar para a conjuntura atual de notado enfraquecimento da prática de pesquisa no Brasil, com o corte de investimento em bolsas para mestrandos, doutorandos e demais pesquisadores em fase de aperfeiçoamento no exterior. Apesar disso, os investigadores não se podem deixar desanimar e não colocar as mãos à obra. Acreditamos que é preciso resistência! O mesmo se passa não apenas no Brasil como em Portugal com a Fundação de Ciência e Tecnologia. Por isso, é preciso manter a capacidade de resiliência com os pares e fortalecer. Nesse sentido, nosso projeto vem como uma proposta de superar este cenário.

Isso porque não podemos esquecer que há muitos investigadores criticados, principalmente, aqueles que buscam realizar estudos com características mais interdisciplinares dentro das Ciências da Comunicação.

Muitas vezes, seus relatos de pesquisa ou resultados não são apreciados ou aceites por grupos "tradicionais". E ainda as principais justificativas e críticas são justamente direcionadas a sua base teórica e metodológica, as quais nem sempre são pautadas na literatura usual. E a barreira torna-se ainda maior no caso de ser um pesquisador doutor (ou não doutor) independente, o qual ainda não está veiculado a uma universidade.

Mas afinal de contas, nosso principal objetivo aqui não é apontar maus exemplos ou relatar casos de estudiosos com recusas de trabalhos. Basta apenas lembrar que Einstein foi, em certa oportunidade, recusado em seu artigo sobre os pacotes de luz (fótons) em uma revista científica. Seu trabalho foi considerado uma análise artística e estética para a época. Nossa meta é expor os desafios de tentarmos montar uma rede que seja mais democrática no sentido de promover um diálogo.

Boaventura de Sousa Santos (2004, 2006) descreve que tais estudiosos e cientistas são classificados em uma epistemologia epistemicida, a qual se considera como única detentora do conhecimento e das formas de saber existentes, desprezando e silenciando as alternativas que possam existir. Assim, ele denomina a epistemologia do norte. Essa não é geográfica, mas existe de forma hegemônica e dominante em vários contextos acadêmicos na maioria das vezes.

Aos conhecimentos alternativos, realizados não nos parâmetros científicos chama-os de epistemologias do sul. São saberes contra-hegemônicos que buscam a sua legitimação. Santos (2004, 2006) afirma que enquanto houver conhecimentos que queriam silenciar outros e impor uma hegemonia, uma voz única, a epistemologia do sul vai existir em oposição para que possam ser alternativa aos que foram excluídos e marginalizados. E isso não é apenas nas ciências como também em várias outras áreas socioculturais como a economia e a política, as quais sob a égide do capitalismo tentam impor a vários mercados e países uma forma de comércio e governo sem forças locais.

Nessa perspectiva, tentamos montar uma rede de investigadores no contexto ibero-americano dentro das Ciências da Comunicação. Para tanto, nosso primeiro passo é a publicação pela Editora Media XXI, editora com experiência editorial comprovada na península ibérica e mundo latino-americano.

O projeto "Cenários Comunicacionais" nasceu da ocasião da XXII Conferência Brasileira de Folkcomunicação, realizado na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá-MT (Região Centro-Oeste do Brasil), em junho de 2014. Naquela ocasião, os organizadores discutiam a quase ausência de uma articulação interinstitucional entre pesquisadores

em Comunicação e áreas afins que fosse nova ante as associações já conhecidas, entre elas, a Associação Latinoamericana de Investigação em Comunicação (ALAIIC) e a Assibercom (Associação Iberoamericana de Investigadores em Comunicação), cujas linhas de debate pensamos que nem sempre contemplam a todos de modo democrático.

O projeto tem como financiador o projeto de extensão da revista científica *Comunicação, Cultura e Sociedade* – RCCS, vinculada ao curso de Jornalismo de Alto Araguaia, interior de Mato Grosso, pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Trata-se de uma revista científica que funciona desde 2012, com Conselho Científico formado por pareceristas do Brasil, Espanha e Portugal. Neste financiamento abrange custeio da publicação impressa e digital, bem como dos eventos relacionados à promoção da obra e do fortalecimento do grupo de pesquisadores advindo dos processos de cooperação científica.

Em se tratando do interior do Brasil, onde as redes endógenas de cooperação científica prevalecem, pode-se afirmar que o projeto "Cenários Comunicacionais" é, sem sombra de dúvida, pioneiro, não somente por integrar, numa trama exógena, pesquisadores de distintos locais e cenários de pesquisa variados, mas por potencializar novos protagonismos em lugares ainda considerados precários do paradigma clássico do desenvolvimento científico, cujo modelo de pensamento ainda tende a dialogar ou ter como única matriz a lógica desenvolvimentista disseminada pelas universidades americanas, caracterizada, a grosso modo, pelo binômio conhecimento tecnológico-mercado.

Enquanto cronograma de execução, as primeiras conversas privilegiaram um lançamento de uma coletânea (versão impressa e digital), durante a realização do congresso do ALAIIC, em outubro no México. No entanto, à medida que as negociações e diálogos foram avançando, se estabelecendo e amadurecendo, surgiu ainda a possibilidade de lançamento em dois outros eventos, o Intercom Nacional no Brasil, a ser realizado na Universidade de São Paulo (USP), no mês de setembro de 2016, e também no "Congresso Transnational Cultural Cooperation Networks", a ser realizado em novembro na cidade de Braga, norte de Portugal.

Além disso, dado o êxito da participação de autores de diversos países, a equipe organizadora e a editora acordaram mais outros dois volumes da coleção "Cenários Comunicacionais". Ressaltando que, atualmente, a obra envolve cerca de 20 autores, vinculados a instituições de países como: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, México, Peru e Portugal. Sendo tais pesquisadores de várias universidades.

A primeira dificuldade enfrentada foi a adesão dos convidados, ao se ponderar que os organizadores não estão integrados em algum grupo ou núcleo de pesquisa tradicional da região Sudeste ou Sul do Brasil. Pois, como diz o ditado popular, "quando a oferta é demais, o santo desconfia". Ou seja, ao serem convidados para nossa iniciativa, os pesquisadores mostraram certo receio de comprometer um de seus textos em um projeto alternativo, digamos ousado, e ainda em estágio inicial.

Porém, ao passo que comprovamos a edição junto a Media XXI, uma editora portuguesa e com longa experiência editorial em publicações nas áreas das Ciências Sociais e Humanas, notamos maior credibilidade no projeto na captação de colaboradores e parceiros. Então, foram contactados ao longo do projeto 31 pesquisadores, sendo que 18 aceitaram prontamente participar do primeiro volume do projeto, enquanto que uns deixaram-se disponíveis para participar do segundo volume ou ainda alguns declinaram por razões de tempo ou motivos outros.

As reuniões do projeto, em boa parte, foram feitas via internet, sob o intuito de propor novas atualizações no corpo teórico das discussões acerca do pensamento ibero-americano de Comunicação. À medida que íamos inserindo novos colaboradores, novos desdobramentos eram traçados na cartografia, de modo a repensarmos o lugar-comum das nossas práticas de difusão do conhecimento em relação à percepção geopolítica que temos e possuímos de mundo ibero-americano.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

No fim das contas, ainda que como consideração parcial, a constituição de uma rede marginal de produção bibliográfica assinala para novos paradigmas epistemológicos da pesquisa e formação profissional, quando a discussão contempla a urgência de se considerar outros contextos de atuação profissional em jornalismo que não seja necessariamente redações jornalísticas abarrotadas de computadores multimídia e campos de trabalho orientados por uma lógica mercadológica cosmopolita.

Ou seja, cogita-se uma emergente sociotécnica, principalmente, no que tange à imersão empírica do profissional, professor-pesquisador e estudante de comunicação no universo ibero-americano, da qual se exige participantes do processo, em suas interlocuções possíveis e negociadas, um sentimento de integração cultural que desafia aos muros sociolinguísticos e das singularidades históricas em relação aos projetos de globalização econômica e cultural em voga na realidade de cada instituição participante do projeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Jambeiro, O. (2000). Gestão e Tratamento da informação na sociedade tecnológica. In N. M. L. Lubisco & L. M. B. Brandão (Eds.), *Informação e informática*. Salvador: Edufba.
- Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34.
- Melo, J. M. (2003). *História do pensamento comunicacional*. São Paulo: Paulus.
- Santos, B. S. (2004). *Um Discurso sobre as Ciências*. São Paulo: Cortez.
- Santos, B. S. (2006). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez Editora.
- Sodré, M. (2002). *Antropológica do Espelho: uma teoria da Comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes.

Citação:

Aguilar, C. Y.; Ricarte, É. & Silva, L. A. (2017). “Cenários Comunicacionais” – coletânea iberoamericana: um projeto de articulação e cooperação cultural. In M. Gama & H. Sousa (Eds.), *Contributos do Congresso Internacional “Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona”* (pp. 59-67). Braga: CECS.

XOSÉ LÓPEZ, MANUEL GAGO & CARLOS TOURAL

xose.lopez.garcia@usc.es; magago@gmail.com; carlos.toural@usc.es

UNIVERSIDAD DE SANTIAGO DE COMPOSTELA, ESPAÑA

LA EURORREGIÓN GALICIA-NORTE DE PORTUGAL COMO ESLABÓN PARA LA CREACIÓN DE REDES CULTURALES TRANSNACIONALES

RESUMEN

La desaparición de las fronteras en la Europa comunitaria y la creación de comunidades de trabajo que caminaron cara la creación de agrupaciones de cooperación transfronteriza, como la Eurorregión Galicia-Norte de Portugal, han alimentado las condiciones para crear nodos de actuación, a modo de eslabones, que favorecen la articulación de redes culturales transnacionales en diferentes campos, como puede ser el de la Cultura y la Comunicación. Los lazos sociales, culturales, lingüísticos y económicos constituyen la base sobre la que, en la sociedad en red, podemos construir renovados mecanismos de actuación en el campo de la interculturalidad, la convivencia cultural y la comunicación en el siglo XXI. En esta comunicación analizaremos algunos de los pasos dados que nos deben permitir reflexionar sobre como aprovechar estas iniciativas para avanzar en la creación de redes culturales. La evolución de la eurorregión desde su constitución en 2008 hasta la actualidad y los nuevos lazos que se han establecido en las dos comunidades son solo un punto de partida. Pero esta comunidad crece precisamente mientras las redes sociales ganan protagonismo en la comunicación mediada tecnológicamente y cuando la creación de redes culturales transnacionales se hace más necesaria para estar en el mundo con proyectos colaborativos marcados por la identidad y la creatividad.

PALABRAS CLAVE

Eurorregión Galicia-Norte de Portugal; redes culturales transnacionales; comunicación y cultura

INTRODUCCIÓN

La Comunidade de Traballo Galicia-Norte de Portugal, creada en 1991, surgió como una oportunidad para encuentros periódicos entre “os dous lados da raia” para analizar cuestiones de interés común y estudiar la posibilidad de coordinar iniciativas comunes. Era una apuesta por la colaboración entre dos pueblos que, aunque nacidos de un tronco común, habían vivido de espaldas durante años gracias a una política alimentada desde los gobiernos centrales de los dos países. Y, aunque nació sin mucho entusiasmo, el paso del tiempo ha demostrado que era una opción que permitía dar un paso adelante para una mejor planificación transfronteriza.

La cooperación transfronteriza, auspiciada por la Xunta de Galicia y la Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Norte de Portugal, encontró un buen punto de partida para, tras sucesivas adaptaciones, encarar la creación de la Eurrorregión Galicia-Porte de Portugal que, desde su creación, en el año 2008 como Agrupación Europea de Cooperación Transfronteriza, ha conseguido aprovechar este nuevo camino para impulsar la cooperación entre administraciones, con un fuerte carácter económico, pero que también tiene un importante componente cultural y comunicativo. Esta agrupación europea, GNP-AECT¹, se formalizó en el año 2010 con la toma de posesión de los órganos directivos y su entrada en funcionamiento en el mismo año.

El siguiente paso, en la línea de la configuración que auspicia a Unión Europea, fue la creación de una macrorregión, que engloba a territorio que forman parte de varios países y que comparten desafíos comunes, por lo que resulta aconsejable promover acciones conjuntas. Fue en el año 2010 cuando el presidente de la Comisión de Coordinación e Desenvolvemento Rexional da Rexión Norte de Portugal, el presidente de la Xunta de Galicia y el presidente de la Junta de Castilla y León firmaron el convenio por el que quedó formalmente constituida la macrorrexión “Regiones del Sudoeste Europeo (RESOE), la primera de carácter ibérico, a la que en el año 2014 se uniría Asturias, en la primera ampliación.

En este año 2016, después de este recorrido de organización en el campo de la colaboración transfronteriza desde las administraciones públicas, Galicia y el Norte de Portugal han celebrado, en el mes de mayo de 2016 acciones conmemorativas de los 30 años de adhesión a la Unión Europea. Este ha sido el marco que ha impulsado estas nuevas vías de colaboración, que habían quedado bloqueadas durante las dictaduras que sufrieron los

¹ Recuperado de <http://www.gnpaect.eu/gl/>

dos países, España y Portugal, y que habían consolidado las fronteras durante años, provocando un mosaico de relaciones muy singulares.

En este escenario del entramado formal de regiones, euroregiones y macrorregiones, en la segunda década del tercer milenio, después de 30 años los dos países en la Unión Europea, podemos decir que la euroregión constituye un espacio de sólida interrelación social, económica y cultural, bien situada para afrontar desafíos de futuro. Al margen de la eficiencia del funcionamiento de los instrumentos creados y de los aciertos y errores cometidos por sus gestores, lo cierto es que hay una base que alimenta la integración y la colaboración en el campo simbólico en un momento en el que la sociedad red (Castells, 1996) marca el camino de muchas dinámicas de funcionamiento.

Las oportunidades en esta sociedad red se presentan al calor de los dispositivos móviles y las redes sociales, que alimentan o pueden alimentar elementos de conexión y renovadas redes de intervención social. Los cambios habidos en la Sociedad de la Información y el Conocimiento, con las mudanzas en el ecosistema comunicativo, han creado un escenario que en la segunda mitad de la segunda década del tercer milenio preside la conectividad y la movilidad.

Este ámbito de la movilidad, que gira alrededor de lo que muchos estudiosos han denominado como la cuarta pantalla (Cebrián Herreros & Flores Vivar, 2011, p. 18; Aguado & Martínez, 2008), tiene una serie de características intrínsecas que le permiten adaptarse al nuevo entorno así como poder cumplir con las necesidades que demanda la sociedad. Cualquier estrategia en la colaboración transfronteriza tiene que contemplarlo, por lo tanto, en el tercer milenio.

El otro ámbito decisivo para la construcción de puentes de colaboración en la sociedad red son las redes sociales. El estudio de estas redes sociales, que cuenta con diferentes enfoques desde las ciencias sociales, ha merecido la atención de los investigadores en Comunicación, que se han centrado en el estudio de cómo algunas redes sociales más populares (Facebook y Twitter) han informado de diferentes acontecimientos mediáticos (Muralidharan, Rasmussen, Patterson & Jae-Hwa, 2011), el seguimiento de la campaña electoral estadounidense de 2008 a través de los social media (Harfoush, 2009; Pérez-Latre, 2011); las redes sociales como fuentes informativas para periodistas (Lariscy, Avery, Sweetser & Howes, 2009; Carrera, 2012; Cerviño, 2013); o el uso que hacen los periodistas de las redes sociales (Herrero, 2013; Mercier, 2014; Jeanne-Perrier, Smyrniaios & Díaz Noci, 2015; Lee, 2015). Hay, por lo tanto, numerosos trabajos para diseñar estrategias con conocimiento de causa a fin de afrontar con éxito los desafíos.

LOS CANALES DE COMUNICACIÓN

Desde su aparición, en la fase previa al auge de la comunicación móvil y el impacto de las redes sociales, el entramado de colaboración y acciones conjuntas transfronterizas en la euroregión ha tenido no sólo problemas de organización y buen entendimiento con todos los actores, sino también para hacerse visible ante los ciudadanos y conformar estados de opinión favorables a la nueva vía de trabajo. La dispersión de las acciones, el escaso interés de los actores comunicativos dominantes y el fracaso de experiencias colaborativas en el campo de la comunicación contribuyeron a que los resultados no fuesen los deseados por los promotores de la nueva estructura y del modelo organizativo de la euroregión.

Varias iniciativas permanecen como voceros que ponen su punto informativo en la constelación del ecosistema mediático actual. Desde el ámbito gallego, podemos citar desde la página oficial de la Agrupación Europea de Cooperación Territorial Galicia-Norte de Portugal, que incluye un área que denomina “Diario de la Euroregión”², que se denomina “Xornal galego-portugués da Gallaecia”, unha iniciativa privada que tenta ocupar un espazo informático sobre este ámbito da eurorexión. No son las únicas iniciativas, hai moitas máis, en especial de páxinas corporativas, como a do Centro de Estudos Eurorexionais Galiza-Norte de Portugal (CERR)³, del Eixo Atlántico⁴ ou guías privadas turísticas e de servizos, como Galicia-Portugal.com, pero sí una muestra de la atención a este espacio con perspectivas e iniciativas de diferentes características.

Con todo, lo relevante es que, en estos años, se ha revitalizado el interés por esta área de la euroregión Galicia-Norte de Portugal y se ha creado un viejo-nuevo espacio en el que hay una semilla de colaboración que también ha llegado al campo simbólico y que, si se aplican medidas renovadas, se puede impulsar en el momento actual.

ALGUNAS EXPERIENCIAS Y PROPUESTAS

Una de las iniciativas pioneras en el ámbito de la sociedad de la información fue el proyecto Xanela, surgido en 1998 con financiación europea RISI II, y promovido por la Zona Franca de Vigo. El proyecto Xanela buscaba proveer de servicios de información a los 18 ayuntamientos del Eje Atlántico

² Recuoerado de novasdoeixoatlantico.com

³ Recuperado de <http://www.fceer.org/>

⁴ Recuperado de <http://www.eixoatlantico.com/index.php/es/>

(que juntaba municipios de Galicia y Portugal). Un aspecto significativo es que de la estrategia inicial de la creación de un buscador y servicios básicos de información en Internet, se pasó con cierta rapidez a una orientación cultural. La Xanela da Cultura, presentada en 2001, convirtiéndose en un modelo de medio orientado a la agenda de ocio y cultura, estructurado como un portal que pretendía reunir una agenda cultural común para los dos países pero al mismo tiempo ofrecer una web específica para cada municipio.

Xanela marcaría sin duda la orientación cultural que en los próximos años tendrían mucha parte de los proyectos estratégicos presentados alrededor de la euroregión.

Un ejemplo de colaboración en el ámbito de patrimonio cultural fue la red CASTRENOR (2007), promovida por la Xunta y el Ministerio de Cultura portugués para la promoción inicial del patrimonio galaico. El programa tenía como objetivo la creación de una “red temática”, ámbito de desarrollo turístico y cultural que no se ha extendido a otros ámbitos posibles del patrimonio cultural. Esta red se articularía a través de una “programación de carácter transfronterizo” y la “creación de espacios turísticos y culturales más amplios que posibiliten nuevas fórmulas de desarrollo”.

Los sucesivos desarrollos han mostrado la predilección de los agentes de ambos lados de la frontera de escoger la Edad de Hierro como un elemento fundamental a la hora de generar proyectos comunes. Otro caso en este sentido es el proyecto “CREATIVA” (2011), que a partir de la selección de yacimientos arqueológicos del proyecto precedente (Castrenor) elaboró una plataforma tecnológica basada en Google Earth, centrada en fotografía panorámica de diferentes áreas de yacimientos de ambos lados de la frontera. Este proyecto, sin embargo, se encontraba aislado dentro de una serie de iniciativas dispersas alrededor de la economía cultural (guías de empresas y servicios, foros de debate sobre coworking y otros temas, etc.).

En la mayor parte de los casos, las iniciativas han tenido un carácter de proyecto demostrativo, pero carecemos de datos que nos permitan evaluar la repercusión y el impacto del proyecto en relación al territorio sobre el que se desarrollan.

HACIA UN MODELO SOSTENIBLE DE CREACIÓN DE UN ESPACIO PÚBLICO COMÚN

Estamos en un importante momento de redefinición de las estrategias de desarrollo económico y social de las euroregiones a nivel de la Unión, como de debate del propio futuro de la institución a nivel europeo.

La estrategia de institucionalización de estos territorios debería examinarse a la luz de la convergencia social, económica y cultural obtenida a lo largo de estos años.

Una de las necesarias reflexiones debe girar hacia la evaluación del impacto que los proyectos – y, por lo tanto, las políticas – financiados por las instituciones europeas han tenido de manera efectiva sobre el territorio, su sociedad, su economía y su cultura. Disponer de buenos mecanismos evaluativos no sólo de los proyectos en curso sino también del dinero invertido a lo largo de estos años permitirá determinar cuál es el futuro institucional de espacios como la euroregión y, en gran medida, la orientación de los recursos destinados.

Aunque no es posible disponer de toda la información, no hay duda de que una significativa parte del esfuerzo inversor y de los proyectos presentados giran alrededor de la cultura y su explotación turística. El motivo es obvio, toda vez que el principal elemento definidor del territorio de Galicia y norte de Portugal es la existencia de una historia, una cultura y un marco lingüístico común. Sin embargo, las aproximaciones a esta cultura han sido muchas veces condicionadas temáticamente hacia una realidad arqueológica como puede ser la cultura de la Edad del Hierro (es decir, el desarrollo de contenidos de una realidad anterior a la conformación de los dos Estados en los que hoy se divide la Euroregión). Es posible extender estas acciones hacia otros contenidos sociales y culturales que puedan conectar y redefinir la euroregión?

Un ejemplo interesante es la atención que modelos turísticos de éxito en las dos regiones no han valido para desarrollar claramente productos comunes, a pesar de su éxito indudable. Es el caso, por ejemplo, del Camino de Santiago, que además de las rutas oficiales, ha generado desde Portugal un importante flujo turístico a Galicia que se ha producido sin apenas planes de promoción turística en el país vecino (recordemos que las competencias turísticas en el exterior corresponden al Estado y no a las autonomías) o del Douro Vinhateiro como destino relativamente frecuente del turista gallego, y que también, no ha sido promocionado por Portugal en Galicia de manera institucional. En el caso portugués, podríamos hablar también de una importante ruta, la del Románico, que funciona como un elemento vertebrador del norte de Portugal más rural. Y otro modelo de éxito es la Noite das Bruxas en Montalegre, una iniciativa promovida al principio por el singular Padre Fontes, que ha sido adoptada a nivel municipal por la cámara y genera miles de visitantes cada viernes 13 en este ayuntamiento de la frontera entre Galicia y Portugal.

En estos cuatro casos, estos productos tendrían una fácil prolongación en los dos ámbitos de la euroregión y, al menos en el caso del Camino, las rutas del vino del Douro o la Noite das Bruxas, han conseguido alcanzar el más complejo de estos factores: la sostenibilidad local a partir de la implicación de diferentes agentes comprometidos con el proyecto y beneficiados por su viabilidad económica.

A estas alturas, es necesario situar en el eje de la reflexión como construir elementos de identidad común que acaben generando consecuencias sociales y económicas que avancen en la integración, más allá de los desiderátums de los proyectos oficiales financiados por la Unión. Sería necesario aprender de los casos de éxito a la hora de potenciar otros ámbitos, perfectamente desarrollables de la identidad común, sabiendo que no es posible obtener éxito en los proyectos piloto sin el apoyo y el compromiso de los agentes locales por hacerlo sostenible.

A MODO DE CONCLUSIÓN

La euroregión Galicia-Norte de Portugal, a partir de diferentes iniciativas y experiencias puestas en marcha en los últimos años, ha entrado en el espacio comunicativo con mensaje diferenciado. Las actuaciones llevadas adelante han conseguido reforzar este espacio como unidad diferenciado y como un actor en el entramado actual de zonas transfronterizas con identidad. El espacio ha mostrado sólidos lazos sociales, económicos y culturales, que ahora tratan de reforzar las estrategias de comunicación, tanto de las entidades oficiales como las iniciativas privadas.

Después de años de dispersión de iniciativas, en el marco de la pluralidad que emerge de los actores de la euroregión parece posible una mayor colaboración y abrir espacio para renovadas estrategias que permitan un aprovechamiento del valor añadido de los lazos comunes para intervenir en el escenario ibérico, europeo y mundial. El escenario actual parece más propicio que el de hace veinte años para que la euroregión Galicia-Norte de Portugal alimente la creación de redes culturales transnacionales en el campo de la Comunicación que emerjan desde la base y se sustenten el proyectos sostenibles.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguado, J. M. & Martínez, I. (2008). La cuarta pantalla: industrias y contenido móvil. In J.M. Aguado & I. Martínez (Eds.), *Sociedad móvil: Tecnología, identidad y cultura*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Carrera, P. (2012). Periodismo y social media. In M. P. Diezhandino (Ed.), *El periodista en la encrucijada*. Madrid: Ariel.
- Castells, M. (1996). *The Information Age: Economy, Society and Culture. Vol. I: The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell.
- Cebrián Herreros, M. & Flores Vivar, J. (2011). *Periodismo en la telefonía móvil*. Madrid: Fragua.
- Cerviño, B. (2013). *El uso de las redes sociales como fuentes de información para periodistas*. Trabajo de Fin de Máster, Universidad Autónoma, Barcelona, España. Recuperado de <http://www.recercat.cat/bitstream/handle/2072/216886/Versi%C3%B3n%20digital%20del%20trabajo.pdf?sequence=1>
- Harfoush, R. (2009). *Yes We Did. An Inside Look at How Social Media Built the Obama Brand*. Berkeley: New Riders.
- Herrero, E. (2013). *Periodistas y redes sociales en España. Del 11M al 15M. (2004-2011)*. Tesis doctoral, Universidad Carlos III, Madrid, España. Recuperado de <http://fcic.periodistes.org/wp-content/uploads/2013/11/Estudi-Periodistas-y-redes-sociales-en-Espa%C3%B1a.pdf>
- Jeanne-Perrier, V.; Smyrniaios, N. & Díaz Noci, J. (2015). Periodismo y redes digitales. Innovación y cambio profesional o movilización de “sociabilidades”. Introducción. *Sur le Journalisme*, (4)1. Recuperado de <http://surlejournalisme.com/rev/index.php/slj/article/viewFile/195/81>
- Lariscy, R. W.; Avery, E. J.; Sweetser, K. D. & Howes, P. (2009). An examination of the role of online social media in journalists' source mix. *Public Relations Review*, 35(3), 314-316.
- Lee, J. (2015, 24 de febrero). The Double Edged Sword. The Effects of Journalists Social Media Activities on Audience. Perceptions of Journalists Social Media Activities on Audience. Perceptions of Journalists and Their News Products. *Journal of Computer-Mediated Communication*. Recuperado de <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jcc4.12113/epdf>
- Muralidharan, S.; Rasmussen, L.; Patterson, D. & Jae-Hwa, S. (2011). Hope for Haiti: An analysis of Facebook and Twitter usage during the earthquake relief efforts. *Public Relations Review*, 37, 175-177.

Pérez-Latre, F. J. (2011). Social Networks, Media and Audiences: a Literature Review. *Comunicación y Sociedad*, 24(11), 65-74.

Citação:

López, X.; Gago, M. & Toural, C. (2017). La euronregión Galicia-Norte de Portugal como eslabón para la creación de redes culturales transnacionales. In M. Gama & H. Sousa (Eds.), *Contributos do Congresso Internacional "Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona"* (pp. 68-76). Braga: CECS.

II – TECENDO REDES

DANIEL TÉRCIO & MARIA JOÃO ALVES

dtercio@fmh.ulisboa.pt; mjalves@fmh.ulisboa.pt

**INSTITUTO DE ETNOMUSICOLOGIA – CENTRO DE ESTUDOS
EM MÚSICA E DANÇA (INET-MD, POLO FMH)**

BAHIA, SANTIAGO E LISBOA: RELATANDO UM PROJETO TELEMÁTICO

RESUMO

Este estudo tem como ponto de partida a plataforma MAPA D2 fundada e desenvolvida sob direção da investigadora brasileira Ivani Santana. MAPA D2 foi criada em 2009 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento dos projetos e investigação dos artistas e pesquisadores académicos dos países de língua portuguesa e língua espanhola interessados nas diversas vertentes do campo da dança e da performance com mediação tecnológica. O projeto “Personare Embodied Varios Darmstadt 58”, desenvolvido no âmbito daquela rede, veio questionar o corpo enquanto produtor de sonoridades, desmultiplicando-o em três corpos e em três equipas localizadas em zonas espacialmente distantes. Este projeto, em particular, colocou como seu desafio a concretização de um dispositivo capaz de integrar um sistema mais vasto e complexo, convocando duas ideias fundamentais: a ideia do corpo como produtor de sonoridades e a ideia de uma nova dimensão de fluxo de informações em tempo real. O objetivo era o de conceber e realizar um espetáculo que materializasse aquelas duas ideias e que decorresse em simultâneo em três cidades: Salvador da Bahia, Santiago do Chile e Lisboa. Enquanto coordenadores da equipa portuguesa, os autores deste estudo pretendem apresentar o processo de trabalho e os resultados alcançados, e partilhar questões relacionadas com o sistema de negociação telemática, com a dinâmica aditiva de camadas de significação e com a eventual necessidade de desconstrução para alcançar um novo sentido. A questão da lusofonia surgirá assim a partir da prática criativa, dos processos de comunicação e negociação entre equipas e das dificuldades que foram sendo encontradas durante os meses de preparação e execução do projeto.

PALAVRAS-CHAVE

Corpo sonoro; dança; negociação; telemática

ACERCA DO MAPA D2

“Estamos em guerra com as redes”. Estas palavras, proferidas pelo Presidente norte-americano George W. Bush em 2002, assinalaram na altura uma desconfiança da maior potência mundial relativamente ao incremento das redes de informação que a internet veio facilitar. Estávamos então no pós *nine-eleven*¹ e nas vésperas da coligação da guerra no Iraque. É certo pois que as palavras de Bush refletiam e amplificavam o medo relativamente ao terror e, de certo modo, justificavam a adoção de medidas securitárias em larga escala. Nas entrelinhas estaria porventura a ideia de que todas as redes seriam perigosas, na medida em que todas eram suscetíveis de derrapar para o lado do inimigo. A lógica era pois uma lógica bélica, com dois campos claramente instituídos e definidos: nós e os outros.

Provavelmente os que subscreveram as palavras de Bush sentir-se-ão hoje derrotados. As redes estão por todo o lado e suportam em grande medida o nosso próprio estilo de vida. Não é mais possível estar em guerra com as redes, porque nós vivemos com elas, entre elas, sendo nelas. A nossa existência parece hoje derivar da presença na(s) rede(s), o que coloca um interessante problema ontológico.

Assim, em vez de dizer “estamos em guerra com as redes”, poderíamos afirmar: “estamos apaixonados pelas redes”. Ou poderíamos dizer em alternativa: “apesar de estarmos apaixonados pelas redes estamos sempre receosos de sermos traídos”.

Vem isto a propósito de uma rede e da sua história. Uma rede que, não assinalando um casamento (para nos mantermos na metáfora amorosa), pelo menos marca um namoro. Ou, querendo, um prolongado episódio de poli-amor em que os envolvidos vieram de zonas do mundo onde se fala português e/ou castelhano.

Os envolvidos fizeram-no em torno de uma plataforma designada por MAPA D2, acrónimo de MAPA e Programa de Artes em Dança (e Performance) Digital², criada em 2009, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento dos projetos e investigação dos artistas e pesquisadores académicos dos países de língua portuguesa e língua espanhola interessados nas diversas vertentes do campo da dança e da performance com mediação tecnológica.

Em 2011, a plataforma renovou-se. Em mensagem enviada aos seus membros, eram estes informados do lançamento de um novo portal da comunidade MAPA D2. Anunciava-se então uma nova interface para facilitar

¹ Referência ao período após os atentados de 11 de setembro de 2001.

² Retirado de www.mapad2.ufba.br

o acesso às informações da plataforma, de forma a dinamizar as ações colaborativas em rede.

Em 2013, a direção do MAPA D2 entendeu

que a contribuição mais eficaz seria o compromisso contínuo de publicar temas de interesse para a área, auxiliando na difusão do campo e na divulgação dos trabalhos realizados tanto na Ibero-América, que carecem de espaço para publicação de seus artigos, como de autores dos demais países. (I. Santana, comunicação pessoal, 2013)

Nesta sequência, surgiu em 2014, a primeira edição da Revista Eletrônica MAPA D2 – Mapa e Programa de Artes em Dança (e Performance) Digital. A revista inscrevia pois no seu próprio quadro de intenções a ampliação do alcance dos trabalhos ibero-americanos nesta área.

A telemática estava desde o início no horizonte desta plataforma colaborativa. Na verdade, em si mesmo, em 2011 (e muito menos em 2009), a telemática estava longe de ser uma novidade; tão pouco o era a constituição de uma rede colaborativa.

Numa excelente síntese, Steve Dixon escreve a história das relações telemáticas à escala mundial, fazendo-as recuar aos anos 90 do século XX, em experiências como *The Electronic Disturbance*, do grupo norte-americano Troika Ranch, e os *Cassandra Projects* de Lisa Naugle, entre outras (Dixon, 2007, pp. 423-425).

Se a novidade não era, portanto, a adoção da telemática, o que o MAPA D2 trazia de original era realmente a afirmação de uma rede configurada sobre um eixo linguístico em torno do português e do castelhano. Ao mesmo tempo, o MAPA D2 partia da assunção daquilo que a sua fundadora, a brasileira Ivani Santana, designaria como “poéticas tecnológicas”³, expressão adotada por um grupo de pesquisa certificado pela Universidade Federal da Bahia e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)⁴. Os objetivos deste grupo eram assim elencados: desenvolver pesquisas no campo das artes contemporâneas voltadas para a mediação tecnológica; estabelecer um espaço de articulação entre as artes e as outras áreas de conhecimento; promover a reflexão, investigação e produção de obras artísticas em interação com as novas tecnologias e possibilitar o desenvolvimento e o aprofundamento teórico, conceptual, técnico e artístico transdisciplinar.

³ A expressão dá título ao *website* <http://poeticastecnologicas.com.br/site/>

⁴ Poéticas tecnológicas: Corpo Audiovisual (s.d.). Site do Grupo de Pesquisa Poéticas Tecnológicas: [corpoaudiovisual \(GP Poética\)](http://corpoaudiovisual(GP%20Poética)). Retirado de <http://poeticastecnologicas.com.br/site>

“PERSONARE EMBODIED VARIOS DARMSTADT 58”

Em 2014, surgiu o projeto “Personare Embodied Varios Darmstadt 58”⁵, em grande parte inspirado e enquadrado na rede MAPA D2. O projeto nasceu na sequência de uma residência da investigadora principal Ivani Santana em Belfast e propôs-se um conjunto de edições baseadas em telemática e centradas sobre a sonoridade do corpo. Ivani Santana, a quem em justiça devemos atribuir os principais créditos na conceção do projeto, tinha desenvolvido em Belfast, no âmbito do seu pós-doutoramento, uma investigação sobre a dramaturgia no campo da telepresença a partir da conectividade e interatividade estabelecida entre a dançarina – assumida como um corpo-sonoro –, e as estruturas sonoras criadas em ambientes remotos. Para além disso, ela tinha (e tem) uma experiência continuada e um conhecimento aprofundado das tecnologias digitais, incluindo de projetos telemáticos, que vinha desenvolvendo entre diversos locais do Brasil e entre estes e os diferentes parceiros internacionais.

No próprio título do projeto que gerou as apresentações estava a ideia de encontro. Com efeito, Darmstadt é uma cidadezinha alemã próxima de Frankfurt que, em 1958, acolheu cursos de verão em que participaram nomes cimeiros das vanguardas musical e estética da época, como por exemplo, respetivamente, John Cage e Theodor Adorno. Discutia-se então questões tão importante como o que é a música, como experimentar o silêncio, ou ainda como se manifesta a presença.

Ivani Santana esclarece que com “Personare Embodied Varios Darmstadt 58” pretendia não apenas a transmissão da imagem ou a composição sonora distribuída, mas apostava “na interatividade entre som e movimento que se tornam aspetos indissociáveis de um mesmo sistema” (I. Santana, comunicação pessoal, 2013). Portanto, segundo ela, tratava-se “de um trabalho em rede onde a tessitura sonora e o desenvolvimento coreográfico

⁵ Personare Embodied Varios Darmstadt 58 (2014). Ivani Santana (Direção); Portugal: Daniel Tércio (Coordenação, iluminação e cenografia); Maria João Alves (Coordenação e fotografia), Jonas Runa (Música e Programação), Maitane Sarralde Ussia (Dança e desenho de movimento), Rodrigo Martins (Operação 3D XSens), Tiago Policarpo (Assistência informática), Diego Cunha (Câmara e montagem vídeo), Paulo Correia (Som e Luz), Sophie Coquelin (Produção); Brasil: Ivani Santana (Coordenação e estratégia de improvisação), Alexandre Espinheira e Alisson Silva (Música), Líria Morays (Dança), Pedro Lacerda (Desenvolvimento Telecorpo); Alexandre Amaral (Câmara), Leandro Reis (Iluminação), Joceval Santana (Assessoria de Imprensa); Chile: Rolando Cori (Coordenação), Carolina Marin (Coreografia e interpretação), Rolando Cori, Edgardo Canton, Leonardo Cendoya (Música), Daniel Nieto (Programação e sistemas interativos), Ximena Quiros (Câmara), Rual Aguirre (Iluminação), Eric Rodriguez (Cenografia), Fabian Gambero (Fotografia). INET-md – polo Faculdade de Motricidade Humana - Universidade de Lisboa (Portugal), Grupo de Pesquisa Poéticas Tecnológicas, UFBA (Brasil) e Faculdade das Artes - Universidad de Chile (Chile). Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=24q1tBKHzrY>

são mutuamente alimentados pelas informações que são transferidas de um ponto remoto ao outro” (I. Santana, comunicação pessoal, 2014).

“Personare Embodied Varios Darmstadt 58” desenrolar-se-ia em torno de duas questões essenciais: 1) repensar a relação do corpo com a sonoridade; e 2) a relação entre corpos localizados em espaços geográficos distintos; pretendia-se que esta relação se realizasse prioritariamente através de suas sonoridades, retirando assim a ênfase no visual. No centro deste processo estava a presença do dançarino, enquanto lugar e agente de sobreposição de: a) o corpo orgânico (os sons do organismo de acordo com o estado corporal), b) o corpo acústico (o confronto do corpo com seu meio físico) e c) o corpo simbólico (a geração de semânticas obtidas na relação do corpo com a sua cultura).

A conceção do espetáculo fundeu-se em princípios de indeterminação e acaso no desenvolvimento da criação e da performance. Esta ideia referida por Naveda (2015) a propósito do primeiro espetáculo do *Embodied in varios Darmstadt 58* entre Salvador, Barcelona (Konic Thtr) e México (Translab), reforça três vetores estruturais: a obra aberta ou *in progress*, as interações aleatórias entre os nodos, e as possibilidades de controlo e aleatoriedade computacional.

As diversas conexões multimodais envolvidas em *Embodied in varios Darmstadt'58* permitem que elementos de indeterminação sejam garimpados através do lançamento de ações-reações que são dissipados pela aleatoriedade algorítmica das máquinas, pela variabilidade do movimento dos corpos e pela imprevisibilidade da latência na rede de conexões reais e digitais. Em um projeto artístico distribuído e altamente povoado por computação, improvisação artística e aleatoriedade, as interações parecem ser balanceadas por fluxos de controle e indeterminação sem um controle centralizado. (Naveda, 2015, p. 198)

Um outro aspeto a assinalar na conceção do projeto prende-se com o termo *personare*. É este um neologismo encontrado a partir da raiz *persona*. O significado deste termo latino tem vindo a evoluir sobre uma linha de ambiguidade sinonímica entre pessoa e máscara ⁶. Ora — e no que respeita o título do projeto — pretendia-se sobretudo sublinhar a presença de alguém (= *persona*) enquanto emissor de sons (= *sonare*). Tratava-se pois de revelar a presença identificando-a no plano sonoro. Este desiderato seria

⁶ Esta ambiguidade está bem patente por exemplo no filme com o mesmo título de Ingmar Bergman, realizado em 1966.

alcançado a três níveis: o corpo enquanto campo de sonoridades interiores, o corpo em movimento enquanto emissor de vibrações sonoras, o corpo enquanto entidade afetada e afetando sonoramente outros corpos.

Vejam os em seguida com maior detalhe o modo como o projeto decorreu em direção a uma performance multimodal, em termos da constituição da equipa e dos respetivos protocolos de funcionamento.

A CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA PORTUGUESA

O espetáculo de arte em rede “Personare Embodied Varios Darmstadt 58”, na sua versão de 2014, foi realizado pelo Grupo de Pesquisa Poéticas Tecnológicas, em Salvador, pela Faculdade das Artes – Universidade de Chile, em Santiago e pelo INET-md – polo Faculdade de Motricidade Humana, em Lisboa. A sua conceção compreendeu uma série de redes multimodais, conectadas interactivamente e distribuídas em nodos de três países.

As equipas constituídas por bailarinas, coreógrafas, músicos, programadores e artistas visuais, foram dotadas de grande liberdade de criação apenas se submetendo a uma estrutura dramática minimal de abordagem ao corpo (tele)sonoro. O desenvolvimento das cenas procurava uma evolução entre os aspetos orgânicos, o ressoar da perturbação do ambiente e o jogo simbólico/síntese do corpo-sonoro. A sonoridade construiu-se a partir da ação do corpo no espaço presencial e no espaço telemático, com grandes permeabilidades (áudio, imagem e dados) entre os pontos presenciais. Os compositores locais geriam os fluxos de informação criando som a partir da ação e interação com o corpo do performer, sendo que cada país resolveu essa condição de acordo com a possibilidade local.

No caso da equipa portuguesa, coordenada pelos autores deste estudo, Daniel Tércio e Maria João Alves, a bailarina Maitane Ussia que dançou e desenhou o movimento trabalhou em estreita colaboração com o músico e compositor Jonas Runa que programou⁷, tocou e compôs o dispositivo sonoro. A dança telemática apropriou-se de três ferramentas: o sistema de análise do movimento em 3D XSens⁸, um programa original desenvolvido pelo programador e compositor Jonas Runa e o software

⁷ O programa concebido e utilizado pelo músico e compositor Jonas Runa transformou o 3D XSens num sistema gerador de sonoridades, o que em si mesmo permitiu explorar novas e interessantes oportunidades de utilização.

⁸ O sistema 3D XSens (www.xsens.com) apresenta uma interface com 17 sensores de movimento sem fios, calibráveis num modelo biomecânico do corpo que permite o registo sincronizado, suscetível de ser transcrito para uma representação em animação 3D.

Isadora⁹, ferramenta de apresentação interativa criada pelo compositor e artista Mark Coniglio¹⁰. Toda as fases de acoplação, calibração e operação do 3D XSens foram desenvolvidas por Rodrigo Martins, que assumidamente entrava pontualmente em cena de modo a dar suporte à bailarina Maitane. No suporte técnico, esteve envolvida uma subequipa liderada pela produtora Sophie Coquelin com um conjunto de elementos a executar assistência informática (Tiago Policarpo), câmara e montagem vídeo (Diego Cunha), Som e Luz (Paulo Correia). Daniel Tércio foi ainda responsável pela iluminação e cenografia, Maria João Alves pela fotografia e pelo apoio ao desenho de movimento, e Sophie Coquelin operou alternadamente as projeções nos três ecrãs.

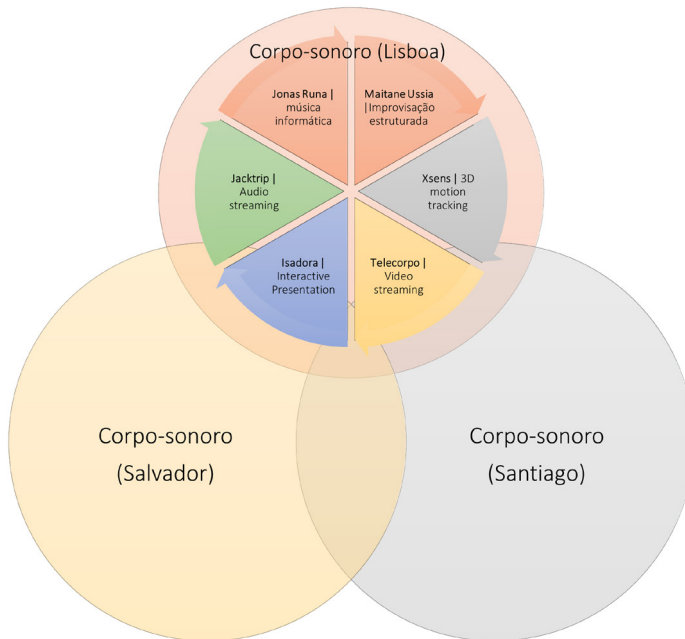


Figura 1: Dinâmica estrutural de "Personare Embodied Varios Darmstadt 58" (2014)

⁹ O *software* Isadora como instrumento digital de apresentação interativo, extensamente utilizado no âmbito da dança, permitiu-nos programar a interação vídeo através dos dados de som em cena e a sua projeção videográfica em tempo real.

¹⁰ O trabalho de Mark Coniglio pode ser encontrado em <http://troikatronix.com>, onde pode ser também baixado o software Isadora.

Para chegarmos a esta equipa final que foi responsável pelas duas apresentações percorremos várias fases. A estabilidade esteve concentrada na ação da bailarina e sua parafernália, e na composição do artista musical. A estas presenças, que se enquadravam numa estrutura dramática precisa, acrescentar-se-iam a cenografia presencial e respetiva iluminação, as projeções de vídeo dos restantes nodos e do nodo presencial, as projeções de imagem resultantes da captura de movimento pelo 3D XSens, as projeções de imagens mediatizadas por Isadora a partir do estímulo sonoro, as ligações de rede com emissão sonora presencial e com receção dos restantes nodos, a produção de sons e música pelos instrumentos musicais. Esta complexidade foi alcançada de modo muito gradual à medida que os ensaios diários ao longo de um mês foram decorrendo, a partir da consciencialização das dificuldades e com uma construção intuitiva e natural convergente para a estrutura dramática do corpo-sonoro.

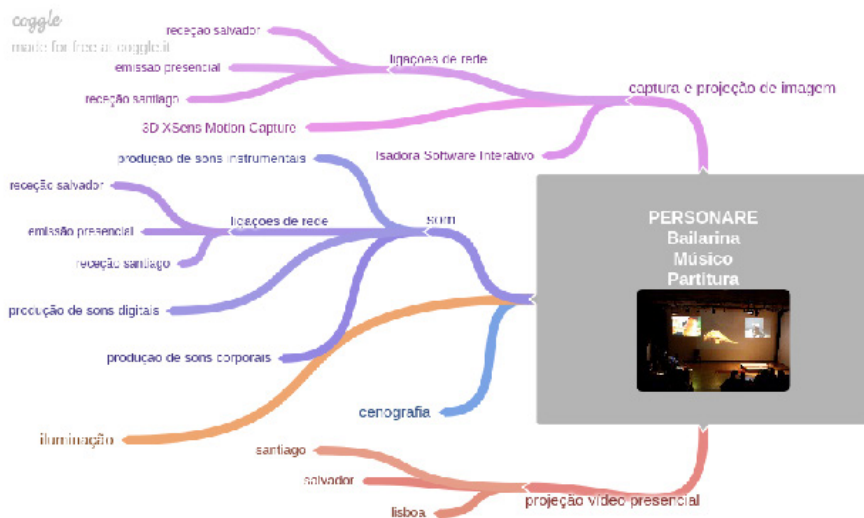


Figura 2: Mapa do nodo Lisboa de “Personare Embodied Varios Darmstadt 58” (2014)

Durante a preparação do espetáculo, sempre que o aparato de sensores era aplicado sobre o corpo da bailarina, eram-lhe solicitados movimentos improvisados. Isto aconteceu durante a fase de estabilização do desenho coreográfico constituindo ao mesmo tempo ensejo para que a bailarina se familiarizasse com o 3D XSens. Na verdade, se este equipamento

não era propriamente impeditivo dos movimentos, implicava algumas restrições sobretudo quando o corpo se movia no solo. O processo de improvisação foi também indispensável para que a bailarina tomasse consciência do modo como os movimentos dos diversos segmentos corporais faziam disparar sons. A qualidade dos movimentos permitia também, em diálogo com o compositor-músico, modelar a sonoridade envolvente. Deste modo, graças à utilização sistemática da improvisação, a bailarina foi-se ambientando e descobrindo as possibilidades sonoras dos seus movimentos. Assim, a presença da bailarina inscrevia-se num vasto quadro de interações, que autorizaria finalmente iniciativas da performer em tempo real no momento do espetáculo.

Importa também dizer que a improvisação estaria finalmente escorada numa estrutura dramática, apelidada de partitura cênica, concebida por Ivani Santana e negociada entre as três equipas. Esta estrutura apresentava uma amplitude notável, permitindo, portanto, diferentes apropriações de cada uma das “cenas” por parte de cada equipa. Para inter-relacionar dançarinos e compositores de três locais remotos, a partitura cênica admitia três cenas em que o corpo figurava como denominador comum e se explorava “a questão da presença, do estar presente, do ser, da identidade do sujeito a partir da sua existência sonora” (Santana, 2015, p.121). A primeira cena que propunha a pesquisa do corpo-sonoro orgânico, conduziu a palco a respiração, a fricção de pele entre partes do corpo, o som do coração e da deglutição, a voz, os sons guturais e o som dos movimentos amplificados (ex. por exemplo do cabelo). Os vestígios sonoros imperavam impregnados de camadas sonoras distantes e presentes. A segunda cena, alusiva ao corpo-sonoro acústico incluía os sons corporais de confrontação com elementos cenográficos, com o envolvimento e consigo mesmo, através da fricção e percussão de segmentos corporais, numa exploração das reverberações do ambiente no corpo-sonoro. A sonoridade presencial foi ocupada por um fervilhar de momentos síncronos e assíncronos com uma interlocução improvisacional nuclear entre compositor/intérprete e bailarina. Por fim, a terceira e última cena de exploração do corpo simbólico imbuía o corpo de sons computacionais, traduzindo os movimentos do corpo em sons compostos e sintetizados, que por sua vez eram traduzidos em projeções visuais a partir de representações interativas de luz e de representações corporais digitais. Por momentos fugazes, o corpo sintético assumiu uma postura em que o corpo se *despercecionou*.

Relativamente ao ambiente imersivo, há que dizer que se procurou, em contexto de espetáculo, proporcionar aos espetadores a experiência de

um espaço partilhado, desde logo assumindo a informalidade do “estar em palco”. Foi este organizado de forma a que os técnicos pudessem entrar e sair, o que aconteceu sobretudo com o operador do 3D XSens, Rodrigo Martins e com o músico Jonas Runa. Evidentemente que os tempos das entradas e saídas em cena foram planeados, mas os percursos e os detalhes das presenças físicas foram sendo improvisados durante os ensaios.

Em suma, a performance ao vivo mediatizada através de múltiplos canais de transmissão pela internet foi influenciada pelos processos criativos, em que adotámos uma rede de conjugações que garantiram tanto a ligação entre o corpo da bailarina no local e a transmissão da sua imagem e som, como a ligação entre a receção da imagem-som dos outros dois locais espacialmente distantes (Salvador da Bahia e Santiago do Chile) e a projeção para a cena.

RESULTADOS E BALANÇO CRÍTICO

O espetáculo final contou com duas apresentações, num fim de semana de setembro. Tratando-se de um evento que colocava em simultâneo três locais em diferentes fusos (Lisboa GMT; Salvador da Bahia -3; Santiago do Chile -5) a primeira dificuldade foi a de encontrar os horários compatíveis para as três equipas. Acertada esta questão, o grupo de trabalho português assumiu que as apresentações comportariam inevitavelmente um nível de improvisação, que já referimos, mas a que adiante voltaremos. Havia também a noção de que o trabalho poderia continuar e que, portanto, estávamos verdadeiramente a apresentar um *work in progress*. Pareceu-nos importante assumi-lo publicamente antes de cada sessão começar e após o seu término.

Recorda-se que o desafio era o de explorar a ligação dos corpos com as suas sonoridades, ensaiando não apenas modos de tornar audíveis as secções viscerais do corpo, e a sua pele, mas também o de transformar o movimento do corpo num instrumento de vibrações que se pudessem escutar. Ou seja, tratava-se de prosseguir da materialidade do corpo à sua síntese digital, e finalmente do corpo presente ao corpo telepresente.

Objetivo louvável, mas que comportava uma inevitável incerteza: como é que três equipas, em três locais diferentes, poderiam, em tempo real, produzir um espetáculo coerente, combinando as suas poéticas próprias num projeto criativo mais vasto?

Considerando que a presença do espetador é condição imprescindível para que o espetáculo aconteça, e que esta presença é hoje também

esteticamente configuradora do fenómeno espetacular, há que notar que aquilo que aconteceu em Lisboa foi diferente do que aconteceu em Salvador da Bahia e ambos foram diferentes do que aconteceu em Santiago do Chile. O que existiu de comum foi uma estrutura dramática e um desejo de porosidade de presenças, além da questão da sonoridade do corpo.

A equipa portuguesa assumiu neste ponto duas posturas: em primeiro lugar, dar visibilidade a todos os elementos, não apenas os elementos que íamos recebendo por via telemática, mas também aos membros da sua própria equipa, que assim se deslocou para o palco cénico, partilhando este espaço com a intérprete principal; em segundo lugar, adotando a improvisação, não apenas enquanto método de composição de movimento a montante do espetáculo, mas também como estratégia de gestão de presenças. Ou seja, a improvisação foi uma ferramenta de criação que precedeu as apresentações finais, e foi também assumida durante os espetáculos, enquanto dispositivo de organização em tempo real dos elementos presentes (luz, projeções, sons). Importa realçar que a improvisação não surgiu como um recurso de amadores, mas antes como método para lidar com a componente aleatória das ligações telemáticas inscrevendo-as numa estrutura coerente. Longe do caos, procurámos uma organicidade capaz de conter o imprevisível.

O desenvolvimento das ligações telemáticas revelou uma extraordinária potencialidade para o estreitamento de relações entre comunidades de artistas. As tensões naturais que decorrem das diferenças dos contextos culturais podem assim ser substituídas pela consciência da potencialidade entre essas diferenças e sobretudo pela partilha de um mesmo desígnio criativo. Digamos que as diferenças se mantêm, mas as fronteiras físicas acabam por ser diluídas num outro espaço de partilha.

Evidentemente que, ao longo da execução do projeto, nem tudo esteve convenientemente oleado. No entanto, é importante referir que, mesmo o que correu mal, ou menos bem, constitui, à distância, material importante para futuras pesquisas.

Um dos aspetos mais problemáticos respeita a profusão de sinais que as ligações telemáticas proporcionam. Como gerir uma grande quantidade de informação, que a todo o instante é debitado em grande volume? Como geri-lo, evitando a confusão e a cacofonia? Na verdade, a partir do momento em que cada equipa produzia sonoridades, movimentos dançados e imagens em movimento – e a partir do momento em que em cada nodo tudo era exibido em tempo real – corria-se o sério risco de gerar um ambiente cacofónico. Ora, em si mesma, a cacofonia não é boa nem

má, mas, do ponto de vista da receção do público, ela pode gerar sérias dificuldades de leitura.

Uma das respostas a este problema poderá passar pela adoção de regimes de subtração, através da introdução de filtros no fluxo de informação, de forma a clarificar o sentido da rede telemática. O desafio final tornou-se assim o de gerar harmonias em vez de cacofonias¹¹. Harmonias internas ao dispositivo e harmonias de ligação entre o dispositivo português e os outros dispositivos. Harmonias que tornassem a performance mais transparente, e que permitissem rasgar linhas de claridade no volume de informação em circulação entre os três países.

“Personare Embodied Varios Darmstadt 58” possibilitou ensaiar um dispositivo de construção de complexidades mas também de claridades. Um dispositivo capaz de proceder a acumulações, mas também capaz de estabelecer linhas de corte. Um dispositivo capaz de se sincronizar com outros dispositivos similares, mas também suscetível de conter e acolher as presenças físicas reais num espaço físico contido.

De certo modo, o projeto aspirou a uma condição háptica, capaz de despertar e conjugar os sentidos dos participantes, fossem eles os técnicos, os performers ou os espetadores. Decididamente, “Personare Embodied Varios Darmstadt 58” funcionou como facilitador no estabelecimento de redes multimodais, escavadas em torno de cumplicidades linguísticas.

DESENHANDO O FUTURO

“Personare Embodied Varios Darmstadt 58” não terminou em 2014. Para além dos contactos que permaneceram sobretudo com a investigadora Ivani Santana, a equipa portuguesa estaria, no ano seguinte, presente no importante evento “ICT 2015 Innovate, Connect, Transform”¹². Foi este um evento de natureza científica organizado pela Comissão Europeia, em parceria com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que aconteceu no Centro dos Congressos em Lisboa, entre 20 e 22 de outubro de 2015. ICT 2015 integrou-se nas prioridades definidas pela Comissão Europeia nos domínios da inovação e da investigação, prefigurando o novo programa europeu de apoios “Horizon 2020”¹³.

¹¹ Com os termos cacofonia e harmonia não designamos apenas algo relativo à música, mas sim o conjunto de vibrações, sonoras e visuais, presentes em “Personare”.

¹² O “ICT 2015” decorreu sob o tema “Innovate, Connect, Transform” e obteve a visita de mais de 6000 participantes. Retirado de <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/ict2015>

¹³ O programa de investigação e de Inovação da União Europeia, que se iniciou em 2014 e prevê a sua aplicação até 2020.

Durante o evento estiveram presentes mais de 4500 entidades e pessoas interessadas nas áreas das novas tecnologias e da Sociedade Digital: investigadores, políticos, industriais, investidores. Durante três dias foram intensivamente programadas conferências, exposições, uma feira, de forma a potencializar as parcerias entre os diferentes sectores da sociedade (economia, academia, indústria, sociedade civil).

Da equipa portuguesa que se formara durante o processo de intercâmbio telemático saíram alguns colaboradores e juntaram-se outros, nomeadamente a coreógrafa Clara Andermatt. O projeto adquiriu aqui a designação “TEDance” (acrónimo de *Technologically Expanded Dance*), também este um projeto de cruzamento entre artes performativas e tecnologia, que merecera apoio da FCT em 2005. Tratou-se, portanto, de continuar – e continuar considerando processos alargados de negociação melhorados com a experiência acumulada durante os contactos telemáticos. No que respeita ao estabelecimento de redes lusófonas – ideia que esteve na origem do MAPA D2 – a opção passaria a ser a de considerar que uma rede instaurada sobre um eixo linguístico poderia estar presente, não contra outros eixos linguísticos, mas afirmando-se nas suas singularidades culturais e na respetiva potência universalista.

O ICT 2015 constituiu ainda uma surpresa para a equipa portuguesa e para os inúmeros visitantes e participantes no encontro. O projeto TEDance, alojado num humilde *stand*, seria muito visitado, obtendo excelentes feedbacks. A surpresa daqueles que nos visitavam era redobrada quando sabiam que o projeto se desenvolvera com um orçamento próximo do zero. Na verdade, este facto veio confirmar algo que já estivera presente durante a preparação e execução do “Personare Embodied Varios Darmstadt 58”: a possibilidade de desenvolver um projeto tecnológico de natureza telemática com meios “pobres”. Isto era a demonstração cabal das vantagens da partilha telemática. Claro que esta partilha só seria possível na condição de um fluxo oleado de comunicação entre parceiros. Ora, nada melhor do que a comunidade da língua para garantir a fluidez de informação.

A rede telemática pode surgir assim finalmente, não apenas como afirmação da lusofonia, mas também sublinhando uma nova atitude: a da possibilidade de fazer muito com recursos escassos. O encontro é possível a partir da partilha de *software* em *open access*, dialogando em torno de procedimentos e de soluções de problemas, negociando constantemente vias alternativas para tornejar dificuldades, respeitando modos diferentes de fazer, aceitando as diferenças culturais e promovendo aquilo que poderíamos designar como diferentes sotaques. A lusofonia surge aqui, não como um

território, mas antes como um movimento entre territórios, um movimento que permite destacar as diferenças mais do que sublinhar as afinidades. A lusofonia está aqui como uma película de extrema fragilidade, porque se confronta contemporaneamente a todo o instante com a sua própria erosão. A lusofonia é, neste sentido, uma seta em direção a um espaço sem lugar, sendo, ao mesmo tempo, habitada por lugares diversos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Dixon, S. (2007). *Digital Performance. A History of new media in theater, dance, performance art, and installation*. Cambridge, Massachusetts e Londres: MIT Press.
- Naveda, L. (2015). Processos criativos e cognição estendida no espetáculo Embodied in Varios Darmstadt'58. *Revista Eletrônica MAPA D2 - Mapa e Programa de Artes em Dança (e Performance) Digital*, 2(2), 194–209.
- Santana, I. (2015). Arte em Rede: é preciso deixar-se ir com o avalanche. Estudos de um Corpo Tele-Sonoro. *Revista Eletrônica MAPA D2 Mapa e Programa de Artes em Dança (e Performance) Digital*, 2(2), 99-124.

Citação:

Tércio, D. & Alves, M. J. (2017). Bahia, Santiago e Lisboa: relatando um projeto telemático. In M. Gama & H. Sousa (Eds.), *Contributos do Congresso Internacional "Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona"* (pp. 78-91). Braga: CECS.

ADALGISA CASTRO MAIA PONTES

adalgisapontes@ese.ipvc.pt

**ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO
CASTELO; CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM ESTUDOS DA CRIANÇA (CIEC) DA
UNIVERSIDADE DO MINHO; UNIVERSIDAD DE VALLADOLID, ESPANHA**

REDES DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS: UM CARTÃO PROMOTOR DE SINERGIAS

RESUMO

Este artigo expõe os resultados de um projeto de investigação de doutoramento¹ sobre as vivências artísticas dos alunos do terceiro ano do primeiro ciclo do ensino básico (CEB) das escolas públicas de Vila do Conde recorrendo aos seus equipamentos culturais em 2011. Através da metodologia de estudo de caso, identificou-se, por um lado, o tempo que os professores do primeiro CEB dedicam às áreas das expressões, o reconhecimento que atribuem à Educação Artística, as atividades artísticas que implementam, as formações que frequentam e a sua frequência nos equipamentos e eventos culturais, por outro, a oferta cultural dos equipamentos e de que forma esta é usufruída pelos alunos. Para esse fim pesquisou-se o Plano Curricular de Turma (PCT), o Plano Anual de Atividades (PAA) e os dados obtidos pelos questionários implementados aos docentes, aos encarregados de educação e aos alunos. Os resultados indicam que os professores inquiridos não só não empregam a totalidade das horas que estão disponíveis para trabalhar as áreas artísticas, como não utilizam os equipamentos culturais que estão disponíveis penalizando assim duplamente a implementação da EA genérica no ensino básico. No que se refere aos alunos, os resultados demonstram que as suas experiências artísticas através dos equipamentos culturais se baseiam essencialmente nas atividades promovidas e organizadas pelas escolas. Para colmatar as lacunas encontradas no estudo, foi defendida a utilização de um cartão como potenciador de redes de equipamentos culturais em contexto municipal com o propósito de fomentar vivências artísticas dos encarregados de educação, dos professores e dos seus alunos.

PALAVRAS-CHAVE

Educação artística; primeiro ciclo do ensino básico; equipamentos culturais; vivências artísticas

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do doutoramento de Didáctica de la Educación Artística en la Universidad de Valladolid sob a orientação de Dr. D. José Ignacio Palacios Sanz (orientador) e Dr. D. Carlos Alberto dos Santos Almeida (Coorientador)

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A temática da cultura e educação assume especial relevância nas instituições políticas a nível europeu na década de 1990. Um grupo de especialistas do Conselho da Europa reuniu-se para debater esta matéria e dessa reunião surgiu o relatório *In from the margins*, que permitiu refletir sobre a importância que se concede à cultura desde a assinatura da *Convenção Cultural Europeia* em 1954 (Council of Europe, 1997). Neste encontro reconhece-se que existe uma necessidade urgente em criar um sistema de intercâmbio e cooperação entre os estados europeus para proporcionar modelos de práticas eficazes e fomentar a partilha de filosofias e experiências das artes na educação em geral (Robinson, 1999, p.7). Deste modo, desenvolveu-se um projeto centrado na cultura, na criatividade e nos jovens com o objetivo de analisar a oferta da Educação Artística (EA) nas escolas dos estados membros, bem como a participação de artistas profissionais nessas mesmas escolas. A referida iniciativa deu origem a um inquérito sobre a EA na Europa para verificar a oferta cultural que os jovens têm acesso e a um colóquio internacional concretizado em 1996 na Croácia, denominado “Culture, Creativity and the Young”, onde se reuniram profissionais no âmbito da educação formal e informal/não formal de 25 estados membros (Robinson, 1999).

Em 1999, o diretor geral da Unesco apelou em Paris para a necessidade de impulsionar a EA e a criatividade na escola, como parte da construção de uma cultura de paz e para que esta fosse implementada desde o pré-escolar até ao último ano de secundário. Nesse mesmo ano, o Comissário da Direção-Geral da União Europeia para a Educação e Cultura estabelece como seu objetivo principal criar um Espaço Europeu da Educação e da Cultura (ELIA², 2012).

A partir destas etapas, a Comissão Nacional da Unesco inicia, em 2003, diligências para a realização da I Conferência Mundial da EA em Portugal, que teve lugar em março de 2006. A referida Conferência deu origem a dois documentos fundamentais: *Declaração conjunta de IDEA* (Associação Internacional de Teatro/Drama e Educação), *InSEA* (Sociedade Internacional de Educação pela Arte) e *ISME* (Sociedade Internacional para a Educação Musical) e o *Roteiro para a Educação Artística*. No primeiro destacam-se os seis anos de reuniões preparatórias entre as organizações IDEA, InSEA e ISME para a concretização da Aliança Internacional para a EA (WAAE) e o compromisso de estabelecer canais efetivos de comunicação internacional e de intercâmbio de políticas e recursos pedagógicos, a realização de foros

² The European League of Institutes of the Arts.

nacionais, regionais e mundiais para debater e difundir as teorias e práticas educativas, e as estruturas conceptuais e profissionais inovadoras. Esta aliança pretende preservar as culturas artísticas que têm vindo a ser ameaçadas pela globalização, os modelos de análise intercultural que exploram aspectos dos meios tradicionais e as novas pedagogias (InSEA, 2006). Na primeira década do século XXI sobressai, assim, a World Alliance for Arts Education (WAAE) referida anteriormente, que é constituída por quatro organizações internacionais (IDEA, InSEA, ISME, desde 2006 e WDA, desde 2007) cujo enfoque é promover práticas profissionais e políticas nas áreas de teatro/arte dramática, artes visuais, música e dança (IDEA, 2012). O projeto WAAE tem como principal objetivo acelerar a aplicação das políticas de EA a nível internacional e colaborar com todos os governos, redes, instituições educativas, comunidades e indivíduos (IDEA, 2012). O *Roteiro para a Educação Artística* é um documento que tem como objetivo não só promover o diálogo entre todos os envolvidos nesta temática, mas também obter um consenso acerca da importância da EA na construção de uma sociedade “criativa e culturalmente consciente; estimular a colaboração na reflexão e na acção; e reunir os recursos financeiros e humanos necessários para uma integração mais completa da Educação Artística nos sistemas educativos e nas escolas” (Unesco, 2006, p. 4).

No ano 2008, aconteceu a “XI Conferencia Iberoamericana de Cultura” e, em 2009, a “XII Conferencia Iberoamericana de Ministros de Cultura em Portugal”, nas quais se assinalou a necessidade de reforçar a relação entre arte, cultura e educação e o intercâmbio dos seus profissionais.

Num estudo comparativo de educação artística e cultural nas escolas da Europa publicado em 2009, verifica-se que a maioria das escolas organiza visitas a locais de interesse artístico para aproximar os alunos ao mundo das artes (CE & EACEA³, 2009).

Portugal apresenta objetivos similares patentes nas recomendações do Observatório das Atividades Culturais⁴ que alerta para a necessidade de promover sinergias entre equipamentos culturais, escolas e associações locais. Um dos primeiros marcos desta aproximação foi a criação de redes culturais a nível nacional em diversas áreas. Importa aqui destacar alguns exemplos de redes de bibliotecas dando enfoque à relação com a escola e a sua comunidade.

³ Comisión Europea & Agencia Ejecutiva en el ámbito Educativo.

⁴ Associação sem fins lucrativos, criada em 1996 e extinta em 2013 (Garcia, 2014), que se ocupava da produção e difusão de conhecimento no âmbito das transformações das atividades culturais de uma forma sistemática e regular.

A Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP) ou Rede de Leitura Pública foi criada em 1987 baseada na lógica de associação entre o Ministério da Cultura e as autarquias locais e cujo objetivo era a criação e a requalificação de bibliotecas em todos os concelhos do país. A sua formação é consequência do programa iniciado pelo extinto Instituto Português do Livro e da Leitura com o objetivo de definir uma política nacional de leitura pública⁵. O modelo adoptado para o seu programa baseia-se no Manifesto da Unesco, que define a biblioteca pública como um espaço de informação e de conhecimento de todos os géneros, acessível aos seus utilizadores (Unesco, 2012). As bibliotecas que integram a rede têm um conjunto de espaços para o desenvolvimento não só da leitura mas também de outras atividades culturais e artísticas. De acordo com Silva (citado em Gomes & Lourenço, 2009), a instalação de bibliotecas em diferentes câmaras municipais do país foi uma das primeiras medidas de descentralização e democratização cultural, uma vez que permitiu à população residente fora das grandes áreas metropolitanas um melhor acesso a uma diversidade de bens e serviços culturais. Nove anos mais tarde, em 1996, o Ministério da Educação (ME) e o Ministério da Cultura (MC) implementam o programa Rede de Bibliotecas Escolares, que desempenha um importante papel no campo da EA e na relação com a comunidade, na promoção e criação de hábitos de leitura, na organização de eventos culturais, na animação cultural e na gestão dos recursos (Xavier, 2004). Na avaliação realizada a este programa, em 2008, é de destacar que a situação no primeiro CEB é a menos favorável em comparação com os restantes ciclos de ensino devido à persistência de muitas escolas excessivamente pequenas e com condições insuficientes para manter equipamentos deste tipo. Não obstante, a tendência crescente é a criação de novos centros escolares, nos quais está prevista a construção de bibliotecas, obedecendo aos parâmetros de qualidade da Rede de Bibliotecas Escolares (ME, 2010). Em 1997, estabeleceu-se o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (Figueiredo, 2004), que tem como objetivo apoiar as bibliotecas, principalmente na formação de animadores. Os programas desenvolvidos são, na sua maior parte, destinados ao público escolar através das atividades de exposições, leitura e conversação com escritores, dramatização de textos, espetáculos baseados em obras literárias e ateliers; estes são da responsabilidade da câmara municipal tanto a nível de programação como de financiamento (Silva, 2000). Deste modo, a implementação da RNBP alterou de forma significativa a oferta cultural

⁵ Ver bibliotecas da RNBP em <http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/Bibliotecas/Paginas/default.aspx>

em várias regiões do país. As bibliotecas passaram de uma função passiva para uma função “activa ao proporcionarem uma oferta diversificada de actividades que cruzam “livros e leitura” com outros domínios artísticos” (Gomes & Lourenço, 2009, p. 81).

Em 2010, o programa da RNBP é já considerado como uma referência crucial na planificação cultural a nível nacional, não só pelo número de equipamentos construídos mas também pela sua qualidade aproximando Portugal dos restantes países de Europa (Oleiro & Heitor, 2010). Atualmente, são apoiadas 215 bibliotecas abertas ao público⁶.

A existência de redes culturais, de acordo com Silva (2004), pode e deve permitir a articulação entre diferentes entidades uma vez que desempenham sete funções essenciais e são instrumentos de (i) ordenamento; (ii) qualificação; (iii) coesão; (iv) concertação e associação; (v) ambiente de cooperação; (vi) plataformas de difusão; (vii) contextos de formação de públicos. O mesmo autor num artigo sobre as dinâmicas culturais urbanas de cinco cidades portuguesas destaca a necessidade de articulação entre a área da cultura e da educação ressaltando que “não basta atrair, é essencial formar as pessoas, habituá-las ao consumo regular e apetrechá-las para o consumo crítico” (Silva & Santos, 2010, p. 23), no mundo das imagens, do cinema, teatro, da música ou literatura.

SIMBIOSE: EQUIPAMENTOS CULTURAIS E ESCOLAS

Ativar a relação entre a comunidade e a escola é fundamental para desenvolver o conhecimento, utilizando as “organizações culturais como um dos vários recursos de valor, de maneira que a energia da comunidade e a energia da instituição cultural possam alimentar-se mutuamente, em vez de esgotarem-se uma à outra” (Aprill & Sikkema, 2009, p. 306).

Os equipamentos culturais, tais como o museu, a biblioteca, o auditório, o teatro, a galeria de arte, os centros culturais, entre outros, são espaços de experiência extraordinária de contacto de artistas e obras de arte e são também lugares de divulgação, pelo que é importante que assumam que “o papel dos professores e professoras será decisivo no que respeita à aproximação por parte dos públicos infantis aos espaços de arte” (Huerta, 2010, p. 64). Para além disso, um centro cultural, dada sua intrínseca função de apresentar e expor arte do passado e do presente, é também um

⁶ Ver bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas em <http://bibliotecas.dglab.gov.pt/Bibliotecas/Paginas/default.aspx>

fator criador de contexto para o intercâmbio de ideias, de noções culturais e de experiências e perspectivas políticas e sociais (Ross, 2007).

Considerando o papel que a escola assume no âmbito da EA, López (2011) destaca que é crucial a sua abertura à comunidade, para promover a articulação contínua e eficiente entre educação e cultura. Para além disso, a escola é um espaço ideal para o desenvolvimento de novas formulações e narrativas de “todo o património cultural que os próprios alunos são capazes de produzir e identificar como próprio, com o qual constituem a sua identidade ou as suas múltiplas identidades” (Camps, 2011, p. 173).

Em comparação com outros equipamentos culturais, o museu tem-se distinguido, nas últimas décadas, pelo esforço em aproximar-se à comunidade educativa. É um equipamento cultural que se considera como uma comunidade de aprendizagem, na medida em que esta “conceptualiza como um projeto de impacto na sociedade e cultura de uma determinada localidade que é gerada a partir de um centro educativo para a inclusão de todas as pessoas e seu ambiente” (Rodríguez, 2007, p. 110). A simbiose de escola e museu pode ocorrer porque ambos se necessitam reciprocamente, “não podemos perder nenhum destes privilégios com os que se identificam muitos dos nossos traços culturais” (Huerta, 2010, p. 13). As duas entidades “não só necessitam mutuamente como também adquirem maior entidade ao trabalhar conjuntamente, ao combinar as suas forças, ao gerar um território comum” (Huerta, 2010, p. 13). Neste contexto, destaca-se também a promoção do museu como escola e a escola como museu, originando o:

o crescimento da identidade pessoal através da arte, identidade social micro representando a sala de aula ou da escola e identidade coletiva, social e nacional que representa o próprio museu, que é aprendido desta forma e assimilados pelos alunos. (Camps, 2011, p. 171)

Ao longo de décadas, existem evidências no contexto português de estudos e ações com o objetivo de criar um trabalho de reciprocidade entre a escola e as instituições culturais. Todavia, as estratégias desenvolvidas a nível teórico apresentam ainda dificuldade em se apresentar num plano prático (Lourenço, 2010).

○ ESTUDO: PROBLEMÁTICA, CONTEXTO E IMPLEMENTAÇÃO

Partindo das reflexões realizadas no âmbito do enquadramento

teórico exposto, o problema de estudo focou-se na articulação entre as escolas do primeiro CEB e os equipamentos culturais do município para fomentar vivências artísticas nos alunos do terceiro ano. Vila do Conde, constituído por 30 freguesias, foi o contexto de investigação selecionado por indicar um aumento do dinamismo cultural (Abrantes, 2000) e por apresentar nas últimas décadas, uma evolução da política de recuperação de equipamentos, baseada na valorização do património para a criação de novos espaços culturais (Ramos, 2010).

O objetivo geral foi o de evidenciar em que medida as escolas do primeiro CEB usufruem dos equipamentos culturais do seu município para potenciar experiências artísticas nos seus alunos. Para alcançar este objetivo, foram colocadas quatro questões de investigação para conhecer a oferta cultural dos equipamentos culturais de Vila do Conde, o enfoque que os professores atribuem às áreas artísticas no currículo, as experiências artísticas que os alunos do terceiro ano obtêm através dos equipamentos culturais e a operacionalidade da articulação entre as escolas do primeiro CEB e a oferta artística e cultural dos equipamentos culturais. A pertinência do estudo passou por pesquisar se as ações desenvolvidas nos últimos anos das diversas organizações (internacionais e nacionais) tiveram reflexo num município de pequenas dimensões no âmbito de uma simbiose entre a escola e equipamentos culturais. Através da metodologia de estudo de caso de natureza qualitativa, a amostra abrangeu 615 alunos, 512 encarregados de educação e 91 professores do primeiro CEB pertencentes aos cinco agrupamentos de escolas e o marco temporal foi de 12 meses (Pontes, 2014).

No que se refere aos equipamentos culturais, optou-se por estudar 18 dos 28 existentes (Ramos, 2010) cuja seleção teve por base o enfoque tradicional das artes (museus, auditório, teatro, galeria e centro cultural). Acrescentou-se também a biblioteca e o arquivo municipal porque na sua divulgação constatou-se a promoção de eventos no âmbito artístico. As técnicas e os instrumentos de recolha de dados utilizados foram os questionários, as entrevistas e a observação (Pontes, 2014).

De seguida, apresentam-se os resultados sobre o reconhecimento que os professores inquiridos atribuem à EA genérica, tendo por base o currículo das expressões artísticas e a utilização dos equipamentos culturais.

A implementação do currículo revelou que a maioria dos docentes trabalha menos 94 horas por ano do tempo mínimo previsto no despacho em vigor à data da implementação dos questionários. Concluiu-se que as áreas artísticas são menos potenciadas quando comparadas com outras áreas do saber, colocando em perigo os princípios da Lei de Bases

do Sistema Educativo no âmbito artístico. Constatou-se que no contexto de Vila do Conde existe uma discrepância entre o trabalho realizado no âmbito do desenvolvimento emocional e o cognitivo, disparidade esta já constatada e alertada na conferência da Unesco em 2006. Em relação ao reconhecimento da importância da EA na formação do indivíduo, os professores mencionam várias potencialidades destacando a capacidade intelectual, pessoal, social, emocional, física, perceptível, técnica, global, cultural, complementar e motivacional das crianças. Estes domínios estão em conformidade com os objetivos indicados por Robinson na década de 90 (Robinson, 1999) e com os mencionados nas conferências mundiais da Unesco de 2006 e 2010. Deste modo, as dificuldades que os professores têm em implementar a EA a nível prático, regista-se essencialmente na falta de recursos materiais e humanos, de formação e de tempo pela grande extensão dos programas. O contributo dos professores na implementação de atividades artísticas está na sua grande maioria, em ações pontuais e de acordo com o calendário de festividades. Assim, o seu caráter de continuidade, consistência e consequência pode ficar comprometido.

Neste contexto, a necessidade de uma formação contínua por parte dos docentes torna-se imperativa, no entanto, mais de metade não frequentou nenhuma ação de formação nos últimos três anos mencionando a falta de oferta neste domínio. Constatou-se que a deficitária formação nas áreas artísticas dos professores, continua a ser uma lacuna na implementação da EA genérica, temática esta já reconhecida pelo ME em 96. A tudo isto se acrescenta os escassos recursos didáticos disponibilizados pelo Ministério da Educação e Ciência que apesar de proporcionar uma plataforma virtual para todos os professores, a verdade é que no âmbito artístico os materiais são muito reduzidos.

No que se refere à utilização dos espaços culturais de Vila do Conde por parte dos professores com suas turmas constatou-se que nenhum dos equipamentos excedeu os 50%, o mesmo se verificou em relação à frequência por parte dos professores enquanto espectadores. Embora os professores tenham revelado a media de conhecimento de localização dos espaços culturais superior a 50% estes dados não se refletem na frequência cuja media total de utilização dos espaços é de 18,2%. Esta frequência reduzida por parte dos professores enquanto espectadores pode contribuir também para a frequência reduzida com as suas turmas. A nível de assistência de espetáculos ao vivo destaca-se que todos os domínios apresentaram valores inferiores a 50% sendo que o valor mais alto foi o teatro.

Em suma os professores inquiridos não só não utilizam a totalidade

das horas que estão disponíveis para trabalhar as áreas artísticas como não utilizam os equipamentos culturais que estão disponíveis acentuando assim duplamente o problema da implementação da EA genérica no ensino básico.

No que diz respeito aos equipamentos culturais, estes são assumidos neste estudo como ferramentas e recursos para a promoção da EA genérica nas escolas do primeiro CEB. Em 2011, os equipamentos culturais realizaram 365 eventos culturais. Dos espaços em estudo 11 são tutelados pela Câmara Municipal e sete são da responsabilidade de outras entidades. São os equipamentos culturais tutelados pela Câmara Municipal que mais promoveram atividades dirigidas às escolas. No que se refere à articulação e comunicação entre os museus do município, destaca-se que existiu uma preocupação por parte da Câmara Municipal em incluir na sua Rede Municipal de equipamentos os espaços que não faziam parte da sua tutela. Constatou-se que o município de Vila do Conde possui equipamentos diversificados para que os alunos, encarregados de educação e professores possam usufruir de diferentes áreas artísticas. No entanto, persiste ainda a ausência de estratégia de comunicação eficaz e orientada por parte dos equipamentos culturais para promoção e difusão da sua oferta cultural no panorama local, facto este já destacado no estudo de Ramos em 2010. As estratégias que utilizam são parcas, a concentração da sua divulgação na agenda mensal e na página *web* da Câmara Municipal não pode ser consideradas uma estratégia *per se*, tanto mais que não se tem revelado suficiente para que os encarregados de educação e professores possam ter conhecimento da sua agenda cultural. Deste modo e apesar de se verificar que os equipamentos culturais promovem vários eventos a nível artístico ao longo do ano esse facto não se reflete no conhecimento da localização, da agenda e conseqüente frequência nos respetivos espaços por parte dos encarregados de educação, professores e alunos. Ainda que existam vários equipamentos culturais que compreendam diferentes linguagens artísticas, a verdade é que são residuais os espaços que mantêm uma oferta cultural contínua, abarcando vários interlocutores da comunidade educativa e que façam uma articulação com os conteúdos programáticos do primeiro CEB.

Huerta (2010) refere que “muita gente desconhece os museus da sua própria cidade” (p. 64) e esta ideia parece ter relevância no município de Vila do Conde uma vez que dos oito museus em funcionamento, só três são conhecidos por mais de metade dos encarregados de educação e os restantes cinco apresentam valores de conhecimento muito reduzidos (Pontes, 2015). A utilização dos espaços é também reduzida facto esse que poderá advir da falta de conhecimento da existência dos próprios

equipamentos culturais do município dado que se verificou que mais de 50% dos inquiridos referiram não conhecer nove espaços culturais mencionados neste estudo. Deste modo a oferta cultural que é usufruída pelos alunos do terceiro ano do primeiro CEB de Vila do Conde através dos equipamentos culturais do seu município baseiam-se essencialmente nas atividades promovidas e organizadas pelas escolas. Fica perceptível que a fruição de vivências artísticas nos espaços culturais é ainda muito reduzido evidenciado pelo baixo conhecimento e frequência dos encarregados de educação e pela frequência residual por parte das escolas (Pontes, 2015).

As contribuições dos equipamentos culturais são diminutas para o currículo do primeiro CEB dado que a sua existência não tem implicações diretas na formação das crianças porque não são utilizados nos diversos contextos: formal, informal e não formal.

Em Vila do Conde não se evidencia articulação e sinergias entre os distintos equipamentos culturais e entre eles e as escolas do concelho. Por articulação pressupõe-se que as escolas conhecem as potencialidades de cada equipamento cultural e estes dominam as necessidades das escolas. Nos equipamentos culturais do concelho não foi possível obter evidências de uma articulação; o mais usual é a existência de uma plataforma de entendimento mútuo para a cedência dos espaços. Apesar da existência de uma rede informal de contactos que permitem o uso e a fruição de espaços e eventos, não se pode inferir a existência de um conhecimento entre a dinâmica cultural dos espaços e a sua divulgação e fruição por parte das escolas.

UM CARTÃO PROMOTOR DE SINERGIAS

A simbiose da cultura e educação é uma mais-valia para o incremento da EA na comunidade, que no caso português foi potenciado, fundamentalmente, através da criação de várias redes culturais e serviços educativos. No contexto de Vila do Conde, para que a EA genérica seja uma realidade é necessário que o sistema educativo reconheça a importância das artes através das normativas legais e através da colaboração e articulação entre os agentes políticos e educativos.

Uma das estratégias que se sugere para colmatar as situações apresentadas é rentabilização e otimização do cartão que é facultado às crianças quando ingressam no primeiro ano para requisitar livros na Biblioteca Escolar. Esta é uma estrutura que existe há vários anos e que tem ajudado, num primeiro momento, à fidelização dos alunos à Biblioteca Escolar e,

mais tarde, à Biblioteca Municipal. Seguindo este princípio e com o objetivo de rentabilizar e otimizar os recursos existentes no município de Vila do Conde, sugere-se que o cartão utilizado pelos alunos para aceder à Biblioteca Escolar seja, também, um meio de acesso aos espaços culturais. Este conceito pretende, por um lado, incitar os alunos, os encarregados de educação e os professores a explorar e a conhecer os espaços culturais de Vila do Conde e, por outro, permitir que as infraestruturas culturais tenham uma ferramenta para fazer a contagem do seu público através da leitura electrónica do mesmo. A informação obtida desta leitura pode ser uma mais-valia porque permite obter dados atuais e seguros do público que frequenta os espaços culturais e, através destes, fazer o respectivo tratamento para futuras programações e estudos. O cartão acompanha os alunos no trajeto escolar o que permite garantir que pelo menos no seu percurso escolar, todos os alunos tenham ferramentas que possibilitam desenvolver as suas experiências artísticas através dos espaços culturais e artísticos do seu município podendo abarcar os distintos contextos educativos. Inevitavelmente, é necessário uma cooperação entre os responsáveis pelos equipamentos culturais tutelados pelo município e pelas entidades privadas para chegar um consenso no que se refere aos procedimentos para implementar esta iniciativa. Esta ideia foi apresentada à autarquia de Vila do Conde, tendo os seus responsáveis aprovado o conceito e acordado que iriam solicitar a viabilidade técnica e financeira à empresa que produz os cartões da Biblioteca para a implementação desta estratégia (Pontes, 2015).

Se o cartão poderá ser uma ferramenta para proporcionar vivências artísticas aos alunos ao longo do seu percurso escolar, também poderá contribuir para que os equipamentos culturais estabeleçam contatos promotores de sinergias entre eles e sedimentar a rede de equipamentos culturais em contexto municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrantes, J. M. (2000). *Vila do Conde a construção de política cultural ao nível local*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Aprill, A. & Sikkema, S. (2009). Exposição como currículo: novos modelos de mediação. Em A. M. Barbosa & R. G. Coutinho (Eds.), *Arte/Educação como mediação cultural e social* (pp. 305-324). São Paulo: Unesp.

- Camps, R. R. (2011). El museo como instrumento de legitimación en la construcción de identidades. *Educación Artística Revista de Investigación*, 2, 170-174.
- CE & EACEA. (2009). *Educación artística y cultural en el contexto escolar en Europa*. doi 10.2797/34810/ 978-92-9201-077-5
- Council of Europe (1997). *In from the margins. A contribution to the debate on Culture and Development in Europ*. Swiss Confederation.
- ELIA (2012, 6 de abril). *Manifesto*. The European League of Institutes of the Arts. Retirado de <http://www.elia-artschools.org/elia/Manifesto>
- Figueiredo, F. E. (2004). Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: actualizar para responder a novos desafios. *Cadernos BAD*, 61-72. Retirado de <http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/10982/1/Figueiredo.pdf>
- Garcia, J. L. (Ed.) (2014). *Mapear os recursos, Levantamento da legislação, Caracterização dos atores, Comparação internacional. Relatório Final*. Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais Secretaria de Estado da Cultura.
- Gomes, R. & Lourenço, V. (Eds.) (2009). *Democratização Cultural e Formação de Públicos: Inquérito aos Serviços Educativos em Portugal*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Huerta, R. (2010). *Maestros y Museos*. València: Universitat de València.
- InSEA (2006, 6 de março). *WAAE*. Retirado de http://www.insea.org/sites/default/files/uploads/zzz/Joint_Declaration_2006.pdf
- López, A. G. (2011). El museo se acerca a los más jóvenes. Análisis del proyecto educativo con escuelas desarrollado en la Fundación Serralves de Oporto durante el período 2009-2010. *Educación Artística Revista de Investigación*, 2, 97-102.
- Lourenço, V. (2010). Cultura e educação: desafios de uma política partilhada. Em M. d. Santos (Ed.), *Novos trilhos culturais: práticas e políticas* (pp.237-241). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ministério da Educação (ME) (2010). *Avaliação do Programa Rede de Bibliotecas Escolares*. Retirado de <http://www.rbe.min-edu.pt/np4/31.html>
- Oleiro, M. & Heitor, C. (2010). 20 Anos da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: Um balanço (possível) do grau de cumprimento do Programa. In *Actas dos Congressos Nacionais de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, (10) (pp. 1-7). Retirado de <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/157/150>

- Pontes, A. (2014). Vivências Artísticas dos Alunos do Primeiro Ciclo através dos Equipamentos Culturais do seu Município. *Revista Portuguesa de Educação Artística*, 4, 3-8.
- Pontes, A. (2015). The role of the teacher in the implementation of artistic experiences. *Revista Diálogos com a Arte – revista de arte, cultura e educação*, 5, 119-127. Retirado de http://media.wix.com/ugd/6d6107_c4d1222849534f05834629a6eceaob451.pdf
- Ramos, F. C. (2010). *Eventos Culturais e Cidades. O caso específico do Curtas de Vila do Conde*. Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Rodríguez, D. (2007). El museo como comunidad de aprendizaje. In R. Huerta & R. d. Calle (Eds.), *Espacios estimulantes* (pp. 109-127). València: PUV.
- Robinson, K. (1999). *Culture, creativity and the young: developing public policy*. Retirado de https://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/culture/resources/Publications/PN_2_CultureCreativityYoung.pdf
- Ross, M. (2007). Cultural centers and strategies of being: creativity, sanctuary, the public square, and contexts for Exchange. In L. Bresler (Ed.), *International Handbook of Research in Arts Education* (pp. 755-758). Dordrecht, Holanda: Springer.
- Silva, A. S. (Ed.) (2000). *A educação artística e a promoção das artes, na perspectiva das políticas públicas. Relatório do grupo de contacto entre os ME e MC*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Silva, A. S. (2004). As redes culturais: balanço e perspectivas da experiência portuguesa, 1987-2003. In AA.VV. *Públicos da Cultura: Actas do Encontro organizado pelo Observatório das Actividades Culturais no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, 24 e 25 de Novembro de 2003* (pp. 241-281). Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Silva, A. S. & Santos, H. (2010). A transformação cultural de cidades médias, segundo os seus agentes culturais. *Sociologia, problemas e práticas*, 62, 11-34.
- Unesco (2006). *Roteiro para a Educação Artísticas*. Retirado de <http://www.clubeunescoedart.pt/files/livros/roteiro.pdf>
- Unesco (2010). La Agenda de Seúl: Objetivos para el desarrollo de la educación. Segunda Conferencia Mundial sobre la Educación Artística. Retirado de <http://portal.unesco.org/culture/en/files>
- Unesco (2012, 2 de abril). *Manifesto da Sobre Bibliotecas Públicas*. Biblioteca Torres Vedras. Retirado de http://www.bibliotecadetorresvedras.net/ficheiros/pdfs.anexos/manifesto__sobre_bibliotecas_publicas.pdd

Xavier, J. B. (Ed.) (2004). *Relatório do grupo de trabalho Ministério da Educação e Ministério da Cultura. Despacho Conjunto N. 1062/2003 de 27 de Novembro*. Lisboa: Ministério da Educação/ Ministério da Cultura.

Citação:

Pontes, A. C. M. (2017). Redes de equipamentos culturais: um cartão promotor de sinergias. In M. Gama & H. Sousa (Eds.), *Contributos do Congresso Internacional "Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona"* (pp. 92-105). Braga: CECS.

RAQUEL PIRES; JOÃO A. MOTA & KATJA TSCHIMMEL

rspires@ipb.pt; joaomota@ua.pt; katjatschimmel@esad.pt

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA, ID+, INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO EM DESIGN, MEDIA E CULTURA / UNIVERSIDADE DE AVEIRO, ID+, INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO EM DESIGN, MEDIA E CULTURA / ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E DESIGN DE MATOSINHOS, ID+, INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO EM DESIGN, MEDIA E CULTURA

INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS EM CONTEXTO RURAL: A REDE CULTURAL SETE SÓIS SETE LUAS EM ALFÂNDEGA DA FÉ

RESUMO

Esta investigação parte da existência de um défice de entendimento sobre qual o modelo e qual o valor instrumental das Indústrias Culturais e Criativas (ICC) para o desenvolvimento sustentável em contextos rurais.

Delimitamos o campo de estudo ao caso da Rede Cultural Sete Sóis Sete Luas (RCSSSL) em Alfândega da Fé (AF) para compreender melhor o processo das ICC em ambientes rurais.

O presente trabalho não pretende unicamente entender os setores cultural e criativo em ambientes rurais, mas também apresentar hipóteses de soluções agregadoras entre as comunidades rurais e os agentes criativos, tendo como referência a RCSSSL – AF.

Pretendemos compreender a autossustentabilidade do território de AF e como pode a RCSSSL favorecer a inovação social e a construção de narrativas comunicacionais, através do recurso à cultura local.

No quadro das ICC, o design tem manifestado um crescente comprometimento na mudança do mercado ao impulsionar a inovação social, a inovação tecnológica e a inovação dos serviços culturais.

Para o modelo de análise, optámos por uma metodologia qualitativa: *Research in Design Context*. Durante o estudo preliminar e a formulação de hipóteses, recolhemos e organizamos informação segundo o modelo *Grounded Theory*.

Foram realizadas três entrevistas – duas aplicadas à Câmara Municipal de AF e uma ao Diretor Artístico da Associação Cultural Sete Sóis Sete Luas. Os três guiões integraram perguntas diretas, abertas e *follow up*.

Foi com recurso a estes instrumentos que selecionamos, recolhemos e analisamos os dados, para posteriormente lançar hipóteses de modelos de inovação/estímulo à criação em ambientes rurais.

Em relação aos resultados expectáveis, este trabalho não permitirá a generalização de resultados para outros contextos, mas possibilitará lançar hipóteses para um modelo de inovação em ambientes rurais, que estimule a instalação de *clusters* criativos e redes locais para o fomento da visibilidade e sustentabilidade desses territórios.

PALAVRAS-CHAVE

Indústrias culturais e criativas em contexto rural; a rede cultural Sete Sóis Sete Luas em Alfândega da Fé

INTRODUÇÃO

As Indústrias Culturais e Criativas (ICC) têm sido a fórmula mais utilizada para o desenvolvimento das cidades criativas.

Dos estudos sobre ICC salientamos o facto de existir unanimidade na ideia de legitimar o setor criativo como um potencial para equilibrar a economia, para criar mais e melhor emprego e para estimular novos desafios territoriais.

Nas leituras sobre ICC, ao nível conceptual e operacional, considerámos estudos governamentais e estudos académicos do contexto europeu (DCMS, 1998; KEA, 2009; Comissão Europeia, 2010, 2012, 2013a, 2013b, 2014; Landry, 2000; Caves, 2000; Howkins, 2001; Florida, 2002; Hospers, 2003; Flew, 2012; Fleming, 2013), e do contexto português (Mateus, 2010; Lima & Gomes, 2011; ADDICT & Agência Primus, 2012).

No plano da inovação e das ICC, a política estratégica europeia para o sexénio 2014-2020 definiu um conjunto de medidas cujo propósito é ativar ideias inovadoras, as quais possam ser transformadas em produtos e serviços que aumentem a competitividade e criem postos de trabalho.

Como pode o estímulo de projetos artísticos e/ou criativos em ambientes rurais favorecer as boas práticas das ICC, de acordo, ou com sugestões de alterações, às diretivas sugeridas pelos documentos governamentais e não governamentais?

Partindo da existência de um défice de entendimento sobre qual o modelo e qual o valor instrumental das ICC para o desenvolvimento sustentável em contextos rurais, tencionamos definir hipóteses para um modelo de inovação que estimule o empreendedorismo territorial, a instalação de classes criativas e a fixação de população nestes territórios.

Direcionando os métodos do *Service Design Thinking* para o contexto das ICC em ambiente rurais, através do recurso à cultura local, pretendemos compreender a autossustentabilidade do território de Alfândega da Fé e como pode a Rede Cultural Sete Sóis Sete Luas favorecer a inovação social e a construção de narrativas comunicacionais. Entendemos, conforme Brown (2008), Brown e Wyatt (2010), Stickdorn (2014) e Tschimmel (2012), que o *Service Design Thinking*, enquanto processo co-criativo, terá um papel

importante para o nosso estudo ao combinar processos inovadores que regeneram os lugares, concretamente os serviços das localidades rurais.

É importante dissecar sobre se de facto as práticas culturais e criativas dependem exclusivamente de subsídios e financiamentos ou se são autossustentáveis.

INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS: BREVE ENQUADRAMENTO

Partindo das leituras exploratórias e de acordo com os dados mais recentes, em 2013 as receitas das Indústrias Culturais e Criativas a nível mundial contabilizam 1,57 biliões de dólares. Registando 29,5 milhões de postos de trabalho, as Indústrias Culturais e Criativas empregaram 1% da população ativa do mundo, cujas principais áreas foram as artes visuais (6,73 milhões), os livros (3,67 milhões) e a música (3,98 milhões) (EY, 2015).

Em 2012 o sector cultural e criativo na Europa gerou 535,9 mil milhões de euros de volume de negócios, empregou cerca de 7 milhões de pessoas e contribuiu aproximadamente com 4,2% do PIB (EY, 2014).

Já em 2013 foi considerado o segundo maior mercado em todo o mundo e o terceiro mais dinâmico a nível europeu. A receita anual na Europa foi de 709 mil milhões de dólares e empregou 7,7 milhões de pessoas, evidenciando a maior empregabilidade jovem (15-29 anos). A economia cultural europeia saiu ainda favorecida pela concentração das Indústrias Culturais e Criativas, considerando a tradição histórica, o património e as instituições de arte. Por exemplo, o Reino Unido foi líder no mercado de arte, especialmente devido à arte contemporânea; e dos 10 museus mais visitados a nível mundial, sete são europeus (Louvre, British Museum, Tate Modern, National Gallery, Museus do Vaticano, Centre Pompidou, Musée d'Orsay) (EY, 2015).

Salientamos ainda que, das 116 cidades pertencentes à Rede de Cidades Criativas da Unesco, 50 são europeias, sendo duas portuguesas (Óbidos – Literatura e Idanha-a-Nova – Música) (Unesco, 2016).

Relativamente ao contexto português, reportando-nos aos últimos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), constatámos que, embora o emprego no setor cultural e criativo tenha aumentado entre 2013 e 2014, de 71 300 para 78 400 postos de trabalho, o número de empresas e o volume de negócios teve um decréscimo (Tabela 1) (INE, 2014, 2015).

Em 2009, na Região Norte de Portugal, as Indústrias Culturais e Criativas totalizaram 1,190 milhões de euros e 40 000 empregos (ADDICT & Agência Primus, 2012).

Contudo, Portugal ainda apresenta um baixo nível de envolvimento em atividades culturais e níveis de indicadores de inovação, inclusão e sustentabilidade aquém do esperado (Tavares, 2014).

ANOS	NÚMERO DE EMPRESAS	VOLUME DE NEGÓCIOS
2010	53 361	5,6 mil milhões €
2012	50 426	4,6 mil milhões €
2013	49 691	4,4 mil milhões €

Tabela 1: Evolução do número de empresas e volume de negócio associado às ICC
Fonte: INE, 2014, 2015

No plano da inovação e das ICC, a política estratégica europeia para o Horizonte 2014-2020, através do programa Creative Europe, defende o estímulo da competitividade e o aumento de postos de trabalho através de ideias que possam ser transformadas em produtos e serviços. Entre as medidas previstas no programa Creative Europe colocou-se o “design como motor da inovação centrada no utilizador” (Comissão Europeia, 2013a).

O *design* tem manifestado um crescente comprometimento na mudança do mercado ao impulsionar: a inovação social, a inovação tecnológica, a inovação de serviços culturais, a produção sustentável e a constituição de comunidades criativas (Meroni, 2007).

INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS EM CONTEXTO RURAL

As ICC têm a sua génese nas cidades criativas, focalizando-se nos aglomerados urbanos de grande dimensão. Paralelamente, estudos e projetos artísticos já desenvolvidos em ambientes rurais ratificaram que a criatividade dos lugares não corresponde a um fenómeno unicamente urbano. Os contextos rurais são detentores de potencial criativo e também capazes de atrair novos investimentos que favorecem a inovação social (Bianchini, Bailey & Medlyn 2012; Burns & Kirkpatrick, 2008; Burns, 2009; Drda-Kühn & Wiegand, 2010; Gibbon, 2011; Mahroum et al., 2007; Smiles, 2006; White, 2010).

Para a expressão das ICC em contextos rurais tem sido ainda relevante a acessibilidade e a proximidade face aos grandes centros urbanos (Sela-da & Cunha, 2008; Burns & Kirkpatrick, 2008; Gibson, 2012; OECD, 2013).

Importa compreender que o modelo das ICC em contexto rural não deve replicar o modelo de ICC originário dos grandes centros urbanos. É fundamental desenvolver um modelo que se coadune com a realidade de uma localidade rural, valorizando os recursos distintivos do lugar (Fleming, 2013).

As relações entre o lugar e as ICC podem influenciar o processo criativo, as particularidades e recursos das localidades. E assim, a sustentabilidade dos territórios rurais, a par da autenticidade, podem constituir-se como vantagens competitivas na era da globalização (Lippard, 1997; Lewis, 2001; Drake, 2003; Comunian, Chapain & Clifton, 2010; Dessein, Soini, Fairclough & Horlings, 2015).

Similarmente:

os *clusters* criativos, como o design (...) também podem ser usados para ancorar e incorporar conteúdo criativo em lugares específicos. Possibilitando que *start-ups* beneficiem de fundos públicos ou sejam apoiadas para operar num local por um período de tempo específico ou para vincular a sua marca ao local, podendo adicionalmente ajudar a criar uma ligação entre o produto e o lugar. (OECD, 2014, p. 23)

Em Portugal, no âmbito das ICC em contextos rurais, analisámos dois programas: o Programa Novos Povoadores e o Programa para a Rede Rural Nacional. O primeiro, surgido em 2007, concerne a uma rede portuguesa “de repovoamento de territórios rurais com famílias empreendedoras”, contabilizando, em 2016, 132 famílias instaladas no território rural¹.

No caso do Programa para a Rede Rural Nacional, em 2012 criou o projeto Indústrias Culturais e Criativas em Espaços Rurais para incrementar o empreendedorismo nestes contextos. Consiste numa rede de associações de desenvolvimento local da Região Norte, cujo objetivo é sensibilizar para a nova realidade de empreendedorismo cultural e criativo em espaços rurais. Em novembro de 2012 a Rural Criativa apresentou os resultados preliminares referente às ICCER: 28% Património Histórico, Cultural e Natural, 17% Artesanato, 11% Edição, Música, Serviços de Software e 6% Publicidade, Design, Cinema, Rádio e TV. Verificou-se ainda que os eventos culturais e criativos que predominam são: Artes Cénicas – 26,6%, Música – 17,7%, Gastronomia – 16,5%, Artesanato – 12,7%; Os recursos financeiros são apontados pelas empresas e pelos espaços de difusão cultural e criativa como os principais constrangimentos (90%) no contexto das ICCER.

¹ Programa Novos Povoadores. Retirado de <http://www.novospovoadores.pt>

Pretendemos compreender a autossustentabilidade do território de Alfândega da Fé e como pode a RCSSSL favorecer a inovação social e a construção de narrativas comunicacionais, através do recurso à cultura local.

Entendemos que o Service Design Thinking, enquanto processo criativo centrado na experiência dos utilizadores de serviços através de uma dinâmica de co-criação, apoiará nosso estudo ao combinar processos inovadores que regeneram os lugares, concretamente os serviços das localidades rurais.

O Service Design Thinking é uma abordagem centrada no utilizador que analisa sistematicamente, inova e melhora os serviços. E existem vários modelos associados ao Service Design Thinking, por exemplo o processo de Design Thinking IDEO, modelo 3 I desenvolvido por Brown (2008), o modelo da Stanford d.school (2010), o modelo proposto por Stickdorn (2014) e o modelo Evolution 62 da empresa portuguesa Mindshake (2016).

De acordo com Brown (2008) e Brown e Wyatt (2010), Design Thinking é um processo dividido em três fases, compreendendo a “Inspiração” – busca de soluções para um problema ou partindo de uma oportunidade – a “ideação” – para o processo de produção, desenvolvimento e verificação de ideias que podem conduzir a soluções – e a “Implementação” – para a prossecução de um caminho.

O modelo da Stanford d.school (2010) inclui cinco fases, “empatia”, “definição”, “ideação”, “prototipagem” e “teste”.

Do ponto de vista dos consumidores, Stickdorn (2014) propôs um modelo com cinco princípios centrado nos utilizadores, co-criativo, sequencial, evidente e holístico, e dividido em quatro fases: “exploração”, “criação”, “reflexão” e “implementação”.

No modelo Evolution 62, o processo é dividido em seis fases todas iniciadas por “E”: Emergente, Empatia, Experimentação, Elaboração, Exposição e Extensão. E62 porque em cada fase do processo, ocorrem momentos de divergência (exploração) e convergência (avaliação), sendo por isso seis ao quadro. O modelo intitula-se Evolution porque “o processo criativo é evolutivo, em que interage um grande número de indivíduos e situações” (Tschimmel, 2012, p.19).

Por conseguinte, ao aplicar os métodos do Service Design Thinking, envolvendo as comunidades locais, teremos um melhor entendimento da realidade territorial e uma melhor percepção das experiências decorrentes da utilização dos serviços.

Algumas técnicas apresentadas no modelo Evolution 62, como o Mind Map Opportunity, o User Journey Map ou o Empathy Map, isoladas

ou a combinação de várias, podem ser úteis a fim de obter apreciações e sugestões dos utilizadores (comunidade local e/ou visitantes).

ESTUDO DE CASO

A REDE CULTURAL SETE SÓIS SETE LUAS

A rede cultural Sete Sóis Sete Luas (RCSSSL) emergiu em 1993 com a direção artística de Marco Abbondanza e Renzo Barsotti. Tudo começou em 1991, quando um grupo de estudantes da Toscana – Gruppo Teatrale Immagini, viajou até Portugal, concretamente para o Alentejo, apresentando um conjunto de espetáculos de teatro. Lá, conheceram José Saramago e começaram os relacionamentos com o escritor português. Com o apoio deste, surgiu o Festival Sete Sóis Sete Luas, inspirando-se nos valores presentes na obra Memorial do Convento, cujas personagens, Baltazar Sete Sóis e Blimunda Sete Luas, criam a “passarola”, uma máquina voadora. A “passarola” é o símbolo da RCSSSL. José Saramago foi o primeiro presidente honorário da rede, mas posteriormente também integrou, como presidente honorário, o escritor, dramaturgo e comediante italiano Dario Fo. Em 2012, dois anos após a morte de Saramago, foi nomeado um novo presidente honorário, o presidente da República de Cabo Verde, Jorge Carlos Fonseca.

O projeto iniciou-se com o intercâmbio cultural de Itália e Portugal e, entre 1993 e 2016, já passaram pela Rede 35 localidades de 13 países: Grécia – 1993, Espanha – 1997, Cabo Verde – 1998, França e Marrocos – 2005, Israel – 2006, Croácia – 2008, Brasil – 2009, Roménia – 2012, Eslovénia e Tunísia – 2013; e 35 localidades dos países referidos anteriormente (Cuenca, Aguimes, Tavernes de la Vallidigna, Alfândega da Fé, Aquiraz, Baia Sprie, Brasília, Castro Verde, Ceuta, Frontignan, Genazzano, Ioannina, Madalena, Montelupo Fiorentino, Odemira, Oeiras, Oristano, Pollina, Pontedera, Ponte de Sor, Elvas, Castelo Branco, Ribeira Grande, Roma, Rovinj, Tarrafal, Tanger, Auid, Beja, Maio, São Filipe, Impruneta, El Jadida, Piran).

A atividade da RCSSSL assinala-se na “reinterpretação da cultura” através do turismo cultural, da promoção do território, das artes plásticas (pintura, escultura, fotografia, performances e instalações artísticas) e, fundamentalmente, da *world music* onde se inscreve o Festival Sete Sóis Sete Luas (FSSSL).

O FSSSL, como principal evento, tem expressão em todas as localidades pertencentes à rede. Este evento acontece no verão e é apresentado em espaços públicos, com o intuito de ir “ao encontro das pessoas”.

As outras atividades acontecem mais pontualmente na generalidade das localidades, à exceção daquelas que acolhem os centros culturais. Todas as tipologias artísticas estão intrínsecas à programação anual dos quatro centros culturais: Centrum SSSL de Ponedera (Itália), Centrum SSSL de Ponte de Sor (Portugal), Centrum SSSL Frontignan (França) e, mais recentemente, o Centrum SSSL da Ribeira Grande (Ilha de Santo Antão, Cabo Verde). De salientar que está prevista a inauguração de um outro Centrum SSSL em Cabo Verde, em São Filipe na Ilha do Fogo.

E segundo Monteiro (2016), a presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé também ambiciona edificar um Centrum SSSL naquela localidade.

A RCSSSL pretende afirmar-se “como um projeto autossustentável”, cuja missão assenta na divulgação/difusão da cultura portuguesa e mediterrânica, visando:

- Promover a mobilidade dos artistas da rede;
- Defender as distintas realidades e identidades das localidades da rede;
- Criar lugares privilegiados para realizar encontros interculturais entre os artistas e as comunidades locais;
- Atrair novos públicos.

ALFÂNDEGA DA FÉ NO CONTEXTO DA REDE CULTURAL SETE SÓIS SETE LUAS

Alfândega da Fé é uma vila localizada no Nordeste de Portugal, NUT II Norte – NUT III Alto de Trás-os-Montes e pertence ao Distrito de Bragança. O seu concelho tem uma área total de 321,95 Km² e é composto por 20 freguesias. A população residente em todo o concelho é de 4 845 habitantes, registando 2016 habitantes na vila de Alfândega da Fé, sede de concelho (Instituto Nacional de Estatística, 2013).

Segundo o INE, em 2011, 32% da população residente no concelho corresponde a indivíduos com mais de 65 anos, o índice de envelhecimento tem vindo a aumentar (334,9 em 2011) e a taxa bruta de natalidade, em 2010, foi de 3% (INE, 2013).

A desertificação também tem sido um dos aspetos a enfatizar, tendo “os últimos Censos” revelado que “Alfândega continua a perder pessoas. Em 10 anos perdemos 900 pessoas. Isto tem de parar, é um problema de sobrevivência” (Câmara Municipal de Alfândega da Fé, 2014, p. 16).

Decorrente do elevado envelhecimento populacional e da desertificação, o município de Alfândega da Fé, entre 2010 e 2014, vinculou-se com vários projetos e redes: Declaração de Dublin, integrando a Rede Global da OMS das Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas; o Programa Novos Povoadores, gerando um centro *co-working* em Alfândega da Fé; a Campanhã GO Local: Por uma cidade sustentável; Cidades e Vilas de Excelência (Eixo 1: Cidade ou Vila Acessível para Todos; e Eixo 4: Cidade ou Vila Turística).

Em 2010 Alfândega da Fé associa-se à RCSSSL. Embora a cidade de Santa Maria da Feira já tenha integrado a rede entre 2001 e 2004 (Sacco, 2005), Alfândega da Fé é atualmente, e desde 2010, a única localidade do Norte de Portugal que está inserida na RCSSSL.

O FSSSL, que é gratuito, tem vindo a decorrer nesta localidade todos os anos (entre 2010 e 2015), nos meses de junho e julho. Este ano, o FSSSL está previsto para os dias 7 e 9 de setembro, conforme a informação/programação disponível no site do FSSSL.

ANÁLISE

Para compreender melhor o processo/valor instrumental das ICC em ambientes rurais, o campo de investigação foi limitado ao caso da RCSSSL em Alfândega da Fé. O objetivo é lançar hipóteses e teorias que possam contribuir para a implementação do modelo de ICC em ambientes rurais.

Para o modelo de análise, optámos por uma metodologia qualitativa: Research in Design Context (Horváth, 2007, 2008). Durante o estudo preliminar e a formulação de hipóteses, recolhemos e organizamos informação segundo o modelo *Grounded Theory* (Collins, 2010).

Foram aplicadas três entrevistas, duas à câmara Municipal de Alfândega da Fé (uma à presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé e outra à chefe de gabinete dos assuntos turísticos e culturais) e outra ao diretor artístico da Associação Cultural Sete Sóis Sete Luas. Os três guiões integraram perguntas diretas, abertas e *follow up*. A análise qualitativa dos dados, especificamente das entrevistas, foi realizada através da “condensação descritiva” (Albarello et al., 2005, p. 182).

A primeira e a terceira entrevistas realizaram-se presencialmente na Câmara Municipal de Alfândega da Fé, em fevereiro e junho de 2013, por forma a poder aferir as informações coletadas. A análise destas duas entrevistas permitiu nomear as principais ações do poder local em Alfândega da Fé para o setor da cultura. Consideramos as seguintes questões:

- As principais linhas estratégicas da política cultural da Câmara Municipal de Alfândega da Fé e a contextualização do FSSSL neste âmbito;
- As ICC como principais orientações das políticas culturais europeias e o impacto na política cultural do município;
- Representatividade da procura/oferta no concelho;
- Estratégias de captação/formação de públicos;
- Estratégias de promoção/divulgação da cultura;
- Principais fontes de financiamento para a cultura e programas de apoio;
- Repercussão da RCSSSL na marca Alfândega da Fé e no valor simbólico do local.

Da análise das entrevistas apresentamos as seguintes considerações:

- Sobre as ICC é revelado um desconhecimento sobre os núcleos operacionais e sobre as diretrizes configuradas nos documentos referentes à política cultural europeia nesta matéria;
- “a cultura é muito importante” e tem orientado o propósito do “desenvolvimento da cultura de fora para dentro e de dentro para fora.” Apesar dos “cortes na cultura” que “têm sido uma realidade no país e isso tem naturalmente impacto em termos locais”, têm vindo a promover ações de teatro, música, património cultural local – investigação e visitas guiadas – e também apoiam as atividades das associações culturais e recreativas locais;
- Na captação de públicos para a cultura têm vindo a investir numa “programação cultural diversificada”, a qual consegue “atrair gente de todo o concelho de Alfândega da Fé... e vai ganhando público de fora do concelho”. Com vista à “educação” dos públicos locais, o FSSSL e outras ações da RCSSSL são consideradas como uma “experiência diferente”, possibilitando àqueles “que não podem sair” o acesso a estas práticas. E “algumas atividades culturais têm mais público do que outros”. No caso do FSSSL, “não mobiliza a quantidade de espectadores comparativamente com a Festa da Cereja”.

Nas estratégias para captar mais públicos salientam a integração/promoção de bandas locais na programação do FSSSL. Dinamizam também

laboratórios de criatividade e laboratórios de gastronomia, performances, exposições, seminários, mas o FSSSL é atividade da Rede mais enfatizada.

A par da programação do FSSSL exprimem “preocupação em fazer uma ligação da cultura dos países/artistas convidados, com a cultura local para que as pessoas se identifiquem mais”, difundindo a cultura internacional através do intercâmbio de artistas por via da RCSSSL. Com efeito, em 2010, a programação paralela ao FSSSL integrou duas exposições fotográficas inspiradas nos burros: “Fé nos Burros” (Figura 1) e “Hardware+Software=Burros” (Figura 3).



Figura 1: “Fé Nos Burros”

Fonte: Câmara Municipal de Alfândega da Fé, 2011

Retirado de <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1032>

Em “Fé nos Burros”, João Pedro Marnoto, representou a cultura rural dos habitantes do concelho de Alfândega da Fé, retratando a forma como estes se relacionam com os burros e a forma de trabalhar a terra com os animais. O projeto resultou ainda numa publicação (Figura 2).

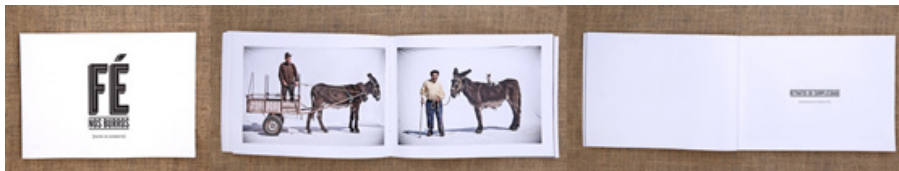


Figura 2: “Fé Nos Burros”. Publicação

Fonte: Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino (AEPGA), 2011

Retirado de <http://loja.aepga.pt/produto/livros/livro-e-dvd-fe-nos-burros/>

Já em “Hardware+Software=Burros”, de Oliviero Toscani, tratou-se de uma exposição dedicada aos burros de raça mirandesa, apelando à reflexão para o modo de empobrecimento da inteligência do homem provocada pela tecnologia.



Figura 3: “Hardware+Software=Burros”
 Fonte: Câmara Municipal de Alfândega da Fé, 2010
 Retirado de <http://www.cm-alfandegadafe.pt/uploads/document/file/1569/Newslettern4.pdf>

Em 2011, apoiado pelo município de Alfândega da Fé e pelo Instituto Camões, Noé Sendas (com origens em Alfândega da Fé) expôs “Parallel: In Search of the German Diaries Versus Crystal Girls”, em Ponedera, Itália e dinamizou um laboratório de criatividade. Esta exposição esteve patente, no mesmo ano, na Casa da Cultura de Alfândega da Fé, complementando a programação do FSSSL naquela localidade.

Em 2013, tendo como base comum a cultura judaica, a programação compaginou o seminário “Os Judeus em Trás-os-Montes: contributos para a criação de uma rota” e a atuação de Mor Karbasi, música Israelita.

- No que concerne às fontes de financiamentos, a Câmara Municipal de Alfândega da Fé, no âmbito da cultura, obteve apoios provenientes de programas nacionais e europeus: Fundação EDP, Fundo Baixo Sabor, DESTEQUE, InovRural, ON.2 - Novo Norte, PRODER. Quanto às Linhas de financiamento do FSSSL, são realizados processos de candidatura. O FSSSL em Alfândega da Fé, nas edições entre 2010 e 2013 foi financiado por fundos comunitários em 70% e os restantes 30% foram suportados pela Câmara Municipal de Alfândega da Fé. A edição de 2013 auferiu complementarmente de donativos da TECSAM, organismo privado da Região de Trás-os-Montes. A Câmara Municipal de Alfândega da Fé pretende “manter a programação cultural do FSSSL”, mas apontaram como principal constrangimento “os recursos financeiros”.

- Relativamente à divulgação das ações culturais, a Câmara Municipal utiliza a *newsletter*, *mailing list*, *flyers*, cartazes e, por vezes, alguns eventos são divulgados através dos meios de comunicação social nacional e regional, como é o caso do FSSSL.
A venda de produtos locais de Alfândega da Fé, como o azeite e a cerveja artesanal de cereja, através da RCSSSL é considerada uma medida de intercâmbio cultural e, simultaneamente, difusão da marca Alfândega da Fé. De salientar neste plano, que a imagem de marca do município são as cerejas (logótipo), e algum do tecido empresarial local direciona-se para o desenvolvimento de produtos com base nos recursos locais: compotas, licores, chá de pés de cereja, gastronomia local, saúde e bem-estar: cerejoterapia (Hotel & SPA Alfândega da Fé) ou Almofadas de caroços de cereja – Alfadoce.

Quanto à entrevista orientada para o Diretor Artístico da RCSSSL, realizou-se em março de 2013, em Pontedera (Itália). Neste contacto presencial obtivemos dados mais concretos e informação mais apurada da Rede SSSL sobre:

- O seu surgimento até à atualidade;
- A missão e quais são os objetivos;
- As fontes de financiamento e outros apoios;
- As audições no Parlamento Europeu e a designação da rede SSSL como exemplo de boa prática cultural;
- As orientações da Comissão Europeia relativamente às Indústrias Culturais e Criativas e o enquadramento da RCSSSL neste domínio;
- A experiência de articulação do trabalho da Associação Sete Sóis Sete Luas com as localidades da rede, especificamente em Alfândega da Fé.

O resultado da entrevista permitiu expor a seguinte análise:

- O principal evento da RCSSSL é o FSSSL, privilegiando-se o verão para a realização dos concertos em espaços públicos, cujo propósito é ir “ao encontro das pessoas”.
- O festival, associado ao “turismo cultural”, é um “convite às pessoas a percorrerem as localidades da Rede e conhecer de perto a cultura desses locais”.

- “O poder político condiciona muitas vezes a difusão daquilo que se propõe fazer e de um ano para o outro os apoios podem mudar. Por isso a dinâmica do Festival passa pela interligação e o desenvolvimento de relações estreitas nos locais. E as viagens permitem experiências distintas”.

Este trabalho é feito com as localidades pertencentes à RCSSSL e a “logística torna-se menos dispendiosa graças a estas parcerias” com os artistas e com os municípios. “O festival é um meio que permite aos artistas difundirem as suas artes”. Trabalham diretamente com os músicos, contactam com eles e favorecem, através destas experiências, a expansão do seu trabalho no mercado.

“Existem muito bons exemplos e grandes experiências com as autarquias. Não existem amizades políticas. Entramos nos locais através dos artistas, que são os nossos interlocutores”.

“Há autarcas que estão mais perto da cultura e que encontram no festival um meio para desenvolver sensibilidades multiculturais. É o caso da presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé”.

- As fontes de financiamento, os apoios e os prémios: a RCSSSL teve o apoio de diversas instituições através das parcerias com os municípios das localidades que integram a Rede. De salientar que o Festival também tem sido apoiado pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (apoio que vigora até à atualidade), pelo Programa Caleidoscópio, pelo Programa Programa Interreg III B – Medocc, pelo Programa Cultura 2000 e Programa Cultura. Relativamente a prémios, recebeu o prémio espanhol Caja Granada, que permitiu reforçar a cooperação internacional através da construção do quarto centro cultural na Ribeira Grande, Cabo Verde.
- As boas práticas culturais: “A mobilidade dos artistas e das obras, mostra a qualidade do trabalho que se têm vindo a desenvolver - um projeto europeu e internacional e isso favorece a relação com a UE”. “O ponto de partida é que a Europa se preocupa com a criação de uma identidade cultural europeia e sentimo-nos já como um projeto de cidadania europeia.”
As audições surgiram através de uma oportunidade concedida pela UE e realizaram-se com o intuito de “melhor esclarecer e sensibilizar o parlamento e a Comissão Europeia para as suas artes e os seus artistas”.
- Sobre as ICC: Em 2012, o diretor artístico do FSSSL esteve, em conjunto com outras entidades culturais, numa formação levada a cabo pela Comissão Europeia. Foi promovido o debate sobre o programa Europa Criativa e foi nessa altura que tomou “conhecimento do conceito e operacionalização das indústrias culturais e criativas”. Referiu ainda,

neste seguimento, que “a criação destes programas virá fortalecer a necessidade das profissões culturais. Falo especificamente da segurança laboral porque cada domínio artístico tem sempre um risco”.

No ano de 2013, a RCSSSL teve um orçamento superior a 800 mil euros, tendo tido o apoio da Fundação Anna Lindh (com sede no Egito), do Instituto Camões e dos municípios de Ponte de Sor, Alfândega da Fé, Castro Verde, Elvas, Odemira e Oeiras.

Reportando-nos às atividades que tiveram lugar nas edições de 2014 e 2015, a análise será baseada apenas na pesquisa documental, nas informações da comunicação social e na observação *in loco*.

Na tentativa de estabelecer pontes entre a cultura local e a cultura internacional:

- Em 2014 as iniciativas da RCSSSL em Alfândega da Fé iniciaram-se no dia 27 de junho com o Seminário “Os Judeus em Trás-os-Montes”, na Biblioteca Municipal. Como referimos anteriormente, o tema já tinha sido abordado na edição anterior (2013), com o intuito de gerar *contributos para a criação de uma rota* dos judeus em Trás-os-Montes. Na edição de 2014 o seminário fez uma abordagem às marcas e contributos deixados pelos judeus em Alfândega da Fé e na região de Trás-os-Montes.
- Em 2015 o FSSSL assinalou-se com dois concertos. O primeiro espetáculo aconteceu no dia 5 de junho e foi integrado na programação da Festa da Cereja. Salientamos que esta é a principal festividade do concelho, representando a mostra de produtos locais com especial ênfase para a cereja de Alfândega da fé. É um evento que cruza a música popular ligeira (bem como outros registos musicais mais tradicionais e *pop*), com a atividade económica local. O segundo concerto ocorreu no dia 29 de junho, data da comemoração do ferido municipal. Ainda em 2015, Alfândega Fé foi representada em Ceuta através do laboratório de gastronomia dinamizado pelo *chef* António Mauritti, residente desde 2012 em Alfândega Fé através do Programa Novos Povoadores. Este recorreu aos produtos locais de AF (cereja, amêndoa, castanha, azeite) e a receitas tradicionais desta localidade, “aliando inovação e tradição”. A ação decorreu entre 9 e 11 de julho e incluiu workshops e a apresentação de nitrogelado (Câmara Municipal de Alfândega da Fé, 2015a).

No que concerne às fontes de financiamento, na lógica do exposto anteriormente, o FSSSL em Alfândega da Fé, em 2014 e 2015, foi igualmente

financiado em 70% por fundos comunitários e 30% suportados pela Câmara Municipal de Alfândega da Fé. Sintetizando este aspeto, nas edições entre 2010 e 2015, conforme os relatórios de contas da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, as verbas para a RCSSSL destinaram-se ao setor do turismo, mas provieram 70% de fundos comunitários (do setor da cultura) e 30% da Câmara Municipal.

Já para a edição de 2016 assinalaram-se duas atuações no âmbito do FSSSL. Pela primeira vez as ações aconteceram em setembro, sendo uma delas um espetáculo de circo acrobático aéreo e humorístico, pela companhia Les P'tits Bras².

E de acordo com o Relatório de Atividades, Orçamento e Grandes Opções do Plano (Câmara Municipal de Alfândega da Fé, 2015b), foi somente a Câmara Municipal de Alfândega da Fé a comportar a verba das atividades da Rede neste município.

DISCUSSÃO

Com base na interpretação dos resultados das entrevistas, bem como da pesquisa documental e da observação e participação *in Loco*, podemos apontar as seguintes hipóteses:

- Sobre o que induz à menor adesão do público ao FSSSL, com base nas duas entrevistas orientadas para a Câmara Municipal de Alfândega da Fé, salientamos que as atividades da Rede, em concreto o FSSSL, o FSSSL não capta tanto público “comparativamente com a Festa da Cereja”. Esta envolve mais público provavelmente por ser a principal festividade da localidade. E as atividades da RCSSSL, como o FSSSL, poderão efetivamente não ir ao encontro dos gostos/preferências de um número significativo da comunidade local. Daí poderá advir a estratégia da Câmara Municipal de Alfândega da Fé em evidenciar a necessidade de “educação” cultural, oferecendo uma “programação cultural diversificada” e proporcionando uma “experiência diferente”.
- Se por um lado as bandas locais são coadunadas na programação do FSSSL para captar mais público, por outro verifica-se o exíguo envolvimento dos *stakeholders* da indústria e comércio local neste evento. Possivelmente, havendo um maior envolvimento dos *stakeholders* associado às atividades da RCSSSL, estes indicadores poderão ser mais favorecidos e, assim, o FSSSL poderá atrair mais público. Analogamente, reportando-nos à análise da observação *in loco*, os

² Retirado de http://www.festival7sois.eu/wp-content/uploads/2016/02/AlfandegaDaFe2016_brochure.pdf

concertos de 2015 do FSSSL podem ter sido estrategicamente alocados a acontecimentos relevantes do município, com a finalidade de obter mais visibilidade. No entanto, verificámos que: na divulgação do dia 5 de junho, o programa não tinha referência de que o concerto do FSSSL estava integrado na Festa da Cereja; complementarmente, no momento do concerto, a assistência naquele espaço era muito reduzida e algumas pessoas não se aproximavam, tendo ficado a assistir de longe (as pessoas estavam predominantemente no espaço dos expositores dos produtos locais).

As atividades da RCSSSL, em concreto do FSSSL, poderão efetivamente não ir ao encontro dos gostos/preferências de um número representativo da comunidade local.

Em relação à seleção programática para 2016, mês e tipologia de ação, poderá ser mais uma estratégia do município para atrair mais público e sincronicamente ir ao encontro dos gostos/interesses do público.

- As ações da RCSSSL são divulgadas pela Câmara Municipal através da *newsletter*, da *mailing list*, de *flyers*, de cartazes e nos meios de comunicação social nacional e regional.

Podemos questionar se os canais de comunicação e a forma como é disponibilizada a informação serão os mais adequados, considerando:

as características da população do concelho de Alfândega da Fé;

que a divulgação através de *flyers* e cartazes é confinada à sede de concelho. Nas aldeias não se observou nenhum suporte.

Considerando as características do lugar e da população local, seria útil uma abordagem participativa e de experimentação de “cima para baixo”, e não o inverso, compreendendo o propósito da RCSSSL de ir “ao encontro das pessoas”.

- O diretor artístico da RCSSSL referiu que as “parcerias” e as “relações estreitas nos locais” tornam a “logística menos dispendiosa”. Mas, apesar da Câmara Municipal de Alfândega da Fé ter em vista a atração de mais públicos, os constrangimentos apontados ao nível do financiamento poderão levar a não investir significativamente nestas atividades “diferentes” durante todo o ano.
- No quadro do intercâmbio cultural da RCSSSL, uma das estratégias camarárias é o estabelecimento de pontes entre a cultura local e a cultura dos outros países. Nesta medida, quando selecionam os artistas que integram a rede, fazem-no em conformidade com este critério. Porém, a ideia de fazer com que os habitantes locais identifiquem pontos de confluência entre a sua cultura e a cultura de fora, poderá

não residir na forma como se está a querer comunicar, formar, captar e familiarizar a comunidade. Provavelmente o desenvolvimento de um trabalho mais próximo da comunidade surtisse mais efeito. A proximidade que se institui com a comunidade leva a um outro preceito: obter opiniões e contributos decorrentes da utilização dos serviços e produtos disponibilizados pela RCSSSL. Neste contexto, o Service Design Thinking, enquanto processo co-criativo centrado no utilizador, poderia regular a articulação das atividades da RCSSSL com o plano geral de ação da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, inovando e/ou melhorando os serviços.

- Outra discussão que advém diz respeito a um dos serviços prestados pela RCSSSL: o turismo cultural. O festival, associado ao “turismo cultural”, é um “convite às pessoas a percorrerem as localidades da Rede e conhecer de perto a cultura desses locais”. Contudo, a conexão com as localidades não nos parece eficaz. Na entrevista, o diretor artístico, não dá grande expressão ao modo de funcionamento do serviço. E quando efetuamos uma pesquisa de informação sobre este assunto, apenas o site faculta alguns elementos: brochuras digitais com informação vaga. Para além disso, a brochura de Alfândega da Fé não traduz o potencial que o local possui. Elencando as singularidades deste território, bem como a própria estratégia de ação local para a cultural e para o turismo, percebe-se que este serviço não está devidamente articulado com o município. E esta poderia ser mais uma forma de trabalhar em rede, numa lógica de sustentabilidade e autenticidade do território. Sabemos que o orçamento disponível para a RCSSSL, vem elencado no relatório de contas respeitante ao setor do turismo, o que limita, com carácter de permanência ao longo do ano, a articulação de ações estratégicas integradas nos vários pelouros da Câmara Municipal de Alfândega da Fé.
- No que concerne à autossustentabilidade e à dependência de subsídios e financiamentos, verifica-se que o FSSSL entre 2010 e 2015 foi financiado 70% pelo programa cultura e em 2013 através de um mecenas da região de Trás-os-Montes. Todavia, a informação veiculada pelo Relatório de Atividades, Orçamento e Grandes Opções do Plano, indica que será apenas a Câmara Municipal de Alfândega da Fé a suportar financeiramente as atividades da RCSSSL neste município, na edição de 2016 (Câmara Municipal de Alfândega da Fé, 2015b).
- Relativamente à inovação social, o território oferece recursos que potenciam a autossustentabilidade. É o caso de aspetos da cultura local: património cultural material e imaterial, património natural, memória coletiva e criação de rotas e percursos históricos. Estes recursos podem ser favoráveis às dinâmicas locais, numa lógica de articulação

dos objetivos da RCSSSL com os princípios da política cultural local. Outros recursos como a cereja, a amêndoa, a castanha e o azeite estão a ser utilizados para a criação de novos produtos/serviços: a imagem de marca do município são as cerejas (logótipo); algum do tecido empresarial local direciona-se para o desenvolvimento de produtos com base nos recursos locais: compotas, licores, chá de pés de cereja, gastronomia local, saúde e bem-estar: cerejoterapia (Hotel & SPA Alfândega da Fé) ou Almofadas de caroços de cereja – Alfadoce;

A RCSSSL vende produtos locais de Alfândega da Fé;

Os laboratórios de gastronomia reinventam estes produtos e reinventam receitas tradicionais. No entanto, a reinvenção de receitas tradicionais, em alguns aspetos, poderá colocar em causa a autenticidade, a identidade do lugar e a memória coletiva. E a internacionalização destes laboratórios requer algum cuidado: noutra contexto cultural poderá levar à sua descaracterização.

Seria proveitoso descentralizar as atividades da RCSSSL, envolvendo também as comunidades locais das aldeias num processo de co-criação. Utilizando os métodos do Service Design Thinking, de acordo com Brown (2008), Brown & Wyatt (2010), Stickdorn (2014) e Tschimmel (2012), otimizará os recursos e a cultura local e tornaria os serviços acessíveis junto daqueles “que não podem sair” das aldeias e/ou da vila.

Outro aspeto importante para a sustentabilidade do território é o fator acessibilidade e proximidade, que no quadro lógico de Selada & Cunha (2008) e da OECD (2013) poderá constituir uma mais-valia para Alfândega da Fé. Em relação à proximidade com a cidade do Porto, Alfândega da Fé poderá beneficiar com a melhoria das acessibilidades. A rede de estradas poderá ser uma oportunidade para o empreendedorismo e para a inovação dos serviços: o IC5 e, mais recentemente, a A4 e o túnel do Marão diminuíram a distância entre os grandes centros urbanos.

Por último, salientamos o interesse deste município em manter-se associado à RCSSSL, ambicionando, no futuro, edificar um Centrum SSSL em Alfândega da Fé (Monteiro, 2016). Se tal se consumir, será mais uma medida de fortalecimento do consórcio que poderá inscrever-se numa dinâmica de empreendedorismo através da rede, possibilitando um espaço para a comunidade local e os artistas em mobilidade expressarem a sua criatividade.

CONCLUSÕES

O estudo permitiu lançar hipóteses para um modelo de inovação em ambientes rurais, as quais poderão encorajar à criação ou estímulo à criação de *clusters* criativos e redes locais para promover a visibilidade e a sustentabilidade destes territórios.

A Câmara Municipal de Alfândega da Fé considera a cultura importante e tem vindo a propor propostas “diferentes” das habituais. O FSSSL é aludido nessa linha estratégica de promoção da cultura “diferente” e “diversificada”, que consegue atrair pessoas de todo o concelho e de fora do concelho. Contudo “não mobiliza a quantidade de público” comparativamente com outros eventos.

Existe um conjunto de estratégias que vão ao encontro do desenvolvimento da cultura e uma preocupação em manter o consórcio com a RCSSSL e até intensificar as relações, ponderando-se a construção de um Centrum SSSL em Alfândega da Fé. Porém, deverá haver uma melhor gestão dos recursos locais e financeiros, bem como uma melhor coadunação de programas, redes e projetos existentes naquele território. O objetivo é desenvolver uma dinâmica de sustentabilidade territorial e melhorar o impacto da RCSSSL na localidade. Estes fatores poderão também favorecer o aumento da visibilidade de Alfândega da Fé no contexto internacional, já que a internacionalização constitui uma linha de ação da política cultural europeia e portuguesa e também do município de Alfândega da Fé – como pudemos constatar através das entrevistas e no documento do plano estratégico anual deste município.

Neste seguimento, integrando o modelo do Service Design Thinking, os serviços prestados em Alfândega da Fé no contexto da RCSSSL poderão ser melhorados e/ou passar inclusivamente pela atração de novos investimentos para o concelho, incrementando a inovação social. Poderá por isso haver ainda uma melhor comunicação com a comunidade, indústria e comércio local ou outras pessoas potenciais criativas, o que também poderá constituir o reforço do “projeto de cidadania europeia” da RCSSSL.

Em termos futuros é expectável obter mais informações e cruzar posteriormente esses dados. De referir que este estudo avançará para uma comparação com outro contexto rural, igualmente integrado na RCSSSL – Ponte de Sor (Alentejo, Portugal). Nesta prossecução, no dia 27 de novembro de 2015 aplicámos, presencialmente, uma entrevista à Vereadora do Pelouro da Cultura deste município, cujo guião ponderou as mesmas questões dirigidas à Câmara Municipal de Alfândega da Fé. A recolha de dados respeitantes a Ponte de Sor poderá permitir um melhor aprofundamento dos ICC em territórios rurais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADDICT & Agência Primus. (2012). *Mapeamento do Setor Cultural e Criativo no Norte de Portugal*. Porto. Retirado de <http://addict.pt/category/publicacoes/estudos-nacionais/>
- Albarello, L.; Digneffe, F.; Hiernaux, J. P.; Marroy, C.; Ruquoy, D. & Saint-Georges, P. (2005). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Bianchini, F.; Bailey, C. & Medlyn, S. (2012). *Rural Cultural Strategy* (Independent Study Report). Retirado de http://www.ruralculture.org.uk/wp-content/uploads/2012/03/ISRfinal_2012.pdf
- Burns, J. (2009). *Rural Creative Industries. Finding from the UK*. Londres: BOP Consulting.
- Burns, J. & Kirkpatrick, C. (2008) (2008). *Creative Industries in the Rural East Midlands: Case Study Report*. Londres: BOP Consulting.
- Brown, T. (2008). Design Thinking. *Harvard Business Review*, 86(6), 84-92. Retirado de http://www.ideo.com/images/uploads/thoughts/IDEO_HBR_Design_Thinking.pdf
- Brown, T. & Wyatt, J. (2010). Design Thinking for Social Innovation. In Stanford Social Innovation Review 8(1), 30-35. Retirado de <https://gwht.pratt.duke.edu/sites/gwht.pratt.duke.edu/files/u7/Design%20Thinking%20for%20Social%20Innovation%20copy.pdf>
- Câmara Municipal de Alfândega da Fé. (2014). *GO Local. Por uma cidade sustentável. Relatório de Acompanhamento*. Retirado de http://www.cm-alfandegadafe.pt/uploads/writer_file/document/212/_2014-02-20__Relatorio_de_Acompanhamento_-_GOLOCAL.pdf
- Câmara Municipal de Alfândega da Fé. (2015a). *Gastronomia Alfundeguenses em Ceuta | Inovação e tradição no âmbito do Festival Sete Sóis Sete Luas*. Retirado de http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1119?news_id=125
- Câmara Municipal de Alfândega da Fé. (2015b). *Relatório de Atividades, Orçamento e Grandes Opções do Plano (2016)*. Retirado de http://www.cm-alfandegadafe.pt/uploads/document/file/3505/Or_amento_e_Gandes_Op_es_do_Plano.pdf
- Caves, R. E. (2000). *Creative Industries: Contracts between Art and Commerce*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

- Comunian, R.; Chapain, C. & Clifton, N. (2010). Location, location, location: exploring the complex relationship between creative industries and place. *Creative Industries Journal*, 3(1), 5-10. doi: 10.1386/cij.3.1.5_2
- Collins, H. (2010). *Creative Research: The Theory and Practice of Research for the Creative Industries*. Suíça: AVA Publishing SA.
- Comissão Europeia (2010). *Green Paper - Unlocking the Potential of Cultural and Creative Industries*. (COM (2010) 183 final). Retirado de <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:0183:FIN:PT:PDF>
- Comissão Europeia (2012). *Promoting cultural and creative sectors for growth and jobs in the EU*. European Commission.
- Comissão Europeia (2013a). *Implementing an Action Plan for Design-Driven Innovation*. (SWD(2013) 380 final). Retirado de http://ec.europa.eu/enterprise/policies/innovation/files/design/design-swd-2013-380_en.pdf
- Comissão Europeia (2013b). *Commission welcomes approval of Creative Europe programme by European Parliament*. Retirado de http://europa.eu/rapid/press-release_IP-13-1114_en.htm - footnote-1
- Comissão Europeia (2014). *HORIZON 2020 em breves palavras*. Retirado de http://ec.europa.eu/programmes/horizon2020/sites/horizon2020/files/H2020_PT_KI0213413PTN.pdf
- DCMS (1998). *Creative Industries Mapping Document*. United Kingdom. Retirado de <https://www.gov.uk/government/publications/creative-industries-mapping-documents-1998>
- Dessein, J.; Soini, K.; Fairclough, G. & Hurlings, L. (Eds.) (2015). *Culture in, for and as Sustainable Development. Conclusions from the COST Action IS1007 Investigating Cultural Sustainability*. Finland: University of Jyväskylä.
- Drake, G. (2003). This place gives me space: place and creativity in the creative industries. *Geoforum*, 34(4), 511-524. doi: 10.1016/S0016-7185(03)00029-0
- Drda-Kühn, K. & Wiegand, D. (2010). From culture to cultural economic power: Rural regional development in small German communities. *Creative Industries Journal*, 3(1), 89-96. doi: 10.1386/cij.3.1.89_7
- EY (2014). *Creating growth. Measuring cultural and creative markets in the EU*. Retirado de [http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Measuring_cultural_and_creative_markets_in_the_EU/\\$FILE/Creating-Growth.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Measuring_cultural_and_creative_markets_in_the_EU/$FILE/Creating-Growth.pdf)
- EY (2015). *Cultural times*. Retirado de [http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-cultural-times-2015/\\$FILE/ey-cultural-times-2015.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-cultural-times-2015/$FILE/ey-cultural-times-2015.pdf)

- Fleming, T. (2013, novembro). *Smaller Creative Cities*. Presentation at Final Conference: Potentials and Challenges of Cultural and Creative Industries in medium-sized Cities, Cottbus, German. Retirado de http://www.creativepoles.eu/uploads/files/Final_Conference/TomFleming_Smaller%20Creative%20Cities%20Cottbus.pdf
- Flew, T. (2012). *The Creative Industries. Culture and Policy*. Londres: Sage.
- Florida, R. L. (2002). *The rise of the creative class: And how it's transforming work, leisure, community and everyday life*. Nova Iorque: Basic Books.
- Gibbon, C. (2011). *How much can the creative industries contribute to regional development in Britain?* Londres: BOP Consulting.
- Gibson, C. (2012). *Creativity in Peripheral Places: Redefining the Creative Industries*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Horváth, I. (2007). Comparison of three methodological approaches of design research. In *International conference on engineering design, ICED* (Vol. 7, pp. 28-31). Paris.
- Horváth, I. (2008). Differences between 'research in design context' and 'design inclusive research' in the domain of industrial design engineering. *Journal of Design Research*, 7(1), 61-83. doi: 10.1504/JDR.2008.018777
- Hospers, G. (2003). Creative Cities in Europe – Urban Competitiveness in the Knowledge Economy. *Intereconomics*, 38(5), 260-269.
- Howkins, J. (2001). *The Creative Economy: How people make money from ideas*. Reino Unido: The Penguin Press.
- Instituto Nacional de Estatística (2013). Retirado de http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3
- Instituto Nacional de Estatística. (2014). Estatísticas da Cultura 2013. Retirado de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=224329250&PUBLICACOESmodo=2
- Instituto Nacional de Estatística. (2015). Estatísticas da Cultura 2014. Retirado de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=224737758&DESTAQUESmodo=2
- KEA (2009). *The impact of culture on creativity*. Bruxelas: KEA European Affairs.
- Landry, C. (2000). *The creative city: A toolkit for urban innovators*. Londres: Comedia and Earthscan.

- Lewis, H. (2001). *Design + Environment: A Global Guide to Designing Greener Goods*. Sheffield, Reino Unido: Greenleaf Publishing.
- Lima, M. J. & Gomes R. T. (2011). *Compendium. Cultural Policies and trends in Europe. Country Profile: Portugal. (Council of Europe/ERICarts)*. Retirado de http://www.culturalpolicies.net/down/portugal_062011.pdf
- Lippard, L. (1997). *The lure of the local: Senses of Place in a Multicentred Society*. Nova Iorque: The New Press.
- Mahroum, S. et al. (2007). *Rural Innovation*. Londres: NESTA - National Endowment for Science, Technology and the Arts.
- Mateus, A. (Ed.) (2010). *O Sector Cultural e Criativo em Portugal*. Lisboa: Augusto Mateus e Associados.
- Meroni, A. (2007). *Creative communities. People inventing sustainable ways of living*. Milão: Edizioni POLI.design.
- Mindshake (2016). Evolution 62 Design Thinking Model. Retirado de http://mindshake.pt/design_thinking?lang=en
- Monteiro, M. J. (2016, 22 de junho). O festival Sete Sóis Sete Luas é uma ode à diversidade cultural. *Público*. Retirado de <https://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/o-festival-sete-sois-sete-luas-e-uma-ode-a-diversidade-cultural-1736008>
- OECD (2013). *Rural-Urban Partnerships: An Integrated Approach to Economic Development*. OECD Publishing. doi: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264204812-en>
- OECD (2014). *Tourism and the Creative Economy*. OECD Studies on Tourism, OECD Publishing. doi: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264207875-en>
- Sacco, M. (2005) *Actas do Simpósio Sete Sóis Sete Luas, 2001, 2002, 2004*. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.
- Selada, C. & Cunha, I. V. (2008, 4 de fevereiro). A criatividade é um “produto” urbano? *Público*, p. 35.
- Smiles, R. (2006). Cultural development in rural and remote areas. *D'Art Topics in Arts Policy*, 23. Sydney: International Federation of Arts Councils and Culture Agencies. Retirado de <https://web.archive.org/web/20100613142046/http://ifacca.org/media/files/CulturalDevelopmentRuralRemote.pdf>
- Stickdorn, M. (2014). Service Design. In S. Maccabe (Eds.), *Routledge Handbook of Tourism Marketing* (pp. 329-344). Londres: Routledge.

- Tavares, J. (2014). *Cultura e Desenvolvimento: Um Guia Para os Decisores*. Faculdade de Economia. Nova School of Business and Economics – GANEC/ GPEARI. Lisboa.
- Tschimmel, K. (2012). Design Thinking as an effective Toolkit for Innovation. In *Proceedings of the XXIII ISPIM Conference: Action for Innovation: Innovating from Experience*. Barcelona. Retirado de http://www.idmais.org/pubs/KatjaTschimmel/2012/actas_internacionais%20c%F3pia/2012.4.ISPIM.KatjaTschimmel1.pdf
- Unesco (2016). *Creative Cities Network*. Retirado de <http://en.unesco.org/creative-cities/>
- White, P. (2010). Creative industries in a rural region: Creative West: The creative sector in the Western Region of Ireland. *Creative Industries Journal*, 3(1), 79–88. doi: 10.1386/cij.3.1.79_1

Citação:

Pires, R.; Mota, J. A. & Tschimmel, K. (2017). Indústrias culturais e criativas em contexto rural: a rede cultural Sete Sóis Sete Luas em Alfândega da Fé. In M. Gama & H. Sousa (Eds.), *Contributos do Congresso Internacional “Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona”* (pp. 106-130). Braga: CECS.

ANDRÉA DE ARAUJO NOGUEIRA

andrea@cpf.sescsp.org.br

CENTRO DE PESQUISA E FORMAÇÃO DO SESC. HISTORIADORA E DOUTORA EM
CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES/USP), BRASIL

CENTRO DE PESQUISA E FORMAÇÃO DO SESC: O PAPEL DAS PARCERIAS NA COMPOSIÇÃO DOS SABERES

RESUMO

Em meio às recentes mudanças econômicas e à relativa generalização das novas tecnologias midiáticas, que possibilitou não só o acesso a milhares de pessoas a diferentes bens de consumo, mas também a produção e a circulação de uma infinidade de práticas e produções culturais, uma sensível forma de atuação cultural se desenha na contemporaneidade, contribuindo para difundir inúmeras manifestações culturais na periferia das grandes cidades. Sob a perspectiva de Michel de Certeau, a formação de profissionais que atuam em toda a extensão da vida social, centrada na cultura no plural (Certeau, 1995), deverá, então, estar atenta e conectada a esta sociedade cada vez mais complexa e criativa. Nessa perspectiva, o Sesc criou em 2012 o Centro de Pesquisa e Formação, voltado a pensar a gestão cultural por meio de cursos e pesquisas nesse campo. Desse modo, pretende-se compartilhar a experiência da confecção do *workshop* Espaços de Memória e Cultura, realizado pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc em parceria com o Museu da Pessoa e o Musée de La Civilisation, Québec, Canadá, nos anos de 2015 e 2016, no qual participaram gestores culturais de 10 instituições culturais da cidade de São Paulo, sob o eixo norteador da Museologia Social, com o objetivo de refletir sobre as práticas culturais contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura; parcerias; museologia social

A perspectiva da ação cultural enquanto trabalho que deve ser realizado em toda a extensão da vida social (Certeau, 1995), promove inúmeras reflexões fundamentais para os profissionais que atuam na área da cultura, e se relaciona à raiz das iniciativas contemporâneas que pretendem

romper com o isolamento das certezas e dos processos consagrados na atuação da gestão cultural. É sobre o olhar em busca da sistematização de uma intensa experiência vivida por diversas equipes de gestores culturais na cidade de São Paulo, no Brasil, que essa reflexão se apresenta.

A mobilização, ainda escassa diante da dimensão populacional, mas que se efetiva na constituição de grupos, associações e coletivos de dimensões e objetos variados, e que se desdobra nas manifestações culturais da periferia das grandes cidades, como saraus literários, bibliotecas e salas de cinema, relaciona-se a uma sociedade cada vez mais complexa e criativa, em que a compreensão do papel das políticas culturais deveria “trabalhar junto com o que já acontece em cada lugar, possibilitando uma melhor circulação de informações e contribuindo para a ampliação de horizontes de maneiras de fazer arte, que foram criadas muitas vezes aos trancos e barrancos (ou dentro dos barracos)”, segundo o antropólogo Hermano Viana (2013).

Podemos perceber que esses projetos e iniciativas colaborativas, centrados nas questões da sustentabilidade, ampliação de acesso e diversidade das linguagens culturais originados nas grandes cidades, anseiam romper o isolamento cultural em meio à crescente insatisfação com as ausências e/ou fragilidades das políticas públicas dedicadas à segurança, acessibilidade, mobilidade urbana, às atividades de lazer e do tempo livre, conceito reavaliado na atualidade, diante das novas formas de relações do trabalho¹.

Frente à cena que se apresenta, de que maneira as organizações do campo da cultura (tais como museus e centros culturais) poderão se adequar a este novo contexto e repensar a lógica da mediação cultural? De que modo a presença dessas novas formas de ações culturais coletivas, aliada à transformação nos eixos de produção e circulação dos produtos culturais com as novas mídias, reelaboram novos percursos para a difusão/integração de novos valores que provêm da própria sociedade?

Lembrando a famosa frase de William Gibson, que diz que o “futuro já chegou, só não está uniformemente distribuído”, como equacionar um novo ou possível pensar e fazer cultural, no plural, como nos instiga Certeau (1995), diante dos novos caminhos da globalização e das questões de desenvolvimento social que de modo recorrente permanecem a nos produzir angústias pelo seu desequilíbrio?

¹ Segundo a pesquisa nacional “Públicos de Cultura”, organizada em 2013 pelo Sesc e Fundação Perseu Abramo, 31% dos brasileiros desenvolvem trabalhos remunerados nos finais de semana. Retirado de www.sesc.com.br/portal/site/publicosdecultura

Uma opção presumível e que esteve sempre às nossas mãos em seu imenso potencial, é o da sociabilidade. Enquanto característica inerente à natureza humana, “seu desenvolvimento e aplicação só é possível mediante sua aprendizagem e exercício em contextos sociais propícios”, menciona o professor Victor Ventosa (s.d.). Uma sociabilidade voltada ao desenvolvimento da cidadania, na perspectiva do desenvolvimento humano.

Essa é a relação que o Serviço Social do Comércio – Sesc, em seus 70 anos de existência, cultiva, ao buscar integrar indivíduos e grupos de diferentes idades e estratos sociais ao universo artístico cultural, acendendo a curiosidade, almejando um “algo mais” que nos preencha, que nos leve a “fazer sentido” existencialmente, envolvido no reconhecimento e na fruição.

É, ainda, um trabalho efetivamente humano, no sentido de que somos seres comunitários e interdependentes, em relação constante para seguir com o processo civilizatório, aprimorando-o e, conseqüentemente, aprimorando-nos. E atuar na área cultural nos remete às palavras de Gilberto Gil (2003) “a Cultura [funciona] como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos”.

Um conceito de cultura que reflete a instância política que a sociabilidade proporciona. Foi então a partir de uma amálgama de desejos que emergiu no Sesc um intenso estudo sobre os espaços e cursos voltados à formação e qualificação de profissionais ligados ao campo da cultura², em diversas realidades nacionais e estrangeiras, o que levou a instituição, em agosto de 2012, a criar o Centro de Pesquisa e Formação – CPF, estimulado pelo olhar educador de Danilo Santos de Miranda, Diretor Regional do Sesc em São Paulo.

O CPF, eixo de nossa análise, possui a intenção de proporcionar o estudo da cultura, não só nas suas especificidades – lembrando Gombrich (1994) – mas que amplie os inúmeros vetores que envolvem os campos da educação e da cultura e de suas mediações, compreendendo três núcleos de ação: pesquisa, formação e difusão, que atuam de modo interligado:

² Como exemplo do cenário nacional sobre a qualificação dos gestores culturais, dados recentes da pesquisa sobre o Perfil dos Trabalhadores da Cultura do Distrito Federal (2016) apontam que mesmo que 80% dos entrevistados considerem muito importante se capacitar, apenas 45% o fizeram no último ano. A ausência de recursos, financiamentos e ofertas integram as dificuldades para a participação dos mesmos (Fuezalida, 2016, p. 10).

- Núcleo de Pesquisa: dedica-se à análise de indicadores e dados, elaboração de diagnósticos e estudos em torno das ações culturais e dos públicos, abordando temas clássicos e contemporâneos.
- Núcleo de Formação: desenvolve encontros, palestras, oficinas e cursos de curta e média duração, como o Curso de Gestão Cultural em Contextos Tradicionais e de longa duração, (480 horas/aula e vivências), como o Curso Sesc de Gestão Cultural. Os Grupos de Estudo, enquanto *locus* de reflexão e de troca de ideias, aprofundam os conhecimentos teóricos e metodológicos de temas relacionados ao campo da cultura. Possuem ainda o caráter irradiador das análises, difundindo-as.
- Núcleo de Difusão: Para além de uma biblioteca física com 11.000 volumes no campo das humanidades, especializada em Gestão Cultural, temos a biblioteca *online*, que disponibiliza, por meio do sítio, trabalhos nacionais e internacionais de colaboradores que ministraram atividades no CPF; propicia também subsídios para a formação de gestores e pesquisadores, incluindo a Revista do Centro de Pesquisa e Formação, que em seu primeiro número trouxe o Dossiê sobre Gestão Cultural, organizado pela consultora Isaura Botelho. O segundo número, lançado em agosto deste ano teve o Dossiê sobre Ócio, Lazer e Tempo Livre, organizado pelo professor José Clerton de Oliveira e o terceiro, a ser lançado em novembro de 2016, o Dossiê Produção Cultural de Mulheres, organizado pela professora Carla Cristina Garcia.

Inserido na perspectiva de ser um centro irradiador e de diálogo de conhecimentos e experiências sobre os conceitos e práticas do fazer cultural e do aprofundamento dos debates sobre as novas formas de convívio, e por profissionais que anseiam compartilhar o cotidiano de suas vivências, o Centro de Pesquisa e Formação foi motivado pela proposta inspiradora nas ações da “Universidade de Verão”, desenvolvida na Universidade Laval, em Québec, Canadá, ações que foram apresentadas ao Sesc inicialmente por Karen Worcman, historiadora, doutora em linguística e fundadora do Museu da Pessoa, e pelo pesquisador e coordenador científico Mathieu Viau-Courville, que atua no Musées de La Civilisation de Québec desde 2011, e também editor responsável da Revista *Thema*, que reflete o fazer coletivo entre museus, sociedades e culturas, para a realização conjunta do “Workshop Internacional Espaços de Memória e Cultura”.

Com a ambiciosa aspiração de aprofundar as relações entre as instituições culturais que lidam com a memória e a produção cultural, a relação continental para a constituição do “Workshop Internacional Espaços de

Memória e Cultura” iniciou-se em 2014, com a elaboração dos compromissos e responsabilidade de cada uma das três instituições parceiras: o Musée de La Civilisation de Québec, o Museu da Pessoa e o Sesc, por meio do Centro de Pesquisa e Formação, ambos estabelecidos na cidade de São Paulo.

Os distintos conhecimentos que cada instituição parceira possui revelaram-se como um imenso reflexo dos propósitos do encontro. Ao reunir os Musées de La Civilisation (MCQ, Quebec), criados em 1988, em forma de um complexo museológico com o objetivo de compartilhar conhecimentos sem prescindir dos valores da inclusão social, da representação e da participação, que formam o núcleo de sua missão; junto ao Museu da Pessoa, que, por sua vez, baseia-se na ideia de que todo ser humano tem o direito de eternizar sua história, constituindo-se, assim, como um museu virtual, cuja missão é trabalhar para que as histórias de vida sejam fontes de conhecimento, conexão e compreensão entre as pessoas e, ainda, enredados no apoio do poder público, Secretaria da Cultura do Estado e do Município de São Paulo, o *workshop* ganhou maior espacialidade cidadina ao envolver instituições públicas que mobilizam a cultura na perspectiva da democratização de seus acervos, e nas quais a presença de público pode significar participação, debates e (re)tomadas de posição sobre as atividades desenvolvidas.

A reflexão teve o objetivo de aprofundar o sentido da cultura enquanto um campo no qual os papéis são incessantemente compartilhados e não faz sentido conceber processos apartados de produção e fruição entre os diversos atores envolvidos.

Especificamente no que diz respeito à reflexão sobre a Museologia Social, esta surgiu de um desejo de reduzir a distância entre os museus e a sociedade, e tem realizado aos poucos o *envolvimento da comunidade* e da *participação do cidadão* como objetivo central. Outro de seus desejos relaciona-se com a forma de ocupação e dimensionamento dos espaços. Assim, o espaço do museu precisa de ser transformado radicalmente a fim de favorecer o diálogo intercultural e multicultural, incentivando e empoderando a diversidade, gerando experiências sociais significativas.

Neste contexto, a *mediação cultural* tem sido fundamental para trazer a participação do público como aspecto central nas diretrizes de atuação das instituições culturais, concentrando-se principalmente sobre as formas mais eficientes das instituições melhorarem o intercâmbio de conhecimentos com o grande público através do uso da tecnologia, dos avanços no *design* das exposições e da cenografia, e ainda por meio de estudos de comportamento dos visitantes.

Diversas instituições culturais hoje, que não incluem apenas museus, mas também as do patrimônio, os centros culturais, os centros comunitários e as bibliotecas públicas, optam por desenvolver ferramentas que visem o *aprimoramento social* de suas formas organizacionais e programáticas. A ideia de criação do *workshop* trouxe para primeiro plano a abordagem sobre as intersecções necessárias, nessas instituições culturais, entre temas como *mediação cultural* e *inovação social*.

Uma das questões levantadas no *workshop* diz respeito a como museus e outras instituições culturais podem ir além de suas fronteiras disciplinares para criarem *valores sociais sustentáveis*. Muitos profissionais de museus e teóricos têm defendido que os museus possam ser facilitadores de justiça social, engajamento social e consciência ambiental. Mas quais são os instrumentos específicos prontamente disponíveis para criar esses valores sociais ou outros desejáveis? Como podem as instituições culturais abordar a inovação social? E como podemos fomentar a inovação por via da mediação cultural e do envolvimento do público?

Assim, para encaminhar essas questões, o *workshop* se estruturou por uma série de palestras baseadas em questões pertinentes ao cotidiano de atuação das instituições, oficinas participativas e trabalhos de campo, nas quais cerca de 50 profissionais/gestores culturais que integraram o processo (que possui a duração de uma semana, de segunda a sábado das 10h às 19h – totalizando 48h) examinam coletivamente os limites e as possibilidades de distintos aspectos da mediação, entre os quais o conceito da Museologia Social e os múltiplos temas vinculados a esta metodologia de atuação.



Figura 1: Sessão do *workshop* com professor Danilo dos Santos Miranda

Participaram nessas palestras teóricas pesquisadores diversos, como Mario Chagas, o basco Iñaki Arrieta Urtizbera e o canadense Jean François Leclerc, diretor do Centro de História de Montreal, na perspectiva comum de aprofundar reflexões sobre as práticas de engajamento social, o papel das curadorias dos eventos ou exposições, bem como refletir sobre os desafios enfrentados na relação dessas instituições com seus acervos museológicos e patrimoniais, num cenário de constante transformação sociocultural e ampliação participativa da comunidade e de seu entorno ao invés de passivos consumidores.

Tais evidências constituíram a realização do “Workshop Internacional Espaço da Memória e Cultura”, com dois eixos inter-relacionados em suas duas experiências, a saber: em 2015, *participação e comunidade*, e em 2016, *inovação social e mediação cultural*.

Neste envolver de instituições, cerca de 15 a cada edição, de distintas tipologias e competências (ONG, coletivos artísticos, museus de diferentes envergaduras e centros culturais, entre os quais, Museu de Arte de São Paulo, Centro Cultural da Juventude, Galeria Choque Cultural, Comunidade Cultural Quilombaque – Perus, Museu da Língua Portuguesa, Cachuera!, Grupo XIX de Teatro, Centro Cultural São Paulo, Museu da Imigração, entre outros) se estabeleceu um fórum de análise e comparabilidade das várias práticas de mediação cultural e inovação social recentemente desenvolvidas e aplicadas no Brasil, no Canadá e em outro país ou cidade convidada a ministrar uma apresentação e acompanhar as visitas de análise aos locais.

Mediação cultural é uma filosofia, mencionou Mathieu Viau-Courville, no encontro realizado em julho de 2016, e tem na Museologia Social um caminho que possibilita reduzir a distância entre os museus e a sociedade, por meio da relação com a comunidade e da participação do cidadão como objetivo central, favorecendo o diálogo intercultural e multicultural ao incentivar e contribuir para o empoderamento da diversidade, gerando experiências sociais significativas. Neste contexto, a mediação cultural tem sido fundamental para trazer a participação do público como aspecto central nas diretrizes de atuação das instituições culturais, bem como a Museologia Social, que tem suas origens nas pesquisas de Mário Caneva Moutinho, em Portugal e hoje, segundo Mario Chagas:

está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das

comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros. (Chagas & Gouveia, 2014, p. 17)

Ao refletir sobre os resultados das avaliações dos diferentes profissionais que compõe e multiplicam essa metodologia, podemos perceber seu significado e tatear a proposta vindoura de 2017, ao compartilhar a experiência do diálogo de inúmeras ações mobilizadoras.

Desse modo, acredito que o *workshop* “Espaços de Memória e Cultura”, à guisa de articular parcerias e vivências, busca difundir as muitas possibilidades de sabotar o impossível, como a que nos trouxe o sábio José Soró, coordenador da Comunidade Cultural Quilombaque, que em Perus, periferia de São Paulo, atua com artes, meio ambiente, gestão cultural e memória do território e do trabalho em conjunto com os jovens, ao mencionar que “a nossa expertise [do coletivo] é ver e reconhecer potência onde não há nada”. São exemplos de sabedoria e de confiança que o papel da cultura possui: o de transformar vidas.

A todas as instituições e seus profissionais envolvidos, nossa gratidão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Certeau, M. (1995). *A Cultura no Plural*. Campinas: Papirus.
- Chagas, M. & Gouveia, I. (2014). Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do Ceom. Unochapecó*, 27(41), 17. Retirado de <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2592>
- Fuenzalida, M. P. (2016). Perfil dos trabalhadores da cultura do DF: 2014-2015. In M. Fuenzalida, J. Costa & M. Palhares. Brasília: Athalaia.
- Gibson, W. (1999, 30 de novembro). Entrevista à NBR Interview. Retirado de <http://www.npr.org/templates/story/story.php?storyId=1067220>
- Gombrich, E. H. (1994). *Para uma história cultural*. Portugal: Gradiva.
- Ventosa, V. (s.d.). *Didáctica de la Participación. Teoría, metodología y práctica*. (título provisório no prelo).
- Viana, H. (2013, 11 de fevereiro). *O abacaxi da cultura* [Entrevista a Ivan Marsiglia publicada no jornal *Estado de S. Paulo*]. Retirado de <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,o-abacaxi-da-cultura-imp-,995433>

Citação:

Nogueira, A. de A. (2017). Centro de Pesquisa e Formação do Sesc: o papel das parcerias na composição dos saberes. In M. Gama & H. Sousa (Eds.), *Contributos do Congresso Internacional "Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona"* (pp. 131-139). Braga: CECS.

III – LUSOFONIAS?

PEDRO ANDRADE

pjandrade@gmail.com

CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE, INSTITUTO
DE CIÊNCIAS SOCIAIS, UNIVERSIDADE DO MINHO, PORTUGAL

REDES LUSÓFONAS DE CONHECIMENTO: MULTICULTURAIS, INTERCULTURAIS OU TRANSCULTURAIS?

RESUMO

Pretende-se articular o fenómeno das redes de cooperação cultural globais/ locais aos processos de comunicação entre culturas, a partir da desconstrução de dois conceitos centrais, as ideias de *rede* e de *comunicação entre culturas*, em termos de consenso/dissenso entre essas realidades.

O conceito de rede não se esgota na configuração das redes sociais digitais. Uma tipologia, entre outras, distingue *redes sociais pré-modernas, modernas e pós-modernas*. Também é possível diferenciar as *redes coloniais* das *redes pós-coloniais*. Na contemporaneidade, estes tipos de rede podem ser utilizados num contexto lusófono e global, em termos seja de *partilha de conteúdos* (informação ou conhecimento), seja no quadro de *partilha de culturas*. Em particular, os conteúdos mudam segundo as culturas que os transmitem, e de acordo com os *modos de comunicação* que subjazem a essas culturas.

Nas últimas décadas, a *comunicação multicultural ou intercultural* emergiu como um tema central de embate, combate e debate contemporâneos. Basta pensar na atualidade dos fenómenos de *choque de civilizações* (Samuel Huntington, 1996), processo em grande parte decorrente de um *défice de comunicação* entre as sociedades e culturas ocidentais e orientais. Um segundo exemplo é a teoria do *multiculturalismo* engendrada por Charles Taylor (1994). Mas é preciso ir um pouco mais além, porque este conceito, como o interculturalismo e o transculturalismo, têm adquirido diversas conotações, ambiguidades ou incorreções interpretativas.

No caso dos processos comunicativos, a *comunicação multicultural* postula diferenças de informação ou de conhecimento entre (múltiplas) culturas, que podem não se relacionar entre si. Por seu lado, a *comunicação intercultural* procura (inter)-relacionar a informação e o conhecimento dessas culturas distintas. Finalmente, a *comunicação transcultural* afirma que estamos a entrar num mundo para além (daí o prefixo trans) da comunicação cultural tal como hoje a conhecemos: por outras palavras, a comunicação transcultural transforma a própria cultura em formas de informação/conhecimento nunca dantes vistas.

PALAVRAS-CHAVE

Modos de comunicação das culturas; redes sociais pré-modernas/modernas/pós-modernas/coloniais/pós-coloniais; partilha de conteúdos/culturas; comunicação multi/inter/transcultural

INTRODUÇÃO

O presente texto pretende articular o fenómeno das redes de cooperação cultural transnacionais aos processos de comunicação entre culturas, tanto ao nível global quanto no plano local. Para tal desiderato, é necessário refletir sobre as ideias e conceitos centrais envolvidos neste processo, e procurar transformá-los, simultaneamente em termos de reflexão e disseminação pelo tecido social.

UMA TEORIA EMERGENTE SOBRE AS REDES SOCIAIS DIGITAIS

Fá-lo-emos essencialmente a partir da desconstrução de dois conceitos, as ideias de rede e de *comunicação entre culturas*, sejam elas dialógicas ou conflituosas, ou seja, provocando o consenso ou o dissenso.

Desde o surgimento da espécie humana, os agentes sociais moveram-se em *redes sociais pré-modernas*, forjadas através da interação desses atores sociais em co-presença, dentro de sociedades antigas e medievais (Simmel, 1964). Por exemplo, uma rede de vizinhos ou uma feira medieval.

Mais tarde, após a difusão da imprensa na Europa no século XV, e no decorrer da consolidação do espaço público democrático no século XVIII, um novo tipo de ator social, o cidadão, passou a circular dentro das *redes sociais modernas* num nível global.

Immanuel Wallerstein (1984) afirma que os Descobrimientos Portugueses foram os primeiros pilares consistentes para a constituição de uma economia-mundo e de culturas da modernidade. Em particular, uma certa *globalização do conhecimento* baseava-se na crença de que os conceitos locais europeus civilização, desenvolvimento e progresso, constituem noções universais e inquestionáveis. Este processo fundou, assim, imensas redes económicas, políticas e culturais planetárias, e em particular as *redes coloniais* inerentes à hegemonia económica, política e cultural das potências europeias globalizadas.

Recentemente, os agentes sociais encontram-se a desconstruir e a reconstruir *redes sociais pós-modernas*, em particular na internet. Este último

gênero de redes prolifera hoje em dia em todo o planeta, em dois modos ou estilos complementares:

Desde a primeira década deste século XXI, no seio das redes sociais digitais, como o Facebook ou o Twitter, os utilizadores, para além de lerem informação, como aconteceu na primeira idade do ciberespaço durante os anos 90 do século XX, também escrevem conteúdos. Um tal modo de prática das redes insere-se na segunda era da internet, a *Web 2.0*, frequentemente nomeada *Web Social*. Todas as instituições sociais e espaços públicos são afectados por este processo comunicativo global e inter-participativo, nomeadamente as instituições culturais como os museus, galerias, universidades, etc. (Drotner, 2013).

Na segunda década do século XXI, as redes sociais digitais foram sendo transformadas em *redes sociais-semânticas*, dentro da chamada *Web 3.0* ou *Web Semântica*. Isso significa uma nova época de internet, onde as informações circulantes através dos *sites* ou em outros lugares digitais não são apenas descritas e partilhadas, mas acompanham-se de explicações e interpretações mais profundas, que esclarecem melhor o utilizador, não apenas quanto ao significado social-semântico desses conteúdos, mas igualmente no que respeita às suas conexões lógicas e sociológicas. Os campos de aplicação e utilização da *web 3.0* são incomensuráveis (Andrade, 2010a, p. 27). Também neste caso as instituições culturais desenvolvem experimentações aliciantes que promovem a inovação cultural e o conhecimento, como os museus virtuais que recorrem à *Web Semântica* para a pesquisa, organização e disseminação das suas coleções (Robering, 2008). No entanto, para além disso, hoje os movimentos sociais tornam-se mais exigentes na internet, e edificam inéditos *sites* e redes sociais e social-semânticas plenas de novos significados dialéticos e transculturais, em vista à reconstrução de uma cidadania global (McIntyre, 2013).

LUSOFONIA MULTICULTURAL, INTERCULTURAL OU TRANSCULTURAL?

Ora, na contemporaneidade, estes dois tipos de rede estão a ser utilizados num contexto lusófono e global, não só em termos de *partilha de conteúdos* (informação ou conhecimento), mas igualmente no quadro de uma *partilha de culturas*. Em especial, os conteúdos mudam segundo as culturas que os transmitem, e de acordo como os *modos de comunicação dessas culturas*.

Assim sendo, é urgente descodificar tais figuras de comunicação das culturas. Vamos fazê-lo relacionando três ideias interligadas, a cada uma das quais subjazem diversos processos sociais.

Nas últimas décadas, a *comunicação multicultural ou intercultural* emergiu como um tema central de embate, combate e debate contemporâneos. Por exemplo, basta pensar na atualidade dos fenômenos de *choque de civilizações* (Huntington, 2011). Este processo é em grande parte decorrente de um *défice de comunicação* entre as sociedades e culturas ocidentais e orientais. Um segundo exemplo é a teoria do *multiculturalismo* engendrada por Charles Taylor (1996). Mas é preciso ir um pouco mais além, porque este conceito, como o interculturalismo e o transculturalismo, têm adquirido diversas conotações e prestam-se facilmente a ambiguidades ou mesmo a incorreções interpretativas.

De facto, a *multiculturalismo* e o *interculturalismo* não se confundem com o *transculturalismo*, embora se possa articular estes três conceitos. Uma tal conexão pode ser realizada no seio de cada objeto de estudo, ou de acordo com outros condicionalismos da investigação, sem necessariamente excluir, de modo definitivo, nenhum deles. Grosso modo, no caso dos processos comunicativos, a *comunicação multicultural* postula diferenças de informação ou de conhecimento entre (múltiplas) culturas, que podem não se relacionar entre si. Por seu lado, a *comunicação intercultural* procura (inter)-relacionar a informação e o conhecimento dessas culturas diferentes. Finalmente, a *comunicação transcultural* afirma que estamos a entrar num mundo para além (daí o prefixo trans) da comunicação cultural tal como hoje a conhecemos. Por outras palavras, a comunicação transcultural transforma a própria cultura em novas formas de informação e de conhecimento, em particular nas áreas da educação e da investigação científica (François, 2012; Hébert, 2006). Em especial, a condição dos jovens regista uma mudança assinalável, na medida em que o seu capital social adquirido e negociado em contextos transculturais lhes permite novas oportunidades na sua vida profissional e pessoal (Kim, 1999).

INOVAÇÃO DO CONHECIMENTO EM OPEN ACCESS

Neste mundo antes de mais transcultural, o processo de *inovação do conhecimento* encontra-se num momento de viragem. Encontramo-nos não tanto numa sociedade da informação, mas numa *sociedade do conhecimento em rede*. A própria dinâmica dos mercados rege-se, cada vez mais, pela *inovação em conhecimento* que pode ser aplicável na produção, distribuição e consumo de produtos e serviços concretos nos vários setores da atual economia globalizada através da internet.

Em seguida, analisaremos como uma tal inovação do conhecimento se desenvolve, no quadro de um tipo de conhecimento recente, o *open*

knowledge, que é utilizado, tanto a nível global como local, em particular por pequenas e médias empresas, inclusive em Portugal.

Porém, antes disso, vamos caracterizar rapidamente o que se entende por *open access*, condição *sine qua non* do *open knowledge*.

O QUE É O OPEN ACCESS: ALGUMAS IDEIAS CENTRAIS PARA UM DEBATE URGENTE

Indicarei a seguir alguns traços básicos sobre o significado deste processo social, na medida em que existem algumas ideias menos claras quanto a este conceito.

Numa definição rápida, *open access* significa o *acesso*, através da internet, à informação em geral e ao conhecimento em particular, sem nenhuma ou poucas restrições para além dos aspetos técnicos. Contudo, no caso do conhecimento científico, os trabalhos de *investigação* em princípio são submetidos a uma avaliação prévia por pares, a *peer-review*, que pode ser *blinded* (desconhecimento do autor ou do avaliador) ou *double blinded* (desconhecimento mútuo de ambos)

O *open access* envolve um conjunto muito variado de *fontes*. De início foi aplicado a artigos de revistas científicas, mas o seu uso generalizou-se paulatinamente a teses, capítulos de livros, monografias, etc.

Os seus tipos principais são os seguintes:

- *Acesso gratuito (gratis open access)*. Trata-se do acesso livre na internet sem nenhuma condicionante legal.
- *Acesso livre (libre open access)*. É o acesso livre em linha, mas com algumas restrições relativas a direitos de usufruto da informação e do conhecimento, especialmente para defesa da autoria.

Para além disso, existem três grandes estratégias de *open access*:

- *Open access verde (green open access)*. Significa o auto-arquivo realizado pelo próprio autor. Após a publicação de um texto numa revista científica, o autor envia uma cópia, frequentemente em formato PDF, para um repositório científico. Este repositório científico encontra-se normalmente alojado no *site* de uma instituição de investigação ou de ensino. O acesso é livre para um público docente e discente, mas, em muitos casos, igualmente para uma audiência mais abrangente. Outras vezes, o artigo é enviado para um repositório mais central, como o DRIVER europeu, ou o Pub Med Central. Também existem *sites* sem vínculo institucional expresso, que facultam este tipo de acesso.

- *Open access dourado (gold open access)*. Consiste na publicação, pelos autores, em revistas dedicadas ao *open access*, correntemente situadas no *site* da respetiva editora.
- *Revistas em open access híbrido (hybrid open access journals)*. São publicações periódicas que propõem *gold open access*, mas a troco de pagamento de uma subscrição suportada pelo autor, pela sua instituição de acolhimento ou por um financiador.

Nas últimas décadas, o *open access* revelou-se como um *movimento de interesse público*. A globalização da internet e a condução das estratégias anteriores de *open access* no seio das comunidades científicas e editoriais, fundaram os pedestais para o desenvolvimento de um movimento social para a disseminação do *open access (open access movement)*, tendo em vista um vasto público de leitores.

Para além das iniciativas precedentes, as próprias revistas científicas não de *open access*, adaptaram-se paulatinamente à nova realidade. Algumas delas praticam não apenas assinaturas, mas iniciam novas modalidades de acesso, como as licenças de consulta de um *site* ou o *pay-per-view*. Outras revistas abrem um período de *open access* após um semestre ou um ano de acesso pago.

Tracemos em seguida uma *genealogia* breve deste fenómeno. O termo *open access* foi sugerido na “Budapest Open Access Initiative”, que se realizou em fevereiro de 2002. As regras desta proposta foram desenvolvidas em outros dois grandes eventos, o “Bethesda Statement on Open Access Publishing” em junho de 2003, e a “Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities” (outubro de 2003).

Numa rápida análise interpretativa do conceito seminal tal como foi circunscrito em Budapeste, repara-se que a definição desta ideia, por um lado, fala de alguns dos mais relevantes *meios, média e métodos* que subjazem ao *open access*:

- O *acesso* alargado mas ainda desigual à internet.
- As principais *operações de pesquisa e disseminação de conteúdos* que um utilizador pratica no ciberespaço: ler, baixar informação ou ficheiros, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar, ou abrir um link para os textos completos desses artigos, rastreá-los para indexação, passá-los como dados para *softwares*, etc.

Por outro lado, esta definição assinala a importância dos *fins, propósitos ou objetivos* do *open access*:

- O direito ao *copyright*, mesmo num sistema de *open access*.
- O *controlo* aumentado do trabalho científico por parte do autor.
- O direito, que assiste ao autor, de o seu *trabalho ser conhecido e citado*.

Tudo isto tem suscitado um amplo debate no espaço público. A meu ver, os aspetos acima circunscritos revelam-se centrais, na medida em que:

- O acesso à internet não é um dado adquirido, especialmente nas sociedades periféricas onde grande parte das comunidades lusófonas se situam, devido a incomensuráveis condicionalismos económicos, sociais, políticos e culturais.
- A pesquisa de fontes de informação científica tem sido, em grande parte, transformada radicalmente pela *pesquisa operada no ciberespaço*, que se enquadra, cada vez mais, no próprio processo da investigação científica. Assim sendo, as competências e performances inerentes ao *open access* constituem, na sua pragmática, entre outros instrumentos e dispositivos discursivos e em grande parte, a própria *literacia da pesquisa científica*, e em particular a sua literacia científico-tecnológica.
- Existem hoje formas de *copyright* nunca dantes vistas, algumas delas de natureza híbrida, onde as figuras de remuneração do trabalho científico oscilam entre, de um lado, o pagamento tradicional pelo público, editoras, universidades e agências nacionais e internacionais de apoio à pesquisa, e, de outro lado, o pagamento, pelo próprio autor, a si mesmo, da sua própria notoriedade. Em termos de *autoria* (regime do autor), *leitoria* (perspetiva do leitor) e *actoria* (dimensão de ator social onde o autor e leitor se incluem), o autor já tinha o dever de publicar (daí o provérbio científico 'Publish or Perish'), e o leitor o dever de ler. Agora, de um modo algo insidioso, o autor tem o direito a ser conhecido e reconhecido, mas desde que pague a publicação do seu texto em algumas revistas de renome, ou financie, por vezes a um preço não negligenciável, a sua admissão a um congresso de prestígio.
- O controlo alargado, por parte do autor, da sua própria produção é hoje uma realidade ainda mais visível nas redes sociais da *Web 2.0* e nas redes sociais e semânticas da *web 3.0*, se se adotar uma postura crítica e não ingénuas das potencialidades das redes digitais para a escrita sociológica e, em especial, para a investigação.
- O direito de *copyright* tem que dialogar com a necessidade de um autor promover o seu próprio impacto científico e social, para além do papel tradicional das editoras e das instituições de acolhimento da

sua investigação. Mas isto terá que ser feito a partir da inclusão do autor nas grande *redes de indexação mundiais*, para ser citado pelos seus pares e pelo público em geral. O primeiro critério de notoriedade é a publicação em revistas científicas globais, hoje mais importante do que a publicação em livros, pelo menos no quadro das chamadas ciências exatas. Tradicionalmente, os investigadores de países lusófonos, para serem conhecidos e reconhecidos mundialmente, têm que publicar em revistas anglófonas ou, embora em muito menor escala, em publicações francófonas. No entanto, os textos produzidos em países lusófonos podem constituir um destino apetecido para o sistema mundial de citações, se se criarem as condições para uma partilha justa das citações entre pares. Algumas economias anteriormente periféricas (China, Índia e Brasil) encontram-se a tentar mudar as regras do jogo, que beneficiam largamente os países centrais em termos de citação científica.

A propósito, um estudo sobre o *open access* (Andrade, 2013) entende este processo *enquanto pilar fundamental da própria investigação científica*, em particular quanto à *open research*, que insiste na disseminação, em tempo real, dos resultados da pesquisa, promovendo a apresentação pública de parte do respetivo *work in progress*.

OPEN KNOWLEDGE

O *open knowledge* é um conjunto de procedimentos e métodos que visa a produção, transferência e partilha de conhecimento de uma forma aberta, hoje em dia nomeadamente no ciberespaço. Esta abertura pode referir-se à transmissão de dados (*open data*), aos conteúdos (*open content*), ao código de *softwares* (*open source*), à pesquisa (*open research*) e mesmo à governança (*open governance*). Um tal campo social de práticas, nas suas relações recíprocas, contribui para a emergência do fenómeno nomeado “inovação aberta” (*open innovation*).

Essa transferência e partilha de conhecimento aberto apoia-se, em grande parte, nas redes sociais digitais da *web 2.0*, mas também na *web 3.0* ou *Web Semântica*. As redes sociais-semânticas da *web 3.0* utilizam estratégias económicas, sociais, políticas e culturais inéditas ou reformuladas. Por exemplo, o *data curation*, que se define como a seleção de dados a partir de várias fontes para a sua publicação e utilização por diversos *stakeholders* interconectados. Um segundo exemplo é o *Linked Data*: ou seja, a internet hoje não liga apenas pessoas como nas redes sociais da *web 2.0*, mas

igualmente instrumentos de produção e de disseminação do conhecimento, como sucede na *web 3.0*, que também é denominada *internet of things*.

Este processo contamina igualmente as organizações, tanto a administração pública quanto as empresas privadas. É o caso do desenvolvimento vertiginoso do *Business Intelligence 2.0*, uma estratégia de gestão que substitui os instrumentos produzidos ou adquiridos pelas empresas para a consulta de dados, pelo uso mais alargado da internet para a busca de informação.

Por forma a delimitar sociologicamente estes processos sociais, entre outras reflexões sociológicas, a teoria *Coordinated management of meaning* (CMM) pretende circunscrever a forma como produzimos significados e conhecimento no interior dos processos de comunicação em locais de trabalho ou de lazer específicos, articulando os níveis macro e microssociais.

Em suma, hoje em dia a inovação não pode deixar de ser social. De facto, a inovação serve para o desenvolvimento dos mercados, mas envolve igualmente a erradicação das desigualdades sociais e da pobreza, em vista a uma mais profunda *inclusão social*.

Nesta última perspetiva, *knowledge commons* é um termo que significa a propriedade e utilização do *conhecimento e inteligência coletivos* por parte de múltiplas comunidades de utilizadores no ciberespaço, desde o Estado à sociedade civil (empresas, associações, comunidades locais, cidadãos, etc.). Algumas das suas manifestações mais populares são: a Open Knowledge Network, uma rede global para o desenvolvimento que inclui países lusófonos como Moçambique; as Collaborative Innovation Networks (CoIN); os *research wikis* como o Demopaedia, um *wiki* sobre demografia publicado pelas Nações Unidas; os *idea banks*, etc.

Em todos estes processos, as recentes *metodologias digitais* revelam-se centrais. Em particular, as bases de conhecimento (*knowledge bases*), ou os sistemas periciais (*expert systems*) permitem organizar o saber das organizações e instituições de uma forma que contribui para uma mais eficaz produção e disseminação das inovações relativas ao *conhecimento com utilidade social*.

OPEN RESEARCH

A disseminação pública da investigação científica reduz-se frequentemente a um papel secundário no seio da agenda de pesquisa. No entanto, a apresentação, num estilo participativo, dos resultados e do *work in progress*, constituem passos fundamentais de qualquer investigação. Para

este propósito, no presente contexto de transformação urge desenvolver estratégias de investigação usando o paradigma epistemológico da *open research* (Andrade, 2013). Uma tal pesquisa aberta consiste na produção e receção, simultaneamente crítica e tolerante, da investigação em múltiplas dimensões da realidade social: por exemplo, as áreas do conhecimento, os produtores e recetores da investigação, a teoria, a metodologia e a discussão pública do *work in progress* e resultados da pesquisa.

Em particular, é preciso articular as Ciências Sociais e Humanas aos novos média, tanto na produção quanto na receção da informação e do conhecimento.

Assim sendo, a pesquisa aberta poderá constituir um dos pilares fundamentais da emergente *Sociedade da Investigação*, paradigma social onde o cidadão comum reformula o conhecimento e o poder do especialista.

Dito de outro modo, a difusão e o debate avaliados pelos cidadãos e não restrito a especialistas constituem garantias da própria excelência da investigação, sobretudo quanto à pertinência da sua aplicação ao tecido social. Esta postura foi aplicada no contexto de um projeto de pesquisa intitulado “Comunicação Pública da Arte: o caso dos museus de arte globais e locais” (Andrade, 2016, p. 23).

Em suma, esta pesquisa aberta consiste na produção e receção críticas da investigação nas seguintes dimensões da realidade social, entre outras: (a) heurística de diversas áreas do conhecimento centrais, mas igualmente aquelas colaterais a um tema supostamente principal ou mesmo único de pesquisa; (b) partilha com *investigadores e cidadãos* comuns de todo o mundo, em vista ao desenvolvimento da compreensão pública da Ciência, Tecnologia e Artes e da própria pesquisa, por forma a articular os conhecimentos especializados com o conhecimento ordinário da vida quotidiana das populações (Chittenden, 2015); (c) discussão de diversas teorias, ontologias e conceptualizações comuns edificadas por cidadãos ordinários, como as *tags* de um blogue; (d) desenvolvimento de metodologias participativas e inovadoras, na educação, instrução e investigação (Stephenson, 2015); (e) excursão ao máximo de terrenos empíricos do mundo, mesmo se por meios digitais e virtuais; (f) mobilização para todos os debates possíveis, económicos, ecológicos, políticos, sociais, culturais, etc.

UM EXEMPLO DE *OPEN RESEARCH*: A BASE DE CONHECIMENTOS TRANSCULTURAL DO PROJETO “COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA ARTE”

Todo este movimento, que utilizou extensiva e intensivamente os *new media*, transformou de raiz a própria atividade de *curadoria dos conteúdos digitais*, em particular aqueles artísticos (Graham, 2010). No campo acadêmico, recentemente múltiplos ensaios nos *Communication Studies* e *Cultural Studies* debruçam-se sobre estas problemáticas da transformação, por exemplo no caso dos *museus físicos e virtuais em regime aberto*, relativamente aos significados profundos de processos, agentes e lugares sociais como a cultura das comunidades em territórios urbanos (Bautista, 2014).

Entre outras aplicações, esta estratégia foi desenvolvida no projeto “Comunicação Pública da Arte: o caso dos museus de Arte Globais/Locais”, subvencionado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e realizado de 2006 a 2011. O projeto teve um papel pioneiro em Portugal e mesmo a nível global, quanto à proposta de uma organização científica da informação considerando a sua transformação em *bases de conhecimento* organizadas e em rede, no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, e em particular no seio dos *Cultural Studies* e das Ciências da Comunicação. Estas bases de conhecimento foram publicadas através de quatro *sites* do projeto, cada um deles escrito em duas versões, uma em português e outra em inglês, que podem ser consultados nas moradas indicadas na parte final da bibliografia.

As bases de conhecimento metamorfoseiam a informação em conhecimento e, no caso da interpretação do social, através da fusão de heranças oriundas de diferentes culturas. Assim sendo, obtém-se poderosos instrumentos de análise, interpretação e disseminação das atuais realidades transculturais, através de novas metodologias, como as redes globais e igualmente transculturais, onde a informação é apenas um pretexto para a partilha do conhecimento. De facto, e como refere Moisés Martins (2015, p. 30):

reunindo uma equipa de sociólogos, programadores e designers, este projeto articulou as metodologias sociológicas como os métodos de intermédia, propondo uma nova forma de organização dos média e do conhecimento que eles transmitem. A este processo, o coordenador do projeto, Pedro Andrade (2011), chamou-lhe “hibrimédia”. Em seu entender, “hibrimédia” consiste na transformação de média originários em média originais.

Este conceito encontra-se desenvolvido em Andrade (2011, pp. 175-190).

OBJETIVOS DO PROJETO

De um modo breve, os *objetivos iniciais* do projeto “Comunicação Pública da Arte” pautaram-se por desideratos em três planos, todos eles em termos da inovação possível:

1. *Objetivos epistemológicos*: em vista à *articulação entre as ciências, as novas tecnologias e as artes*, e em termos da agenda do projeto e organização dos trabalhos, este projeto reuniu uma equipa formada por cientistas sociais, informáticos e artistas, distribuídos por duas sub-equipas ou *task forces*: uma para a investigação sociológica, outra destinada à experimentação de dispositivos pedagógicos e de pesquisa, edificados em hipermédia e hibrimédia.
2. *Objetivos teórico-empíricos*: procurou-se desconstruir e reconstruir o *objeto de estudo* no seio dos *Museum Studies*, ou seja, discutir um fenómeno pouco estudado em Portugal, a comunicação pública da arte em museus locais e globais, e articulá-lo a utilizações práticas em instituições concretas, em termos de investigação aplicada da investigação pura.
3. *Objetivos metodológicos*: no plano *procedimental das Ciências Sociais e Humanas*, o intuito consistiu em contribuir para a pesquisa de novos e inéditos métodos e técnicas científicas, outra área pouco desenvolvida no nosso país.

Creemos que estas promessas foram, na sua maioria, cumpridas. De facto, em termos teórico-empíricos, os resultados desse projeto revelam-se de *interesse para a cultura* em geral mas também para diversas *instituições culturais e artísticas* em particular. Nesta perspetiva, as atividades desenvolvidas foram *financiadas* quase integralmente pelo projeto, como previsto de início, mas igualmente por algumas instituições culturais, contactadas no dealbar do projeto mas igualmente no seu decorrer, que se mostraram interessadas em participar com apoios de diversa ordem. Conseguiu-se assim criar um consenso e uma atmosfera de cooperação, que se traduziu numa diversificada obra comum que visou, acima de tudo, a qualidade e a excelência dos trabalhos produzidos e difundidos.

Por exemplo, no caso do Museu Coleção Berardo, principal instituição estudada, foram inquiridos, por uma empresa de sondagens especializada, diversos segmentos dos visitantes do museu (famílias, escolas, turistas, visitantes em formação ao longo da vida, etc.), que responderam a um questionário incluindo questões sobre a visita ao museu, a comunicação pública da arte e a sua compreensão, entre outros temas. Visou-se que os resultados da análise dos seus públicos registasse um impacto social

profundo, na medida em que podem contribuir, em termos de informação de base ou de recomendações, para a prossecução de futuras políticas, programas e estratégias de ação cultural e educativas.

No seguimento do que se afirmou acima, talvez este estudo seja um incentivo para a realização de mais e, se possíveis, inéditas pesquisas sobre a comunicação pública da arte e a cidadania cultural, nomeadamente no campo da museologia e dos *Museum Studies*.

Para além disso, nas perspetivas epistemológica e metodológica, foi desenvolvida uma metodologia interativa multitoque específica, em vista à caracterização dos mencionados perfis de público e das suas estratégias de receção da arte e de fidelização ao museu. As utilizações desta metodologia, em ligação com serviços pedagógicos dos museus, parecem muito promissoras.

Concretamente, foram desenvolvidos uma *mesa interativa multitoque* e um *software* especializado e adaptado às necessidades de análise desses mesmas audiências culturais e escolares. Espera-se que tais metodologias algo inéditas, desenvolvidas no seio deste projeto, sejam eventualmente úteis nas tarefas de musealização (comunicação de conteúdos no museu, etc.), mas também na receção, mais lúdica e eficaz, da arte e da cultura, no seio de variadas instituições culturais, e não somente museus.

Em suma, de um modo mais sintético, e como foi proposto no dealbar deste projeto, os produtos e serviços finais do projeto agora realizados (não apenas as suas publicações mas igualmente a mesa multimédia multitoque ou outros), poderão interessar ou motivar um leque diversificado de segmentos da população portuguesa para a informação e formação artísticas, sedimentando um gosto plural já manifestado ou criando novos públicos. Eis algumas sugestões pragmáticas e recomendações sucintas relativamente aos públicos da pesquisa aberta envolvidos ou a envolver:

- Governantes e agentes interventores na vida pública central, regional e local, em cuja agenda se inclua o incentivo da cidadania democrática informada e formada pela cultura, pela arte e pelas TIC.
- Docentes do Ensino Básico, Secundário e Superior que pretendam desenvolver a educação estética dos seus educandos, através da convergência entre a formação artística formal na escola e a formação artística informal no museu.
- Escritores e artistas empenhados em desenvolver novas competências e virtualidades nas artes, nomeadamente aquelas ainda insuficientemente divulgadas no espaço museológico, como atividades e trabalhos construídos em *mixed media*, multimédia, hipermédia e hibrimédia.

- Curadores de museus, centros de arte, fundações e galerias visando promover a compreensão pública das artes em geral e dos hibrimédia em especial, por parte dos atores sociais comuns.
- Licenciados de áreas académicas relacionadas, direta ou indiretamente, com a arte, que procurem enriquecer o seu *curriculum* e aumentar a sua competitividade no mercado de emprego, a partir dos conhecimentos facultados na área específica da arte em articulação com as novas tecnologias.
- Investigadores de áreas artísticas ou das Ciências Sociais e Humanas que apostem na originalidade, qualidade, inovação e internacionalização da pesquisa sobre os fenómenos artísticos em geral e, em particular, a comunicação pública da arte e a formação artística informal.
- Empresários e quadros das indústrias culturais ou de associações de cultura, almejando investir na implementação da literacia das linguagens artísticas e na promoção de *e-learning* relativamente às novas tecnologias e ao multimédia no seio do trabalho empresarial, administrativo, cooperativo ou associativo.
- Jornalistas e técnicos da Comunicação Social que busquem entender melhor o fenómeno da convergência da arte, das tecnologias e dos *mass media*, aliado ao processo aparentemente contraditório da fragmentação dos públicos, nas atuais sociedades pós-fordistas ou inseridas na modernidade avançada.

Para além disso, esta pesquisa reporta-se à generalidade dos *cidadãos* fascinados ou intrigados pela presença de cultos plurais, sagrados ou profanos, surgidos em torno das artes na era das TIC e da internet (na *web 2.0* mas também na *web 3.0* ou *web* semântica), e que circulam em diferentes tribos urbanas e transnacionais das cidades globais.

ENTRE AS REDES SOCIAIS DIGITAIS (WEB 2.0) E AS REDES SOCIAL-SEMÂNTICAS (WEB 3.0)

Em termos de redes transnacionais e transculturais, o projeto “Comunicação Pública da Arte” desenvolveu vários *sites*, que se entendem como *sites social-semânticos* (ver Figura 1).

Public Communication of Art

Welcome to a project on museums for cultural citizens

(To **BROWSE** this site, you can use two main strategies:

- In order to address the main site pages sorted by their main sections hierarchically, click on the links in light blue located at this site's **TABLE OF CONTENTS**, which lies in the left column, or else touch the link to the **Site Map**, which is the last link in the Table of Contents.
- To consult the ideas and concepts central to this site, go to **SOCIAL SEMANTIC INDEX**, sorted by keywords. Clicking on the links for each keyword, you may find its explanation and additional information on the respective web page. Within the semantic index, you can also learn about the meanings associated with the colors of this site. In other words, this site on social sciences of art or on art of social sciences is, in itself, a social, scientific and artistic site, but also a **SOCIAL SEMANTIC SITE**. What this means is explained in the next page).

SITE'S PORTUGUESE VERSION / VERSÃO PORTUGUESA DO SITE

© 2011 Site conceived and constructed by Pedro Andrade

INTERACTIVE ART WINDOWS

Among other instruments, social semantic sites use Interactive Art Windows. For instance, this page recommends, in the window below, the **Art Project Site**, an interactive site for a **GLOBAL VISIT TO VIRTUAL MUSEUMS** (below).

In this site, you, as a virtual visitor, may virtually explore the major museums of the world in rooms viewable in 3D, observe art works from multiple perspectives and even build your own **COLLECTIONS** and share it on social networks.

The Louvre Collection

(The Art Interactive Window shown above exhibits some art works from the **Louvre Museum Collection** at Paris. The next time you want to access this page, you can enjoy a new art work)

Thus, the research carried out by project Public Communication of Arts (CPA) and reported here, is constantly articulated, through the internet, with new data on the global culture reality, within an Open Research.

FIELD SOCIOLOGY

In terms of empirical research, and in order to get to know some of the feedback carried out by project CPA, along with theoretical reflection, for example see the expository video "The Visit", held at Serralves Museum (Oporto, Portugal), some months before the

RESEARCHING (IN) AN OPEN RESEARCH

This site in cyberspace and in cybertime, aims to present a **RESEARCHING** project entitled **Public Communication Art (CPA): The Case of Global and Local Museums**, developed at Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (Centre for Communication and Languages Studies, Faculty of Social Sciences and Humanities, New University of Lisbon), Portugal and subventioned by Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Foundation for Science and Technology)

Figura 1: Home page do site social-semântico do projeto "Comunicação Pública da Arte"

Um site sócio-semântico, para além de utilizar redes sociais digitais, como sucede na *web 2.0*, entende-se como um lugar na internet que clarifica os significados sociais e semânticos do seu conteúdo, como sucede na *web 3.0* ou *web* semântica.

Como se referiu atrás, a *web 3.0* pode ser definida como um conjunto de lugares na internet onde os seus utilizadores:

1. efetuam a partilha da informação em redes sociais digitais da *web 2.0* ou *web* Social;
2. mas, igualmente, explicam a estrutura e o impacto social do significado da informação veiculada, e organizando-o em bases de conhecimento, ontologias, *Thesauri* e outros dispositivos do saber. Uma ontologia é simplesmente um dispositivo de organização do conhecimento distribuído por campos semânticos, que por sua vez estruturam um conjunto de conceitos e as suas relações, numa dada área do saber. Desta forma, a informação é transformada em conhecimento mais eficaz: de facto, assim fazendo, esta informação e o saber subjacente serão mais profundamente pesquisáveis e passíveis de serem comentados com consciência, quanto às questões que frequentemente suscitam.

3. este conhecimento social mais estruturado pode assim ser comunicado e aplicado ao tecido social e partilhado em redes sociais, de maneira a suscitar mais e melhor inovação.

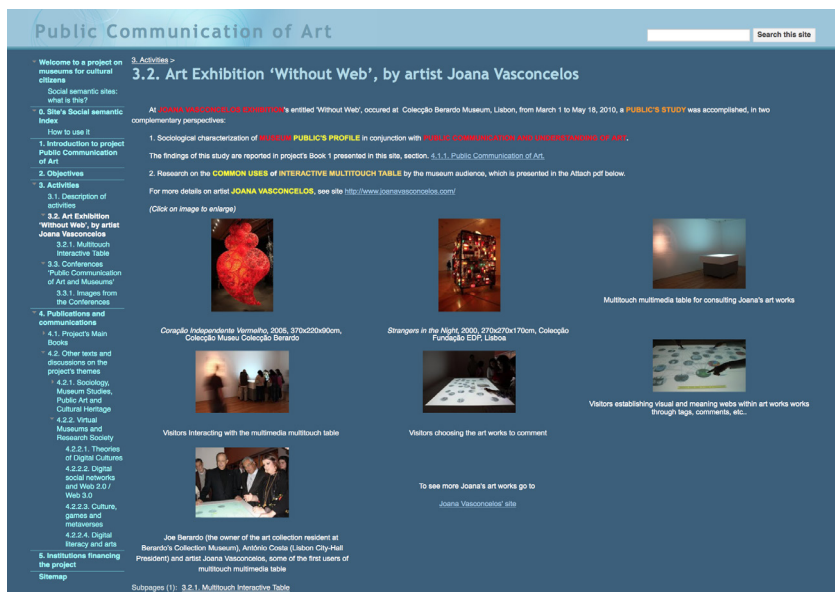


Figura 2: Exposição de Joana Vasconcelos “Sem Rede” (2010)

SECÇÕES DOS SITES SOCIAL-SEMÂNTICOS PARA A DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO

Mas como realizar estes propósitos? As diversas secções dos *sites* social-semânticos procuram complementar a mera informação sobre os conteúdos, a partir de dispositivos que pretendem classificar, interpretar e explicar esses mesmos conteúdos. Para além disso, este tipo de *sites* faz referência a diversos procedimentos práticos, técnicos e metodológicos, por forma a articular um dado conhecimento teórico a saberes pragmáticos.

No caso do *site* do projeto “Comunicação Pública da Arte”, o seu sumário, na parte esquerda do site, distingue algumas dessas secções possíveis. Por exemplo, a apresentação da exposição de Joana Vasconcelos “Sem Rede”, realizada de fevereiro a maio de 2010, que constituiu o principal evento estudado pelo projeto, através de questionários, entrevistas, observação direta, filmagens de vídeo, etc. (Figura 2)

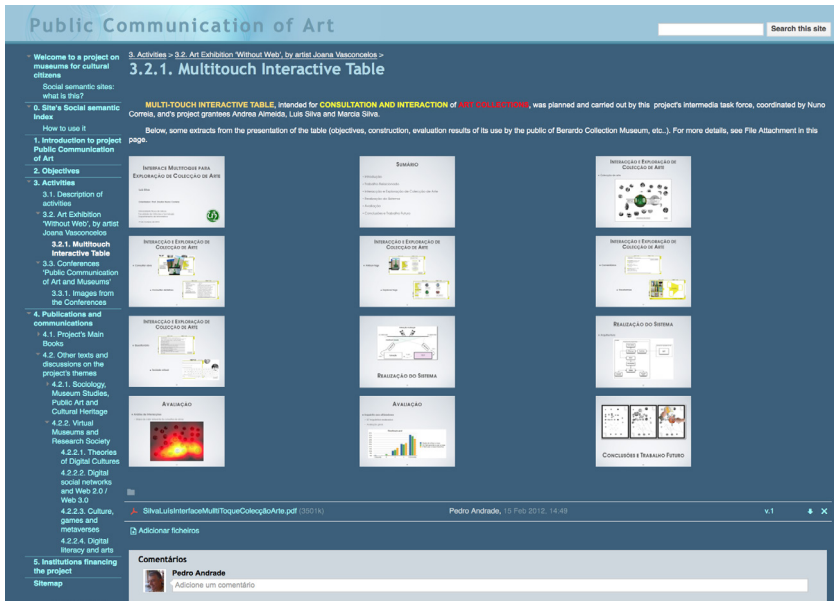


Figura 3: Mesa interativa multitouche

Para além dessas metodologias de recolha e análise de dados clássicas, utilizaram-se igualmente novas metodologias em hipermédia / hibrimédia produzidas para o projeto, como uma Mesa Interativa Multitouch, atrás referida (Figura 3). Neste dispositivo, os visitantes do Museu Coleção Berardo exploravam as obras expostas e construíram, entre outras formas de participação, redes visuais de conceitos (*tags*) que caracterizam as obras. (Figura 3).

Em setembro de 2011, realizou-se uma conferência para apresentação do projeto e lançamento dos respetivos produtos finais, como alguns livros (Figura 4).

Ambos estes eventos, a exposição e a conferência, foram amplamente publicitados em diversos *mass media* e nas redes sociais digitais (Figura 5).

O projeto produziu igualmente vários livros, de que o seguinte é uma ilustração (ver Figura 6).

Redes lusófonas de conhecimento: multiculturais, interculturais ou transculturais?

Public Communication of Art Search this site

3. Activities > 3.3. Conferences (Public Communication of Art and Museums) > 3.3.1. Images from the Conferences

3.3.1. Images from the Conferences

Here are some **IMAGES OF THE CONFERENCES AND ITS PUBLIC**, photos made by Louis Petry, project consultant, Professor and researcher from PUC - University of S. Paulo, Brazil
(Click on each image to enlarge it)

1. Barão de Collection Museum entrance

2. Access to the conference room

3. Exhibition of books published by the project

4. Registration for acquisition of project's books

5. Audience entering the conference's room.

6. A video operator registers the conference for the Museum's archive.

7. Session 1: Mafalda Miles

8. Detail of the audience

9. Session 1: Mário Castro and Pedro Andrade

10. Session 2: Moisés Martins and José Bártole

11. Session 2: Bragança Miranda and Moisés Martins

12. Session 2: José Bártole and José Pinheiro Neves

13. Session 2: Albertino Gonçalves

14. Session 3: Lúis Petry

15. Session 3: Pedro Andrade

16. Session 3: Presentation of project Public Communication of Art: the sociological research

17. Session 3: Andrea Almeida, Pedro Andrade and Nuno Correia: presentation of the multimedia multibouch table

18. Session 3: Patrícia Valinho

19. The projects books can be found for consultation at Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Centre for Communication Studies and Languages, Faculty of Social Sciences and Humanities).
Contact: Rita Corde
<http://www.cencl.com.pt/>

20. The project team hopes that the reading, comments and critiques of these books and other works may contribute to a deeper global and intercultural dialogues. Thank you!

Adicionar ficheiros

13. Session 2: Albertino Gonçalves

14. Session 3: Lúis Petry

15. Session 3: Pedro Andrade

16. Session 3: Presentation of project Public Communication of Art: the sociological research

17. Session 3: Andrea Almeida, Pedro Andrade and Nuno Correia: presentation of the multimedia multibouch table

18. Session 3: Patrícia Valinho

19. The projects books can be found for consultation at Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Centre for Communication Studies and Languages, Faculty of Social Sciences and Humanities).
Contact: Rita Corde
<http://www.cencl.com.pt/>

20. The project team hopes that the reading, comments and critiques of these books and other works may contribute to a deeper global and intercultural dialogues. Thank you!

Adicionar ficheiros

Figura 4: Conferência de apresentação e lançamento dos livros do projeto (2011)

The screenshot shows the 'Public Communication of Art' website. The main heading is '3.3. Conferences 'Public Communication of Art and Museums''. Below this, there are several sections: 'Introduction to project', 'Objectives', 'Activities', 'Publications and communications', and 'Institutions financing the project'. Each section includes brief descriptions and links to external resources. For example, under 'Activities', it lists '3.1. Description of activities', '3.2. Art Exhibition "Without War"', and '3.3. Conferences "Public Communication of Art and Museums"'. Under 'Publications and communications', it lists '4.1. Publications and communications'. The website also features a search bar and a social media icon.

Figura 5: Disseminação de eventos do projeto pelas redes sociais digitais e outros mídia

The screenshot shows the 'Public Communication of Art' website with a word cloud and a table of contents. The word cloud features terms like 'art', 'communication', 'center', 'language', 'Portugal', 'public', 'study', 'university', 'Lisbon', 'Portugal', 'publics', 'study', 'university', 'Vasconcelos', 'Portugal', 'publics', 'study', 'university', 'Vasconcelos'. Below the word cloud is a table of contents for the book 'Comunicação Pública da Arte'. The table lists chapters and authors, such as '1.1. MUSEUMS, GLOBAL CRISIS AND CULTURAL HERITAGE' by Malcoln Miles and '1.2. URBAN SPACE, MUSEUMS AND PUBLIC SPACES' by António Remesar.

Figura 6: Livro *Comunicação Pública da Arte*

Para além disso, o *site* introduz as principais temáticas do projeto, bem como faculta uma amostra de textos em PDF para *download*, nas áreas

seguintes, enquanto estímulo (simultaneamente e em qualquer uma dessas áreas), para o debate, discussão, intervenção, controvérsia, diálogo e cooperação (ver Figuras 7, 8, 9, 10, 11 e 12). Por ex. uma página (ver Figura 7, em cima à direita) apresenta um artigo do autor intitulado “Museu”, incluído no *Dicionário Crítico de Arte, Imagem, Linguagem e Cultura* desenvolvido para o Museu de Foz Côa (Andrade, 2010b).

The screenshot shows the website interface for 'Public Communication of Art'. On the left is a navigation menu with sections like 'Welcome to a project on museums for cultural citizens', 'Objectives', 'Activities', and 'Publications and communications'. The main content area is titled '4.2.1.1. Public Communication of Art and Museology'. It contains introductory text about museums in crisis and the need for broader discussion. Below the text is a table listing publications:

1. Andrade, Pedro, 'Comunicação Pública da Arte e Museologia', <i>Dicionário Crítico de Arte, Imagem, Linguagem e Cultura</i> , 2010.	Pedro Andrade, 27 Oct 2011, 14:08	v.2	+	x
2. Corneil, Nuno, 'Multitouch Tabletop Multimédia Interaction in Museums', <i>Museums and Research Society</i> , 2011.	Pedro Andrade, 27 Oct 2011, 19:22	v.2	+	x
3. Miles, Malcolm, 'Art Museums: Austerly.pdf', <i>Museums and Research Society</i> , 2011.	Pedro Andrade, 27 Oct 2011, 19:22	v.2	+	x
4. Gilonen, Verónica, 'Oeuvres d'Art Cartes.pdf', <i>Theories of Digital Cultures</i> , 2011.	Pedro Andrade, 27 Oct 2011, 19:22	v.2	+	x
5. Almeida, André, 'Museos e Meios Multitouch.pdf', <i>Theories of Digital Cultures</i> , 2011.	Pedro Andrade, 27 Oct 2011, 19:22	v.2	+	x
6. Silva, Lúcia, 'Arte e Colóquio em Arte.pdf', <i>Theories of Digital Cultures</i> , 2011.	Pedro Andrade, 27 Oct 2011, 21:37	v.2	+	x

Figura 7: Textos, imagens, videos e sites para disseminação pública de áreas de debate: área “Comunicação Pública da Arte e Museologia”

The screenshot shows the website interface for 'Public Communication of Art'. The main content area is titled '4.2.1.2. Artists and gatekeepers in the art worlds'. It contains text about the project's use of various methods and techniques for data collection. Below the text is a table listing publications:

1. Veasconde, Luana, 'Entrevista2010Junho4.pdf', <i>Museums and Research Society</i> , 2010.	Pedro Andrade, 18 Oct 2011, 18:51	v.2	+	x
2. Amado, Miguel, 'Entrevista18Junho2010.pdf', <i>Museums and Research Society</i> , 2010.	Pedro Andrade, 18 Oct 2011, 18:52	v.2	+	x
3. Ribeiro, António, 'Entrevista2010Mergo18.pdf', <i>Theories of Digital Cultures</i> , 2010.	Pedro Andrade, 18 Oct 2011, 18:52	v.2	+	x
4. Oeiras, Manuel, 'Entrevista2010Março1.pdf', <i>Theories of Digital Cultures</i> , 2010.	Pedro Andrade, 18 Oct 2011, 18:53	v.2	+	x

Figura 8: Área de discussão “Artistas e gatekeepers nos mundos da arte”

Redes lusófonas de conhecimento: multiculturais, interculturais ou transculturais?

Public Communication of Art

4. Publications and communications > 4.2. Other texts and discussions on the project's themes > 4.2.1. Sociology, Museum Studies, Public Art and Cultural Heritage > **4.2.1.3. Public art, city, literacies, cultural heritage**

The museum is a SEMI-PUBLIC SPACE, between the privacy of the house and the publicity (Habermas) of the CITY's open spaces, such as a street and a square.

In this context, the city influences the museum, and vice versa.

In addition, the poets and the museum also export and import, in a daily rhythm, the legacies of the material and immaterial, "physical" or "Virtual" **ARTS, LITERATURES** and **HERITAGES**, often expressed in terms of PUBLIC ART.

(However, urban spaces are also a panorama for CITY REGENERATION and URBAN activism. For a discussion on this issue, see Malcolm Miles conference, in this page's video).

In parallel, urban space and the museum allow communication strategies where common people trigger different LITERACIES, that is, ways of reading and writing within a given regime of knowledge, like a national language, daily life, the arts, technology, sciences and other genres of knowledge, that circulate in the school or at leisure and information places in the internet.

Several authors, members and consultants of the project or colleagues, discuss such questions in the following texts:

Malcolm Miles
Malcolm Miles 'Society as a Work of Art'

1. SilvaFernandoNunesEAI_PlanningPublicSpacesNetworks.pdf (239K)	Pedro Andrade, 22 Oct 2011, 15:10	v.2	+	X
2. RemesarAntoniSilvaFernando_MuseusArtePublicaDeoGubano.pdf (109K)	Pedro Andrade, 22 Oct 2011, 15:11	v.2	+	X
3. ParmegianiPaolo_BeyondPowerPoint.pdf (289K)	Pedro Andrade, 22 Oct 2011, 15:11	v.2	+	X
4. BaptistaLuisLugaresLodico.pdf (59K)	Pedro Andrade, 31 Oct 2011, 10:20	v.2	+	X
5. ValinhoPatricia_PatrimonioRealidadeAumentada.pdf (329K)	Pedro Andrade, 31 Oct 2011, 10:21	v.2	+	X

Adicionar ficheiros

Figura 9: Áreas de intervenção: Arte pública, cidade, literacias, património cultural

Public Communication of Art

4. Publications and communications > 4.2. Other texts and discussions on the project's themes > 4.2.2. Virtual Museums and Research Society > **4.2.2.2. Digital social networks and Web 2.0 / Web 3.0**

Today, we are not only immersed in Web 2.0, but also in Web 3.0.

In the first age of the Internet (the so-called "WEB 1.0"), in the 90s of last century, the web user only consulted or read the information.

In the initial decade of the XXI century, the nominated "WEB 2.0" (or reading / writing Internet) allows a more active posture by the user: in addition to reading the information, he writes content such as articles (posts) or its comments in a blog, or inscribes a set of personal and professional information within DIGITAL, SOCIAL, NETWORKS canvases.

In the second decade of this century, an unprecedented digital scope is being traced: the named WEB 3.0 or Semantic Web, which is based, among other discursive deposits, on SOCIAL SEMANTIC LOGICAL SITES. Such sites explicitly present an explanation of the paradigm of their own semantic content (ideas, concepts, etc.) and logical connectors (relations between the site ideas or relations between the pages of the site, etc.).

Such situation is analyzed here by some authors invited and experts in these matters, in essays from which some extracts are proposed below.

(On the right, you can see videos that discuss the various ages of internet, and hear some opinions for and others against. The first video was posted in 2000, the second in 2011.)

Tim Berners-Lee, the inventor of WWW, and other analysts, underline that relationships among pieces of information are more and more necessary, and SOCIAL CONNECTIONS are some of the most important. Thus, Web 3.0 is not antagonistic of Web 2.0, as both need people as producers and as distributors of knowledge).

In the project's Book 4, Semantics-Louis Epistemology of Web 2.0/3.0. It is stated that, if Web 2.0 is a SOCIAL WEB, Web 3.0 is a **RELATIONAL WEB**, among other things. In other words, it is not enough to be connected with other people, as occurs in some versions of Web 2.0, nor is it enough to understand the meaning of information, as happens in some interpretations of Web 3.0.

What Web 3.0 is or should be about, is help us to understand our INTERPERSONAL AND INTER-INSTITUCIONAL RELATIONSHIPS, and grasp the **MEANING**, **DATA** and the **EVERYDAY MEANING** associated with these social dimensions.

Such perspective shall be undertaken not just with social sites, and not exclusively with semantic sites, but only with **SOCIAL SEMANTIC SITES**. Our site tries to be a socio-semantic site.

Web 1, Web 2.0, Web 3.0
Future Internet Video (web 3.0)

Web 3.0
A story about the Semantic Web

web 3.0
a doc by kate ray

1. NevesLuis_NaturzaOntologicaRedes.pdf (29K)	Pedro Andrade, 16 Oct 2011, 15:52	v.2	+	X
2. CoelhoZera_DimensaoInteractivaBlogs.pdf (71K)	Pedro Andrade, 16 Oct 2011, 15:52	v.2	+	X
3. RosaAntonio_DinamicasTransigloWeb.pdf (74K)	Pedro Andrade, 16 Oct 2011, 15:52	v.2	+	X
4. CostaPedro_ExistenciaFacebook.pdf (78K)	Pedro Andrade, 16 Oct 2011, 15:52	v.2	+	X
5. EsperanzaEduardo_EspañolInteractio.pdf (74K)	Pedro Andrade, 16 Oct 2011, 15:52	v.2	+	X

Adicionar ficheiros

Figura 10: Áreas de controvérsia: Redes sociais digitais e web 2.0 / web 3.0

NOVOS INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO SABER

Para a análise e interpretação social-semântica da informação, por forma a transformá-la em conhecimento, estes *sites* do projeto usam um ou vários dos seguintes dispositivos do saber social e semântico, entre outros:

AS JANELAS INTERATIVAS DE ARTE

Estas ferramentas de aprendizagem e investigação consistem em áreas interativas dos sites, que incluem *widgets* (mini-aplicações) e *links* para *sites* e redes sociais (ver Figura 1, em cima à direita), através dos quais é possível:

- Consultar interativamente conteúdos sobre arte (museus, enciclopédias, debates, entrevistas, etc.) através de pesquisas (*searches*), leituras exploratórias (*browsing*), botões, escrita de comentários, ou outras formas de consulta e participação;
- Observar, de modo contínuo, informações atualizadas diariamente (*news* e RSS sobre arte, etc.);
- Concentrar-se num conteúdo específico para reflexão, diretamente visível numa janela relativamente pequena, por forma a permitir uma leitura focalizada;
- Explorar *conteúdos adjacentes* a um outro consultado anteriormente, rolando o rato horizontal ou verticalmente, ou navegar por conteúdos *relacionados* ao primeiro, clicando em certos *links*;
- Participar e enviar conteúdos para redes sociais e redes social-semânticas, etc.

O INDEX SOCIAL-SEMÂNTICO

O Index Sócio-Semântico constitui um instrumento experimental visando pesquisar informação e para a construção de *Ontologias*, desenvolvido seminalmente neste projeto. Por um lado, este tipo de índice experimental transporta o utilizador desde os conceitos e palavras apresentados na página do índice até às páginas onde essas ideias são desenvolvidas como acontece com um índice tradicional ordenado alfabeticamente (índices onomástico, geográfico, ideográfico, etc.).

Ambos estes paradigmas de índices são *paratextos*. Um paratexto, segundo Gerard Genette, é um texto sintético, um conjunto de frases ou

palavras ou outros códigos que funcionam como introduções, cartões de visita ou aperitivos à leitura de um texto principal.

No entanto, diferentemente do índice alfabético, o índice semântico:

- organiza os seus termos em diversos campos semânticos (cada um dos retângulos aí apresentados);
- dentro desses campos, os termos encontram-se ordenados não alfabeticamente, mas

b1) pela ordem da argumentação e correspondente ordem sequencial dos vários parágrafos e páginas de um texto, ou

b2) pela ordem hipertextual de navegação por meio de *links*;

- As classes de significados dos termos são codificadas por *cores*. Embora seja possível definir múltiplas dimensões semânticas, neste *site* usa-se principalmente a seguinte notação (ver exemplos na *home page* do *site*, que funciona como o 1º campo semântico desse site, e intitulado “Bem-vindo a um projeto sobre museus para cidadãos culturais”):

Os fenômenos sociais em geral (nesta pesquisa os processos contextuais ao museu), são codificados em amarelo claro, por ex.: “Cidade”. Excepcionalmente, nas imagens das *word clouds* colocaram-se em branco, para se destacarem do amarelo associado aos atores sociais. Exemplo, Livro 1 do projeto, Figura 6.

Os atores sociais comuns, as suas práticas e o seu saber ordinário são mostrados em amarelo escuro, por exemplo público do museu;

Os média, técnicas, novas tecnologias e outros processos e linguagens de comunicação aparecem em cor-de-laranja clara. Exemplo: Visita_ao_museu_virtual;

O conhecimento e métodos científico é associado à cor-de-laranja escura. Exemplo: Sociologia_de_terreno;

A cultura e a arte são representadas a vermelho. Exemplo: Janelas_interativas_de_arte.

Os *sub-títulos* das secções no Sumário, *links* ou *sub-títulos* no corpo do texto, estão marcadas em azul claro. ex.: Index Sócio-Semântico do Site.

- O tamanho das letras das palavras que representam os conceitos dentro dos campos semânticos corresponde à *relevância semântica* que cada ideia encerra para a investigação específica neste projeto.

- Notar ainda que os conceitos compostos de duas ou mais palavras estão ligados por um `_`. De facto, não basta reduzir todos os conceitos a uma única palavra, como sucede em muitas *tag clouds*, embora estes instrumentos já clarifiquem minimamente o conteúdo de um texto. Em parte, a *tag cloud*, ao tentar delimitar esses conceitos, acaba por limitar a clareza desses conceitos, tanto o seu significado substantivo quanto o seu sentido contextual num texto em que eles aparecem; e, em última análise, essa redução diminui o valor semântico, lógico e social daquelas ideias e da próprias *tag clouds*. Para além disso, as cores que por vezes as *tag clouds* apresentam são frequentemente formais, sem sentido explícito. Pelo contrário, as nuvens de conceitos deste *site* apresentam conceitos compostos e coloração semântica, como aquela *tag cloud* definida para o livro *Comunicação Pública da Arte* (Figura 6)

The screenshot shows a website interface for 'Public Communication of Art'. The main content area is titled '4.2.2.3. Culture, games and metaverses' and contains several paragraphs of text. A video player is embedded in the content, showing a virtual museum exhibit. Below the main content, there is a list of publications with columns for title, author, date, version, and actions. A 'Comentários' (Comments) section is also visible at the bottom.

Public Communication of Art

Welcome to a project on museums for cultural citizens

4. Publications and communications > 4.2. Other texts and discussions on the project's themes > 4.2.2. Virtual Museums and Research Society > **4.2.2.3. Culture, games and metaverses**

D. Site's Social semantic Index

1. Introduction to project Public Communication of Art
2. Objectives
3. Activities
4. Publications and communications
 - 4.1. Project's Main Book
 - 4.2. Other texts and discussions on the project's themes
 - 4.2.1. Sociology, Museum Studies, Public Art and Cultural Heritage
 - 4.2.1.1. Public Communication of Art and Museology
 - 4.2.1.1.2. Artists and gatekeepers in the art world
 - 4.2.1.1.3. Public art, city, itineraries, cultural heritage
 - 4.2.2. Virtual Museums and Research Society
 - 4.2.2.1. Theories of Digital Cultures
 - 4.2.2.2. Digital social networks and Web 2.0 / Web 3.0
 - 4.2.2.3. Culture, games and metaverses
 - 4.2.2.4. Digital literacy and arts

- 5. Institutions financing the project

DIGITAL GAMES constitute powerful tools for understanding public communication of art.

In Web 3.0, **ONTOLOGIES OF METAVERSES** (virtual worlds in 3-D) provide novel ways for the hermeneutics of our social, cultural and everyday life.

Besides this, the so-called **SERIOUS GAMES** may establish one of the necessary bridges between entertainment and education, or edutainment.

Finally, **SOCIAL RHETORICS**, in particular the argumentative modes triggered by the digital playful world, are the other face of **SOCIAL HERMENEUTICS**, for example in the case of the interpretation of communication games.

The authors here convoked exchange ideas on these questioning of society conveyed by culture, arts and the knowledge subject to leisure.

(This video shows how **METAVERSES** may be employed to confront the museum visitor with social issues, thus blending three modes of knowledge: **SCIENCE** (social sciences), **NEW MEDIA** (art))

Exhibition at a metaverse

Virtual Museum of Art

1. PettyLuis_OntologiaMetaversos.pdf (88)	Pedro Andrade, 22 Oct 2011, 15:20	v.2	↕	✕
2. BuenosAquesChabertGhittaine_SeriousGaming.PDF (84)	Pedro Andrade, 22 Oct 2011, 15:20	v.2	↕	✕
3. ZagaloNelson_PensuasãoJogosSociais.pdf (86)	Pedro Andrade, 22 Oct 2011, 15:21	v.2	↕	✕

D. Adicionar ficheiros

Comentários

Pedro Andrade
Adicione um comentário

Figura 11: Áreas de diálogo: Cultura, jogos e metaversos

Public Communication of Art

Welcome to a project on museums for cultural citizens

0. Site's Social semantic Index

1. Introduction to project Public Communication of Art

2. Objectives

3. Activities

4. Publications and communications

4.1. Project's Main Books

4.2. Other texts and discussions on the project's themes

4.2.1. Sociology, Museum Studies, Public Art and Cultural Heritage

4.2.2. Virtual Museums and Research Society

4.2.2.1. Theories of Digital Cultures

4.2.2.2. Digital social networks and Web 2.0 / Web 3.0

4.2.2.3. Culture, games and metaverses

4.2.2.4. Digital literacy and arts

5. Institutions financing the project

Sitemap

4. Publications and communications > 4.2. Other texts and discussions on the project's themes > 4.2.2. Virtual Museums and Research Society > 4.2.2.4. Digital literacy and arts

We said this before, **LITERACIES** are modes of writing and reading specific to each **REGIME OF KNOWLEDGE**. Thus, there are as many literacies as ways of knowing.

Literacies are also processes that allow informal ways of teaching and learning, **FORMAL EDUCATION** at school and Universities must learn how to teach and (re)research within informal scopes like leisure and digital spaces (museums, Web 2.0 and Web 3.0, etc).

In particular, **ART EDUCATION** must learn how to teach using both **INFORMAL** and **DIGITAL METHODS**, for instance testing stories or approaching artistic experience to everyday common knowledge.

On this issue, please see the **Book 2** produced by this project, that discusses the **SEMANTIC-LOGICAL LITERACY** at a science museum at Lisbon.

The following authors provide a discussion draft, necessary and pressing on these subjects, revealing prismatic ideas and opinions about some literacies still little discussed, such as **SMART LITERACY**, **DIGITAL** and **HYBRID LITERACIES**, among others.

(The video on the right suggests some strategies for a more pleasant **LEARNING** and **RESEARCH** at the **MUSEUM**.)

Common and multiple areas literacies at the museum
For Educators: Using the Museum in Yo...

1. McLeod, Scott/WorldUniversitySchool, Wiki.pdf (316k)	Pedro Andrade, 18 Oct 2011, 15:54	v.2	↕	✕
2. Babo/Magueta_ArqueologiaCiberliteratura.pdf (69k)	Pedro Andrade, 18 Oct 2011, 15:54	v.2	↕	✕
3. Campos/Ricardo_EtnografiaDigitalMonografiaDigital.pdf (779k)	Pedro Andrade, 18 Oct 2011, 15:54	v.2	↕	✕
4. Bonacho/Fernanda_ExigenteLiteraciaDigital.pdf (118k)	Pedro Andrade, 18 Oct 2011, 15:54	v.2	↕	✕
5. Almeida/Lusoblo_FlanerUciberfaneur.pdf (64k)	Pedro Andrade, 18 Oct 2011, 15:54	v.2	↕	✕

Figura 12: Áreas de cooperação pedagógica: literacias e artes digitais

0. Site's Social semantic Index

Social semantic sites: what to visit?

How to use it

1. Introduction to project Public Communication of Art

2. Objectives

3. Activities

3.1. Description of activities

3.2. Art Exhibition 'Without Web', by artist Joana Vasconcelos

3.3. Conferences 'Public Communication of Art and Museums'

4. Publications and communications

4.1. Project's Main Books

4.2. Other texts and discussions on the project's themes

5. Institutions financing the project

Sitemap

WELCOME TO A PROJECT ON CULTURAL CITIZENSHIP

Open_research Virtual_museum_visit Art_exhibition Virtual_museum_visit Public_communication_of_art Art_exhibition Museum_sociohistorical Museum_sociohistorical Informal_research Interactive_multitouch_table Interactive_multitouch_questionnaire Trichotomies_game Epistemological_languages Theoretical/empirical_inquiry/ethnology/ethnology_Multimedia Cultural_institutions Research's_public

BOOKMUSEUMS AND PUBLICS

Museology Production / Mediation / Reception_of_science Museum_public Scientific_Technological_Literacy Scientific_culture Interdimensional_Reticular_Sociology_Semiology_of_the_museum Museum_socio-historical_networks Public_communication_of_science Public_understanding_of_science Formal / Informal_education Virtual_museums Diologic_cultural_citizenship

BOOK GENEALOGIC NOVEL

GeoNeoLogic_novel Space(Geo) Innovative_Time(Neo) Subspace's_spaces Seminal_author Reader_co-author Social_actor Transmediality_Literature Author's_death HybridCharacter Interface Portuguese Photography Map Geotagging Novel's_index Book_novel e-book novel Movie_novel 3D_novel Software_novel Mobile_novel Web3_novel

PROJECT'S ACTIVITIES

Research_steps Digital_social_networks Open_research Publications Books Magazines Congresses Reports Seminars Advanced_Training Critical_events Internet_sites Hypertexts / Hybrimedia Interactive_multitouch_questionnaire Trichotomies_game Research_global_networks Books_Hypertexts_Semiotics Publica_studies Interactive_multitouch_table Art_collections_consultation Project's_conferences Conferences_Images

BOOK PUBLIC ART

Public_art Urban_public_space Cultural_heritage Creative_city Social_aesthetics Urbanscape Urban_policies Tourism Critical_citizenship

BOOK SEMANTIC-LOGICAL SOCIOLOGY

Semantic4_digital_sociology Web2.0 Web3.0 Research_society Social_networks Digital_social_networks Semantic-Logical_social_networks Cyberlime Sociology_of_web2.0 Sociolgy_of_web3.0 Blogosphere Software_Digital_3.0 DocumentalResearch_MapsHybridologic_ontology Social_hybridology Experimental_book Conceptual_abstract

TEXTS ON PROJECT AREAS

Open_research Sociology Museology Public_art Cultural_heritage Public_communication_of_art Museology Hybrimedia Artists Art_gatekeepers Semiotics Public_art Semi-public_space City Literacies Cultural_heritage Virtual_museums Research_society Digital_cultures Cyberlime Epistemologic_terminology Virtual_espace Digital_social_networks Web2.0 Web3.0 Semantics_sites Digital_games Ontologies Metaverses Serious_games Social_rhetorics Social_hermeneutics Scientific_literacy Digital_literacy Semey_literacy

PROJECT'S PUBLICATIONS

Publications Books Reviews_articles Papers Project's_books

BOOK PUBLIC COMMUNICATION OF ART

Public_communication_of_art Public_understanding_of_science Research_of_science Museum_sociohistorical publications Urban_space Plans_of_Global_crisis Cultural_activity Ludism_of_Web2.0 New_media Digital_social_networks Virtual_museums Digital_cultures Digital_games Metaverses Museum_publics Artists_art_gatekeepers Museology Sociolgy_of_the_museum Digital_interactivity Cultural_heritage Digital_technologies

BOOK AUTHORSHIP / READERSHIP/ ACTORSHIP

Author / authorship Reader_readership Activ_readership Hybridation_of_heritics Present_book Social_capabilities Surveillance / panopticism Writing/reading Archology_of_cultural_path Writer_Benjamin Authorial_intention Cyberlime Research_society Digital_literacy Community_collaborative_literacy Folksonomies Transcomomies GeoNeoLogic_society/culture GeoNeoLogic_methods

Figura 13: Índice Sócio-Semântico

Quanto ao *modus operandi* do Índice Sócio-Semântico, na sua página, para aceder à página correspondente a um dado termo, clicar nessa palavra. Por exemplo, se clicar no conceito *Investigação_aberta*, o utilizador navega até à *home page* deste *site*, onde essa ideia é explicada. Em cada página, os termos pesquisados encontram-se assinalados na cor da sua dimensão semântica, e em maiúsculas, para mais fácil localização no texto da página.

FONTES DE CONHECIMENTO COMPLEMENTARES

Para além disso, outros recursos sobre o projeto apresentado neste *site*, podem ser acedidas através de vários *links*. Estas ligações sugerem ao visitante deste *site*, alguns endereços da internet que facultam informação social, cultural e semântica, ou onde ocorrem discussões sobre a problemática da arte e a cidadania cultural, por exemplo sítios sobre museus, enciclopédias digitais, redes sociais digitais, *sites* de *news* sobre arte, etc.

ÁGORA VIRTUAL SÓCIO-SEMÂNTICO

Os dispositivos precedentes desconstroem e reconstroem a informação e o conhecimento, tanto em termos dos conteúdos quanto dos procedimentos metodológicos necessários para ativar esses conteúdos. Assim sendo, tais instrumentos de conhecimento social constituem um pretexto para um espaço de exercício de cidadania política e de *cidadania transcultural*. Com efeito, nestes locais virtuais no ciberespaço e no *cibertempo*, acontecem debates acerca de vários assuntos atuais e urgentes, bem como são sugeridas explicações sociais e semânticas de utilidade social sobre os pontos discutidos.

OUTRAS ÁREAS DO CONHECIMENTO MOBILIZADAS PELOS SITES SOCIAL-SEMÂNTICOS

Recentes transformações notáveis estendem-se a múltiplas áreas do conhecimento e das discursividades contemporâneas, como a literatura. Um estudo interessante a este nível (Klooss, 1998) versa sobre a comunicação transcultural e a intertextualidade nas literaturas em Inglês. Numa tal perspetiva e ambiente de inovação, por forma a explorar outros exemplos dos recentes *sites sócio-semânticos* que proliferam hoje na internet, e para colaborar globalmente na construção não apenas da *web 2.0* ou *web Social* mas também da *web 3.0* ou *web Social-Semântica*, outras publicações digitais produzidas por este projeto, e consultáveis na parte final da Bibliografia, são as seguintes:

Web 3 novel

1. What web 3.0 novel is

2. Social semantic Index

2.1. How to use it

3. Meta-semantic Index

author
book
knowledge
literature
logic
meaning
message
novel
reader
relationship
scene
semantics
site
social
text
web
writing

4. Social ontology of a novel

Social semantic sites: what is this?

2. Web 3.0 novel components and feelings

1. GeoNeologic Novel n°1

2. What is a social semantic site?

3. Web 3.0 novel

4. Interface

5. Plot

6. Authors and actors' heteronomy

7. Hybrid Characters

8. GeoNeologism

3. Modes of Reading

1. Fictional reading and meta-information

2. Interactive Reading

3. Social and

© Site planned and made by Pedro Andrade since 2011
CLICK HERE TO GO TO THE PORTUGUESE VERSION
(To see other experimental projects, go to site [Experimental Books](#)
In this site, click small images to see their details)

ABSTRACT

WHAT WEB 3.0 NOVEL IS

This page introduces **SEMANTIC ORIGINAL NOVEL N°1**, in its Web 3.0 novel mode.

B. Definition of the main FEATURES of Web 3.0 novel.

Literary theorist and critic Gerard Genette names **PARATEXTS** those texts that, somehow, introduce, prepare or complement the reading of the main text of a work. Literary

(The **WORD CLOUD** above presents, in alphabetical order, some of the main **SIMPLE CONCEPTS** - concepts including a single word - their site corresponding to their frequencies. To this tag cloud terms was applied a **COLOR CODING** whose rules can be found in Social semantic Index help page .

Figura 14: Home page do site da web 3 novel

- Na área de debates sobre cidadania global, o *site* sócio-semântico Guerras para a paz.
- Na área do hibrimédia, o site sócio-semântico Livros Experimentais. A propósito, recorde-se que hibrimédia significa a fusão de vários média de natureza diferente, num novo *medium* de comunicação, cuja natureza é distinta dos média que o constituem.
- Na área da literatura experimental, o site sócio-semântico *web 3 novel* (ver também as Figuras 14, 15 e 16).

Não é possível descrever aqui estes *sites* em pormenor. No entanto, precisamente porque se trata de *sites* social-semânticos, o utilizador encontra aí diversas explicações sobre os próprios conteúdos, objetivos e métodos empregues na construção desses *sites*. O visitante é convidado a participar através de interpretações genuínas, em vista a uma co-reflexividade entre vários co-autores e co-leitores, relativamente à informação, ao conhecimento e às metodologias dos saberes sociais.

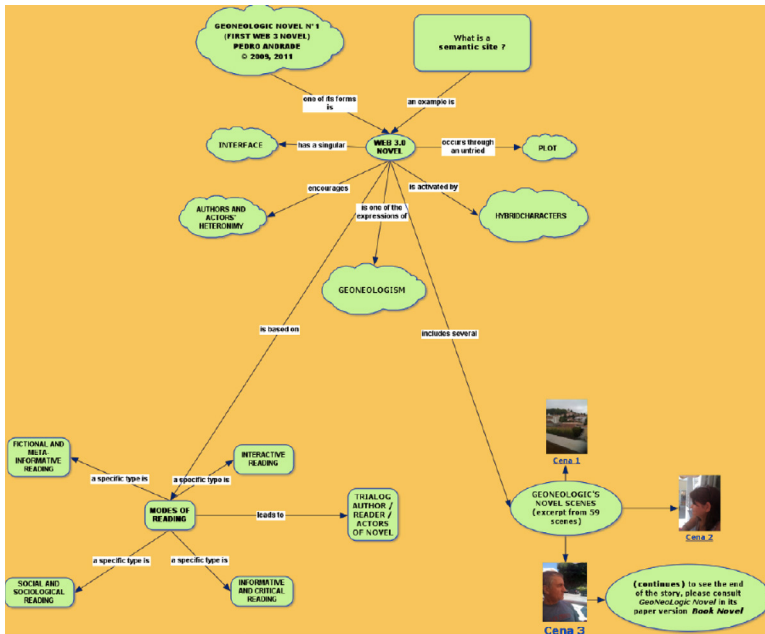


Figura 15: Esquema da web 3 novel

Figura 16: Análise social-semântica da home page da web 3 novel

CONCLUSÃO

Em suma, é possível debater as redes transnacionais através da problemática do seu processo de transformação recente, em particular no seio da *web* Social e da *web* Social-Semântica. Apresentámos sucintamente alguns *sites* social-semânticos que ilustram esta tendência irreversível.

Creemos que uma tal dialética que ocorre no ciberespaço e no cibertempo se articula com as metamorfoses que perpassam no campo da comunicação, confrontando as figuras da comunicação multicultural, intercultural e transcultural.

Urge agora desenvolver este e outros projetos de redes de informação e de conhecimento, numa federação de redes que testemunhe a diversidade das economias, políticas e culturas globais e locais, numa fusão útil que possa contribuir para a cooperação e debate entre os povos, igualmente no agora digital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, P. (Ed.) (2010a). *Museus, Públicos e Literacia Científico-Tecnológica: redes de Comunicação de Significados no Espaço Interdimensional do Museu*. Lisboa: Colibri.
- Andrade, P. (2010b). Museu. In Fernando Cascais et al (Eds.), *Dicionário Crítico da Arte, Imagem, Linguagem e Cultura*. Lisboa: CECL, IGESPAR. Retirado de <http://www.arte-coa.pt/index.php?Language=pt&Page=Saberes&SubPage=ComunicacaoELinguagemCultura&Filtro=79&Slide=150>]
- Andrade, P. (2011). *Sociologia Semântico-Lógica da Web 2.0/3.0 na Sociedade da Investigação: Significados e Discursos Quotidianos em Blogues, Wikis, Mundos/ Museus Virtuais e Redes Sociais Semântico-Lógicas*. Lisboa: Caleidoscópico.
- Andrade, P. (2013). Open Research for diffusion of Open Digital Memories at Web 2.0/3.0. In *8th Global Conference on Cybercultures*. Prague, 15-17/5/2013. Retirado de [www.inter-disciplinary.net/critical-issues/wp-contentU.../Andrade2](http://www.inter-disciplinary.net/critical-issues/wp-content/uploads/2013/05/Andrade2)
- Andrade, P. (Ed.) (2016). *A comunicação Pública da Arte: o caso dos museus de arte locais e globais*. Lisboa: Caleidoscópico.
- Bautista, S. (2014). *Museums in the digital age: changing meanings of place, community, and culture*. Lanham: Altamira Press.
- Budapest Open Access Initiative. Retirado de www.budapestopenaccessinitiative.org

- Chittenden, D. (2015). *Creating Connections: Museums and the Public Understanding of Current Research*. Lanham: Altamira Press.
- Drotner, K. (2013). *Museum communication and social media: the connected museum*. Museums-Public relations. Londres: Routledge.
- François, E. J. (2012). *Transcultural Blended Learning and Teaching in Postsecondary Education*. Hershey: IGI Global.
- Graham, B. (2010). *Rethinking curating: art after new media*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Hébert, Y. M. (2006). *Negotiating transcultural lives: belongings and social capital among youth in comparative perspective*. Toronto: University of Toronto Press.
- Huntington, S. (1996). *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Nova Iorque: Simon & Schuster.
- Kim, H. (1999). *Transcultural customization of international training programs*. Nova Iorque: Garland Pub.
- Klooss, W. (1998). *Across the Lines: Intertextuality and Transcultural Communication in the New Literatures in English*. Amsterdão: Rodopi.
- Martins, M. (Ed.) (2015). *Lusofonia e Interculturalidade: promessa e travessia*. V. N. de Famalicão: Húmus.
- McIntyre, J. (2013). *Global Citizenship and Social Movements: Creating Transcultural Webs of Meaning for the New Millennium*. Amsterdão: Harwood Academic Publishers.
- Robering, K. (2008). *Information Technology for the Virtual Museum: Museology and the Semantic Web*. Berlim: LIT Verlag.
- Simmel, G. (1964). *Conflict / the Web of Group Affiliation*. Nova Iorque: Free Press.
- Stephenson, B. (2015). *Digital Media and Technology in Afterschool Programs, Libraries, and Museums*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Taylor, C. (1994). *Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition*. Princeton: Princeton University Press.
- Wallerstein, I. (1984). *The Politics of the World-Economy: The States, the Movements and the Civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press.

SITES SEMÂNTICO-LÓGICOS

A. Sociologia / Artes Visuais:

Comunicação Pública da Arte <https://sites.google.com/site/compubarte/>

Public Communication of Art <https://sites.google.com/site/compubartenglish/>

Guerras para a Paz <https://sites.google.com/site/peaceswars/>

Wars for Peace <https://sites.google.com/site/peacewarsenglish/>

B. Híbrimédia / Literatura:

Livros Experimentais: <https://sites.google.com/site/livrosexperimentais/>

Experimental Books: <https://sites.google.com/site/livrosexperimentaisenglish/>

Novela Rede 3: <https://sites.google.com/site/web3novel/>

Web 3 Novel: <https://sites.google.com/site/web3novelenglish/>

Citação:

Andrade, P. (2017). Redes lusófonas de conhecimento: multiculturais, interculturais ou transculturais? In M. Gama & H. Sousa (Eds.), *Contributos do Congresso Internacional "Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona"* (pp. 141-171). Braga: CECS.

JOSÉ GABRIEL ANDRADE

jgandrade@ucp.pt

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, PORTUGAL

LÍNGUA PORTUGUESA GLOBAL: UM ESTUDO DE CASO LUSO-BRASILEIRO

RESUMO

O presente trabalho propõe uma teorização sobre o espaço global que a língua portuguesa ocupa no contexto da sociedade da informação. Adotando uma abordagem interpretativista procurámos analisar o espaço luso-brasileiro no contexto da rede das redes, a internet. A investigação também analisa a importância dos diferentes meios de comunicação social, a mobilidade proporcionada pelos média digitais e a movimentação das pessoas no espaço luso-brasileiro. O espaço da lusofonia é considerado no quadro luso-brasileiro e no quadro das relações que prevalecem na sociedade contemporânea globalizada.

Neste enquadramento partimos do posicionamento da tradição sociocultural em Ciências da Comunicação, com contribuições de outras tradições e de estudos de outras áreas científicas, explorando a comunicação e o uso de novas tecnologias de informação como contexto para uma 'língua portuguesa global'. Temos em consideração diversas investigações sobre esta temática, procurando mostrar, sugerir e apontar a relevância das novas tecnologias, o seu uso e do ambiente por elas criado, para a comunicação na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE

Língua portuguesa; Brasil; Portugal; TICs; internet; mobilidade

“DA MINHA LÍNGUA VÊ-SE O MAR”: UMA LÍNGUA GLOBAL

Os países que têm a língua portuguesa como língua oficial apresentam uma realidade cultural constituída pelo conjunto de populações e respetivos territórios unidos por laços históricos e por canais de identidade centrados sobretudo na língua falada – o Português – sendo, do ponto de vista geográfico, um núcleo espacial e territorial (Fernandes, 2008)

atribuído ao conjunto dos oito países de língua oficial portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Podemos incluir ainda aqui Macau (território português até dezembro de 1999 e agora pertencente de novo à China), bem como Goa, Damão, Diu, Dadra e Nagar-Haveli (territórios da antiga Índia Portuguesa), onde o Português é uma língua de uso (Galito, 2006).

Mais do que uma comunidade linguística, os Países de Língua Portuguesa criam uma articulação convergente de espaços e povos, cuja relevância estratégica resulta de dois mecanismos básicos, nos quais “cada um dos tempos históricos revela modos distintos de utilizar o poder da língua para configurar sucessivos campos de possibilidade” (Lopes, 2011):

1. A visão do passado e do conhecimento mútuo através de uma vivência comum assente no facto histórico primordial da expansão portuguesa;
2. a realidade do presente e a perspetiva do futuro, assente na criação de uma matriz linguístico-cultural de dimensão multi-oceânica, multi-continental, multicultural e multirracial com vista à configuração de uma plataforma comum que estabelece, no espaço e na cultura, um potencial de cooperação que amplifica o campo de ação de cada parte, sem condicionar ou subordinar qualquer delas.

A língua portuguesa, que já foi língua franca, é hoje uma língua culta de dimensão internacional e intercontinental, falada nos cinco continentes e – como havia predestinado Fernando Pessoa – é uma das poucas línguas potencialmente universais do século XXI.

Nas comemorações do Centenário de Camões, em 1880, Joaquim Nabuco pronunciou que:

nesta festa uns são Brasileiros, outros Portuguezes, outros estrangeiros; temos todos porem o direito de abrigar-nos sob o manto do Poeta. A pátria é um sentimento enérgico, desinteressado, benéfico, mesmo quando é um fanatismo. Este fanatismo admite muitas intolerâncias, menos uma que o tornaria contradictorio comsigo mesmo: a de recusarmos o concurso expontaneo das sympathias estrangeiras nas grandes expansões da nossa Pátria. (Nabuco, 1880, p. 9)

É provavelmente nas relações entre política, língua e literatura que a perspetiva de se compreender a identidade a partir da comunicação se torna mais visível. A definição de uma língua como instrumento de comunicação

está vinculada à formação da identidade do agrupamento humano (Martino, 2010).

É nesse espaço – falado em Português – que estamos inseridos na atual cultura eletrônica da televisão por assinatura, do vídeo, dos videogames, dos DVDs, da internet, dos iPod, do leitor de MP3, dos telemóveis, dos circuitos de câmara, “cultura que está a alterar a forma como trabalhamos, como nos relacionamos uns com os outros, como desfrutamos dos momentos de lazer, como entendemos o que nos rodeia” (Ilharco, 2009, p. 148).

O processo de globalização, nas suas múltiplas vertentes – a primeira, proporcionada por Portugal através das Descobertas e a atual protagonizada pelas tecnologias de informação e comunicação, como forças motrizes de desenvolvimento – apresenta uma realidade plural/heterogénea e ela própria em mutação, com os fluxos migratórios que lhe estão associados, alterando sociedades, quebrando fronteiras e mudando comportamentos, e culturas em transformação intensa e constante.

A globalização da economia refere-se às reduções tarifárias a nível global, com o incremento substancial das trocas comerciais, da internacionalização da produção, para além do aumento exponencial dos fluxos financeiros, todos eles impulsionados também pelos avanços tecnológicos nos transportes e nas comunicações (Santos, 2001). A “globalização cultural” corresponde também, muito sinteticamente, à penetração de elementos culturais exógenos nas mais recônditas nações (Santos, 2001).

A língua portuguesa, espalhada pelos cinco continentes, integra países que constituem objetos passíveis de tratamento e de incorporação de valor acrescentado, determinando, por exemplo, tráfegos físicos e virtuais, como o turismo (de lazer ou de negócio), a migração ou as redes sociais da internet.

No espaço dos Países de Língua Portuguesa encontramos a expressão Lusofonia. Presente nos significados possíveis de Lusofonia, assente na sua dimensão universalista no centro do “Espaço Lusófono”, considera-se que este conceito “assenta no significado dos dois elementos que formam a palavra que o exprime: Luso equivalente a lusitano ou Lusitânia, o mesmo é dizer Português, Portugal. Quanto a fonia, significa o mesmo que fala, língua” (Cristóvão, 2005, p. 652).

A ideia de Lusofonia, peso excessivo para poder ser pertença exclusiva de um Homem, remonta ao padre António Vieira e foi continuada por outros pensadores, uns mais visionários, outros mais pragmáticos: Agostinho da Silva, Adriano Moreira, entre outros (Pinto, 2005).

Também, tentando perceber o que se entende por Lusofonia, Isabel Ferin Cunha (2009) apresenta os fluxos que compõem o espaço da Lusofonia.

(Lusofonia) é uma construção diaspórica, feita de fluxos e refluxos de migrações, em espaços físicos dispersos pelos cinco continentes. Ela é, por excelência, um local simbólico de encontro de identidades espirituais e culturais que têm, em algum momento, uma herança ou aproximação à cultura portuguesa... É, também, uma questão de afirmação geoestratégica que tem, tal como no passado, o centro no oceano Atlântico. (Cunha, 2009)

Logo, a Lusofonia é uma “construção extraordinariamente difícil” sendo um campo que integra instituições com objetivos muitas vezes conflituosos, difusos e contraditórios (Martins, Sousa & Cabecinhas, 2006). No que toca à Lusofonia “há quem considere que Portugal, perdido o Império, inventou a Lusofonia para tentar recuperar uma parte desse espaço” (Pinto, 2005, p. 291). A “nostalgia imperial” (Lourenço, 1999; Martins et al., 2006; Almeida, 2004) é denunciada por diversos autores, gerando intensos desentendimentos, tanto em assuntos internacionais como nas relações interpessoais (Cabecinhas & Nhaga, 2008). Para Alfredo Margarido (2000) o rompimento de Portugal com o Atlântico só ocorreu a partir de 1960, momento marcado pelas guerras coloniais, imigração e pelo nacionalismo racista. A Lusofonia apareceria, segundo este autor, como ferramenta ideológica para recuperar esse espaço atlântico, apagando a história colonial e as relações polémicas com os povos de língua portuguesa, mediante a tentativa de controlo da língua “mãe”. A importância da língua aumenta quando desaparece o controlo direto das populações e, após 1974, quando se lhe confere o papel que foi dos territórios colonizados: o de recuperar a grandeza portuguesa.

Em certos aspetos a Lusofonia é entendida apenas na dimensão linguística enquanto noutros a análise é sobretudo cultural ou histórica. Segundo Rosa Cabecinhas (2011), para muitos autores falar de Lusofonia é colocar Portugal no centro, numa perspetiva que não questiona as categorias e lógicas de pensamento herdadas do período colonial e, para outros, o objetivo central é a discussão dos significados da Lusofonia, salientando que esses significados não podem ser estudados sem ter em conta a grande heterogeneidade do chamado “espaço lusófono”, as assimetrias nos países onde se fala Português (assimetrias entre os países e também dentro deles) e o momento histórico em que esses significados são produzidos

(Cabecinhas, 2011). Na opinião da autora “não há uma história comum, mas sim versões da história que correspondem sempre a reconstruções do passado, em permanente reconfiguração, em função do momento presente” (Cabecinhas, 2006).

Para colmatar, Lusofonia é um “conceito que exprime a delimitação geográfica e numérica do uso da Língua Portuguesa” (Graça, 1992, p. 218), sendo lugar-comum ouvir-se a afirmação de que existem cerca de 300 milhões de falantes de Português, o que produz, desde logo, uma imagem de unidade linguística dos países de língua portuguesa e da sua projeção internacional, mas, na realidade, a situação não é assim tão linear, pois da matriz do Português derivou o “Português do Brasil” e nos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), para além da existência dos crioulos (sobretudo na Guiné-Bissau, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe), verifica-se uma tendência que vai no sentido de a Língua Portuguesa adquirir cada vez mais características próprias provenientes de várias influências etnolingüísticas locais. Nas organizações internacionais e regionais, nomeadamente no sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), o Português não detém a relevância e as condições de divulgação que possuem o Inglês, o Francês, o espanhol e atualmente o Russo, o Árabe e o Chinês. Já o conceito de “Comunidade Lusófona” pode designar-se como uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira (Graça, 1992) em que a palavra “Comunidade” significa, desde logo, o estado do que é comum, identidade, coesão e, nesse sentido, a sua utilização projeta uma imagem de certa integração cultural. Essa definição ultrapassa “o domínio puramente linguístico, sem contudo definir uma situação dinâmica e consciente de integração da Africanidade, da Brasilidade e da Lusitanidade” (Graça, 1992, p. 219).

A “Comunidade Lusófona”, ao albergar realidades completamente distintas umas das outras, leva-nos a pensar num “Espaço Lusófono” que se manifesta como universo de desigualdades sociais, económicas, culturais e demográficas. O seu mérito reside na coragem em desvelar a complexidade da vivência e partilha duma mesma língua em diferentes países nos tempos atuais (Martins et al., 2006). Torna-se necessário o reconhecimento da existência de realidades radicalmente distintas umas das outras neste espaço e reconhecer também que se trata de uma comunidade pouco coesa e muito desigual, afetada por desequilíbrios demográficos, culturais e económicos flagrantes, mas onde existem igualmente potencialidades a explorar (Martins, 2004).

Porém, a ideia de Lusofonia não é uma nem coesa nos países de expressão oficial portuguesa, causando mesmo, por vezes, um certo

desconforto na medida em que remete para uma centralidade da matriz portuguesa (Martins et al., 2006).

Para Enilde Faulstich (2001), Lusofonia é uma abstração cujo conceito se espalha pelo universo diversificado dos países que falam a língua portuguesa. “Por ser uma abstração requer que estabeleçamos parâmetros de incidência linguística para que compreendamos até onde, no plano concreto, falar português identifica pertencer a uma comunidade lusófona” (Faulstich, 2001, p. 118). De maneira geral a autora identifica alguns critérios que constroem o conceito de Lusofonia (Faulstich, 2001, p. 118):

- País que adota a língua portuguesa como língua de comunicação ou como língua franca: país lusófono;
- Comunidade que reúne todos os povos que falam o Português, além dos sete, mais Timor, Goa, Macau: comunidade lusófona;
- País que tem o Português escrito e que expande essa modalidade por todo o seu território: Lusofonia crescente;
- Conjunto de países que tem o Português como língua oficial, materna ou adotada: comunidade dos países de língua portuguesa (critério linguístico) e não comunidade lusófona (critério filológico).

Daí que a autora afirme que a “expressão Lusofonia é débil quando, relacionada ao critério filológico – pretendendo denominar o conjunto de povos que falam o português, nos diversos continentes – ‘mundo da lusofonia’” (Faulstich, 2001, p. 119). Faulstich recorre ao período colonial português para defender que as atitudes daquela natureza arrefeceram o sentimento e sombrearam a concepção de identidade lusófona na América, na África e na Ásia. Ainda assim a autora não deixa de admitir que a Língua Portuguesa recortou, no mundo, um espaço lusófono, delimitado na geografia que reúne os Estados nacionais que têm o Português como língua oficial.

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2005) afirma também que espaço lusófono é “uma designação ingrata que não dá conta das polifonias que circulam no interior dela e lhe dão vida e à qual, por isso, prefiro espaço dos países de língua oficial portuguesa” (Santos, 2005).

A investigadora Inocência Mata diz que Lusofonia é “um termo muito idealizado”, ressaltando que “a lusofonia devia ser uma noção cheia de pulsão contra a hegemonia da língua inglesa, mas está muito voltada para dentro” (Mata, 2010).

Já o antropólogo Miguel Vale de Almeida, em entrevista, vê o conceito de Lusofonia como um “constructo político ou cultural, coisas que ganham uma certa materialidade. No caso da Lusofonia, expressão muito promovida pelo Estado, a mesma é muito representada pelos *mass media* e chega depois ao comum da população como uma grande representação”. E complementa que “a expressão Lusofonia se transformou numa “coisa”, coisa que está cheia de sentidos e de significados mais ou menos ocultos, emocionais, identitários, sendo isso que, no fundo, as pessoas andam a tentar perceber e desconstruir” (Almeida, 2013).

Sempre presentes estão as posições de poder que correspondem, na maior parte das vezes, a movimentos de mobilidade não totalmente controlados, espelhados em movimentos migratórios que vão caracterizando e influenciando sociedades de ambos os lados. Manifesta-se assim a interdependência cultural lusófona, redes estabelecem-se e emergem as malhas dos elos, permitindo compreender o alcance das redes e relações associadas à Lusofonia, para além da fraternidade, expressa na importância da língua comum, criadora de uma particular expressão de “Culturas Cruzadas em Português” (Sarmento, 2010).

Eduardo Lourenço refere-se a esta interdependência cultural: “o sonho de uma Comunidade de Povos de Língua Portuguesa, bem ou mal sonhado”. Diz Eduardo Lourenço que isto é “por natureza um sonho de raiz, de estrutura, de intenção e de amplitude lusíada” (Lourenço, 1999, pp. 162-163). Assim, a Lusofonia torna-se um espaço da pluralidade e da diferença (Lourenço, 1999, p. 112). Para dar sentido à “galáxia lusófona”, (Martins, 2004) não podemos deixar de a viver como inextricavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, guineense, cabo-verdiana, são-tomense ou timorense (Lourenço, 1999, p. 112). Ou seja, o espaço cultural da Lusofonia é um espaço necessariamente fragmentado (Martins, 2004).

E a comunidade e a confraternidade de sentido e de partilha comuns só podem realizar-se pela assunção dessa pluralidade e dessa diferença e pelo conhecimento aprofundado de uns e de outros, conhecimento esse que nos últimos 20 anos se tornou – e torna-se – mais acessível, seja pela sociedade da informação em rede, seja pela globalização.

O embaixador do Brasil em Portugal – à época – coordenador do projeto inicial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), José Aparecido de Oliveira (1993), afirmou que “os países se organizam em blocos por definição geográfica ou interesses económicos. Porque não criar um bloco por afinidade sociocultural” e continuou “a ideia é consolidar uma cooperação cultural e assegurar a presença política” (citado em Faulstich, 2001, pp. 117-118). Cabe aqui o desenvolvimento de políticas linguísticas

coletivas a fim de evitar distorções que dizem respeito ao relacionamento entre povos de língua portuguesa.

O ex-Secretário-Executivo da CPLP, de 27 de julho de 2004 a 25 de julho de 2008, o embaixador Luís Fonseca (2008), admite que “por parte de muitos intelectuais e dirigentes africanos há alguma reserva e um certo desconforto na utilização do termo Lusofonia. Contudo, defende que não se deve concluir que exista uma rejeição oficial”. E acrescenta ainda que “para que a Lusofonia seja o cimento da CPLP, terá que traduzir, para além da língua, interesses e valores comuns que possam traduzir-se em mais-valias para os cidadãos de todos os nossos países” (Fonseca, 2008).

INDÚSTRIA ECONÓMICA EM PORTUGUÊS

A língua é um ativo intangível que beneficia de economias de rede. Quanto maior o número de utilizadores, maior o benefício que cada um extrai da sua partilha. (Reto, 2012). O livro *Potencial Económico da Língua Portuguesa* do reitor do ISCTE-IUL, Luís Reto (2012), apresenta o valor económico do Português, o benefício para os utilizadores (capital humano) da diminuição dos custos de transações nas trocas comerciais e de organização nas empresas transnacionais e a oportunidade de desenvolvimento económico, social e cultural.

Para Reto (2012) apesar de Portugal ser considerado o país pioneiro da globalização, a influência da sua língua manteve-se latente longe dos demais idiomas de origem europeia, como o Inglês, o Espanhol, o Francês ou o Russo. “Foi necessário esperar pelo crescimento populacional e pela afirmação económica do Brasil e das ex-colónias africana para que o Português encontrasse o seu lugar entre as línguas mais influentes na esfera internacional, logo a seguir ao Inglês e ao Espanhol” (Reto, 2012, p. 41).

Uma cultura e língua comuns são facilitadores do comércio (Reto, 2012). Em novembro de 2010, o ex-Presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal – AICEP, Basílio Horta, declarou que “há na cultura e na língua portuguesas um grande valor económico”, existindo, todavia, “um caminho a percorrer” (Horta, 2010). No mesmo encontro, o ex-diretor-geral da Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Nuno Brito, disse que “a língua significa negócios, dinheiro e captação de investimentos”, sustentando que, num quadro mais amplo, a “cultura e língua são também elementos de política externa” (Brito, 2010).

Luís Reto (2012) demonstrou que a proximidade geográfica e a pertença a uma comunidade económica é decisiva para o comércio externo,

enquanto a proximidade linguística é um poderoso determinante do IDE (Investimento Direto Estrangeiro).

Nessa perspectiva a Galp Energia¹ desenvolveu uma estratégia de interesse para Portugal, ao apostar na “integração vertical” (Oliveira, 2013), na prospeção, pesquisa e exploração de petróleo bruto no espaço dos países de língua portuguesa. Está a explorar petróleo em Angola e no Brasil, sendo parceira da Petrobras², faz pesquisas em Timor e ganhou concessões de gás natural em Moçambique. Disse o Presidente da Galp Energia, Manuel Ferreira de Oliveira em conferência:

esse é o reposicionamento estratégico da lusofonia em virtude das descobertas de petróleo. Brasil, Angola e Moçambique representam 50% das novas descobertas de petróleo. O Brasil produz dois milhões de barris por dia e vai aumentar para cinco milhões (...) isto vai dar uma nova dimensão geopolítica à lusofonia. (Oliveira, 2013)

Outro exemplo que retrata esta posição prende-se com o que sucedeu em 2008, quando a Empresa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER³ decidiu fazer o seu primeiro investimento fora do Brasil. O país escolhido para este projeto de 300 milhões de euros foi Portugal, estando agora a gerar um núcleo de indústria aeronáutica no país. Uma forte diplomacia política e razões culturais estiveram na base de tal escolha. Também a Organização Odebrecht⁴, a maior empresa petroquímica e a maior empresa de engenharia da América Latina começou a sua internacionalização em 1987 com uma base em Portugal e hoje tem uma exportação de produtos petroquímicos para mais de 60 países (Odebrecht, 2008).

¹ Galp Energia – detentora da Petrogal e da Gás de Portugal, é hoje um grupo integrado de produtos petrolíferos e gás natural de Portugal, com atividades que se estendem desde a exploração e produção de petróleo e gás natural, à refinação e distribuição de produtos petrolíferos, à distribuição e venda de gás natural e à geração de energia elétrica. Atualmente está entre as maiores empresas de Portugal, controlando cerca de 50% do comércio de combustíveis neste país e a totalidade da capacidade refinadora de Portugal.

² Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras é uma empresa de capital aberto (sociedade anónima), cujo acionista maioritário é o Governo do Brasil, portanto, uma empresa estatal de economia mista. Instituída em 3 de outubro de 1953 e sediada no Rio de Janeiro, opera hoje em 28 países, no segmento de energia, prioritariamente nas áreas de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo e seus derivados.

³ Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. – Embraer é um conglomerado brasileiro fabricante de aviões comerciais, executivos, agrícolas e militares. Foi instituída em 19 de agosto de 1969 e tem sede em São José dos Campos – São Paulo.

⁴ Organização Odebrecht é um conglomerado brasileiro que atua em grande partes do mundo nas áreas de engenharia, construção, produtos petroquímicos e químicos. A empresa foi fundada pelo engenheiro pernambucano Norberto Odebrecht, no ano de 1944, em Salvador, no estado da Bahia, e atualmente está presente em todo o Continente Americano, na África, na Europa e no Oriente Médio.

As relações empresariais entre Brasil e Portugal e o arranque para os PALOP podem representar uma “lusofonia palpável” (Marques, 2012). O investigador do King’s Brazil Institute, Joseph Marque disse-nos: “as relações entre o *Diário Económico* e o *Económico TV* que estão no Brasil e tentam estar em África tem vantagens por ser a mesma língua”. Marques salienta também o caso da “EMBRAER que está no Alentejo. Qual a língua falada na EMBRAER? Ou nas relações entre a Galp e a Petrobrás? Ou entre o Banco Bradesco e o Banco Espírito Santo – que querem criar um novo banco em Angola... isso é lusofonia palpável” (Marques, 2012).

De acordo com a investigadora Maria Galito (2006) o “estatuto internacional” de uma língua pode ser impulsionado, “se o seu uso for estimulado em contexto profissional”. O Português é então uma língua de trabalho, uma vez que permite comunicar e negociar no seio de uma população de cerca de 300 milhões de pessoas, talvez acrescido em força e número pela diáspora lusófona, um pouco dispersa pelo mundo, e “pelos não lusófonos” que, entretanto, aprenderam a expressar-se em português (Galito, 2006).

E o Português afirma-se em ambiente de trabalho quando é empregue nas organizações internacionais, em transacções comerciais ordinárias, em reuniões internacionais bilaterais, em acordos de investimento directo estrangeiro, em contractos empresariais, no âmbito do turismo e do intercâmbio científico-tecnológico, nas relações inter-pessoais quotidianas. Não obstante, admite-se que as pressões da globalização económica e a convivência de culturas tão diversas num mundo altamente competitivo, estejam a alimentar rivalidades; a ajudar a dar emprego aos interessados em aprender várias línguas, mas também a ameaçar a sobrevivência de idiomas mais vulneráveis e minoritários. Aquiescendo perante uma tal hipótese, é fundamental que a Língua de Camões esteja no rol de idiomas vivos, dinâmicos e mais empregues em contexto internacional. (Galito, 2006, p. 65)

A presença da língua portuguesa na internet (número de *sites*, em qualidade e quantidade de informação transmitida, em número de navegantes que navegam em Português na rede) parece ser também um elemento indispensável no processo de difusão das empresas dos países de língua portuguesa. “As tecnologias da informação podem ajudar a estimular a interatividade e a gestão do conhecimento em língua portuguesa e, conseqüentemente, a disseminar a sua relevância estratégica no âmbito dos negócios” (Galito, 2006).

A comunicação electrónica digitalizada, isto é, em linguagem binária, deu origem a uma nova funcionalidade das línguas faladas que é a de serem “redes/clientes”. (...) É a revolução económica introduzida pelo comércio electrónico na Internet que está a dar esta grande oportunidade às línguas não anglo-saxónicas. Com efeito, o comércio electrónico exige uma relação directa comercial entre o serviço e o cliente (...) A importância de cada rede depende assim do número de falantes dessa língua, potencialmente captáveis para o contacto. (Neves, 2002)

Segundo o diretor da Faculdade de Ciências Empresarias e Económicas – FCEE da Universidade Católica Portuguesa, Francisco Veloso, o Brasil tem vindo a crescer bastante e tem conseguido uma sofisticação do seu sistema de ensino. “Ligações empresárias refletem o investimento de empresas portuguesas no Brasil e recentemente de empresas brasileiras em Portugal (Veloso, 2013). Entretanto, “a economia é acessória no fortalecimento da língua portuguesa”, na opinião do investigador Ricardo Reis (2013). Para ele, o espaço geográfico económico dos países que falam a língua portuguesa é muito maior e a internacionalização de empresas brasileiras não é feita com o objetivo cultural, pensando na língua portuguesa, pelo que o conceito de lusófono não existe da mesma forma como o vemos em Portugal (Reis, 2013). Reis volta a referir-se às organizações já citadas. Porém não acredita que a língua portuguesa tenha sido fator determinante para a escolha de Portugal. Para Reis “as empresas portuguesas, bem como os trabalhadores portugueses, escolhem o Brasil quase imediatamente”. Por outro lado, “a vinda de gestores brasileiros para Portugal, dadas as nossas relações culturais, pode ser mais simples do que em Angola” (Reis, 2013).

Sobre o valor da língua portuguesa na economia, Francisco Veloso (2013) acredita “que a língua portuguesa está a ganhar relevância e que o desenvolvimento económico de países como Angola, Brasil e, daqui a alguns anos, Moçambique, é óptimo para a visibilidade e o impacto do português”.

Francisco Veloso critica também o termo Lusofonia utilizado nos países de língua portuguesa. “Pelos indicações que tenho, Lusofonia é um termo que não devemos usar no Brasil”. Diz Veloso (2013): “lusofonia é claramente uma perspectiva centrada no território de Portugal, não na língua, daí que tenha abandonado a utilização do termo lusofonia. Falo do português, da língua portuguesa, da cultura portuguesa mas não da Lusofonia e é a mesma coisa em África” (Veloso, 2013).

A língua portuguesa utilizada no mercado empresarial – dentro dos países de língua portuguesa ou fora deles – é uma constante no atual

cenário mundial. A emigração para esses países em emergência é notável. A estratégia económica da língua portuguesa é vista pelas empresas e também pelos Estados, por meio dos seus corpos diplomáticos, tendo também alguma atenção com a expressão Lusofonia. Talvez o uso da língua portuguesa possa ser mais perceptível nas empresas de média, parte das Indústrias Culturais e Criativas que abordaremos a seguir.

INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS (ICC) EM LÍNGUA PORTUGUESA

A diversidade histórica, cultural, política e social da Lusofonia cria um espaço autónomo dentro da Globalização, participando dela. É na hibridação cultural, por meio da comunicação de massas (televisão, rádio, Internet), que hoje percebemos os fluxos, e refluxos, de informação no espaço lusófono com um mercado potencial de cerca de 300 milhões de consumidores/produtores lusófonos.

E, sendo a globalização inevitável, a aposta na difusão internacional da cultura lusófona, através da massificação da produção cultural, do ensino e da formação do Português, deve ser uma estratégia prioritária da Lusofonia (Martins et al., 2006). Como espaço de cultura, “a lusofonia não pode deixar de nos remeter para aquilo que podemos chamar o indicador fundamental da realidade antropológica, ou seja, para o indicador de humanização, que é o território imaginário de paisagens, tradições e língua” (Martins, 2006, p. 69).

No espaço dos países de língua portuguesa detetamos uma grande experiência cultural, a riqueza de uma mestiçagem que se espalha pelos cinco continentes. Um espaço espiritual e identitário que partilha saberes, experiências, história e conhecimento com grande parte dos povos e países do mundo. São exemplo disso também algumas experiências comuns que vão da CPLP ao Fórum Social Mundial, mas também os Rock in Rio e Rock in Rio Lisboa, as atividades conjuntas de músicos, autores, pesquisadores e cineastas (Cunha, 2009). No que toca às indústrias dos média, criativas e de conteúdos, temos os casos da produção conjunta de telenovelas, a presença de correspondentes internacionais e o apoio de canais televisivos internacionais dos diversos países que compõem a Lusofonia.

A produção cultural apresenta-se, assim, como uma dimensão essencial do desenvolvimento, chegando-se à conclusão de que a “cultura não é somente a atividade intelectual e artística, mas também o comportamento geral do Homem e a visão que este tem de si mesmo em relação ao seu modo de vida e de ser, aos seus sistemas de valores e crenças” (Graça, 1992, p. 203).

O conceito de indústrias culturais funda-se nos pressupostos teóricos de Adorno e Horkheimer (1985), membros da escola de Frankfurt. Inicialmente denominado cultura de massas, o conceito de indústrias culturais refere-se à crescente estandardização da produção de bens culturais para conduzir as massas à passividade. Recentemente, num contexto em que as fronteiras da cultura deixam entrever uma certa indefinição, tem-se assistido a uma mutação do conceito de indústrias culturais para o de indústrias criativas (Bendassolli & Wood citado em Reto, 2012). Uma miscelânea entre as artes, as novas tecnologias e as indústrias culturais.

O entendimento linguístico nos países de língua portuguesa pode ser uma mais-valia na oferta económica dos produtos gerados pelas Indústrias Culturais e Criativas (ICC) sobretudo nos meios de comunicação de massa como é o caso das telenovelas brasileiras.

Pode-se afirmar que as telenovelas produzidas no Brasil são um produto de alto nível artístico, que se foi aprimorando no decorrer das últimas décadas e que, embora moldado industrialmente pela Rede Globo⁵, passou a influenciar as produções de outras emissoras, tanto no Brasil, como no exterior (Mogadouro, 2007).

A fidelização do público passou a exigir cada vez maior criatividade dos produtores, dada a procura de uma constante renovação de roupagem para um produto que tanto sucesso comercial alavancava. Convencionou-se que cada novo programa deveria trazer maiores novidades, em termos de elenco, assuntos polémicos diferentes das novelas anteriores, além de provocar vendas de mais discos, roupas e outros produtos de consumo. É importante registar que as mudanças mais significativas e que são efetivamente incorporadas socialmente, se relacionam com temas como preconceito, igualdade da mulher em relação ao homem, entre outros (Ribeiro, 2005; Lopes, 2003).

No que toca à influência no exterior, podemos encontrar o caso da nova produção de telenovelas em Portugal. Antes das novas produções (no caso português, sobretudo por parte da estação TVI) as telenovelas brasileiras eram presença constante na televisão portuguesa.

O género telenovela está na base das maiores transformações do mercado televisivo português desde 1977 até hoje em todas as emissoras

⁵ Rede Globo é uma rede de televisão brasileira, fundada em 26 de abril de 1965, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), pelo jornalista Roberto Marinho. É assistida por 150 milhões de pessoas diariamente, sejam elas no Brasil ou no Exterior por meio da TV Globo Internacional. A emissora é desde 2012 a segunda maior rede de TV comercial do mundo, atrás da americana American Broadcasting Company (ABC) e um dos maiores produtores de telenovelas, sendo parte do grupo empresarial Organizações Globo. A emissora alcança 98,44% do território brasileiro, cobrindo 5.482 municípios e cerca de 99,50% da população total do Brasil.

(RTP, TVI e SIC). Em 1977, com a transmissão de *Gabriela, Cravo e Canela*, a estação RTP1 conseguiu que os portugueses alterassem os seus comportamentos e rotinas (Cunha, 1999); em 1994, mediante o acordo de exclusividade com a Rede Globo, a estação comercial SIC assumiu a liderança do *ranking*; em 2000/2001, a TVI, canal que na altura passava por grandes dificuldades, alcança o primeiro lugar, através da aposta maciça em telenovelas portuguesas (Burnay, 2005).

Os consumidores de telenovela veem telenovelas para obterem informações sobre locais que não conhecem, “portugueses e estrangeiros, ou sobre outras vidas similares à sua; por outro lado, gostam de ver telenovelas para se distraírem, a telenovela ajuda-os a apreender novas informações e a adoptarem uma forma de escapismo das situações do quotidiano” (Burnay, 2005). Segundo a investigadora em Ciências da Comunicação, Catarina Burnay (2006), a ficção portuguesa aparece como um novo produto a ser explorado, encontrando espaço no mercado. “Este facto poderá estar relacionado com a melhoria das técnicas existentes, com o aproveitamento de uma certa saturação das personagens e enredos apresentados pelas telenovelas brasileiras” (Burnay, 2006, p. 63).

E os imigrantes dos – e nos – países que falam a língua portuguesa, como caracterizar o seu consumo audiovisual? A produção do “local de passagem” ou a produção do local de origem? Nas palavras de Cláudia Mogadouro “agora são os brasileiros em outros países que querem ver a sua “nação” no quotidiano, presente na telenovela exportada do Brasil” (Mogadouro, 2007). Poderemos encontrar respostas na ideia de nação de Homi K. Bhabha em *Nation and narration* (1990). Para Homi Bhabha enquanto a historiografia tradicional identificava a ideia de nação como uma narrativa do “progresso nacional”, as grandes migrações contemporâneas puderam trazer uma reatualização desse conceito, a partir de recriações culturais e sentimentos de “nostalgias culturais”, novas “etnicidades”, novos movimentos sociais etc., facilmente confirmados pelo sentimento de pertença nos estrangeiros que se veem nas produções culturais ligadas à sua origem, nos outros países (Bhabha, 1990). A isto junta-se a ideia de Bhabha, as facilidades das novas tecnologias de informações e comunicação (como o satélite) que veremos nos próximos capítulos. Recentemente verificamos produções conjuntas entre Portugal e Brasil (SIC e Rede Globo) na produção e realização de telenovelas que já alcançaram a liderança do *ranking* e foram premiadas internacionalmente.

O género da telenovela é levantado como “pano de fundo” nas relações da comunicação de massa entre Portugal e Brasil e com os PALOP.

O Obitel (Observatório Ibero-Americano da Ficção Televisiva) no anuário de 2012 demonstra a tendência das parcerias e presença empresarial dos setores de média nos países de língua portuguesa. O relatório cita como “tendência” “a entrada em Portugal de empresas de capital angolano nos meios de comunicação portugueses, bem como a consolidação da presença da Rede Globo em Portugal” (Cunha, Burnay & Castilho, 2012).

No que toca às empresas angolanas, já em 2009 a Newshold, um grupo angolano com sede no Panamá, adquiria 96% do influente semanário “Sol”, e nos anos seguintes expandiria os seus interesses para a IMPRESA (da qual detém 2%) e para o grupo COFINA (do qual se tornou o maior accionista com 15%), proprietários dos jornais Correio da Manhã, Sábado, Jornal de Negócios e Record... A Rede Globo inaugurou em Outubro de 2011 a nova sede europeia da estação em Lisboa, traçando objectivos estratégicos: manter a sua actividade em Portugal, nomeadamente incentivando as co-produções com as estações televisivas portuguesas, entrar no mercado europeu e consolidar a sua presença em Angola. (Cunha, Burnay & Castilho, 2012, p. 449)

Como já referido, as telenovelas brasileiras são produtos de exportação para Portugal desde *Gabriela Cravo e Canela* em 1977 até os dias de hoje. As exportações não se ficam somente pelas telenovelas da Rede Globo como também da sua atual concorrente Rede Record⁶ de Televisão que apresenta as suas produções na RTP. A Rede Record de Televisão – propriedade da Igreja Universal do Reino de Deus – também tem escritórios em Lisboa e está presente nos PALOP. Atualmente em Portugal é possível ter acesso ao canal internacional da Rede Record nos “pacotes básicos” das operadoras por cabo. Já o canal Globo Premium tem um custo mensal de 10 euros em qualquer operadora, sendo em 2013 disponibilizado somente na operadora ZON o canal Globo Portugal para os “pacotes básicos”.

Já os modelos portugueses dos canais generalistas assentam na produção para consumo interno (Cunha et al., 2012). “Embora Portugal seja um produtor de telenovelas, a sua venda enquanto produto acabado (lata), implica custos extras” (Cunha et al., 2012, p. 474). Apesar dos custos, tem sido feito algum esforço para penetrar nos mercados de língua portuguesa,

⁶ Rede Record é uma rede de televisão aberta brasileira fundada por Paulo Machado de Carvalho, em 1953, sendo a mais antiga emissora de TV em atividade no país. No final da década de 1980, o canal, que antes pertencia a Paulo Machado de Carvalho e Sílvio Santos, foi comprado pelo empresário e religioso Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus.

como Brasil, Moçambique e Angola. Porém, o acordo da estação privada TVI com a brasileira Rede Bandeirantes (a terceira em audiência) em 2004 não alcançou grande sucesso devido à dobragem do Português para o Brasileiro da série juvenil *Morangos com açúcar* e da telenovela *Olhos de água* “que não conseguiram encantar os brasileiros, tão habituados ao padrão Rede Globo” (Cunha et al., 2012, p. 475).

De notar a presença da Rede Globo no “imaginário” dos países de língua portuguesa no passado e no presente. Durante a Conferência Internacional Interfaces da Lusofonia o investigador em Ciências da Comunicação da Universidade do Texas, Joseph Straubhaar afirmou que:

a TV Globo teve um papel dominante na construção mediática transnacional da lusofonia. As novas mídias...e as novas indústrias culturais de televisão em Portugal e de outros países lusófonos talvez tenham potencial para criar alternativas nas representações mediáticas da lusofonia. Mas algumas pesquisas apontam que muitas atividades interativas na Web, Facebook, etc. giram em torno de grandes espetáculos mediáticos como as novelas da Globo.” (Straubhaar, 2013, p. 27)

Sobre a aceitação das produções brasileiras em Portugal e a não concretização do contrário, podemos entender que o motivo se prende com razões histórico-culturais assim como pela preferência no Brasil dos padrões americanos de média aos padrões europeus. O mesmo talvez não aconteça nos PALOP de acordo com o comentário do presidente do IILP Gilvan Muller (que vive na Cidade da Praia):

a relação nacionalista do Português do Brasil ou de Portugal é perceptível nos meios de comunicação. No Brasil não são exibidos programas ou filmes portugueses, muito menos dos países africanos sem a legendagem do português do Brasil. O Brasil não consegue conviver com outras variantes do português, é uma assimetria importante. O mesmo não acontece em Cabo Verde, por exemplo, que recebe programação em três variantes de português e partilha os programas normalmente. (Muller, 2012)

Mas a presença económica transnacional de meios de comunicação nos países de língua portuguesa não se fica somente pela televisão. Em 2009 o grupo português de média Ongoing – proprietário do jornal *Diário Económico* e *Económico TV* – torna-se sócio da editora Ejesa – Empresa Jornalística Económico, criando o jornal *Brasil Económico* e mantendo os

jornais *O Dia* e *Meia Hora*, acabando por criar a Ongoing Brasil com a seguinte descrição: “o Grupo Ongoing tem como prioridade o mercado global da língua portuguesa, que integra mais de 250 milhões de pessoas, em cinco continentes”⁷. Demais exemplos podem ser encontrados no mercado livreiro e editorial. A Editora italiana Panini imprime as revistas da *Turma da Mônica* no Brasil e distribui-as em Portugal, sendo que as relações do autor e desenhador Maurício de Sousa com Portugal vêm desde a década de 1980.

As relações das Indústrias Culturais e Criativas dos países de língua portuguesa ultrapassam os meios de comunicação de massa ou as relações literárias. Segundo a reitora da Universidade Católica Portuguesa, Isabel Capelo Gil, as relações culturais entre Portugal e Brasil – e entre todos no mundo lusófono – são muito mais do que aquilo que transparece nos média, é o que está na “vanguarda”. “Sobretudo no âmbito da arte contemporânea há uma relação entre a produção artística portuguesa e a produção artística brasileira que tem sido muito fecunda nos últimos anos” (Gil, 2013). Para Isabel Gil, as relações culturais em língua portuguesa estão presentes em diversas áreas da produção contemporânea na área da fotografia, da escultura e do cinema.

O momento da emergência do Brasil pode ser aproveitado pelas artes de todos os países de língua portuguesa. Porém, de acordo com Isabel Gil é preciso antes que os públicos e os governos “percebam duas coisas: que a arte – e a cultura – é produtora de valor económico – como na Alemanha onde o setor da cultura produz mais valor do que o sector automóvel – e que a educação deve ser o motor dessa formação cultural” (Gil, 2013). No caso dos países emergentes como o Brasil, a China e a Índia “já se percebeu que a arte não é somente valor simbólico é valor económico e que também tem que se aproveitar e reconhecer esse momento de emergência” (Gil, 2013).

A língua portuguesa, juntamente com a emergência do Brasil, e dos países do Sul como um todo, transforma-se numa língua de trabalho internacional, seja nas empresas ou nas Indústrias Criativas. O motor para essas transformações são as próprias pessoas que vivem nos países de língua portuguesa. De acordo com Maria Galito:

admite-se que o Português seja uma Língua de Trabalho, com potencialidades à escala global. Resta saber se os seus falantes já tomaram consciência do impacto económico

⁷ Retirado de http://www.ongoing.com/oe_ongoing_brasil.html

que esse instrumento, tão à sua disposição, lhes pode oferecer. Ajudaria que a consciência fosse menos individual e mais colectiva pois, neste contexto quanto noutros, a união faz a força, estimulando exponencialmente os benefícios a favor de cada um. (Galito, 2006)

As línguas desempenham uma função crucial na génese das culturas e civilizações e o Português só desempenhará esse papel neste século, ao impor-se como língua de ciência, de expressão cultural e que seja um meio de afirmação e uma poderosa vertente da economia de um país (Reto, 2012).

As línguas, as culturas, as cidades e os espaços são mercadorias. Portanto perante os fenómenos dos BRICS e das relações Sul-Sul, o Brasil surge claramente como um lugar de “moda”. E aí as pessoas, as instituições académicas, os investidores voltam a atenção ao “produto Brasil” e isso inclui o pacote da língua, da cultura, da cultura popular, etc. A mesma coisa acontece com Lisboa, como cidade na moda. Esses fenómenos acontecem e fazem parte e ajudam a comprovar que as línguas e as culturas nacionais são produtos – nesse sentido – e por isso os Estados investem também nesses produtos... Mas nada impede que isso desapareça nos próximos dez anos e seja substituído. (Almeida, 2013)

Assim, “é dentro destes enquadramentos que se pode compreender as novas estratégias de aproximação de Portugal ao Brasil, que passam a aliar economia e cultura como pré-condição de sucesso, tal como preconizado pelas diretivas da “Estratégia de Lisboa” (Cunha, 2007). Entretanto, de notar a necessidade de políticas culturais e de educação.

Mas continuar a faltar a parte do estado brasileiro – por que não há experiência histórica disso – a diplomacia cultural. O Brasil, não tem o equivalente do Instituto Camões. E está mais do que visto que os estados-nação só funcionam no palco internacional quando têm instituições concebidas propositadamente para tal. Portugal pelo contrário, sendo um país pequeno e estando numa situação de crise, justamente usa a política cultural e linguística como cartada de influência internacional – chega a ser nacionalista por vezes – portanto há aqui um desequilíbrio. (Almeida, 2013)

Quanto maior o conhecimento sobre o idioma e a cultura de um país, mais facilmente podem ser criadas oportunidades de negócio com ele

e mais simples é convencer os outros atores no cenário global de que os países que têm o português como língua oficial são importantes do ponto de vista político e cultural. Na contemporaneidade marcada pela rapidez dos fluxos de comunicação poder escolher a língua de trabalho, viver as experiências culturais de cada língua e partilhar essas experiências pode ser motor de vivência e de reconhecimento da língua portuguesa.

SÚMULA CONCLUSIVA

Apontamos que os países que a “Língua Portuguesa Global – Um estudo de caso Luso-brasileiro” têm a língua portuguesa como língua oficial e apresenta uma articulação convergente de espaços, povos e culturas. A língua portuguesa é uma língua culta de dimensão internacional e intercontinental. Nesse espaço encontramos a expressão lusofonia que é uma construção diaspórica com uma herança ou aproximação à cultura portuguesa. A lusofonia é uma “construção” extremamente difícil, integrando objetivos muitas vezes conflituosos na medida em que remete para a centralidade da matriz portuguesa. No ambiente pós-colonial e globalizado encontramos esse conjunto de países com um encontro de etnias e culturas, no quadro unificador do modelo da colonização europeia. Nesse espaço existe uma série de emigrações – internas e externas – que potencializam o (re)conhecimento mútuo dos países que falam Português. A indústria económica em língua portuguesa é uma presença constante internacionalmente desde meados da década de 90, também a indústria criativa falada em Português tem apresentado números crescentes e uma vasta internacionalização. O atual momento internacional e tecnológico proporciona aos países emergentes de língua portuguesa um alto poder económico e internacional, elevando o potencial da língua portuguesa global, criando um espaço palpável falado em Português. Com essa história, a língua portuguesa é vista atualmente como um novo mercado a ser explorado com um consumo – aulas, média, arte, indústria – cada vez maior e cada vez mais difundido, seja pela sociedade da informação em rede, seja pela globalização onde a confraternidade de sentido e de partilhas comuns são aprofundadas no espaço dos países falantes da língua portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adorno, T. & Horkheimer, M. (1985). *A Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Almeida, M. (2004). Comemoração, nostalgia imperial e tensão social – o desentendimento Portugal – Brasil: comentário às análises de imprensa. *Psicologia*, 17(2), 381-384.
- Bhabha, H. (1990). *Nation and narration*. Londres/ Nova York: Routledge.
- Brito, N. (2010, 16 de novembro). Diplomacia Cultural, Estratégias e Políticas, organizado pelo Instituto Camões, em Lisboa.
- Burnay, C. (2005). Ficção Nacional: a emergência de um paradigma televisivo. Trabalho realizado na UCP (Portugal), apresentado no Congresso da Intercom de 2005.
- Burnay, C. (2006). Identidade e identidades na ficção televisiva nacional. *Revista Comunicação & Cultura*, 1, 57-71.
- Cabecinhas, R. (2006). Identidade e Memória Social: Estudos comparativos em Portugal e em Timor-Leste. In M. L. Matins; H. Sousa & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras.
- Cabecinhas, R. (2011). *Narrativas identitárias e memória social: estudos comparativos em contexto lusófono*. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia, Universidade Católica Portuguesa.
- Cabecinhas, R. & Nhaga, N. (2008). Memórias coloniais e diálogos pós-coloniais. Guiné Bissau e Portugal. In R. Cabecinhas & L. Cunha (Eds.), *Comunicação Intercultural: Perspectivas, Dilemas e Desafios*. Porto: Campo das Letras.
- Cristóvão, F. (Ed.) (2005). *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores.
- Cunha, I. (2007). Identidade e Reconhecimento nos media. *Revista Matrizes*, 1, 187-208.
- Cunha, I. (2009). A Lusofonia face à Globalização. Comunicação apresentada no SOPCOM/LUSOCOM 2009, Universidade Lusófona, Lisboa.
- Cunha, I. F.; Burnay, C. & Castilho, F. (2012). Portugal: Velhas Estratégias para novos Tempos. In M. Lopes & G. Gómez (Eds.), *Obitel 2012 Transnacionalização da Ficção Televisiva nos Países Ibero – Americanos*. Porto Alegre: Editora Sulina.

- Faulstich, E. (2001). CPLP: Um lugar de falas múltiplas. In J. Saraiva (Ed.), *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.
- Ferin, I. (1999). Transição e telenovela: o ano de 1977. In *Actas IV LUSOCOM*. Santos.
- Fernandes, J. (2008). Os laços culturais e a globalização – a comunidade lusófona e a CPLP enquanto actores nas actuais dinâmicas de desenvolvimento. In M. M. Valença (Ed.), *Globalização e marginalidade*. Natal: EDUFRN.
- Fonseca, L. (2008, 9 de maio). Colóquio “CPLP e Lusofonia”. Comunicação apresentada na “Semana Cultural da CPLP”, CPLP/CRL/Instituto de Estudos Europeus (IEE) – Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.
- Galito, M. (2006). Impacto Económico da Língua Portuguesa enquanto Língua de Trabalho. Relatório de investigação. Retirado de http://www.macua.org/blog/impacto_econ_lingua_portuguesa2006.pdf
- Graça, P. (1992). *A Informação Cultural de Portugal - Introdução ao seu estudo no contexto lusófono e internacional*. Lisboa: ISCSP – UTL.
- Horta, B. (2010, 16 de novembro). Diplomacia Cultural, Estratégias e Políticas, organizado pelo Instituto Camões, em Lisboa.
- Ilharco, F. (2009). A Interculturalidade e as Novas Tecnologias, Lages, Mário e Teodoro de Matos, Artur. *Portugal Intercultural: Razão e Projecto*, 4.
- Lopes, E. (Ed.) (2011). *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*. Lisboa: SaeR/Jornal Sol.
- Lopes, I. (2003). Telenovela: uma narrativa sobre a nação. *Comunicação e Educação*, 26, 21-33.
- Lourenço, E. (1999). *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem na Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- Margarido, A. (2000). *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Martino, L. (2010). *Comunicação e identidade: quem você pensa que é?* São Paulo: Paulus.
- Martins, M. (2004). *Lusofonia e Luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Martins, M.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) (2006). *Comunicação e Lusofonia – Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras.

- Mata, I. (2010). Diversidade e Universalismo da Língua Portuguesa. Comunicação apresentada no II Congresso da Língua Portuguesa. Retirado de <http://congressolinguaportuguesa.blogspot.pt/2010/11/inocencia-mata.html>
- Mogadouro, C. (2007). A Telenovela Brasileira: Uma Nação Imaginada. *Eco-Pós*, 10(2), 85-95.
- Nabuco, J. (1880). “Camões”. Discurso pronunciado a 10 de Junho de 1880. Rio de Janeiro: G Leuzinger e Filhos, Ouvidor 31.
- Neves, A. (2002). O novo papel das redes linguísticas. Artigos ACP cultura. norte, Estratégia Geo-Linguística. Retirado de <http://www.nortemlinha.net/www/egl.asp>
- Odebrecht, E. (2008). A Atuação Internacional da Organização Odebrecht. In P. Velloso, *O Brasil e a Economia Criativa um novo mundo nos trópicos*. São Paulo: José Olympio Editora.
- Oliveira, M. (2013, 27 de maio). Indústria Petrolífera: Realidade e Desafios. Organizada pela Apetro e Diário Económico, em Lisboa
- Pinto, J. (2005). *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*. Lisboa: Coleção Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Série D.
- Reto, L. (2012). *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Texto.
- Ribeiro, R. (2005). *O afeto autoritário*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Santos, B. (2005). As oportunidades lusófonas. *Rua Larga*, 7, 48-49.
- Santos, J. (2001). CPLP: Gênese e Instituições. In J. Saraiva (Ed.), *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.
- Sarmiento, C. (2010). *Culturas Cruzadas em Português*. Lisboa: Almedina.
- Straubhaar, J. (2013, 4-6 de julho). TV Globo e as novas mídias lusofónicas: a deusa ferida ou ainda dominante? Comunicação apresentada na Conferência Internacional Interfaces da Lusofonia, Universidade do Minho, Braga.

ENTREVISTAS

- Almeida, M. (2013), professor universitário. Entrevista concedida a investigação durante o verão de 2013 no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa.

- Gil, I. (2013), Reitora da UCP. Entrevista concedida a investigação durante o verão de 2013 na reitora da Universidade Católica Portuguesa. Lisboa.
- Marques, J. (2012), investigador. Entrevista concedida a investigação durante o inverno de 2012 nas instalações do King's Brazil Institute. King's College. Londres.
- Muller, G. (2012) presidente do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Entrevista concedida a investigação durante o verão de 2012 na Sede da CPLP. Lisboa.
- Reis, R. (2013), professor universitário. Entrevista concedida a investigação durante o verão de 2013 na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa. Lisboa.
- Veloso, F. (2013), professor universitário. Entrevista concedida a investigação durante o verão de 2013 na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa. Lisboa.

Citação:

Andrade, J. G. (2017). Língua portuguesa global: um estudo de caso luso-brasileiro. In M. Gama & H. Sousa (Eds.), *Contributos do Congresso Internacional "Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona"* (pp. 172-194). Braga: CECS.

BART PAUL VANSPAUWEN

bvanspauwen@fchs.unl.pt

INSTITUTO DE ETNOMUSICOLOGIA – CENTRO DE ESTUDOS
EM MÚSICA E DANÇA, FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E
HUMANAS, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, PORTUGAL

ASSOCIAÇÃO ÉTNIA E O CIRCUITO CULTURAL LUSÓFONO. CONSTRUINDO UMA LUSOFONIA CULTURAL EM REDE A PARTIR DO ANTIGO CENTRO

RESUMO

Este artigo analisa a ONG lisboeta Etnia – Cultura e Desenvolvimento enquanto modelo de organização social e intervenção cultural. Fundada em 2000, Etnia tem investido de forma contínua na construção de uma rede cultural lusófona transnacional através de projetos e programas entre Portugal, Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau. O caso da Etnia sugere que empreendedores culturais em rede possam orientar a mudança social além de narrativas essencialistas, permitindo não só a capacitação de profissionais do setor cultural e criativo, mas também um melhor entendimento do potencial futuro e afetivo da chamada *lusofonia*.

PALAVRAS-CHAVE

Lusofonia; associativismo; etnia; Lisboa; gestão cultural

INTRODUÇÃO

Desde a virada do milénio, empreendedores culturais em Portugal têm investido cada vez mais na promoção global de expressões culturais de língua portuguesa. Importantes eventos internacionais, tais como a fundação da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em 1996; a Exposição Mundial de Lisboa em 1998; e o lançamento do influente documentário *Lusofonia, a (R)evolução* da Red Bull Music Academy em 2006 revigoraram uma visão cultural do Atlântico lusófono, cada vez mais utilizando a noção de *lusofonia* de maneira émica.

Lusofonia representa uma união entre pessoas que partilham uma língua e características culturais apesar de grandes distâncias geográficas (mais especificamente, os países de língua portuguesa, bem como as

variadas populações da diáspora de língua portuguesa no mundo inteiro). O conceito de *lusofonia* é baseado em uma definição linguística, mas também designa um espaço político, económico e cultural. Desde a virada do século, tem informado grupos governamentais, económicos, académicos, legais, desportivos, sociais e culturais em locais onde o Português é falado. Apesar de suas raízes históricas estarem no colonialismo português, o significado contemporâneo da ideia também foi influenciado pelas negociações sobre o Acordo Ortográfico, a aquisição de novas interpretações com os fluxos migratórios, a criação de instituições políticas transnacionais, eventos culturais internacionais, o crescimento da indústria da música transnacional, e o advento da internet e as redes sociais.

Neste artigo, analiso a associação Etnia – Cultura e Desenvolvimento enquanto modelo de organização social e forma de intervenção cultural. No meu entender, Etnia, fundada em Lisboa em 2000, é um dos poucos exemplos de ONG que conseguiram materializar uma *lusofonia* cultural fora de Portugal, em particular no Brasil, mas também em Cabo Verde e na Guiné-Bissau. Visto que a *lusofonia* é um conceito ambíguo que é pouco conhecido fora de Portugal, e para muitos parece ainda remeter a equívocos como a centralidade portuguesa histórica ou uma dominação (neo) colonial, importa saber, de um lado, quais são as bases ideológicas e as estratégias usadas pela Etnia, e do outro, qual é a colaboração dos agentes locais e receção nos lugares de implementação.

Etnia tem representado as culturas expressivas lusófonas ao nível transnacional, investindo de forma gradual mas contínua na construção de uma rede cultural através de projetos e programas lusófonos. Em primeiro lugar, projetos tais como “Na Ponta da Língua: Artes dos Povos Que Falam Português” (realização anual no Brasil desde 2004); “Lusofonias: Culturas em Comunidade” (realizado em Lisboa em 2008 e 2012); e “Pluralidades” (realizado em Guiné-Bissau em 2006, e itinerante no Brasil em 2007-8) fizeram circular música, teatro, artes plásticas, cinema e gastronomia. Em segundo lugar, o programa “Circuito Cultural Lusófono”, coproduzido pelo Instituto Cultural Lusófono (Itabira-MG, Brasil) entre 2008 e 2012, e apoiado por entidades públicas e privadas de sete estados brasileiros (Ceará, Espírito Santo, São Paulo, Pernambuco, Santa Catarina e Mato Grosso), tem vindo a incentivar a cooperação e a cidadania lusófona intercultural através de micro ações regulares nas chamadas ‘Casas da Lusofonia’ (atualmente criadas em cidades em Portugal, Brasil e Cabo Verde).

Com base no meu trabalho anterior (Vanspauwen 2012; La Barre & Vanspauwen, 2013), busco entender não só como os legados do

colonialismo moldaram práticas expressivas atuais, mas também como gestores culturais recriaram identidades nacionais com base nestes mesmos fluxos culturais transnacionais. Pergunto de que forma a *lusofonia*, habitualmente vista como um conceito predominantemente político e económico, têm inspirado gestores culturais de base, e quais estratégias estes tem usado para tornar a *lusofonia* um conceito mais intercultural, democrático e inclusivo.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Até meados da década de 1990, a divulgação cultural de populações lusófonas em Portugal foi largamente confinada às esferas de ação e influência das comunidades migrantes com origem na África lusófona (Maciel, 2010, pp. 218-219) e Índia, seguido por migrantes brasileiros e timorenses.

Em 1994, a eleição de Lisboa como Capital Europeia da Cultura promoveu uma reflexão estratégica sobre as capacidades culturais da cidade, privilegiando sobretudo a cultura tradicional portuguesa através do *fado*, com pouca atenção para as comunidades migrantes. Como refere da Costa Holton (1998, pp. 174-96), este evento representou uma oportunidade única para reorientar a identidade nacional, imagem cultural e posição geopolítica de Portugal como um estado-membro da Comunidade Europeia, porém sem fazer referências à *lusofonia*. Entretanto, a criação do Canal África pela RDP Internacional visou fortalecer os laços existentes entre Portugal e os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa).

Em 1996, enquanto o Canal África foi renomeado para Radio Difusão Portuguesa África (RDP África), com emissões em Portugal e para os PALOP, a CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi oficialmente constituída em Lisboa (no Centro Cultural de Belém), integrando Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Em 2002, Timor Leste juntou-se a este grupo, e em 2014, a Guiné Equatorial foi formalmente aprovada como nono membro. Os objetivos gerais da CPLP são consenso político e cooperação social, cultural e económico:

a contribuição para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre todos os povos de língua portuguesa, o incentivo e enriquecimento da língua portuguesa, o incremento do intercâmbio intelectual e artístico, desenvolvimento da cooperação económica e empresarial, entre muitos outros. (Sousa, 2000, p. 8)

A fim de alcançar estes objetivos, a CPLP promove a coordenação sistemática de atividades de instituições públicas e entidades privadas que visam reforçar a cooperação entre os seus estados-membros. Neste sentido, o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa¹ (2010) identifica oportunidades para a convergência entre as políticas governamentais sobre diásporas nacionais em lugares onde existem grandes comunidades de imigrantes de duas ou mais nacionalidades dos estados-membros, enquanto também apoia canais televisivos ou radiofónicos que transmitem conteúdo falado em Português para estes mesmos grupos. Além disso, a CPLP comemora mundialmente o Dia da Cultura Lusófona em 5 de maio e, desde 2008, realiza anualmente a sua Semana Cultural da CPLP em Lisboa. Igualmente organizou os Jogos da Lusofonia em Macau (2006), Lisboa (2009) e Goa (2014). A CPLP constitui assim um quadro crucial no processo de construção mútua dos seus países membros, claramente usando a ideia de *lusofonia* como veículo.

Em 1998, a Rádio Televisão Portuguesa (RTP) África foi criada, enquanto a capital portuguesa sediava a Exposição Mundial de Lisboa (Expo'98). O tema deste último evento, "Os Oceanos, um Património para o Futuro", discursivamente aludiu à expansão marítima de Portugal, bem como aos contactos culturais que surgiram na sequência disso na África, Ásia e nas Américas (Cidra, 2010, p. 179), tratando-os como aspecto singular da internacionalização da cultura portuguesa (Santos & Costa, 1999, pp. 132-133). Culturalmente, Expo'98 foi pioneiro em organizar colaborações entre músicos de Portugal e todos os outros países de língua portuguesa, reunindo populações diaspóricas com intérpretes dos seus países de origem. Estes concertos representavam Lisboa como cidade moderna, internacional e historicamente multicultural, denominada pelo conceito de *lusofonia* (Santos & Costa, 1999, pp. 92-44 e 112-113; Cidra, 2010, p. 789). No entanto, alguns críticos, tais como Sieber, argumentaram que a cultura portuguesa, mesmo depois da Expo, ainda foi apresentada como bastante estática, homogénea, e fundamentalmente europeia e branca (Sieber, 2002, p. 167).

Esta visão de Portugal como um país tradicional sem mistura foi contestada no influente documentário *Lusofonia, a (r)evolução* (Red Bull Music Academy, 2006). *Lusofonia, a (r)evolução* veiculou a ideia de *lusofonia* discursivamente para promover hibridizações musicais e colaborações em Portugal, sugerindo que as culturas dos países lusófonos evoluíram, mas ainda pertencem juntos, e argumentando que as confluências históricas e

¹ Ver <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/temas-de-actualidade/plano-de-acao-de-brasilia-para-a-promocao-a-difusao-e-a-projecao-da-lingua-portuguesa>

contemporâneas entre Portugal, Brasil e PALOP devem ser revalorizadas. Para isso, o documentário tentou criar linhas de continuidade entre os períodos colonial e pós-colonial, especialmente com relação à história da presença africana em Lisboa, apresentando a música como elemento chave para a integração das várias populações residentes. Neste sentido, os *scriptwriters* do documentário ligaram a noção de *lusofonia* às ideias de multiculturalidade e cosmopolitismo, prescrevendo-a como instrumento de união cultural, ao mesmo tempo em que combatendo a exclusão social e a marginalização artística. Por fim, argumentaram que a salvaguarda e promoção das culturas lusófonas devem ter uma resposta institucional e mercantil correspondente em Portugal como no mundo lusófono como um todo.

Os eventos acima citados foram seguidos por um número crescente de iniciativas institucionais, associativas e individuais em Portugal que veicularam a ideia de *lusofonia* para representar as ligações transnacionais e *crossculturais* das populações residentes na Área Metropolitana de Lisboa e em outros centros urbanos no mundo lusófono. Por exemplo, desde 2007, o município de Odivelas tem vindo a organizar uma Bienal de Culturas Lusófonas, oferecendo música, dança, teatro, poesia, cinema, palestras e exposições de agentes culturais de países de língua portuguesa. A segunda edição desta bienal (2009) contou com a palavra “lusofonia” em letras maiúsculas, enquanto a terceira edição (2011) pretendia ser “mais interventiva e mais abrangente nas áreas que a constituem, levando deste modo a cultura lusófona a toda a população odivelense e até mesmo à população da Área Metropolitana de Lisboa”².

ETNIA (PORTUGAL) E INSTITUTO CULTURAL LUSÓFONO (BRASIL)

A ONG Etnia – Cultura e Desenvolvimento é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 2000 em Lisboa, que tem como objetivo “divulgar a língua portuguesa, bem como a produção cultural lusófona, confrontando-a com as expressões da diversidade cultural brasileira e valorizando a cultura dos povos do universo lusófono”³. Conta com cartas de apoio da CPLP, da Câmara dos Deputados do Brasil, e de diversos municípios no Brasil e em Cabo Verde, e estabeleceu uma parceria com o governo da Guiné-Bissau⁴. Em Portugal, Etnia está sediada no bairro de São Bento

² Retirado de <https://europa.eu/eyd2015/pt-pt/portugal/events/odivelas>

³ Retirado de <http://interculturalidade.wordpress.com>

⁴ Estas cartas incluem Luís Fonseca, Secretário Executivo da CPLP (2007); Jose Fernando Aparecido de Oliveira, Deputado Federal brasileiro (2008); e Manuel Monteiro de Pina, Presidente da Câmara

em Lisboa, um lugar descrito como uma “zona da cidade com profundas ligações à história das diásporas lusófonas em Lisboa e em Portugal”⁵. Aí, junto ao Espaço Santa Catarina, sede da Junta de Freguesia, o Centro InterculturaCidade também serve de palco para diversas apresentações culturais e convívios locais.



Figura 1: Lusofonias 2012. Culturas em Movimento
Fonte: <http://interculturacidade.wordpress.com>

Neste sentido, em setembro de 2008, Etnia organizou o evento “Lusofonias: Culturas em Movimento”, visando “divulgar as culturas do mundo da língua portuguesa, desde há muito presentes em Lisboa com uma diversidade e um vigor sem paralelo nas restantes metrópoles lusófonas”⁶. O ciclo estava composto de oito semanas temáticas dedicadas aos vários países de língua portuguesa, afirmando que “um dos elementos essenciais da dimensão intercultural que Lisboa tem hoje é justamente a presença das comunidades oriundas dos países de língua portuguesa”⁷. O evento foi repetido em agosto de 2012 em co-organização com a Missão Diplomática do Brasil junto à CPLP, a partir de outra afirmação que a “lusofonia seja de facto cada vez um espaço de culturas em comunidade e em movimento, valorizando e respeitando a diversidade e a cidadania como valores essenciais no conjunto de nações independentes que hoje a integram”⁸. Etnia

Municipal da Ribeira Grande de Cabo Verde de Santiago (2009), e estão disponíveis no site da Etnia.

⁵ Retirado de <https://interculturacidade.wordpress.com/2012/07/30/lusofonias-2012-culturas-em-movimento/>

⁶ Retirado de <http://lusofonias2008.blogspot.pt>

⁷ Retirado de <http://lusofonias2008.blogspot.pt>

⁸ Retirado de <http://interculturacidade.wordpress.com/2012/07/30/lusofonias-2012-culturas-em-movimento>

também organizou “Noites criolas” e “Noites interculturais”, para as quais chamou principalmente – mas não exclusivamente – músicos oriundos de países lusófonos, residentes em Lisboa.

No Brasil, Etnia criou várias extensões desde 2004, levando à fundação do Instituto Cultural Lusófono (ICL) em 2008, com base em Itabira-MG – cidade referenciada no sítio *web* do instituto como a “cidade natal de um dos mais prestigiados poetas de língua portuguesa, Carlos Drummond de Andrade”⁹. Como referido por Mário Alves, presidente da Etnia, por e-mail na preparação deste artigo, o ICL foi praticamente desativado desde 2012. Os responsáveis locais para a consolidação desta ONG brasileira eram

peças ligadas a diferentes áreas da cultura, da informação, do turismo e da educação unidas em torno de um propósito comum de reforço dos intercâmbios e da cooperação, sociocultural entre o Brasil e os restantes países de língua portuguesa no mundo, bem como da difusão e valorização da diversidade cultural e das identidades dos povos do universo lusófono¹⁰.



Figura 2: Instituto Cultural Lusófono
Fonte: <https://iclusofono.wordpress.com>

Institucionalmente, o ICL desenvolveu a sua atividade em parceria com instituições públicas, associações ou outras entidades, ao nível municipal e estadual, igualmente contando com apoio financeiro de empresas

⁹ Retirado de <http://iclusofono.wordpress.com/o-icl>

¹⁰ Retirado de <http://iclusofono.wordpress.com/o-icl>

privadas através da lei Rouanet¹¹. Deste modo, o instituto formalizou colaborações nos estados brasileiros de Ceará, Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo, Mato Grosso e Santa Catarina. Internacionalmente, também coordenou as suas atividades com Etnia em Portugal e uma terceira associação lusófona, Etnia Cabo Verde.

Em termos de objetivos, o ICL pretendeu ser um “facilitador de trocas e parcerias criativas nas áreas de cultura, questões sociais e desenvolvimento sustentável entre o Brasil e os restantes países de língua portuguesa no mundo”, além de difundir e valorizar a diversidade cultural e as identidades nesta esfera¹². Autodefiniu-se por isso como uma entidade que “visa promover a divulgação e as trocas culturais entre países e comunidades de língua portuguesa no mundo”, posicionando-se como “um instrumento eficaz e continuado de garantia de trabalho e de dignificação de criadores e agentes socioculturais lusófonos”¹³.

Relativamente aos projetos, ICL promoveu micro ações regulares de intercâmbio e cooperação; o festival “Na Ponta da Língua: Artes dos Povos que Falam Português”, e a exposição “Pluralidades”. Referente às micro ações, ao longo da sua existência, Etnia visou desenvolvê-las de forma flexível, “com envolvimento ativo de agentes culturais locais e adaptadas às realidades e disponibilidades de cada lugar em que decorram essas ações, num número o mais amplo possível de cidades e regiões”¹⁴. No que respeita o Festival “Na Ponta da Língua: Artes dos Povos que Falam Português”, realizado anualmente desde 2004, compôs-se uma “programação cultural concentrada (3 a 4 dias), representativa de todos os países de língua portuguesa e das suas diásporas [,] assegurando uma participação efetiva das expressões culturais locais”¹⁵. Como tal, o festival envolveu música, teatro, cinema, gastronomia e artes plásticas numa cidade por região. Numa comunicação por e-mail na preparação deste artigo, Mário Alves destacou o catálogo-programa da primeira edição do festival (2004), “com dois textos interessantes, do Gilberto Gil e do José Aparecido de Oliveira (idealizador da CPLP, ex-embaixador do Brasil em Portugal e ministro da cultura do Governo Sarney na década de 1980)” (Alves, 2016, comunicação pessoal).

¹¹ A lei Rouanet, ou Lei do Mecenato, refere-se à política de incentivos fiscais que possibilita empresas e cidadãos aplicarem parte do seu imposto de renda devido em ações culturais.

¹² Retirado de <http://iclusofono.wordpress.com/o-icl>

¹³ Retirado de <http://iclusofono.wordpress.com/o-icl>

¹⁴ Retirado de <http://iclusofono.wordpress.com/o-icl>

¹⁵ Retirado de <http://iclusofono.wordpress.com/o-icl>

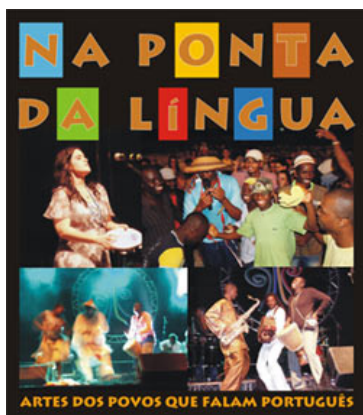


Figura 3: Na Ponta da Língua: Artes dos Povos Que Falam Português
Fonte: <https://iclusofono.wordpress.com>

Finalmente, a exposição fotográfica “Pluralidades” foi criada em 2006 no âmbito de uma parceria existente entre Etnia e o Governo da Guiné-Bissau. No mesmo ano, integrou o programa de iniciativas públicas coincidentes com a realização da V Reunião de Ministros da Cultura da CPLP em Bissau, com o apoio do Ministério da Cultura português e da Junta de Freguesia de Arroios (Lisboa). Em 2007, a exposição foi itinerante no Brasil, com apresentações no Centro Cultural Fazenda do Pontal (Itabira-MG), Torre Malakoff (Recife-PE) e Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (Fortaleza-CE), enquanto em 2008, foi exibida no “XII Encontro Internacional de Negócios do Nordeste” (Fortaleza-CE) com apoio do SEBRAE – Ceará e do Fortaleza Convention Bureau.

Para dar continuidade a estes projetos, a Etnia e o ICL em 2009 desenharam o programa Circuito Cultural Lusófono (CCL). O objetivo específico foi “promover a divulgação e as trocas culturais entre países e comunidades de língua portuguesa no mundo”¹⁶ e conectar-se simbolicamente a instituições transnacionais tal como a CPLP, fundada em Lisboa em 1996 e aí sediada, e o IILP – Instituto Internacional de Língua Portuguesa, fundada em São Luis do Maranhão em 2002 e sediado na Cidade da Praia.

O Circuito Cultural Lusófono inicia-se em Maio de 2009 no Brasil, associando-se de algum modo simbolicamente à comemoração do 20º aniversário da Declaração de São Luis de Maranhão, através da qual os então sete chefes de estado dos países de língua portuguesa assumiram o

¹⁶ Retirado de <https://iclusofono.wordpress.com>

compromisso da criação da CPLP e criaram o Instituto Internacional de Língua Portuguesa¹⁷.

O CCL, apoiado por entidades públicas e privadas de sete estados brasileiros (Ceará, Espírito Santo, São Paulo, Pernambuco, Santa Catarina e Mato Grosso), procura dar “visibilidade internacional às expressões culturais contemporâneas e tradicionais dos povos do universo da língua portuguesa, bem como incentivar e reforçar os intercâmbios e parcerias para o desenvolvimento sociocultural interlocal”¹⁸. Assim, pretende organizar atividades “de formação e de articulação entre operadores culturais, poder público e outros componentes considerados fundamentais para o fortalecimento progressivo de práticas de cidadania intercultural no espaço da *lusofonia*”¹⁹. Segundo os seus fundadores, o CCL distingue-se de outras propostas de intercâmbio cultural pelo facto de possuir “fortes potencialidades de desenvolvimento interlocal em cooperação”, em particular no que se refere ao “incentivo ao micro-empendedorismo, às relações de parceria intermunicipal e inter-regional e sobretudo ao reforço das lógicas de centralidade da cultura nas estratégias locais e regionais de desenvolvimento”²⁰. Assim, o envolvimento de cidades e regiões no programa poderá ter repercussões nos setores da educação (“através do incentivo ao intercâmbio ativo com comunidades escolares de outros países lusófonos”) e do turismo (“através da mediatização nacional e internacional do novo atrativo para visitas à cidade/região consubstanciado pelo Programa”) ²¹. Para este efeito, o CCL promete ser flexível e sempre adaptar-se aos recursos disponíveis em cada lugar, sem onerar excessivamente os orçamentos locais, trabalhando numa “lógica de rede e de partilha de recursos”²². Segundo o produtor cultural Mauro Moura, o CCL é por isso vantajoso, sendo um “sistema integrado de circulação de bens e serviços sócio-culturais no espaço lusófono, capaz de projetar os países em questão uma imagem atual, contemporânea e de afirmação da diversidade cultural dos países e povos das comunidades de língua portuguesa”²³.

¹⁷ Retirado de <https://iclusofono.wordpress.com>

¹⁸ Retirado de <https://iclusofono.wordpress.com>

¹⁹ Retirado de <https://iclusofono.wordpress.com>

²⁰ Retirado de <https://iclusofono.wordpress.com>

²¹ Retirado de <https://iclusofono.wordpress.com>

²² Retirado de <https://iclusofono.wordpress.com>

²³ Retirado de http://www.gostodeler.com.br/materia/1566/casas_da_lusofonia.html



Figura 4: Circuito Cultural Lusófono em 2009, 2012, e 2015
 Fonte: <http://interculturacidade.wordpress.com>

Tal como os projetos acima referidos, as ações que o CCL já realizou incluem música, oficinas de percussão, teatro, artes plásticas, cinema, gastronomia e iniciativas turísticas, tanto no Brasil como em Portugal. O CCL arrancou em 2009 no Brasil, na cidade de Joaçaba e na Universidade Federal, Florianópolis-SC; na Torre Malakoff, Recife-PE; em Vitória da Conquista-BA; e em Cuiabá-MT. Com o slogan “Revelando as artes dos países de língua portuguesa”, ofereceu música de Vadú (Cabo Verde), Filipe Mukenga (Angola), Projecto Bantabá (Kimi Djabaté e Maio Coopé, Guiné-Bissau); uma exposição “Pluralidades”; um ciclo de cinema lusófono; e um debate intitulado “Oportunidades e Desafios da Cooperação Cultural Descentralizada nos Países de Língua Portuguesa”. Em 2012, o CCL retomou com o slogan “5 cidades, 18 dias, 4 países, 1 língua” nas cidades de Fortaleza-CE, Cuiabá-MT, Araçuaí-MG, Embu das Artes-SP, e Cariri-CE, oferecendo *shows* de Maio Coopé (Guiné-Bissau), Gil Filipe (Portugal), Manuel de Candinho, Assol Garcia e Caco Alves (Cabo Verde), além de vários músicos brasileiros. Para esta edição específica, o CCL contou com o apoio do Fundo Nacional da Cultura, Funarte, Ministério da Cultura, SEBRAE e os respetivos municípios, entre outros. Finalmente, em 2015 o CCL fez uma etapa em Portugal: com o apoio da freguesia São Vicente e EPAR – Escola Profissional Almirante Reis, foram organizados *workshops* de construção de instrumentos tradicionais, percussão e danças tradicionais, além de concertos tal como “Cantos da diversidade e das diásporas afro-latinoamericanas”, Djumbai

Djazz (Guiné-Bissau) e Espírito Nativo (Portugal)²⁴. Além disso, foi lançada uma proposta de circulação musical permanente de músicos migrantes residentes em Lisboa, contando com a participação Djumbai Djazz (Guiné-Bissau), Ferro Gaita (Cabo Verde), Cordas do Sol (Cabo Verde), Aldo Milá & Sons do Tejo (Angola/Portugal), Alessandra Leão (Brasil), e Eyuhuro (Moçambique) (ibid.).



Figura 5: Proposta de circulação permanente de músicos
Fonte: <http://interculturacidade.wordpress.com>

Além do CCL, desde 2011 Etnia e seus parceiros locais criaram as chamadas Casas da Lusofonia em Lisboa, em Macaíba–RN, Fortaleza–CE, e Ouro Preto–MG (Brasil), e na Cidade Velha (Cabo Verde). Estas Casas visam ser “centros de incentivo à cooperação e à cidadania lusófona intercultural, [instalados] onde existam dinâmicas e solicitações inter-regionais que o justifiquem e sustentabilidade económica capaz de viabilizar essas unidades”²⁵. Como referido por Mário Alves,

no Brasil houve várias tentativas de criação das Casas. Todas foram interrompidas e adiadas em virtude da mudança de lideranças políticas nas várias cidades em que se iniciaram. Em Portugal, aconteceu o mesmo, e acabámos por assumir o Centro InterCulturaCidade (de que a Etnia é co-fundadora) como Casa da Lusofonia. Finalmente em Cabo Verde avançou a Casa da Lusofonia da Cidade Velha,

²⁴ Retirado de <https://www.facebook.com/Circuitoculturalusofono2015>

²⁵ Retirado de <https://iclusofono.wordpress.com>

num acordo bilateral entre a Etnia e a Câmara Municipal local, assinado em Outubro de 2012, para construção da 1ª Casa da Lusofonia em África, que está em curso e será inaugurada no final de 2017 (declarações colhidas por e-mail em novembro de 2016).

Finalmente, além destes polos permanentes com base nas relações de parceria intermunicipal e inter-regional, estabeleceu-se também parcerias com o IELA – Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina (SC), a URCA – Universidade Regional do Cariri (CE), a Fundação Casa Grande (CE) e a Fundação Casa dos Carneiros (BA). Contou-se igualmente com patrocinadores como a Prefeitura de Joaçaba e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional (SC), a Fundarpe (PE) e a Prefeitura do Crato (CE). Para o futuro, o CCL diz estar aberto a “novas parcerias em qualquer país, lusófono ou não, e muito em especial onde existam comunidades de língua portuguesa”, e já começou com os preparativos para consolidar plataformas regionais de financiamento em alguns estados brasileiros”²⁶.

ARGUMENTAÇÃO E CONCLUSÃO

Num contexto global de diáspora e transnacionalismo, sistemas culturais podem articular-se linguisticamente ao invés de geograficamente (Appadurai, 1997; Stokes, 1997). No mundo lusófono, *lusofonia* – bem como noções semanticamente relacionadas (Turino, 1999) como *língua portuguesa*, *mundo lusófono*, *culturas lusófonas*, ou CPLP – é um conceito relativamente recente. Embora o termo seja geralmente usado para expressar preocupações sociais, políticas e económicas, também tem sido aplicado às práticas culturais por atores institucionais, associativos e individuais. Hoje, para alguns, a *lusofonia* designa uma comunidade transnacional de língua e história colonial compartilhada, enquanto para outros, a noção invoca Portugal como uma nação e o imaginário que envolve as suas relações globais (Sanches, Mendes & Duarte, 2004, p. 121). *Lusofonia* é uma classificação prática subordinada a várias funções para produzir efeitos sociais desejados (Martins, 2006, p. 90; Freixo, 2009). Em Portugal, a noção é usada de forma descontextualizada, e numa pluralidade de situações, tornando-se simbolicamente perigosa como geradora de um sentimento nacional comum, imperialista e multicultural (Dias, 2009, p. 7; Almeida,

²⁶ Retirado de <https://iclusofono.wordpress.com>

2004, p. 238). Como tal, *lusofonia* não é pacífica, pois contém tensões entre várias lógicas entre ex-colonizados e ex-colonizadores (Sousa, 2013, p. 23).

Ao investigar sobre as práticas discursivas e performativas que são organizados sob o rótulo de *lusofonia* (Martins, 2006, p. 90), etnografias pós-coloniais devem reler a (des)colonização como parte de um processo essencialmente transnacional e *crosscultural*, produzindo narrativas descentralizadas, polifónicas e diaspóricas do estado-nação (Santos, 2001; Bastos, Almeida & Feldman-Bianco, 2002). Para fortalecer o conceito de *lusofonia*, tem de se deixar de lado os velhos pontos de vista triangulares que estavam presentes em posições coloniais e independentes, e desconstruir o próprio termo *lusofonia* (Lança, 2010; Madureira, 2006; Klimt & Lubkeman, 2002). Além do mais, é urgente valorizar os hibridismos coloniais e intercâmbios culturais que têm existido há séculos entre Portugal e as suas colónias, apesar das circunstâncias de dominação nas quais ocorreram, e que continuam ativos no presente pós-colonial (Khan, 2008, p. 96; Cabecinhas, Lima & Chaves, 2006, p. 67 e ss.; Cunha, 2003). A *lusofonia* pode tornar-se assim num paradigma mais mutuamente constitutivo e relacional, capaz de abrir o caminho para um diálogo aberto que se baseia em conexões históricas com novas ressonâncias em evocações de afinidades e fluxos atlânticos (Moehn, 2011, p. 2). Esta “imaginação diaspórica” (Dunn, 2002, citado em La Barre, 2010) tanto reflete como reinventa manifestações culturais existentes por meio de várias narrativas e configurações alternativas num sentido transnacional, *crosscultural* e emocional.

Dado que a mercantilização da diferença da cultura expressiva num mundo globalizado requer criatividade simbólica (Born & Hesmondhalgh, 2000; Radano & Bohlman, 2000; Hall, 2003), a governabilidade das comunidades multiculturais que vivem juntos em uma determinada nação-estado com ligações histórica-linguísticas é predominantemente uma pergunta de política cultural (Guilbault, 2011 citado em Pereira, 2012, p. 4; Côte-Real, 2010, pp. 15-18). Neste sentido, as ONGs Etnia e Instituto Cultural Lusófono aplicaram alguns dos objetivos da CPLP à prática de gestão no espaço geocultural da *lusofonia*, no sentido de incentivarem a cooperação e a cidadania lusófona para obter resultados nas áreas da educação intercultural e do turismo. Este caso pioneiro sugere que empreendedores culturais em rede podem orientar a mudança social além de narrativas essencialistas, permitindo não só a capacitação de profissionais do setor cultural e criativo, mas também um melhor entendimento do potencial futuro e afetivo da *lusofonia* no mundo pós-colonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, J. C. (2004). Portugal, o Atlântico e a Europa. A Identidade Nacional, a (re)imaginação da Nação e a Construção Europeia. *Nação e Defesa*, 107 - 2.^a Série, 147-172.
- Appadurai, A. (1997). *Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press.
- Born, G. & Hesmondhalgh, D. (2000). Introduction: On Difference, Representation, and Appropriation in Music. In G. Born & D. Hesmondhalgh (Eds.), *Western Music and its Others: Difference, Representation, and Appropriation in Music* (pp. 1-58). Berkeley: University of California Press.
- Bastos, C.; Almeida, M. V. & Feldman-Bianco, B. (Eds.) (2002). *Trânsitos Coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: ICS.
- Cabecinhas, R.; Lima, M. & Chaves, A. M. (2006). Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polémica nas representações sociais da história. In J. Miranda et al. (Eds.), *Identidades Nacionais em Debate* (pp. 67-92). Oeiras: Celta.
- Cidra, R. (2010). Música e migração, Brasil, Cabo Verde. In S. Castelo-Branco (Ed.), *Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX. / Encyclopedia of Music in Portugal in the XX Century* (pp. 773-789, 174-179 e 195-198). Círculo de Leitores / Temas e Debates.
- Côrte-Real, M. S. J. (2010). Introduction: citizenship, music and migration. *Revista Migrações, número temático Música e Migração*, 7, 11-24.
- Dias, I. C. (2009). Curating Contemporary Art and the Critique to Lusophonie. *Arquivos da Memória. Antropologia, Arte e Imagem* 5-6, 6-46. Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa.
- Cunha, L. (2003). *Entre espaço e representação: Comunidade e memória social*. Dissertação de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Feldman-Bianco, B. (2007). Empire, Postcoloniality and Diasporas. *Hispanic Research Journal*, 8(3), 279-290.
- Freixo, A. (2009). *Minha Pátria é a língua portuguesa. A construção da ideia da lusofonia em Portugal*. Rio de Janeiro: Apicuri.
- Hall, S. (2003). *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG/Brasília: representação da Unesco no Brasil.
- Holton, K. D.C. (1998). Dressing for Success. Lisbon as European Cultural Capital. *Journal of American Folklore*, 111(440), 173-196.

- Khan, S. (2008). Do pós-colonialismo do quotidiano às identidades hifenizadas: identidades em exílios pátrios? In R. Cabecinhas & L. Cunha, *Comunicação intercultural. Perspectivas, dilemas e desafios* (pp. 95-109). Porto: Campo das Letras.
- Klimt, A. & Lubkemann, S. (2002). Argument Accross the Portuguese-Speaking World: A Discursive Approach to Diaspora. *Diaspora* 11, 145-162.
- La Barre, J. & Vanspauwen, B. (2013). A Musical Lusofonia: Music Scenes and the Imagination of Lisbon. In B. Abels & B. Alge (Eds.), *WOM - World of Music 2, Transatlantic Flows in the Lusophone World* (pp. 119-146). Berlim: VWB.
- La Barre, J. (2010). Música, cidade, etnicidade: explorando cenas musicais em Lisboa. *Revista Migrações – Número Temático Música e Migração*, 147-166.
- Lança, M. A. (2010, 26 de maio). Lusofonia é uma bolha. *BUALA. Cultura africana contemporânea*. Retirado de <http://www.buala.org/pt/a-ler/a-lusofonia-e-uma-bolha>
- Maciel, C. F. (2010). *A Construção da Comunidade lusófona a partir do antigo centro. Micro-comunidades e práticas da lusofonia*. Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Madureira, L. (2006). Is the Difference in Portuguese Colonialism the Difference in Lusophone postcolonialism? In A. Soares, *Toward a Portuguese Postcolonialism* (pp. 135-141). Bristol: HiPLA.
- Martins, M. L. (2006). Lusofonia e luso-tropicalismo, equivócos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. *Visages d'Amérique Latine* 3, 89-96.
- Moehn, F. J. (2011). New dialogues, old routes: Emergent collaborations between Brazilian and Angolan musicmakers. *Popular Music* 30(2), 175-190.
- Pereira, R. M. M. (2012). *Música e Narrativas da Multiculturalidade numa Orquestra de 'Todos'*. Dissertação de Mestrado, ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal.
- Radano, R. & Bohlman, P. B. (2000). *Music and the Racial Imagination*. Chicago Studies in Ethnomusicology. Chicago: University of Chicago Press.
- Sanches, M. R.; Mendes, C. B. & Duarte, J. F. (2004). *Connecting Peoples. Identidades Disciplinares e Transculturais / Transcultural and Disciplinary Identities. Transcultural and Disciplinary Identities*. Lisboa: Colibri.
- Santos, B. S. (2001). Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. In M-I. Ramalho & A. Sousa Ribeiro (Eds.), *Entre o Ser e o Estar. Raízes, percursos e discursos da identidade* (pp. 23-85). Lisboa: Afrontamento.

- Santos, M. M. L. & Costa, A. F. (Ed.). (1999). *Impactos Culturais da Expo '98*. Lisboa: OAC Observatório das Actividades Culturais.
- Sieber, T. (2002). Composing Lusophonia: Multiculturalism and National Identity in Lisbon's 1998 Musical Scene. *Diaspora* 11(2), 163-188.
- Sousa, H. (2000). Os Media ao Serviço do Imaginário: Uma Reflexão sobre a RTP Internacional e a Lusofonia. *Comunicação e Sociedade* 2, *Cadernos do Noroeste, Série de Comunicação*, 14 (1-2), 305-317.
- Sousa, V. (2013). O conceito de diáspora em tempo de globalização. A relação entre império, lusofonia e 'portugalidade': um contrassenso? *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona - Comunicación na diáspora e diásporas na comunicación*, 2013, pp. 17-29.
- Stokes, M. (1997). *Ethnicity, Identity and Music. The Musical Construction of Place*. Oxford & Nova York: Berg.
- Turino, T. (1999). "Signs of identity, imagination, and experience: a Peircian semiotic theory for music." *Ethnomusicology* 43(2), 221-255.
- Vanspauwen, B. P. (2012). A importância de implementar uma noção de lusofonia na educação cultural e cívica em Portugal, argumentado por alguns músicos oriundos de países 'lusófonos' em Lisboa. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2011 - Lusofonia e Cultura-Mundo*, 2012, 67-83.

OUTRAS REFERÊNCIAS

- Ano Europeu de Desenvolvimento. Retirado de <https://europa.eu/eyd2015/pt-pt/portugal/events/odivelas>
- Centro InterCulturaCidade. Retirado de <http://interculturacidade.wordpress.com>
- Circuito Cultural Lusófono 2015. Retirado de <https://www.facebook.com/Circuitoculturallusofono2015>
- Exposição Mundial de Lisboa. Retirado de <http://www.facebook.com/pages/1998-Lisbon-World-Exposition/116314238383388>
- Instituto Cultural Lusófono. Retirado de <http://iclusofono.wordpress.com/o-icl>
- Jogos da Lusofonia. Retirado de <http://www.acolop.org/jogos.php>
- Lusofonia, a (r)evolução. Retirado de <http://www.redbullmusicacademy.com/video-archive/documentaries/3>
- Lusofonias: Culturas em Movimento. Retirado de <http://lusofonias2008.blogspot.pt>

Noites criolas. Retirado de <https://www.facebook.com/events/925251000868970>

Noites interculturais. Retirado de <https://www.facebook.com/events/116773308654731>

RDP Internacional. Retirado de <http://www.rtp.pt/rdpinternacional>

RTP África. Retirado de <http://www.rtp.pt/rtpafrica>

Semana Cultural da CPLP. Retirado de <http://www.cplp.org/id-2215.aspx>

Silva, A. S.; Xavier, J. & Matos, M. M. (2006). Lusofonia, a (R)Evolução. Org. Red Bull Music Academy. Retirado de <http://www.redbullmusicacademy.com/video-archive/documentaries/3>

FINANCIAMENTO

SFRH/BD/92040/2012

Citação:

Vanspauwen, B. P. (2017). Associação Etnia e o Circuito Cultural Lusófono. Construindo uma lusofonia cultural em rede a partir do antigo centro. In M. Gama & H. Sousa (Eds.), *Contributos do Congresso Internacional “Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona”* (pp. 195-212). Braga: CECS.

IV – COOPERAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

EMÍLIA ARAÚJO

era@ics.uminho.pt

**CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE,
UNIVERSIDADE DO MINHO, PORTUGAL**

A MOBILIDADE DE CIENTISTAS

RESUMO

Esta comunicação tem como objetivo apresentar alguns dos principais resultados de investigações realizadas sobre a mobilidade de cientistas. A partir dos enquadramentos teóricos oferecidos por múltiplas análises sobre os motivos e os efeitos da mobilidade internacional de cientista, a comunicação foca em particular a importância da mobilidade nas carreiras dos investigadores, destacando o papel que adquire a discussão e a problematização da cultura em contexto de trabalho de carácter internacional. Neste sentido, o texto procura identificar alguns dos mecanismos que sustentam a formação de redes e, em particular, o grau de abertura destas aos próprios cientistas cujas trajectórias se constituem em contextos culturais diversificados.

PALAVRAS-CHAVE

Mobilidade; cientistas; rede

INTRODUÇÃO

Ao longo deste breve texto, o qual decorre da comunicação apresentada no congresso “Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona”, propomo-nos endereçar algumas das relações que se estabelecem entre as mobilidades internacionais de cientistas e alguns dos seus efeitos sobre as redes. Constitui objetivo adicional elucidar sobre alguns dos contributos que um olhar a partir da cultura pode representar para a compreensão das dinâmicas de tais redes.

No contexto da ciência e do conhecimento, definimos as redes como conjuntos de interações pelas quais se partilha informação e conhecimento e na base dos quais se edificam colaborações que podem adquirir várias

formas, entre as quais os projetos de investigação e ensino em parceria e co-autoria. Ao longo da exposição faz-se uso, principalmente, de informação publicada e baseada em trabalhos de investigação que fomos desenvolvendo em colaboração com vários colegas envolvido no projeto “MobiScience – trajetórias de Cientistas Portugueses” (Araújo, Fontes & Bento, 2013). Trata-se de um projeto que envolveu entrevistas e questionários a cientistas portugueses, parte dos quais com mobilidade de longa duração no estrangeiro, outra parte com mobilidades de curta duração, ou sem mobilidade.

A abordagem sobre a mobilidade de investigadores e redes importa num contexto em que as práticas organizacionais, sobretudo as que respeitam as tomadas de decisão política, tendem a assumir uma relação linear e inevitavelmente positiva entre mobilidade, desenvolvimento de carreiras individuais e das unidades de investigação a que pertencem os investigadores.

A literatura sobre a temática das redes de investigação é hoje muito ampla e analisa um crescente número de processos que envolvem a circulação, a deslocação e o movimento dos cientistas no mundo. Um mundo global e que potencia cada vez mais, por via dessa mobilidade, a emergência de espaços de trabalho de caráter transnacional. Isto é, espaços constituídos na base de experiências que se constituem sem referência particular ou específica a um espaço nacional dado, verificando-se, assim, o que se nomeia como “simultaneidade de pertenças” (Levitt, 2001). Ainda que o fenómeno seja historicamente constitutivo do modo de estar em ciência, adquire hoje proporções mais significativas, atendendo a todo o conjunto de transformações registadas, no que respeita aos espaços e aos tempos da ciência, nesse mundo global.

Os cientistas e investigadores, particularmente os que se encontram em mobilidade (que não se define apenas no sentido de um país para outro país, mas que pode envolver um conjunto complexo de relações entre vários países), auto identificam-se, por vezes, através da capacidade que assumem de experimentarem contextos culturais e políticos diversos, posicionando-se em lugares “acima” das fronteiras nacionais – portanto, em espaços-tempo transnacionais. Para efeitos da comunicação que apresentamos, constitui, assim, nosso intento mostrar a pertinência em aprofundar a análise no âmbito desta temática, com especial foco sobre alguns dos desafios que pensamos serem relevantes para a efetiva constituição desses espaços (nos quais se encontram as redes) transnacionais.

Tratando-se de um breve texto que explora esses desafios e as suas vertentes, consideramos as categorias dos/as “cientistas”, nela englobando

os profissionais que se dedicam à atividade de investigação científica, independentemente da situação profissional e do nível hierárquico em que se posicionam.

AS REDES E A MOBILIDADE

A literatura sobre a mobilidade de cientistas, tal como acontece com o pensamento acerca dos profissionais altamente qualificados, toma geralmente como pressuposto os efeitos positivos da mobilidade sobre o currículo individual – na forma de capital científico, técnico e simbólico – assim como sobre as instituições e os países de origem dos cientistas (Bozeman, Dietz & Gaughan, 2001; Breschi & Lissoni, 2001; Bozeman & Corley, 2004; Canibano, Otamendi & Andújar, 2008; Fontes, Videira & Calapez, 2013). Um dos principais fundamentos para a associação reside na convicção de que a mobilidade internacional propicia “naturalmente” a entrada e a permanência em redes de investigação.

Com efeito, as redes são fundamentalmente – tal como estudadas na perspetiva da ciência e da investigação – mecanismos e caminhos que favorecem a promoção da carreira do/a investigador/a, assim como dos centros de investigação e instituições de ensino, ao serem propostas como meios facilitadores da gestão de recursos e, particularmente, divisão do trabalho. Nesse sentido, favorecem a produtividade, tendo efeitos sobre o reforço de prestígio e de capital simbólico, fontes de garantia da confiança necessária ao próprio fluxo do trabalho científico (Musselin, 2004). No relatório da Unesco (2016), no qual se traçam cenários para a ciência em 2030, a mobilidade ocupa um lugar cimeiro.

As redes podem representar, nessa perspetiva, um meio de aceder à mobilidade, facilitando a diversificação dos destinos e o aumento da frequência das deslocações entre vários locais. Ainda assim, algumas análises mais críticas tendem a frisar a necessidade de a internacionalização, a mobilidade e as redes terem de ser pensadas como meios para o desenvolvimento científico e educacional e não tanto como fins em si mesmas, importando perceber as dinâmicas e os impactos, ao nível dos contextos organizacionais e das práticas institucionais.

Segundo Wagner,

a mobilidade (geográfica) e flexibilidade são entendidas, não apenas como uma estratégia para melhorar suas competências e ampliar seus conhecimentos, mas também como a única maneira de alcançar a chamada mobilidade

profissional ascendente – o que significa promoção e acesso a cargos com carácter permanente em instituições de investigação. (Wagner, 2015, p. 381)

Grande parte da literatura que analisa as redes no domínio da investigação tende a frisar o efeito positivo da mobilidade internacional sobre o capital social dos cientistas e das unidades de investigação/instituições, algo com influência sobre o próprio poder de *lobbying*, inclusivamente sobre a tomada de decisão política em contexto supranacional e nacional. Parte dos apoios públicos à mobilidade de cientistas tem implícito este pressuposto de que a formação de redes em períodos iniciais de carreira em centros e países estrategicamente mais centrais permite a definição de ligações com carácter duradouro que permanecem, mesmo depois de haver separação e distanciamento físico dos investigadores, face a esses centros (Fontes, Videira & Calapez, 2013).

Com efeito, cada rede de investigação possui a sua própria hierarquia e nela os atores ocupam posições relativas. Se há cientistas que dominam as atividades desde a publicação, até à participação em projetos e partilha de ensino, outros ficam-se pela co-autoria em algumas publicações. Esta, em muitos casos, permite o conhecimento e o aperfeiçoamento da língua, facto que constitui um dos principais motivos para a própria mobilidade (Murakami, 2010; Fernandez-Zubieta, 2013), particularmente no caso de países em que a internacionalização se faz mediante o uso de outra língua, que não a de origem dos investigadores.

A mobilidade de cientistas segue percursos diversos, mas está normalmente associada a périplos que se constituem, para cada área científica, como referenciais. Basta entender a este respeito que os países estão diferencialmente “situados” no mapa que retrata a atração do Norte em relação ao Sul e do Ocidente em relação ao Leste. Um mapa que, tal como se confirma em vários trabalhos críticos aos processos de globalização (Santos, Menezes & Nunes, 2010), circunscreve o maior ou menor poder para dispor de recursos e funcionar em locais geográficos que recolhem sobre si várias formas de capital económico e simbólico. Na linha de Grosfoguel (2009, p. 395), diremos tratar-se de um mapa estruturado ainda sob representações históricas atravessadas pela colonialidade, sob a qual se ancoram os “centros” e as “periferias”.

Os estudos que desenvolvemos mostram que em muitos casos, os investigadores procuraram fazer o doutoramento num país estrangeiro, em centros altamente reconhecidos em determinadas áreas ou temas. Esta opção oferecia-se como a mais adequada, estando em causa o menor

desenvolvimento de algumas temáticas em Portugal. Mas também se apresentava como potencialmente mais interessante, do ponto de vista do retorno dessa mobilidade. Ou seja, havia a expectativa de que tais redes pudessem ser utilizadas no momento de regresso a Portugal, quer se tivesse, ou não, algum vínculo de trabalho com instituições neste país (Fontes, 2007; Delicado, 2010; Videira, 2013, p. 144).

O excerto que apresentamos a seguir elucida sobre esta expectativa:

[foi] determinante. Houve muito envolvimento pessoal, pois passamos muito tempo juntos a investigar e a relação torna-se mais próxima. Muitas das pessoas com quem trabalho hoje teve a ver com os contactos que fiz lá fora. (...) Todas as colaborações resultaram de um envolvimento pessoal. A maioria das relações continua; o meu orientador de pós doutoramento continua a vir cá. Para a construção das redes é necessário ir mais além do que a nossa própria agenda. Ter algo mais a dar, ter disponibilidade e generosidade para participar no bem comum. [E4- Entrevista a investigador com mobilidade durante do doutoramento]¹

Mas a manutenção de ligações a grupos no país de origem constitui, igualmente, foco de atenção. Citemos, a este respeito, um dos últimos relatórios sobre a mobilidade no âmbito do programa Marie Curie (CE, 2014). Nele, regista-se a que os investigadores que enveredaram por percursos mais individualizados de mobilidade revelam ter dificuldade em aceder a lugares nos países de origem, quando decidem regressar, do que os que optam por não realizar mobilidade. O facto de terem deixado de contactar com professores e colegas das universidades que frequentaram pode ser avançado como uma explicação, entre outras.

De qualquer modo, este tipo de mobilidade configura semelhanças com a internacionalidade / internacionalização em ciência, mais do que transnacionalidade, uma vez que se pressupõe uma relação direta entre um país de origem (normalmente associado à nacionalidade e/ou naturalidade) e um país de receção.

De um ou de outro modo (isto, seja em relação às redes que se estabelecem e se deixam no estrangeiro, seja em relação às redes que se

¹ Excerto extraído da apresentação da autora, em parceria com Margarida Fontes, “O lugar das (i) mobilidades na construção das redes científicas internacionais, percursos de vida e orientações institucionais: uma análise sobre o caso português”, no “XV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho, Relações Sociais em Tempo de Crise: Trabalho, Emprego e Justiça Social”, Covilhã, 16 e 17 de maio de 2013.

definem e se deixam no(s) país(es) de origem), surge evidenciada a importância dos capitais sociais e dos laços que se estabelecem na definição dos percursos profissionais e, portanto, na construção dos currículos.

É extenso o leque de pesquisas realizadas sobre as redes na investigação em ciência. Os estudos que realizamos em Portugal mostram que, em grande parte dos casos, os cientistas com mobilidade de longa duração no estrangeiro, mobilizam, ao longo do seu percurso, as redes a que pertenceram durante aquelas estadias, de múltiplas formas, para além da publicação. Destaque-se, por exemplo, a inserção de colegas estrangeiros em projetos de investigação e outras parcerias diretamente relacionadas com a condução de projectos (Araújo, Fontes & Novais, 2013; Fontes, Videira & Calapez, 2013).

Acrescentemos que as redes de investigação, situadas em contextos de elevada incerteza, são normalmente dinâmicas e marcadas por atividades estabelecidas segundo sequências que é necessário manter, a fim de cumprir determinados objetivos.

Portanto, a persistência nas redes, sobretudo as que se mantêm desde a fase de doutoramento – que corresponde, normalmente, aos períodos mais longos de mobilidade – implica uma relação contínua com os membros da rede (Fontes, Videira & Calapez, 2013), local onde se acertam ritmos a partilhar pelos membros. A este respeito, acrescente-se que estudos tendem a indicar, por exemplo, que os homens têm mais facilidade do que as mulheres, por razões de ordem sociológica, em permanecer nas redes, devido ao facto de estarem mais vulneráveis a interrupções relacionadas com as temporalidades biológicas (Araújo & Fontes, 2013b).

As redes são particularmente relevantes em momentos de menor abertura do mercado de trabalho em ciência, quando funcionam no apoio à identificação de oportunidades de emprego em países estrangeiros e/ou nas áreas de residência (Fernandez-Zubieta, 2013). Diretamente relacionadas com a diáspora, as redes estabelecidas ou a que pertencem cientistas atualmente em Portugal funcionam como caminhos de entrada para cientistas mais novos em outros ambientes de investigação e de vida (Fontes, 2007). Com efeito, em vários destes casos, as redes não atuam de forma linear, mas por meio de contactos diversos e imprevistos realizados pelos cientistas entre si (Araújo, Fontes & Novais, 2013).

No que respeita à inserção e iniciação em redes, os cientistas seniores acabam por ter muita influência na seleção e acesso dos mais novos à informação e ao conhecimento disponível nas redes (Araújo & Fontes, 2013a, 2013b; Murakami, 2014), o que acontece independentemente do lugar a

que estejam fixados. Os cientistas mais jovens podem, inclusivamente, não estar em mobilidade de curta ou longa duração e beneficiarem das redes a que pertencem os cientistas que estão há mais tempo na rede (Araújo & Fontes, 2013b). Importante será acrescentar, e ao contrário do que alguns atores tendem a entender como resultado de políticas de incentivo à construção de redes, que as carreiras em ciência incluem uma dose elevada de imprevisto e de aleatoriedade, em resultado de encontros não intencionais que se revelam, posteriormente, capitais no desenrolar dos projetos dos cientistas, nomeadamente quando estão em mobilidade. O excerto que deixamos abaixo encerra esta ideia, sobre o efeito das “coisas aleatórias do destino”:

[antes] não havia, de todo, essas facilidades de comunicação, *e-mails* e essas coisas todas. E, portanto, foi basicamente isso, ou seja, a criação dessas redes, nomeadamente com essa e conseguimos entrar nesse programa que também deu algum financiamento para começarmos, não só para missões, mas, também, para começarmos a recolher os doentes, o básico, comprar um computador para pôr as bases de dados e essas coisas. E, portanto, o conhecimento foi adquirido nalgumas missões em que íamos, de facto, a cursos de formação, em vários sítios da Europa, porque isso era uma rede de vários países europeus, nomeadamente Inglaterra e na Alemanha, também em paralelo. Estávamos, de facto, a estabelecer essa parceria com o professor X, nos Estados Unidos e, portanto, mantivemos sempre, digamos, estas duas vias, a Europeia e a dos Estados Unidos e, portanto, ele vinha cá, também nos dava alguma formação, nós íamos lá... (...) São coisas... às vezes as coisas aleatórias do destino, chamemos-lhe assim... portanto, o professor X, ele é cidadão americano mas é filho de portugueses, aliás ele nasceu cá, só foi aos seis ou sete anos para os Estados Unidos, quando os pais emigraram, e fez lá a formação dele e, portanto, tinha, na altura, que já se reformou, tinha cá um familiar que era o professor Y, que era o responsável, na altura do centro de [designação], que é um centro, agora considerado ou classificado como de excelência nesta área e, portanto, foi esse o contacto. Ele veio falar com o familiar e disse:” será que não há aí pessoas interessadas em estudar esta doença? Pronto, então o professor Y é quem faz os contactos aqui com essa área depois entra a professora A e as coisas começam assim. Desta forma “informal”. (E 37)

O entendimento das redes científicas como parte integrante de uma diáspora é ainda relevante na perspetiva da facilitação de trocas entre unidades de investigação de países distintos e geograficamente distantes. Neste caso, as ligações pessoais entre cientistas nacionais com mobilidade e cientistas expatriados são perspetivadas como úteis na dinamização dos centros e instituições nacionais ou na mobilização de resultados científicos com potencial de inovação.

Nas entrevistas que realizámos ficou demonstrado que os cientistas portugueses com mobilidade internacional procuravam nesta, particularmente, o acesso a redes e a possibilidade de acumularem mais valor simbólico à sua trajetória, incluindo nesta dimensão, a própria experiência de internacionalização. Através de entrevistas, pudemos constatar que o tipo e o número de relações influem sobre a carreira. Foi observável o efeito positivo da proximidade a investigadores com trajetórias e carteiras de redes internacionais sobre a inserção no campo académico e, ainda, sobre a produtividade dos mais novos, particularmente no que se refere ao número de publicações internacionais.

Um dos investigadores que entrevistámos no âmbito do projeto *MobiScience*, já mencionado afirma o seguinte acerca do impacto da mobilidade que fez durante parte do tempo de doutoramento que considera ter-lhe dado uma “injeção de ar fresco”:

entrei no projeto europeu a convite (rede entre institutos, empresas e universidades). Entrei para o projeto por convite e porque era da minha área. Deste projecto surgiram contactos e surgiram projetos, nomeadamente um grande projeto europeu (...) A nível profissional, não teve um impacto imediato. Eu, ao lá estar, comecei a publicar: antigamente era muito raro as pessoas em Portugal publicarem. E esse é um impacto relevante. Deu-me uma confiança que eu não tinha. (...) Ir para fora é sempre uma injeção de ar fresco. Eu vejo o mover como aceitar desafios. O ir para fora faz-nos ter *deadlines*, abrir a cabeça (...) A pessoa com quem comecei a trabalhar tinha contactos com [instituto de investigação da empresa onde colaborei]. Numa primeira vez fui por seis meses. Correu bem e foi feito um convite para ficar. Como tinha que fazer o doutoramento, aproveitei. (E17)

A relação que se estabelece entre mobilidade e acesso a redes pode sugerir algumas dúvidas, desde que esta mobilidade, mesmo de longa duração, possa não resultar na entrada em redes. Um facto que se pode ficar a dever a alguns motivos, entre os quais a natureza da relação com os

orientadores, os capitais sociais e relacionais destes, as dificuldades familiares e ou pessoais e o isolamento pessoal. Ou também possa conduzir à entrada em redes que não favorecem os centros/países de origem, devido à ausência de laços com estes contextos, ou à demasiada centralidade de alguns centros/países que atraem para si o financiamento e o prestígio, exigindo deslocação efetiva na sua direção. Ainda se pode colocar a hipótese de as redes a que se acede poderem revelar-se castradoras, dificultarem a projeção individual de alguns membros.

A mobilidade de cientistas é normalmente equacionada a partir de uma problematização de tipo estrutural que a tende a conceber como parte integrante da inevitabilidade da circulação de cérebros no mundo global. Os motivos por que se movem, as escolhas que fazem e os impactos da mobilidade nas carreiras são alguns dos pontos mais estudados. Acontece que nos últimos anos se tem vindo a dar mais atenção a questões de ordem subjetiva e outras relacionadas com as experiências dos próprios investigadores, incluindo a influência de motivações familiares e culturais na definição da mobilidade ou, pelo menos, de um tipo específico de mobilidade. Mas, a mobilidade, sobretudo de curta e longa duração, implica processos de adaptação cultural que não envolvem apenas redes institucionalizadas e constituídas na base das afinidades de área científica e académica, mas também familiares e outras (Harvey, 2011).

AS REDES E A MOBILIDADE NA PERSPECTIVA DA CULTURA

A ciência e a investigação científica foram classificadas sob o prisma do universalismo e ausência de fronteiras, mas as tendências hoje dominantes continuam a ser bastante valorizadoras das fronteiras nacionais, sendo certo que a ciência e a investigação são mundos de elevada competição onde se jogam interesses diversos. Tal como frisa Wagner (2015), o exercício da transnacionalidade em ciência tenha tanto de rico, como de perverso, ao ser proposta como inevitável e necessária e, ao mesmo tempo, revelar-se como inexequível, na prática efetiva da ciência. Isto porque, mais do que conjuntos de investigadores de nacionalidades diversas e com mobilidades várias, a transnacionalidade inclui o exercício de distanciamento face a modos de estar anteriores e a aproximação a um conjunto de valores e modos de estar Outro constituído no próprio espaço partilhado pelos investigadores “estrangeiros”.

De todo o modo, os investigadores com mobilidade e sobretudo os que empreenderam este percurso com objetivos de formação, tendem a

descrever o potencial da mobilidade, em termos de desenvolvimento pessoal e cultural. O contacto com outras culturas, a abertura a outros pontos de vista, a aprendizagem de outras regras em contexto organizacional são alguns dos pontos positivos citados pelos entrevistados no nosso estudo (MobiScience). Na sua grande parte, a narrativa da mobilidade conta-se de modo vislumbrado e só de forma implícita surgem mencionados aspectos relacionados com o fechamento dos grupos e a experiência de estranhamento dos próprios investigadores, face aos grupos já estabelecidos e com algumas dificuldades de integração nos países onde realizam a mobilidade.

Um dos cientistas que entrevistávamos no âmbito do mesmo projecto já mencionado (MobiScience), afirmou que a experiência de mobilidade lhe permitiu “apanhar um banho” de várias culturas, mas avançou algo mais sobre o que considerou a “tendência xenófoba” que sentiu em França (E4).

Ainda pouco salientadas nos estudos acerca das redes internacionais e transnacionais de conhecimento, as questões relacionadas com a raça e a etnia são cada vez mais sujeitas à análise. Assume-se que as colaborações e a propensão para a entrada e permanência nas redes se correlacionam com a atuação de mecanismos facilitadores e/ou inibidores inerentes às representações dos diversos atores envolvidos, particularmente em contextos de investigação internacional e transnacional.

As redes de investigação são suscetíveis de usufruir da variedade de interesses que podem estar presentes, assim como da diversidade cultural potenciada pelo encontro de cientistas de várias proveniências. Mas, ao munirem-se de circuitos próprios de avaliação e de disseminação da investigação – seja através de publicações e ou congressos – elas podem acomodar mecanismos de seleção e de barreira, entre os quais as características étnicas dos próprios cientistas (Wagner, 2015).

A este respeito, Parker e Bozeman (2015) garantem haver falsas representações sobre género e raça que afetam negativamente a permanência em redes e impedem a obtenção de contributos positivos para as carreiras individuais. Estas questões são novas, ainda que a realidade que as sustenta seja intemporal e tenha acompanhado toda a expansão da ciência no mundo. Os universos organizacionais dedicados à ciência e ao conhecimento relacionam-se com dimensões culturais, a diversos níveis. A teoria das redes assinala a influência das afinidades na constituição das redes (Murakami, 2014) e, portanto, na entrada e permanência nas mesmas, enfatizando, muito explicitamente, as dinâmicas de poder e de elitização que configuram, mesmo dentro dos mesmos *clusters* marcados pelo relacionamento histórico e/ou pela proximidade linguística.

Num sentido diferente às abordagens sobre a facilidade de circulação e expansão da transnacionalidade em ciência, alguns estudos mostram que a proximidade física não é, por exemplo, sinónimo de maior entendimento e fonte de colaboração e de constituição de redes. Sobrepõem-se, neste caso, as afinidades linguísticas e históricas (por exemplo, a relação entre Índia e Reino Unido ou Brasil e Portugal). Com efeito, na maior parte dos estudos a dimensão cultural é indicada numa vertente mais positiva, uma espécie de óleo que favorece o estabelecimento de relações e garante a interação comunicativa adequada aos contextos de experiência transnacional.

Tal como dissemos antes, assume-se que àquelas redes estão ligadas, por seu turno, as dinâmicas próprias do campo científico, ao nível da publicação, condução e participação em projetos, atração de financiamento e reconhecimento. Trata-se de uma visão estrutural do fenómeno² que tem vingado ao longo dos últimos anos como explicação principal para a necessidade de considerar o ainda não definido “grau de internacionalização” das carreiras e das instituições de investigação e ensino, assim contado como um dos principais indicadores de performance individual e institucional, nas várias modalidades de avaliação existentes.

Na linha de alguns autores (Sassen, 2003), podemos dizer que, além de estrutural, é uma visão bastante alicerçada na ideia sobre a inevitabilidade de as deslocações de pessoas responderem, de algum modo, aos movimentos do capital num mundo crescentemente digital e em constante redefinição de fronteiras, em termos de participação nos fluxos de capital e de informação (Sassen, 2003). Mas, visões mais construtivistas e pragmáticas perspetivam outros ângulos do fenómeno do acesso e constituição das colaborações em ciência, dando conta da relevância que algumas variáveis, como a naturalidade, a nacionalidade, a etnia e o género acabam por ter na definição dos efeitos da mobilidade (Parker & Bozeman, 2015). Sob este ponto de vista, colocam-se diversas interrogações à concretização da transnacionalidade em ciência, definida como atividade interdependente desenvolvida em contextos espaciais e temporais específicos, normalmente exigindo a partilha dos mesmos recursos. Por exemplo, Wagner, em tom irónico, dá conta do carácter performativo da necessidade de pertença a redes como condição para a constituição da carreira na investigação:

Boston - A “Meca” dos pesquisadores de ciências da vida -
2011- durante o evento organizado pela associação de pós

² Para um entendimento dos paradigmas e teorias explicativas da mobilidade de investigadores, sugere-se a leitura de Videira (2013).

doutoramento, nomeado “carreiras de investigação”: na enorme sala de conferências do hotel estão cerca de mil investigadores que trabalham em instituições nos Estados Unidos da América. Um dos principais oradores, um especialista norte-americano que se dedica a falar sobre o modo como “construir carreira na área de ciência”, começa o seu espetáculo. O tema é: o que fazer depois do seu pós doutoramento? O slogan é este: *networking, networking, networking!* (Wagner, 2015, p. 379)

Com efeito, alguns autores tendem a afirmar que a relação entre redes e mobilidade se tornou de tal forma performativa, ao definir-se como um referencial a ser seguido por instituições e investigadores (Wagner, 2015), que outras barreiras e dificuldades que se impõem à sua concretização acabaram menos consideradas.

No entender desta autora, o esforço que fazem os cientistas, no sentido de pertencer a redes e estabelecerem pontes para o trabalho colaborativo encobre algumas dificuldades que se relacionam com dimensões culturais inscritas na natureza da relação que se estabelece em situações que implicam contacto intercultural.

Assim, só mais recentemente esta questão tem sido tratada sob o prisma da discriminação (Wagner, 2015) que conta na definição objetiva dos percursos individuais e das estratégias desenvolvidas pelos próprios investigadores para superarem os mecanismos de invisibilidade e/ou menorização a que podem estar sujeitos, quando em ambientes internacionais de onde escapa a concretização política efetiva da prática da transnacionalidade.

Wagner fala-nos da situação nos Estados Unidos da América. Trata-se de um país que recebe um número elevado de investigadores estrangeiros sem grandes oportunidades de desenvolverem, depois da estadia nos EUA, atividade profissional com alguma estabilidade naquele país. Na perspetiva da autora, esta falta de oportunidades deve-se à existência de processos discriminatórios implícitos que afastam os estrangeiros do acesso a lugares mais estáveis e com mais prestígio. “Estrangeiros” para quem a integração resulta de sucessivas discriminações que se reforçam entre si (por exemplo, etnia, género e idade) que confluem para menor aceitação no mercado de trabalho.

Diversos trabalhos realizados mais recentemente e outros conduzidos no contexto de pesquisas sobre emigração dão conta das dificuldades de integração sentidas pelos investigadores, particularmente dos que ainda não se encontram ligados a redes quando saem dos seus países de

origem. Os trabalhos sobre brasileiros em Portugal (Araújo & Silva, 2014; França, 2016), portugueses no Brasil, polacos e certos europeus nos EUA (Wagner, 2015) são alguns dos que podemos mencionar para demonstrar uma outra realidade experienciada pelos investigadores e cientistas que se movem para outros países. Wagner (2015) explica que nos EUA os investigadores oriundos de países do sul asiático e sul europeu, assim como leste europeu, enfrentam dificuldades de acesso às posições mais estáveis. Esta mesma conclusão obtém-se em estudos realizados na Ásia e na África do Sul (Do & Pham, 2016).

Os sentimentos, as emoções e os julgamentos individuais existem por relação com as estruturas (Admeh citada em Anthias, 2016, p. 176). Neste sentido, os lugares de identidade e de pertença são estruturalmente condicionados e reenviam continuamente a mecanismos que ultrapassam a esfera do poder individual. Existem diversas formas de mobilidade e estas comportam objetivos também diferenciados. Durante muitos anos, a mobilidade de investigadores tem sido entendida como um fenómeno diferente da emigração, por implicar estadias maioritariamente voluntárias e temporárias e com efeitos positivos sobre quem se move. A análise das histórias de vida, considerando os sentimentos e as apreciações dos próprios que realizam mobilidade dão conta das fronteiras que ainda se encontram instituídas nos espaços mais paradigmaticamente conotados com cosmopolitismo e transnacionalidade.

Para alguns autores (Anthias, 2016), a fixidez das pertenças, quando analisamos movimentos de deslocação e de transnacionalidade não faz sentido, uma vez que se supõe que a própria transnacionalidade cria um espaço liminar de integração que é a condição necessária à sua realização. Trata-se de um processo particularmente relevante na análise das carreiras em ciência que, tal como já adiantámos acima, se constituem no valor atribuído ao reconhecimento externo, designadamente internacional. Efetivamente, tal como mencionam Martiniello e Rea (2014), os percursos profissionais (que os autores definem a partir da carreira), são culturalmente constituídos em várias frentes, incluindo a da cultura da área científica.

Ainda que os investigadores tendam a afirmar a interiorização e a convivência com este alinhamento, as narrativas que recolhemos mostram a afirmação das pertenças nacionais, na construção da identidade durante a mobilidade. A experiência de mobilidade em países diferentes acarreta o jogo e a negociação de pertenças que se definem a diferentes escalas e se por vezes, estas passam despercebidas (em muitos casos, os investigadores levam consigo as famílias), noutros casos, elas revelam um poder

constitutivo da própria experiência, durante a qual quem fica com o estatuto do Outro pode acabar situado nas margens dos fenômenos coletivos da ciência.

No projeto do qual participámos, as referências a dificuldades de integração foram explicitadas, sobretudo no que diz respeito à associação dos “portugueses” a mobilidades e migrações não qualificadas. Com efeito, a maioria dos entrevistados frisou as vantagens e a abertura que para eles sinalizou a experiência de mobilidade, neste caso movida apenas por interesses de investigação e conclusão de estudos. Situação que merece ser aprofundada, agora sob o ângulo da procura de emprego e inserção no mercado de trabalho, momentos em que as “diferenças” culturais podem surgir mais salientes na definição dos percursos e das próprias experiências.

CONCLUSÃO

Parece-nos que a questão da divisão e do relacionamento transcultural em ciência merece ser aprofundado, atendendo aos movimentos concretos de deslocação física e identitária que ocorrem no mundo. Neste breve texto, procuramos deixar algumas pistas de análise do fenómeno da construção das redes em ciência e sua relação com a mobilidade dos cientistas, dando conta do modo como as atuais experiências dos investigadores são marcadas enquanto processos de inclusão/ exclusão que incluem efeitos de variáveis diversas que atuam na definição de fronteiras de identidade. Sugerimos, como ponto final, que a compreensão da relação entre redes e mobilidade de cientistas ganha com a análise da dimensão transnacional da ciência e a difícil concretização desta perante os modelos de construção identitária e de valorização dos resultados científicos bastante alicerçados na separações baseadas na fronteira determinada pela nacionalidade.

Com efeito e no seguimento de Anthias (2016) pode sustentar-se que as redes acolhem, em simultâneo, diversos espaços e tempos de pertença, sendo que, do ponto de vista prático e político, o seu funcionamento, incluindo os posicionamentos dos membros no seu interior, retirariam proveito do seu entendimento enquanto espaços de encontro cultural, mais do que de diferença cultural. Deste modo, entende-se a mobilidade e o acesso a redes como processos culturais que implicam todo um conjunto de interações que envolvem muito particularmente o trabalho sobre o outro e as suas expectativas, tendo de ser necessariamente levada em conta a desconstrução sobre pressupostos e preconceitos que são ainda constitutivos dos modos de estar em ciência. Ainda no seguimento de Anthias

(2016) consideramos ser pertinente o uso do conceito de “translocação”, dando conta da experiência situada entre espaços múltiplos, fraturados e inter-relacionados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anthias, F. (2016). Interconnecting boundaries of identity and belonging and hierarchy-making within transnational mobility studies: Framing inequalities. *Current Sociology Monograph*, 64(2), 172-190.
- Araújo, E. & Fontes, M. (2013a). O Tempo e o(s) Saber(es): o papel dos cientistas seniores na investigação científica e na promoção das redes em Ciência - apresentação de projeto em curso. *Caleidoscópio*, 13, 33-34.
- Araújo, E. & Fontes, M. (2013b). Mobilidade de Investigadores em Portugal: uma abordagem de género. *Revista Ibero-Americana de Ciência e Tecnologia*, 23, 9-43.
- Araújo, E.; Fontes, M. & Bento, S. (Eds.) (2013). *Para um debate sobre a “Fuga de Cérebros”*. Braga: CECS.
- Araújo, E.; Fontes, M. & Novais, A. (2013, junho). International networks and scientific mobility: mitigating the effects of a disinvestment in science. Comunicação apresentada na Conferência “KITAB 2014”, Lisboa.
- Araújo, E. & Silva, S. (2014). Ecos do tempo: a mobilidade de investigadores brasileiros em Portugal. *Sociologias*, 16(37), 218-250. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/38992>
- Bozeman, B. & Corley, E. (2004). Scientists' collaboration strategies: implications for scientific and technical human capital. *Research Policy*, 33(4), 599-616.
- Bozeman, B.; Dietz, J. & Gaughan, M. (2001). Scientific and technical human capital: an alternative model for research evaluation. *International Journal of Technology Management*, 22(7/8), 716-740.
- Breschi, St. & Lissoni, F. (2001). Knowledge spillovers and local innovation systems: a critical survey, *Industrial and Corporate Change*, 10(4), 975-1005.
- Canibano, C.; Otamendi, J. & Andújar, I. (2008). Measuring and assessing researcher mobility from CV analysis: the case of the Ramón y Cajal programme in Spain. *Research Evaluation*, 17(1), 17-31.

- Comissão Europeia (CE) (2014). *Marie Curie Researchers And Their Long-Term Career Development: A Comparative Study*. Retirado de http://ec.europa.eu/research/fp7/pdf/mca/marie_curie_researchers_and_their_long-term_career_development.pdf
- Delicado, A. (2010). O retorno dos “cérebros”: regresso e reintegração dos investigadores portugueses em mobilidade. *Revista ibero americana de ciencia tecnologia y sociedad*, 5(15), 1-2.
- Do, T. & Pham, D. (2016). Challenges of Student Mobility in Southeast Asia. *Internacional Higher Education*, 84. Retirado de <https://ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ihe/article/viewFile/9118/8218>
- Fernandez-Zubieta; Geuna, A. & Lawson, C. (2013). Researchers’ mobility and its impact on scientific productivity. *Political Economy*, 10(1), 1-22.
- Fontes, M. & Araújo, E. (2013). (I) mobilidades e redes científicas internacionais: Contextos e relações em mudança. In E. Araújo; M. Fontes & S. Bento (Eds.), *Para um debate sobre Mobilidade e Fuga de Cérebros* (pp. 97-124). Braga: CECS/UM.
- Fontes, M. (2007). Scientific mobility policies: how Portuguese scientists envisage the return Home. *Science and Public Policy*, 34(4), 284-298.
- Fontes, M.; Videira, P. & Calapez, T. (2013). The impact of long term scientific mobility on the creation of persistent knowledge networks. *Mobilities*, 8, 440-465.
- França, T. (2016). Mulheres, Imigrantes e Acadêmicas: Teorias da Interseccionalidade para Pensar a Mobilidade Científica. *Tomo*, 26, 203-240.
- Grosfoguel, R. (2009). Para descolonizar os estudos da economia política e os Estudos Pós-Coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In Boaventura S. Santos & M. P. Menezes, *Epistemologias do Sul* (pp. 383-419). Coimbra: Almedina/CES.
- Harvey, W. S. (2011). British and Indian scientists moving to the United States. *Work and Occupations*, 38(1), 68-100.
- Levitt, P. (2001). *The Transnational Villagers*. USA: University of California Press.
- Martiniello, M & Rea, A. (2014). The concept of migratory careers: Elements for a new theoretical perspective of contemporary human mobility. *Current Sociology*, 62(7), 1079-1096.
- Murakami, Y. (2014). Influences of return migration on international collaborative research networks: cases of Japanese scientists returning from the US. *The Journal of Technology Transfer*, 39(4), 616-634.

- Musselin, C. (2004). Towards a European academic labour market? Some lessons drawn from empirical studies on academic mobility. *Higher Education*, 48, 55-78.
- Parker, M. & Bozeman, B. (2015). Desenvolvendo uma teoria repertório - colaboração, raça e género tal como aplicada à política em CTEM. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(2), 161-174.
- Santos, Boaventura S. & Menezes, M. P. (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: CES, Almedina.
- Sassen, S. (2003). Globalization or Denationalization. *Review of International Political Economy*, 10(1), 1-22.
- Unesco (2016). *Sciencereporttowards 2030*. Retirado de 2030 <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002354/235406e.pdf>
- Videira, P. (2013). A mobilidade internacional dos cientistas: construções teóricas e respostas políticas. In E. Araújo; M. Fontes & S. Bento (Eds.), *Para um Debate sobre a "Fuga De Cérebros"* (pp. 138-162). Braga: CECS
- Wagner, I. (2015). Entre a dupla ausência e o profissional transnacional - o "não dito" da mobilidade científica. *Comunicação e Sociedade*, 28, 379-399.

Citação:

Araújo, E. (2017). A mobilidade de cientistas. In M. Gama & H. Sousa (Eds.), *Contributos do Congresso Internacional "Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona"* (pp. 214-230). Braga: CECS.

JORGE SILVA

jeremias_1981@hotmail.com

UNIVERSIDADE DO MINHO, PORTUGAL

A DIMENSÃO CULTURAL DA POLÍTICA EXTERNA DA UNIÃO EUROPEIA NO PERÍODO PÓS MAASTRICHT

RESUMO

O final da Guerra Fria potenciou a projeção de novos atores, levando a um poder menos estatocêntrico. Assim, outras abordagens às Relações Internacionais surgem e, nesse sentido, a União Europeia (UE) viria a dar um contributo próprio na medida em que o tradicional *hardpower* vem dar lugar a uma visão mais participativa e inclusiva, seguindo a cartilha normativa, premiando os valores, a cooperação e a atração (*softpower*). Notamos que apesar da consolidação, nos anos 2000, de uma literatura académica acerca da UE enquanto ator normativo, que veio clarificar a sua ação externa *sui generis*, menor atenção tem sido dada à matriz cultural da União e como a mesma se materializa na sua política externa. Além de a cultura dar um contributo importante para que exista confiança entre as nações, ela faz parte da forma como a UE se concebe não só enquanto projeto de integração (dinâmicas internas) mas também como ela organiza as suas relações com terceiros. As dimensões culturais nas relações externas da UE ganham maior relevância a partir do tratado de Maastricht, sendo que se distinguem duas vertentes de “cultura” nos *outputs* da UE: a vertente normativa e a vertente material. A ligação destas duas vertentes faz parte da estratégia da política externa da UE enquanto instrumento estratégico.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura; política cultural; União Europeia; relações internacionais

INTRODUÇÃO

A dimensão cultural da política externa da União Europeia, é parte da estratégia para as suas relações externas com o resto do globo, uma vez que elas são, de alguma forma, indissociáveis de outras políticas cruciais para o funcionamento e desempenho assertivo da União. Assim, “as

relações políticas, económicas, culturais e sociais estão de fato vinculadas entre si, configurando uma interdependência” (Gama, 2011, p. 12). A cultura e seus agentes são vistos como elementos fundamentais que ajudam na construção de um mundo mais pacífico, ajudam a compreender a identidade de um povo e são capazes de gerir as diferenças em detrimento do conflito. Nesse sentido, argumenta-se que

no contexto de conflitos político-sociais (...) quando tendem a ser violentos, determinados aspetos da identidade podem ser colocados sob pressão (...) num caso extremo pode vir a ser uma questão de vida ou morte (...) assim, os músicos, historiadores, arqueólogos, linguistas e outros criadores de cultura podem desempenhar um papel fundamental (...) é assim que as artes e a cultura são colocadas ao serviço da formação da identidade. (Hippler, 2013, pp. 13-14)

O objetivo da presente dissertação consiste em questionar o papel da cultura na política externa da política externa da UE no período pós Maastricht e, em concreto, qual o impacto desta dimensão na relação com o Brasil, fazendo ainda uma comparação com a Rússia. Não é nosso objetivo elaborar um trabalho que abarque todas as dimensões culturais desenvolvidas pela UE nas suas políticas mas clarificar a influência de um domínio enunciado como basilar do projeto europeu mas cuja projeção e operacionalização surge, *a priori*, como difusa e pouco visível.

As relações externas conhecem um desenvolvimento institucional no seio da UE em 1992, aquando do Tratado de Maastricht, e segundo Xavier este mesmo tratado “institucionaliza a UE como nova personagem política que introduz um segundo pilar dedicado exclusivamente à Política Externa e de Segurança Comum (PESC)” (2013, p. 144). Assim, considerando que o presente estudo se debruça sobre a política externa na sua dimensão cultural, o balizamento histórico iniciar-se-á a partir dessa época. É conhecido que a UE tem uma posição estratégica e uma dimensão internacional, contudo, para efeitos de influência e atuação, ela é agora um dos atores centrais das Relações Internacionais (RI). Para Xavier é “claro que a UE tem a capacidade para agir como um actor estratégico no plano internacional e como uma comunidade de normas e valores de estabilidade e cooperação em toda a Europa, vizinhança próxima e parceiros estratégicos” (2010, p. 230). São, no fundo, estes laços e políticas adotadas em relação à integração e cooperação que o final da Guerra Fria teve um papel potenciador para a nova imagem e atitude da UE, com cada vez mais membros – numa

clara política de alargamento e aprofundamento – e com uma política externa que consagra acentuadamente as relações comerciais e económicas, ramificando-se um pouco por todo o globo, expandindo assim a sua área de atuação e influência. Adicionalmente, para Teixeira,

o fim da guerra fria (...) vêem alterar completamente o lugar e o papel internacional da Comunidade Europeia: não é já um actor de dimensão regional, sem autonomia (...) mas um actor de dimensão mundial e um pólo estruturante da cena internacional, em particular da nova ordem europeia. (1998, pp. 126-127)

Essa posição e dimensão global deriva, em grande medida, das suas relações comerciais, já que além de esse ser o primeiro grande passo para a supressão de barreiras entre os seus países fundadores, foi também necessário enfrentar o desafio de uma relação mais aprofundada com o resto do mundo. Daí resultaria o primeiro assunto a ser tratado de forma conjunta tendo em vista interesses comuns, surgindo a Política Comercial Comum (PCC) que se torna numa das dinâmicas mais importantes da política externa europeia “a política comercial comum constitui um dos principais instrumentos das relações externas da União Europeia” (Comissão Europeia, 2014a, p. 1). Por outro lado, a UE pode ser apresentada como um arauto da cultura porque, sobre esta matéria, ela revelou um modelo de integração de identidades tão díspares (não obstante, uma base comum) e culturas diferentes numa só região de forma prática e consentida pelos seus membros. Contudo, afigurou-se uma tarefa custosa já que “era difícil congregar múltiplas vontades numa Europa culturalmente rica mas não homogênea” (Vicente, 2013, p. 32). O tema da cultura no seio da União poderá ser em alguns casos um assunto delicado tendo em conta que existem visões divergentes entre seus principais constituintes – os Estados membros – nomeadamente através daqueles que são vistos como “europeístas” e aqueles que são considerados de “eurocéticos”. Dessa forma, existia um confronto entre ambas as perspectivas, sendo que de um lado “estariam aqueles que queriam uma União mais ampla e mais aberta ao exterior; do outro lado estariam os que eram favoráveis a uma União mais profunda e mais integrada” (Espada, 1997, p. 445). À medida que a UE se vai alargando, outras sociedades entram dentro do seu perímetro, levando a que se formulem considerações sobre a alteridade e, nesse sentido, torna-se inevitável que “os cidadãos europeus questionem a forma como olham o Outro, o modo como acolhem os seus traços distintivos e se identificam com uma cultura de raiz comum mas progressivamente e irreversivelmente

mais heterogénea” (Matias, 2009, p. i). As questões ligadas ao “multiculturalismo” ou “interculturalismo” são colocadas à prova dentro do mesmo espaço, no sentido de promoverem o “sentimento de pertença a um grupo, a um espaço, a um conjunto de valores” (Matias, 2009, p. i). Muitas das vezes os cidadãos europeus têm medo que se perca a sua própria cultura e identidade, cuidando que, ao ser utilizado o termo “identidade cultural europeia”, a diversidade de culturas existentes na UE deixe de existir e a cultura nacional desapareça, dando lugar apenas a uma cultura única da UE, na qual os cidadãos não se revêm porque “uma das questões mais controversas sobre o debate europeu prende-se com a emergência e consolidação da identidade europeia” (Gaspar & Haro, 2011, p. 11). Esse facto faz com que exista um debate acerca do retrocesso na integração. Sobre essa matéria sublinhamos que a diversidade cultural é também tida como um dos elementos centrais do projeto europeu “Diversidade cultural; a riqueza das tradições, das línguas, das literaturas, das expressões artísticas e dos modos de vida é uma base para uma Europa unida. Proteger essa riqueza é uma das tarefas mais importantes da UE” (Weringh & Schürmann, 2004, p. 6), compreendendo-se assim que ela não retira mais ou menos identidade aos países membros, ao invés, vai fundar as bases para uma União mais consistente e unida, verificando que mesmo os europeístas (federalistas) defendem “uma federação europeia na qual o destino comum dos seus povos – retendo ainda as suas identidades específicas – é guiado, e o seu futuro assegurado, por autoridades comuns” (Espada, 1997, p. 457). Para alguns autores o verdadeiro problema da “multiculturalidade” e “interculturalidade” é resultado de outras ações levadas a cabo pela liberalização Ocidental:

“Cultura” e “as artes” são palavras emotivas no contexto político europeu e sujeitas a muitos mal-entendidos. As palavras, instintivamente, despertam o medo de que Bruxelas possa interferir com as culturas nacionais dos Estados membros e colocar em perigo a sua existência através do desenvolvimento de um multiculturalismo europeu sincrético. É claro que o caso não será aqui colocado. Pelo contrário: (...) a verdadeira fonte de perigo, especialmente para as pequenas culturas nacionais e regionais, pode ser vista na procura dentro do quadro da OMC para a abertura incondicional de todos os mercados, incluindo os mercados de bens culturais que no manual de Práticas da OMC, são, geralmente, identificadas com os efeitos negativos da globalização. (Weringh & Schürmann, 2004, p. 6)

Historicamente, a Europa passou por momentos muito atribulados, onde cada vitória e conquista se fazia com a espada ou arma em punho, contudo, hodiernamente, esse padrão foi substituído por outros que consideramos mais diplomáticos e menos violentos incluídos numa sociedade que, comumente se apelida de desenvolvida e civilizada. Se recorrermos a muitos séculos atrás, verificamos que a própria história fala-nos destas transformações e, como a própria epopeia Eneida, ela também alcança a dignidade praticando a virtude e promovendo a justiça. Vejamos que o início da construção europeia também teve os seus heróis – homens verdadeiros – que através da idealização de um mundo pacífico tornaram-se, na nossa perspectiva, heróis por uma causa em que cegamente acreditavam. Esses homens podem também ter uma ligação à própria Eneida, sendo, muitos deles, atores principais de uma sociedade que entra em consensos e acordos vários, continuando com uma resolução e entendimento por via do diálogo e da paz. À semelhança de Eneias (herói da Eneida) também estes homens europeus não se impõem pelas armas mas pela virtude, pela sabedoria, pela justiça, pela paz, pela cultura, pela sede de um mundo melhor e sem guerras (Gomes, 1989, p. 8). Não será desproporcionado dizer que a União inicia-se com homens que odiavam a guerra. A União é detentora de uma história ímpar, dotando-a assim de uma maior sensibilidade para lidar com o que é diferente e para com a alteridade, no sentido de promover uma coexistência pacífica mesmo com aqueles que agora se confrontam através das armas. Vejamos que neste contexto recorremos a Galtung e à sua fórmula do conceito de paz, argumentando que existe “paz direta + paz estrutural + paz cultural”, onde a primeira definição explica que consiste na

bondade física e verbal, boa para o corpo, a mente e o espírito do próprio e do outro; seria orientada para todas as necessidades básicas, a sobrevivência, o bem-estar, a liberdade e a identidade. (...) a paz positiva estrutural substituiria a repressão pela liberdade, e a exploração pela equidade, reforçando-as com diálogo em vez de imposição, integração em vez de segmentação, solidariedade em vez de fragmentação e participação em vez de marginalização (...) a paz positiva cultural substituiria a legitimação da violência pela legitimação da paz na religião, no direito e na ideologia; na linguagem; na arte e na ciência; nas escolas, universidades e media, construindo uma cultura de paz positiva. (Pureza, 2000, p. 39)

A União atua com ponderação, no sentido em que rejeita o uso primeiro da força relativamente a um comportamento agressivo, a um

comportamento mais associado ao *hard power* porque também ela deriva de uma mescla de povos e culturas cuja origem floresce através da guerra. Com efeito, a UE está hodiernamente orientada para a cultura da paz, que na conceção da Organização das Nações Unidas (ONU) compreendemos que, estando assim alinhada com a visão europeia,

consiste em valores, atitudes e comportamentos que refletem e inspiram interação social e partilha, com base nos princípios de liberdade, justiça e democracia, todos os direitos humanos, tolerância e solidariedade, que rejeitam a violência e se esforçam para evitar conflitos, abordando as suas raízes para resolver problemas através do diálogo e da negociação e que garantam o pleno exercício de todos os direitos e os meios para participar plenamente no processo de desenvolvimento da sua sociedade. (United Nations, 1997)

Nesse sentido, assenta no espírito europeu uma busca incessante pela estabilidade entre as nações, considerando-se que na esfera das RI que estabilidade é a

a probabilidade de o sistema reter todas as suas características essenciais; que nenhuma nação se torna dominante; que a maioria dos seus membros continua a sobreviver; e que a guerra em larga escala não ocorre. E, da perspectiva mais limitada das nações individuais, a estabilidade refere-se à probabilidade da sua contínua independência política e integridade territorial sem qualquer probabilidade significativa de se envolver numa “guerra por sobrevivência”. (Deutsch & Singer, 1964, pp. 390-391)

No entanto, o conceito de estabilidade está também relacionado com o conceito de segurança e esta, por sua vez, mostra-se diferente daquele que foi nas gerações anteriores, notando que

na Europa (...) a segurança nacional era unitária e fechada, que foi estabelecida e praticada enquanto as condições externas podiam ser ignoradas (...) na era da globalização económica quando um estado nacional entra no sistema competitivo do mercado global e a rede de informação aberta, a segurança nacional como um assunto abrangente e multi-nível, não pode ser apenas uma análise de segurança “três em um”. (Yizhou, s.d., pp. 3-4)

Nessa medida, o autor argumenta que por via do fenómeno da

globalização a estabilidade deverá ser entendida em três níveis distintos uma vez que ela compreende vários fatores. Assim, sublinha-se que:

em primeiro lugar, além dos significados da ciência militar e da diplomacia (por exemplo, a não invasão no território dos outros, a unificação de um estado nacional, a prevenção de ataques de guerra, a resolução de conflitos diplomáticos, a prevenção do confronto militar) (...) Segurança económica e tecnológica (pode ser ainda dividida em moeda, comércio, segurança de investimento, evitando grandes e periódicas turbulências para cima e para baixo, posse de meios e habilidades mais efetivas de competição, compreensão de vários elementos na era da informação) (...) Segurança social (o que significa o respeito pelos direitos e a responsabilidade da maioria, mantendo a paz entre todos os estratos, dando ao público senso de ordem e estabilidade, estabelecendo um equilíbrio adequado entre eficiência e justiça e controlando os lados negativos, como crimes, pobreza, corrupção, ignorância, segurança política. (Yizhou, s.d., p. 4)

Notamos assim que quer a estabilidade, quer a segurança estão sujeitas evoluções de entendimento e, portanto, de políticas para as alcançar, onde se sublinha que o mundo Ocidental tem procurado adaptar-se aos novos desafios colocados neste contexto evolutivo.

Num outro sentido, o espaço comum europeu foi e é palco de uma experiência cultural ímpar, assim, será de relevar que “em nenhuma outra região do mundo coexistem tantas histórias, culturas e línguas diferentes num espaço relativamente tão pequeno (...) na União Europeia não há uma identidade nacional, nem uma língua ou uma cultura comuns” (Savanevičienė & Stark, 2008, p. 55). A esse propósito parece existir uma maior sensibilidade para abraçar a esfera cultural, notando para o efeito que a UE é “uma ‘invenção cultural’, a partir de tomadas de consciência sucessivas, desde as celebrações de mitos, da evolução científica, dos cantos de poetas, do trabalho de artistas, às obras de intelectuais e de políticos imaginativos” (Rocha, 2003, p. 8). Contudo, em algumas circunstâncias, a cultura ainda é vista como um assunto que não merece um papel decisivo nas relações externas, tendo em conta que “o conceito de cultura tem, para os estudiosos das RI, uma certa conotação de frivolidade, remetendo para o idealismo e a utopia, em contraste com a dura realidade do mundo da política internacional” (Teles, 2009, p. 6). No entanto, a partir do Tratado de Maastricht, a cultura passa a ser uma matéria da responsabilidade

comunitária o que, só por si, lhe vem conferir uma maior importância. Nesse sentido e apesar de um orçamento limitado a cultura tem um lugar próprio na nova estratégia da UE para o período 2014-2020, designado de “Europa 2020” cujo objetivo é contribuir para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. O orçamento prevê dotar o:

serviço da investigação, da inovação e do desenvolvimento tecnológico (...) com 80 mil milhões de euros (...) a solidariedade a favor do crescimento sustentável e do emprego com 376 mil milhões de euros (...) para a Política Agrícola Comum (que terá uma abordagem em dois pilares) (...) prevê 281,8 mil milhões de euros ao Pilar 1 e 89,9 mil milhões de euros ao desenvolvimento rural, contando ainda com um montante adicional de 15,2 mil milhões de euros (...) para investir no capital humano (...) a Comissão pretende afetar 15,2 mil milhões de euros ao domínio da educação e da formação, bem como 1,6 mil milhões de euros para a cultura (...) para responder aos desafios suscitados pela migração (...) a Comissão prevê afetar 8,2 mil milhões de euros (...) para tornar a UE num protagonista global (...) propõe afetar 70 mil milhões de euros. (Comissão Europeia, 2011)

Existe uma discrepância significativa de valores entre a cultura e as outras políticas adotadas pela UE. Ainda assim ele vem promover uma maior dinâmica cultural entre a União e países terceiros, estando esse desiderato presente, respetivamente, nos pontos 3 e 5 do artigo 167º do TUE. Assim, um papel de importância relativa à cultura e às políticas em relação a países terceiros é consagrado no tratado. É após a sua entrada em vigor que a política externa da União passa a ter uma dimensão institucional e, acima de tudo, ela contribui para a imagem renovada da UE, capaz de se afirmar no mundo pós-guerra fria que se iniciava. Se partirmos das palavras do ex presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, percebemos que a componente cultural é tida, pelos líderes europeus, não só como a origem do projeto europeu, mas também como a condição do seu sucesso por ser constituinte da sua essência:

a União Europeia da cultura precedeu e alimentou a União Europeia económica e política que conhecemos hoje; e dado que a cultura sempre foi, e ainda é, mais do que nunca, o cimento que liga a Europa, juntos (...) conseguimos unir os nossos países em bases económicas e institucionais sólidas, e se isso acontecer, é porque a União foi reforçada pela existência de uma unidade fundamental

subjacente; o parentesco cultural compartilhado pelos europeus. Na sua própria essência, a nossa União é tanto política quanto – não tenhamos medo de dizê-lo – um projeto cultural. (2013)

Porém, quando olhamos para a cultura como uma política autónoma, compreendemos que ela não é, à semelhança de outras, uma política cuja definição seja clara. Como perceberemos, a chancela da cultura está um pouco aquém do idealizado pelos pais fundadores da União, que nas palavras de Adenauer “a Europa só será possível se uma comunidade de pessoas europeias for restaurada, em que toda população proporcionará o seu próprio contributo insubstituível e único para a economia e para a cultura, o pensamento, a poesia e a criatividade ocidentais europeias” (24 de março de 1946). Face ao exposto, sublinhamos que a cultura é uma componente forte na criação da União, porém, talvez essa componente não fosse iniciada e valorizada de uma forma clara e articulada, se tivémos em consideração as palavras de Jean Monnet, outro dos seus pais fundadores, referindo-se ao projeto europeu como “se eu tivesse que fazê-lo novamente, eu começaria primeiro pela cultura” (citado em Trichet, 2011). Esta asserção leva a questionar se a cultura é feita de forma efetiva desde a fundação da União. Ainda assim, apesar do esforço para colocar a cultura num lugar cimeiro das RI, compreendemos que ele é feito de forma cautelosa, isto é, num espírito de incentivo e não o de ator principal, uma vez que se cinge à complementaridade dos Estados membros, como podemos verificar no capítulo 167º do Tratado de Maastricht.

Não obstante aos discursos positivos que chegam das autoridades europeias em relação à cultura, notamos que eles se centram mais numa componente endógena, ou seja, cingindo-se às dinâmicas internas do processo de integração europeia. Nessa medida, se existe um esforço em perceber as lógicas culturais enquanto dimensão da política externa, não poderíamos deixar de fazer uma alusão a esta dimensão interna que, estamos certos, será necessária para nos ajudar a explicar o propósito desta tarefa. Assim, pretende-se contribuir para a clarificação dos elementos que nos remetem para a existência de uma dimensão cultural na atuação externa UE, e é sobre isso que propomos as nossas pesquisas. Desde logo será importante fazer aqui uma distinção sobre as variantes da cultura. Nesse sentido, temos por um lado a cultura enquanto valor, isto é, a cultura que concebe e reconhece todos os seres de forma igual, de modo a que exista uma coexistência baseada na tolerância e no respeito das culturas. Para a Unesco, a diversidade cultural “supõe o reconhecimento da igual, dignidade e o

respeito por todas as culturas, incluindo as das pessoas pertencentes a minorias e as dos povos indígenas” (Unesco, 2007, p. 3), alinhando-se assim com estes os valores fundamentais da UE “dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de Direito e respeito pelos direitos humanos” (Comissão Europeia, 2017a). Se esta é, por um lado, a perspetiva à qual podemos entender como sendo mais humanista da cultura, por outro lado, também existe uma vertente que se debruça mais sobre bens e serviços culturais, portanto, poderá ser interpretada como um bem material. Também, por sua vez, a Unesco refere-se a esta vertente como “atividades, bens e serviços que, considerados sob o ponto de vista da sua qualidade, uso ou finalidade específica, incorporam ou transmitem expressões culturais, independentemente do valor comercial que possam ter. As atividades culturais podem ser um fim em si mesmas, ou contribuir para a produção de bens e serviços culturais” (2007, p. 5). Será a partir destas duas aceções e vertentes de “cultura” que aprofundaremos o conceito, procurando distinguir as dinâmicas e os recursos que existem no campo cultural.

Assim, surge-nos uma questão: considerando que existe um forte empenho narrativo das instituições europeias sobre a dimensão cultural e as suas valências no período pós Guerra Fria, como é desenvolvida a ação cultural da UE num plano externo? Portanto, se a cultura – como vimos – pode ser perspetivada de duas formas diferentes (enquanto valor e/ou enquanto bem material), a política cultural externa da UE não só não é homogénea e estruturada como tende a depender dos seus parceiros estratégicos, induzindo que a mesma dimensão cultural consiste num conjunto de medidas adotadas em função de cada parceiro, não lhe conferindo por isso uma estratégia cultural sólida e inteiramente coerente.

Constatamos que a Europa é, na sua génese, um misto de culturas e de identidades. A cultura, por seu turno, é um recurso poderoso, através dela adensam-se conflitos ou resoluções pacíficas, uma aproximação ou a exclusão e a indiferença. Na conceção de Davies “a cultura pode contribuir para a estabilidade e para uma sensação de segurança (...) no entanto (...) quando se inclui apenas a “igualdade” e se exclui a “diferença”, a cultura pode provocar tensões e violência” (2013, p. 201). Também a Unesco comunga a ideia de que a cultura é um recurso poderoso e indo mais além, afirma que ela está ao serviço do desenvolvimento das comunidades em várias frentes e que pode ter impacto nelas, considerando que “a cultura pode ser um poderoso motor de desenvolvimento, com impactos sociais, económicos e ambientais a nível da comunidade” (2012, p. 3). Porém o papel da cultura nas relações externas da UE parece ser mais uma extensão de

outras políticas do que propriamente um assunto com uma política sólida e enraizada, já que apesar de ela estar consagrada nos ideais dos pais fundadores existe quem afirme que ela tem um propósito político, financeiro e económico. Para Vicente, a

integração europeia é antes de mais um processo político pelo que reduzir a sua capacidade de intervenção às esferas financeira e económica é produzir um rude golpe nas expectativas dos que crêem que a UE é o derradeiro reduto da paz e prosperidade no Velho Continente. (Unesco, 2012, p. 31)

Assim, como podemos constatar, não existe uma alusão ao campo cultural mas sim ao político, económico e financeiro. Na verdade, a referência a assuntos culturais está mencionada em Tratados e em parcerias estratégicas, onde o Tratado de Amesterdão (1997) traz alterações sobre a forma como devem ser tomadas as decisões. Segundo o Parlamento Europeu, este Tratado “estabeleceu um processo decisório mais eficaz, com a abstenção construtiva e a votação por maioria qualificada (VMQ)” (2014, p. 1). No último tratado assinado em Lisboa (2007) compreendemos que ele segue o mesmo caminho de Maastricht em relação aos seus desígnios culturais, não fazendo, por isso, qualquer alteração. No entanto, é em relação ao processo decisório que Lisboa adota uma postura diferente e segundo a Comissão Europeia “no Tratado de Lisboa, o voto por maioria qualificada é alargado a mais domínios (por exemplo, imigração e cultura)”¹.

Aquilo que se vai observando, quando se trata de resultados práticos, é que os líderes europeus parecem dar mais destaque a algumas matérias em detrimento de outras. Entende-se, assim, que a relação da UE com terceiros baseia-se em assuntos mais tradicionais como o comércio e a economia. Ao fazermos uma resenha do início da construção europeia até aos dias de hoje, verificamos que os momentos mais marcantes nunca se reportaram à cultura segundo se pode verificar na descrição da Comissão Europeia:

a partir de 1950, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço começa a unir económica e politicamente os países europeus, tendo em vista assegurar uma paz duradoura (...) A década de 60 (...) trata-se de um bom período para a economia, favorecida pelo facto de os países da União Europeia terem deixado de cobrar direitos aduaneiros sobre

¹ Tratado de Lisboa A Europa rumo ao século XXI. Retirado de <https://infoeuropa.eu/ocid.pt/files/database/000040001-000041000/000040179.pdf>

as trocas comerciais realizadas entre si (...) em Outubro de 1973, a Europa debate-se com uma crise energética e problemas económicos (...) Em 1986, é assinado o Acto Único Europeu (...) destinado a eliminar os entraves que se opõem ao livre fluxo de comércio na UE, criando assim o “Mercado Único” (...) Em 1993, é concluído o Mercado Único com as “quatro liberdades”: livre circulação de mercadorias, de serviços, de pessoas e de capitais (...) A partir de 2000, o euro torna-se a nova moeda de muitos europeus. O dia 11 de Setembro 2001 marca o início da “guerra contra o terrorismo” (...) os países da UE começam a colaborar de uma forma muito mais estreita para combater contra a criminalidade (...) O ano de 2010 arranca com uma grave crise económica, mas também com a esperança de que os investimentos nas novas tecnologias verdes e amigas do ambiente e a cooperação europeia mais estreita tragam crescimento e bem-estar duradouros. (2017b)

CULTURA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Especialmente a partir da queda do Muro de Berlim em 1989, a balança do poder mundial ganha novo rosto. Deixa-se para trás um mundo bipolar e dividido entre duas forças maiores para passar a ser mais heterogéneo no que concerne ao poder. Eis que se chegou a um mundo multipolar, já que “este nuevo escenario ha dado lugar a un relativo equilibrio del poder global, donde pareciera que ninguno de los actores – potencias mundiales – tiene la capacidad para imponerse por sí solo a los demás” (Schnake Gálvez, 2010, p. 20) e onde a grande diferença entre os povos é visível por distâncias ideológicas, “a ideologia pode ser definida como um conjunto de crenças baseadas em ideais (ou seja, a igualdade, o poder, justiça), que é transformado em um projeto que visa atingir a perfeição social através da gestão das relações sociais” (Ugarriza, 2009, p. 84), mas também pelas diferenças políticas, económicas e, especialmente, culturais “neste novo mundo, os conflitos mais generalizados, mais importantes e mais perigosos não ocorrerão entre as classes sociais, entre ricos e pobres ou outros grupos economicamente definidos, mas entre povos pertencentes a entidades culturais diferentes” (Huntington, 1999, p. 29). Após muitos anos de colonialismo, o Ocidente depara-se agora com uma nova realidade, os países não ocidentais estão agora a desenvolver riqueza económica e poder militar, conquistando maior influência política, nesse seguimento, tais sociedades começaram a reclamar pelos seus valores culturais e rejeitam

aqueles que são tidos como impostos pelo ocidente. Assim, fica claro que “o Ocidente é e continuará a ser durante anos, a civilização mais poderosa” (Huntington, 1999, p. 30). No entanto é preciso dar atenção aos sinais e perceber que o seu poder começa a ficar reduzido, ainda assim, se é verdade que existem sociedades que tentam uma aproximação ao Ocidente e almejam ser seus aliados, outras tentam a expansão do seu poder económico ou militar numa tentativa de resistência às forças ocidentais. Assim sendo, o ato simbólico da queda do muro de Berlim trouxe ao mundo várias “civilizações” e as afinidades ou diferenças culturais moldam os interesses e as associações dos Estados e o poder está a deslocar-se do Ocidente, ou seja, “a política global está a tornar-se multipolar e multicivilizacional” (Huntington, 1999, p. 30).

A AFIRMAÇÃO DA CULTURA PELA UE ENQUANTO DIMENSÃO EXTERNA

Abordar a noção de cultura ao qual teóricos e intelectuais nos indicam que ela pode ser visto por várias perspetivas ou à qual se podem fazer várias aceções. Contudo, parece ser evidente que qualquer que seja a *cultura*, ela não é, de modo algum, um ato que se pratica de forma isolada, isto é, “a cultura do indivíduo depende da cultura de um grupo ou classe e de que a cultura de um grupo ou classe pertence a toda a sociedade a que pertence esse grupo ou classe (Eliot, 1996, p. 22). Do lado europeu existe a consciência sobre o peso da dimensão cultural e das suas potencialidades, contudo as opiniões divergem, alguns autores argumentam que “o sucesso do processo de integração da União Europeia baseia-se tradicionalmente no essencial, na cooperação política e económica. A dimensão cultural tem sido negligenciada” (Davies, 2013, p. 203) foi a partir de Maastricht que veio um maior impulso aos assuntos ligados à cultura “o Tratado de Maastricht (...) historicamente orientado para a economia e o comércio, desenvolve ações culturais para salvaguardar, divulgar e fazer evoluir a cultura na Europa” (Comissão Europeia, 2013). É então a partir daqui que a cultura passa a ser uma responsabilidade comunitária. Vejamos que antes de Maastricht as alusões à cultura – numa perspetiva comum – eram muitos poucas porque “a UE não tinha competências culturais antes do Tratado de Maastricht” (Mokre, 2006). Assim, a partir do momento em que o tratado entrou em vigor, os Estados-membros passam a ter uma ligação mais acentuada e completa, nomeadamente, nos domínios da política e da componente social e cultural. No caso desta última, Maastricht dotou-a de uma base jurídica, onde a vem auxiliar nos enquadramentos legais e onde

o seu modo de operar se centrava no encorajamento, apoio e complementaridade, respeitando a diversidade cultural e evidenciando o seu património. Desta forma, a intervenção feita pela comunidade vai no sentido da “complementaridade” e “subsidiariedade” para com os países membros aos quais são atribuídos subsídios, – através da candidatura a programas – de forma a incentivar o tecido cultural da União com o objetivo de desenvolver e estimular cada vez mais o diálogo intercultural e valorizar o seu património. Assim, os benefícios deste tratado para com os países da UE traduzem-se, em larga medida, em

completar as suas iniciativas a fim de contribuir para a eclosão das respetivas culturas, no respeito pela sua diversidade nacional ou regional, no intuito de valorizar o património cultural comum (...) utiliza instrumentos de apoio às iniciativas culturais como o programa “Cultura”. (Matias, 2009, p. 100)

Num plano externo sublinha-se que a cultura ganha maior expressão constituindo um dos principais instrumentos de cooperação com os países terceiros, argumentando que, à luz da “Convenção da Unesco sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais” (2005), “a nova agenda para a cultura propõe o reforço da dimensão cultural enquanto elemento indispensável das relações externas da EU” (Comissão Europeia, 2010). Numa outra perspectiva, a cultura tem um contributo importante para o desenvolvimento das relações económicas e políticas com países terceiros. Entende-se que esta cooperação cultural – além de se mostrar como um veículo para a partilha de valores universais – oferece melhores oportunidades aos sectores culturais e criativos que, sendo geradores de riqueza material, entram na esfera económica “a cooperação cultural e a diplomacia cultural oferecem a melhor oportunidade (...) com países de fora da UE e beneficiarão da nossa compreensão mútua, bem como abrir novas oportunidades para nossos setores culturais e criativos” (Vassilliou, 2014, pp. 1-2). Num mesmo sentido de valorização, considera-se ainda que também as dinâmicas e os intercâmbios culturais com o resto do mundo contribuem para uma diversidade cultural rica, geradora de diálogo e valoriza os direitos humanos. Notemos que “a cultura, na medida em que promove o respeito mútuo e uma capacidade de escutar e compreender outros comportamentos, mentalidades, formas de pensar ou sentimentos de pertença a religiões ou credos diferentes, constitui um veículo poderoso para a promoção dos direitos humanos” (Parlamento Europeu, 2014, p. 3).

CONCLUSÃO

Os aspetos culturais, apesar de não serem o principal motivo da integração europeia, estiveram desde sempre ligados à sua fundação. Essencialmente, a busca por uma Europa que não mais se guiasse pelo belicismo passaria, segundo os seus fundadores, pela integração dos países europeus, onde no entender de Gasperi seria a forma para uma Europa assente na paz, fazendo notar que “o futuro não será construído através da força, nem do desejo de conquista, mas sim mediante a aplicação paciente do método democrático, o espírito construtivo da concórdia e o respeito pela liberdade” (Gasperi, 1953). Numa perspetiva interna europeia observa-se que os fundadores tinham em mente, acima de tudo, a preocupação de convergir em princípios fundamentais para uma vida pacífica entre as nações. Ainda assim, persistia a ideia de que não poderia ser criada uma comunidade efetiva a curto prazo, Schuman argumentando que “a Europa não será feita de uma só vez nem segundo um plano único. Será construída através de realizações concretas que comecem por criar uma solidariedade de facto” (Schuman, 1950). Nesse sentido, essa vontade culmina também numa tolerância idiossincrática dos países integrantes, tolerância essa que inspira o lema “unidade na diversidade” dando, pois, oportunidade a uma vida em comunidade livre de conflitos. Na conceção de Winston Churchill deveria seguir-se o caminho para “criar uma espécie de Estados Unidos da Europa. Só dessa forma centenas de milhões de trabalhadores poderão recuperar as alegrias e esperanças simples que dão sentido à vida” (Churchil, 1946).

É, portanto, neste sentido de estabilidade e de paz que assentam as bases da actual UE. Contudo, a ambição em alcançar uma região livre de perigo estava de tal ordem inculcada nas mentes dos europeus que na perspetiva de Denis de Rougemont, considerado como um “grande pioneiro da integração europeia”, acreditando numa “Europa cultural, numa Europa de participação direta das pessoas além do Estado-nação” (European Cultural Foundation, 2014) deveria caminhar-se mais além, considerando – já na primeira metade do século XX – que um sistema federal seria a única forma de unir os países de forma mais profunda, ultrapassando os propósitos económicos. Para este europeísta convicto, a ideia de federação terá necessariamente que passar por uma prova feita à tolerância dos Estados membros, mostrando-se, pois, como uma resposta ao totalitarismo, algo que o autor considera como “simplista”. Tal tolerância deverá premiar a aceitação da pluralidade cultural, e nesse sentido afirma que “o federalismo é baseado no amor da complexidade, em contraste com a simplicidade brutal que caracteriza a mente totalitária (...) o amor das complexidades

culturais” (Rougemont, 1947, p. 14). Assim, parece ser no substrato da diversidade cultural que reside o maior sucesso da integração, argumentando que visualiza uma “federação europeia [que] gira lentamente à volta de todos os tipos e formas. Aqui está um acordo económico, há um parentesco cultural que se afirma” (Rougemont, 1947, p. 14).

Apesar de, neste momento, não estarmos num sistema federal pleno – como vaticinaria Rougemont – concordamos que a cultura é um aspeto fundamental para a integração que temos hoje, nomeadamente, contribuindo para um sentimento de paz, gerindo as diferenças de forma positiva, considerando ainda que

cultura e criatividade são parte da vida diária dos cidadãos. São fatores importantes para o desenvolvimento pessoal, a coesão social e o crescimento económico. Mas eles significam muito mais: eles são os elementos essenciais de um projeto europeu baseado em valores comuns e um património comum (...) promover a compreensão intercultural confirma o lugar da cultura no coração de nossas políticas (European Commission, 2007, p. 1).

Nesse sentido, constata-se que a estratégia europeia assenta também num propósito de âmbito cultural que se destaca por contribuir para a coesão social e o crescimento económico. Dessa forma, “a UE está empenhada em desenvolver um papel cultural novo e mais ativo para a Europa nas relações internacionais, bem como para integrar a dimensão cultural como um elemento vital nas relações da Europa com países e regiões parceiras” (European Parliament, 2012, p. 14). Notamos assim uma preocupação em se servir das questões culturais como um instrumento de apoio às relações externas que, como verificamos, são baseadas na cartilha normativa europeia, considerando que “o poder da cultura ocorre através do facto de que os pressupostos são compartilhados e, portanto, reforçados mutuamente” (Schein, 2004, p. 35).

A UE tem a ambição de se relacionar com atores externos a si e, nesse sentido, a dimensão cultural da política externa da UE começa a desenhar-se a partir do mesmo momento em que a Comunidade Económica Europeia (CEE) transita para a nomenclatura atual – UE. É, pois, através de Maastricht que a cultura ganha influência a nível externo, e através do artigo 167º são reconhecidas as suas competências de carácter construtivo não só a nível interno mas fomentando também a cooperação com terceiros. Notemos assim que a UE vê vantagens nesta estratégia externa porque, desta forma, poderá projetar “a sua própria diversidade cultural a nível

internacional, ao mesmo tempo que afirma valores globalmente compartilhados num espírito de aprendizagem mútua. Isso permitirá que a União se promova para o resto do mundo” (European Commission, 2014, p. 105). Ainda assim, apesar da narrativa que privilegia as relações culturais com os países externos, notamos que a nível institucional ela é efetuada de forma pouco estruturada. Considerando o argumento de que “a cultura tradicionalmente tem sido uma pedra angular da soberania nacional que se enquadra nas áreas de competência dos Estados membros, razão pela qual a UE nunca desenvolveu um conjunto de conhecimentos em política cultural (estrangeira)” (Kühner, 2011, p. 8), a dimensão cultural da política externa da UE ainda depende em grande medida da convergência dos países membros no sentido de melhor projetar a sua política cultural externa comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adenauer, K. (1946). Discurso proferido em Colonia a 24 de Março de 1946 para a União Cristã Democrática. Retirado de <http://www.robert-schuman.eu/en/doc/divers/fathers-of-europe.pdf>
- Barroso, J. M. D. (2013). *Culture: the cement that binds Europe together*. Brussels: European Commission. Retirado de http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-13-280_en.htm
- Churchill, W., Sir (1946). Discurso na Universidade de Zurique em 1946. Retirado de http://europa.eu/about-eu/eu-history/founding-fathers/pdf/winston_churchill_pt.pdf
- CIEJD (2007?). . Retirado de
- Comissão Europeia (2010). Agenda europeia para a cultura num mundo globalizado. União Europeia. Retirado de http://europa.eu/legislation_summaries/culture/l29019_pt.htm
- Comissão Europeia (2011). Um orçamento para a Europa (2014-2020). Retirado de <http://bit.ly/2eYXWgT>
- Comissão Europeia (2013). Agenda Europeia para a cultura. Comissão Europeia: Bruxelas. Retirado de http://ec.europa.eu/culture/our-policy-development/european-agenda_en.htm
- Davies, R. (2013). Manter as portas abertas em tempos difíceis. In *EUNIC, Cultura e Conflito: Desafios da política externa* (vol. 5 pp.201-205). Estugarda: EUNIC.
- Eliot, T. S. (1996). *Notas para uma definição de cultura*. Lisboa: Seculo XXI.

- Espada, J. C. (1997). O projecto europeu: estará o Estado-nação em vias de desaparecimento? *Análise Social*, 22(141), 443-460. Retirado de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221841553K6mRl9uk9QyooKA6.pdf>
- Europa (2017a). Direitos humanos. Retirado de https://europa.eu/european-union/topics/human-rights_pt
- Europa (2017b). A história da União Europeia. Retirado de https://europa.eu/european-union/about-eu/history_pt
- European Commission (2007). First-ever EU strategy for culture: contributing to economic growth and intercultural understanding. European Commission. Retirado de http://eu-un.europa.eu/articles/en/article_7016_en.htm
- European Commission (2014). Preparatory action: 'culture in eu external relations. European Commission. Retirado de <http://cultureinexternalrelations.eu/wp-content/uploads/2014/06/Preparatory-Action-eBook-1.4-master.pdf>
- European Cultural Foundation (2014). Beyond the Nation State - Cultures make Europe; Historic speech to Europe: Denis de Rougemont. European Cultural Foundation. Retirado de <http://www.culturalfoundation.eu/events/historic-speech-to-europe>
- European Parliament (2012). The culture strand of the creative europe programme 2014-2020. European Union. Retirado de http://www.encatc.org/media/554-european_parliament_creative_europe_culture_strand.pdf
- Gama, P. N. (2011). *Cultura, economia e política: um estudo comparado sobre a relação da indústria cinematográfica com o poder do estado na Alemanha e nos Estados Unidos no contexto da II Guerra Mundial (1939-1945)*. Dissertação de Mestrado, UFRJ/ IE / NEI, Rio de Janeiro, Brasil.
- Gaspar, S. & Haro, F. A. (2011). Reflexões e paradoxos sobre a identidade e a mobilidade europeias. *Revista Migrações*, 9-2.
- Gasperi, A. (1952). Discurso que enunciou ao receber o prémio Carlos Magno pelo seu empenho na defesa da causa europeia. Retirado de http://europa.eu/about-eu/eu-history/founding-fathers/pdf/alcide_de_gasperi_pt.pdf
- Gomes, J. M. (1989). Apresentação. In *Eneida*. Lisboa: Círculo de Leitores
- Hippler, J. (2013). Além da neblina cultural. In *EUNIC, Cultura e Conflito: Desafios da política externa* (vol. 5, pp. 10-22). Estugarda: EUNIC.
- Huntington, S. P. (1999). *O choque das civilizações: e a mudança na ordem mundial*. Lisboa: Gradiva.

- Kühner, M. (2011). *The Role of Culture in EU Cooperation with ACP Countries— concepts, actors, and challenges in a promising field of action*. Retirado de http://www.ifa.de/fileadmin/pdf/edition/europa_kuehner.pdf
- Matias, J. M. S. (2009). *Identidade cultural europeia: idealismo, projecto ou realidade?* Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. Retirado de <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/13357>
- Mokre, M. (2006). *European Cultural Policies and European Democracy*. Eipcp. Retirado de <http://eipcp.net/policies/dpie/mokre/en>
- Parlamento Europeu (2014). Parecer da comissão da cultura e da educação dirigido à Comissão do Assuntos Externos sobre a Política Externa da UE num mundo em que existem diferenças culturais e religiosas. Retirado de <http://bit.ly/2wAYrAo>
- Pureza, J. M. (2000). Estudos sobre a Paz e Cultura da Paz. *Nação e Defesa*, 95/96, 33-42 Retirado de http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1343/1/NeDo95096_JoseManuelPureza.pdf
- Rocha, A. E. (2003). Filosofia da Europa: questões sobre a Europa. *Diacrítica: Revista do centro de estudos humanísticos*, 2(17), 7-72. Retirado de http://ceh.ilch.uminho.pt/publicacoes/Diacritica_17-2.pdf
- Rougemont, D. (1947). L'attitude fédéraliste. In *Rapport du premier congrès annuel de l'Union européenne des Fédéralistes à Montreux* (pp. 8-16). Génève. Retirado de <http://bit.ly/2xKNzhv>
- Schein, E. H. (2004). *Organizational culture and leadership*. São Francisco: Jossey-Bass.
- Schnake Gálvez, A. (2010). Orden multipolar en el siglo xxi: efectos globales y regionales. *Revista Encrucijada Americana*, 4, 1. Retirado de <http://bit.ly/2eYKweo>
- Schuman R. (1950). Discurso proferido no salon de l'Horloge do Quai d'Orsay, a 9 de maio de 1950. Retirado de http://europa.eu/about-eu/eu-history/founding-fathers/pdf/robert_schuman_pt.pdf
- Teixeira, N. S. (1998). A União Europeia como Actor Internacional: a Política Externa da União Europeia. *Nação & Defesa*, 85, 119-135. Retirado de http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1528/1/NeD85_NunoSeverianoTeixeira.pt
- Teles, A. F. (2009). *A Dimensão Cultural da Política Externa Portuguesa: da década de noventa à actualidade*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Portugal. Retirado de <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/dissertacoes-e-teses.html>

- Trichet, J. C. (2011). *Building Europe, building institutions*. Aachen: ECB
- Ugarriza, J. E. (2009). La democracia en el siglo XXI: presente y futuro del modelo deliberativo. *Pap. Polít. Bogotá*, 14(2), 431-465. Retirado de <http://www.scielo.org.co/pdf/papel/v14n2/v14n2a05.pdf>
- Unesco (2007). Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural. Retirado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755por.pdf>
- Unesco (2012). Culture: a driver and an enabler of sustainable development. Retirado de <https://en.unesco.org/post2015/sites/post2015/files/Think%20Piece%20Culture.pdf>
- United Nations (1997). Culture of Peace. Retirado de <http://www.un.org/ga/documents/gares52/res5213.htm>
- Vassiliou, A. (2014). Having the world understand your culture is much greater security than another submarine. The Role of Culture in EU External Relations. Comunicação apresentada na Final Conference (Palais des Beaux-Arts), Brussels. Retirado de europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-14-305_en.doc
- Vicente, P. C. (2013). Integração europeia, federalismo e o lugar de Portugal: (1960-2002). *Janus* 4(1), 30-48 Retirado de http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol4_n1/pt/pt_vol4_n1_art3.pdf
- Weringh, K. D. & Schürmann, E. (2004). Does Europe need a foreign cultural policy? Retirado de <http://bit.ly/2eG9YrV>
- Xavier, A. I. M. (2010). A União Europeia e a Segurança Humana: um actor de gestão de crises em busca de uma cultura estratégica? Análise e considerações prospectivas. Dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Xavier, A. P. (2013). O ator normativo na era do nobel: quo vadis UE? *Janus.net*, 4(1), 49-63. Retirado de http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol4_n1/pt/pt_vol4_n1_art4.pdf
- Yizhou, W. (s.d.). Political Stability and International Relations in The Process of Economic Globalization: Another Perspective on Asia's Financial Crisis. Retirado de <http://bit.ly/2vHv4gF>

Citação:

Silva, J. (2017). A dimensão cultural da política externa da União Europeia no período pós Maastricht. In M. Gama & H. Sousa (Eds.), *Contributos do Congresso Internacional "Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona"* (pp. 231-250). Braga: CECS.

MONTSERRAT VÁZQUEZ GESTAL & ANA BELÉN FERNÁNDEZ SOUTO
mvgestal@uvigo.es; abfsouto@uvigo.es

UNIVERSIDAD DE VIGO, ESPANHA

LA EURORREGION GALICIA NORTE DE PORTUGAL EN LAS UNIVERSIDADES QUE LA PROTAGONIZAN. PROBLEMAS E INCONVENIENTES PARA SU VISIBILIDAD

RESUMEN

El término Euroregión es utilizado para caracterizar o identificar territorios con características comunes. En el caso de la Euroregión Galicia – Norte de Portugal, hablamos de territorio transfronterizo donde siempre han existido relaciones laborales, económicas, culturales... y que aglutina a una población cercana a los seis millones de personas entre los habitantes de ambos lados del río Miño.

A pesar de ello, sus actividades son poco conocidas fuera del ámbito político y económico, donde dicho proyecto transfronterizo está bastante consolidado. Uno de esos ámbitos es el universitario. Con seis universidades públicas en su territorio, la gran parte de los trabajos e investigaciones desarrolladas no obtienen la visibilidad suficiente para convertirse en un motor de ayude a desarrollar y consolidar dicha entidad transfronteriza. En el trabajo presentado queremos destacar el desconocimiento que existe sobre los trabajos e iniciativas eurorregionales que se desarrollan en este ámbito educativo, a pesar de la importancia y el potencial que se le reconoce a este tipo de fórmulas de cooperación. Existen iniciativas, trabajos, intercambios... sin embargo, los docentes de dichos centro públicos reconocen que falta mucho por hacer, por lo que la visibilidad de esta entidad es insuficiente para el potencial que puede tener en cuanto al desarrollo de dicho territorio, demasiados actores, demasiadas voces que hacen que el mensaje se pierda por no usar los canales adecuados.

PALABRAS CLAVE

Euroregión; universidades; comunicación; visibilidad

INTRODUCCIÓN

El término Euroregión es utilizado para caracterizar o identificar territorios con características comunes. En el caso de la Euroregión Galicia – Norte de Portugal, hablamos de territorio transfronterizo donde siempre han existido relaciones laborales, económicas, culturales... y que aglutina a una población cercana a los seis millones de personas entre los habitantes de ambos lados del río Miño.

En 1991 se creó la Comunidad de Trabajo Galicia Norte de Portugal, constituida por los gobiernos gallego y luso, encargada de delimitar las necesidades de la zona a través de sus comisiones sectoriales, pero con un problema importante a la hora de convertirse en elemento de peso, su falta de personalidad jurídica, suplida con la creación de la Agrupación Europea de Cooperación Transfronteriza en septiembre de 2008, de la que forman parte la Xunta de Galicia y la Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N).

Nos encontramos, en todo caso, ante un producto desconocido, difícil de delimitar y de ver, un proyecto de cooperación transfronteriza de tintes europeos consolidado a nivel político, económico y empresarial pero cuya inexistencia es absoluta para la sociedad civil.

Todos estas cuestiones se plantearon en el inicio de esta investigación, en el año 2008, en las estancias desarrolladas en la Universidad Fernando Pessoa de Oporto (Portugal) y el Instituto de Ciências Sociais de la Universidade do Miño, en Braga (Portugal), al amparo de las Bolsas de Investigación José Castillejo, del Ministerio de Educación y Ciencia y Ciencia e Innovación respectivamente. El objetivo de dichas estancias era desarrollar un proyecto que permitiese diseñar una estrategia comunicativa que diese a conocer la Euroregion Galicia Norte de Portugal. El primer público elegido fueron los universitarios de ambas zonas, quienes mostraron un absoluto desconocimiento de esta estructura transfronteriza (conclusión que se obtuvo de la investigación apoyada en 1400 encuestas realizadas a los estudiantes de las seis universidades públicas que existen en Galicia y el Norte de Portugal y que forman parte de la Euroregión – Universidades de Vigo, Coruña y Santiago en el caso gallego y Porto, Minho y Tras os Montes en el caso portugués). Fue por estas circunstancias que el primer paso para desarrollar la investigación era, precisamente, conocer el producto y saber qué era lo que de interesante podría aportarles a los universitarios para poder ofrecérselo, consiguiendo no solo mostrarles nuevas oportunidades de desarrollo sino también una participación activa en un proyecto más amplio como es el de la construcción de Europa.

En la investigación actual, en la que seguimos trabajando en esta temática, la Euroregion Galicia Portugal, hemos cambiado el público al que referimos nuestras dudas, aunque sin cambiar el ámbito, la Universidad, si bien en este caso hemos optado por el profesorado.

Ha pasado ya un tiempo desde la primera investigación y tiempo también desde la puesta en marcha de la Agrupación Europea de Cooperación Transfronteriza, y de diversas acciones promovidas por instituciones lusas y galaicas para promover el conocimiento y participación de la población. Por ello, hemos optado por conocer si todas esas acciones han servido para dar mayor visibilidad a un proyecto que creemos sigue siendo más político – empresarial que social, así que hemos vuelto de nuevo los ojos a la academia y hemos vuelto a preguntarnos si los implicados conocen la realidad de esta entidad en la que viven o si el desconocimiento sigue siendo la respuesta mayoritaria.

OBJETIVOS

Los objetivos iniciales fueron los siguientes, algunos de los cuáles hoy volvemos a retomar para adecuar y contextualizar la situación actual:

1. Delimitar el público sobre el que vamos a desarrollar el estudio;
2. Conocer la información que el público tiene del producto, puntos fuertes y débiles, distintas estructuras que lo conforman y cómo se trabaja para su desarrollo;
3. Conocer cómo se comunican las euroregiones con sus públicos, en este caso los profesores universitarios;
4. Conocimiento de las actividades dirigidas a la universidad por parte de las instituciones euroregionales;
5. Conocimiento de las actividades que las universidades lusas y españolas desarrollan para conocer la Euroregion;
6. Papel que pueden desarrollar los docentes para aportar visibilidad a esta entidad euroregional;
7. Conocer la opinión del profesorado universitario sobre la importancia de comunicar lo que es una euroregion a un público como el de los universitarios;
8. Conocer qué trabajos en comunicación se han hecho para dar a conocer la Euroregion;

METODOLOGÍA

Inicialmente, para la recopilación de información se desarrolló un vaciado bibliográfico para conocer el producto a través de los distintos informes y publicaciones que, sobre el desarrollo de cooperación transfronteriza en general y la Euroregión Galicia – Norte de Portugal en particular, se han realizado. Esta información se completó en su momento con entrevistas a diferentes protagonistas y participantes del desarrollo eurorregional, tanto del ámbito académico como político o social, para conocer aportaciones sobre el origen de la Euroregión Galicia Norte de Portugal, la cooperación transfronteriza, su evolución histórica, aspectos antropológicos así como los actores y estructuras que la conforman y su evolución, también las particularidades y consecuencias de las relaciones transfronterizas en materia laboral, sanitaria, empleo y desempleo, prestaciones... Por supuesto, era necesario conocer el trabajo desarrollado desde las instituciones, caso de la Xunta de Galicia a través de la Secretaría General de Relaciones Institucionales, y su entonces Servicio de Cooperación Interregional Europea. Las aportaciones obtenidas nos permitieron desglosar un entramado un tanto complicado de entender y difícil de hacer llegar a la población.

A ello se unió el desarrollo de las más de 1400 encuestas, como dijimos anteriormente, para recopilar la información de los estudiantes universitarios.

La investigación actual nos ha llevado a intentar reconocer los cambios o avances ocurridos en la cooperación transfronteriza y su percepción por parte del público, en esta ocasión profesores de las universidades públicas, si es que esos cambios han ocurrido.

La investigación ha combinado la realización de encuestas con el desarrollo de algunas entrevistas con la intención de profundizar en algunos aspectos. Como afirmábamos anteriormente, el público elegido en esta ocasión estaba conformado por el profesorado universitario de las universidades públicas en el territorio a analizar, tres en cada caso: las universidades de Minho, Porto y Tras-os-Montes, en territorio luso y las universidades de Santiago de Compostela, Coruña y Vigo y en caso español.

La razón de elegir de nuevo el ámbito universitario venía determinado por el hecho de completar la investigación anterior, sobre el alumnado, y también por ser el sector al que pertenecemos las autoras, ambas profesoras titulares en la Universidad de Vigo.

Los trabajos se desarrollaron dentro del Programa de Intercambio Iacobus, en el que las autoras participaron en la primera y segunda convocatoria del año 2014-2015.

Este programa de intercambio se desarrolló en tres convocatorias consecutivas en el curso académico mencionado, un programa lanzado desde la Agrupación Europea de Cooperación Territorial Galicia – Norte de Portugal (GNP-AECT) y entendido como un sistema de intercambio entre profesores, investigadores, personal administrativo y de servicios de las instituciones de enseñanza superior de la Euroregión Galicia – Norte de Portugal. Un programa que pretendía fomentar la cooperación y movilidad académica en el espacio universitario luso – galaico para promover la puesta en común de proyectos formativos y de investigación científica, entre PDI, PAS e investigadores.

La primera parte de la recopilación de la información se llevó a cabo a través de encuestas enviadas por correo electrónico a los profesores pertenecientes a las seis universidades antes mencionadas. Las direcciones se obtuvieron a través de las listas de distribución de correo de las entidades académicas.

Se envió un cuestionario abierto, de 10 preguntas, centradas no solo en el conocimiento de la entidad transfronteriza, sino también en el marco de actividades académicas desarrolladas y conocidas o no por ellos. Contestaron a la encuesta un total de 175 docentes con un 95,5 de confianza y un margen de error del 7%.

La información se completó con la realización de entrevistas que aportaron algunos datos que permitieron profundizar en algunos de los resultados que había mostrado el cuestionario inicial. En este caso, se centró algo más el público que debería contestar las preguntas, y buscamos los profesores de facultades/institutos con estudios en Comunicación.

El primer cuestionario se envió a los docentes en el mes de diciembre de 2014 y las entrevistas se desarrollaron durante el mes de abril de 2015, coincidiendo con las estancias desarrolladas por las autoras en la primera y segunda convocatoria del Programa Iacobus, en el Instituto de Ciencias Sociais de la Universidade de Minho.

MARCO TEÓRICO

LA COOPERACIÓN TRANSFRONTERIZA DENTRO DE LA IDENTIDAD EUROPEA

La cooperación transfronteriza no es un valor nuevo en la Europa comunitaria, siempre ha existido y, en la mayoría de las ocasiones, al margen de fórmulas políticas y administrativas determinadas. Una cooperación

mantenida fundamentalmente por los habitantes de las poblaciones fronterizas para quien el contacto y el trabajo en común ha sido siempre algo cotidiano y normal. Si es cierto que la existencia de la Unión Europea ha permitido la creación o constitución de estructuras más permanentes para desarrollar actividades que mejoren la vida de estos ciudadanos transfronterizos, o para paliar carencias (sobre todo, administrativas, laborales, sanitarias o de infraestructuras) que por si solos no podrían desarrollar.

Los fondos europeos han servido en muchos casos para derribar fronteras físicas o para mejorar la comunicación y la atención entre poblaciones cercanas, no hay más que pensar en el puente sobre el Miño que une Valença do Minho y Tuy o en el proyecto de telemedicina llevado a cabo en la zona de Andalucía-Algarve-Alentejo para mejorar la atención sanitaria de la zona y aumentar la accesibilidad de los habitantes a determinados servicios.

En el caso de la frontera hispano lusa hay un total de 15 fronteras terrestres y los proyectos que integran ambos lados de la frontera son los más importantes y los que cada vez obtienen más recursos, si bien es cierto que, las fórmulas o estructuras para el desarrollo de la cooperación transfronteriza han sido y son variadas dependiendo de los lugares y las propias particularidades de cada zona, una de ellas son las Euroregiones pero ni siquiera todas son iguales dentro de la Unión Europea.

LAS EURORREGIONES

Las Euroregiones, constituyen una forma de estructura para la cooperación transfronteriza entre dos o más países europeos. Evidentemente, no es nada nuevo, ya que la colaboración entre territorios fronterizos ha existido desde siempre, si bien ha ido adquiriendo consistencia en la Europa comunitaria. La búsqueda de una Europa unida ha significado un paso importante para la colaboración transfronteriza, sobre todo en lo que se refiere a la construcción de estructuras de trabajo y colaboración sólidas, ya que las entidades locales y regionales siempre han considerado que tenían un papel y voz importante en la construcción europea, incluso antes de que ésta fuese una idea lejana ya existían asociaciones o entidades de cooperación local y regional.

El Consejo de Europa fue la primera institución europeísta en apostar por la colaboración interregional y transfronteriza, creando en 1957 la Conferencia Europea de Poderes Locales (desde 1994 denominada Congreso de Poderes Locales y Regionales).

La Euroregiones tienen carácter permanente e identidad propia¹, con recursos administrativos, técnicos y financieros propios, capacidad interna para la toma de decisiones, y sus objetivos son asesorar, asistir y coordinar la colaboración transfronteriza en distintas áreas de trabajo (Domínguez, 2004). Normalmente, no se corresponden con ningún gobierno² legislativo o institución gubernamental, no tienen poder político y sus competencias están limitadas al gobierno local y regional.

LA COMUNICACIÓN DE LAS EURORREGIONES

En la investigación inicial partíamos de la hipótesis de que la Euroregion era un proyecto consolidado a nivel territorial, político y económico, pero no en materia de comunicación, tanto en el ámbito de la publicidad como de las relaciones públicas, habida cuenta que, – tal y como afirma T.Greener (Greener, 1995) – toda organización que necesite comunicar de forma convincente sus puntos de vista a una audiencia dada, necesita alguna clase de servicio de RRPP. Por esa razón, decidimos centrar nuestras investigaciones en el ámbito comunicativo, concretamente en la comunicación desarrollada desde la entidad eurorregional que nos ocupa.

La comunicación institucional debe definir quién es la organización, concretar su identidad y misión en la comunidad y transmitir todo ello de la manera más fidedigna y directa posible a sus públicos con la finalidad de posicionar óptimamente a la corporación en el imaginario colectivo (Otero Alvarado, 2001), además esta comunicación institucional debe desarrollarse bajo la influencia conjunta de tendencias y de sucesos que llevan a la organización a formular globalmente su identidad y a afirmar su vocación (Weil, 1992).

Desgraciadamente, los resultados de las investigaciones iniciales nos mostraban la inexistencia de esa comunicación, puesto que la población eurorregional desconocía su existencia. Existe un proyecto político donde se involucran instituciones y asociaciones locales, regionales y nacionales, desarrollando proyectos apoyados en y desde las distintas iniciativas europeas, sin embargo, son proyectos concretos con objetivos específicos que, si bien buscan desarrollar cada vez más la cooperación transfronteriza, no han dado lugar a ningún tipo de estrategia comunicativa que permita acercar todo este trabajo a la población en general, un

¹ Así ocurre, por ejemplo en la Euroregio, fundada en 1966 por entidades locales de Holanda y Alemania, que cuenta con un Consejo Parlamentario.

² Recuperado de www.wikipedia.com. Voz: eurorregión.

requisito que consideramos imprescindible para el desarrollo futuro de las eurorregiones. Hacemos nuestras las palabras de Malowany al hablar del márketing de ciudades cuando afirma que “el papel de establecer procesos emprendedores donde interactúan todas las partes (factores político, social y económico) generará por su consenso el principio de sustentabilidad de crecimiento de esa región” (Malowany, 2006, p. 15). Creemos que dicha afirmación puede aplicarse a este caso, aún cuando hablamos de un territorio más amplio. La comunicación se manifiesta como parte imprescindible del proceso, “a la comunicación le conferimos un valor transversal, para que pueda actuar como aglutinador, como pegamento social de todos los sectores implicados en el desarrollo” (Romaregas, 2006, p. 3).

En el ámbito eurorregional no hay una estrategia global que permita acercar todo ese trabajo al público, la cercanía de Europa que se muestra con estos proyectos no se rentabiliza de cara a la obtención de una imagen o unos valores que puedan formar parte de los habitantes de la Euroregión, que entienden estos proyectos como partes desgajadas e inconexas siendo incapaces de pensar que de lo que se trata es de un trabajo común para acercarnos unos a otros, mejorar la calidad de vida y parecernos cada vez más a los habitantes de otras zonas europeas con mejores condiciones.

Los problemas para ese conocimiento se centran en varias cuestiones:

- Multitud de actores o estructuras europeas. No hay una entidad única, un producto único que aglutine proyectos, intenciones, ideas, trabajos. Un referente al que dirigirse para buscar a información o de quién emane la información;
- Los recelos propios de los seres humanos a la hora de trabajar conjuntamente también se reflejan en estos trabajos, no solo entre instituciones, en muchos caso también entre las ciudades;
- La estructura territorial de los países también son diferentes, lo que condiciona en muchos casos el tiempo de las respuestas;
- En la investigación académica ocurre lo mismo, se trabaja sobre distintas líneas que parecen no tener conexión las unas con las otras. La Euroregión se estudia desde distintas perspectivas pero parece difícil que lo pongamos en común;
- Todo se desgaja en partes, lo que para la población supone un problema de percepción global;

EL PRODUCTO: LA EURORREGIÓN GALICIA – NORTE DE PORTUGAL

En el caso que nos ocupa no hablamos de un Euroregión constituida como tal sino de una idea. La Euroregión Galicia-Norte de Portugal no es una estructura, es una denominación. Existen muchas en Europa y muy dispares, cada territorio es completamente diferente y arrastran una connotación de carácter casi psicoantropológico, en el sentido de que hay unas coincidencias y formas de compartir aspectos vitales que no existen en otras fronteras, caso de la lengua, la tradición cultural e histórica que hacen que el territorio sea un continuo, lo que no ocurre con otras zonas. Por ejemplo, no se habla de una Euroregión Galicia-Castilla porque no hay una relación o grado de afinidad idiosincrásico que hay en el caso de Galicia y Norte de Portugal³.

El territorio que nos ocupa incluye las cuatro provincias gallegas (Coruña, Lugo, Ourense y Pontevedra) y los distritos portugueses de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo y Vila Real, más de seis millones de habitantes, entre los que las relaciones, ya sean industriales, sociales, culturales y económicas se entrecruzan cada vez más.

La colaboración luso-galaica se ha desarrollado a lo largo de muchos siglos, tal vez lo relativamente reciente sean las distintas entidades que han centrado su trabajo o estudio sobre ella. Trabajo apoyado sobre todo en aspectos que tiene que ver con la economía y actividades empresariales, si bien es cierto que no es exclusiva la colaboración a estos ámbitos.

Como hemos dicho, existen distintos tipos de entidades cuyo estudio se centra en la Euroregión, probablemente la más importante es de la Comunidad de Trabajo Galicia-Norte de Portugal, constituida en 1991 con el apoyo de las administraciones europeas, españolas y portuguesas, bajo el impulso de la Xunta de Galicia y la Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N). La Comunidad de Trabajo busca favorecer una dinámica de encuentros para intercambiar informaciones o coordinar iniciativas y se divide en diversas comisiones de trabajo⁴.

Las Comunidades Territoriales de Cooperación constituyen otro de los elementos importantes en el trabajo transnacional y están formadas por ayuntamientos y Cámaras Municipales, en el caso luso, y por los

³ Entrevista a Luis Domínguez Castro, profesor del departamento de Historia, Arte y Geografía de la Universidade de Vigo y miembro de la Cátedra Eurorexión de la Universidade de Vigo. 11.11.2008.

⁴ Sobre la creación de la Euroregión Galicia-Norte de Portugal así como sus antecedentes en los que a cooperación transfronteriza e interregional se refiere, se puede consultar el informe del Eixo Atlántico Galicia-Norte de Portugal: dos regiones, una Euroregión. También en la página de la UE. Recuperado de www.europa.eu/index_es.htm

ayuntamientos y las diputaciones en el caso gallego; la presencia de las diputaciones es imprescindible en el caso gallego, teniendo en cuenta que la capacidad de financiación y de estrechar acuerdos de los ayuntamientos gallegos no es igual que la de los portugueses.

El tercer elemento clave es el denominado Eje Atlántico del Noroeste Peninsular, creado en 1992 y que entró a formar parte de la Comisión de Trabajo en el año 2000. El Eje Atlántico nace con la idea de ser un “lobby” urbano delante de las autoridades comunitarias para obtener financiación. Busca obtener fuerza y crear un espacio frente a otras entidades que iban surgiendo a lo largo y ancho de toda la Europa comunitaria.

Desde un punto de vista más académico es necesario mencionar la Fundación CEER (Centro de Estudios Euroregionales), que agrupa a las seis universidades públicas de la Euroregión (Vigo, Santiago, Coruña, Braga UTAD y Porto), así como la Xunta de Galicia y la Comunidad de Trabajo Galicia Norte de Portugal, y que nace con la idea de constituir una estructura que facilite estudios transfronterizos. Como objeto fundacional, el CEER trata de buscar sinergias y complementariedades en los ámbitos académicos universitarios de la Euroregión con la finalidad de reforzar las vinculaciones entre las universidades de Galicia y el Norte de Portugal con un carácter netamente plural, integrador, dinamizador e innovador en el campo de estudio, análisis y desarrollo del cuadro euroregional (Artículo Primero/Protocolo de Creación do Centro de Estudios Euroregionales Galicia – Norte de Portugal del 9 de diciembre del 2002).

Es preciso destacar la creación del AECT para la Euroregión Galicia-Norte de Portugal (Asociación Europea de Cooperación Territorial), entidad con sede en Vigo, dotada de personalidad jurídica y llamada a ser el brazo operativo de la Comunidad de Trabajo.

Las AECT fueron creadas a partir del Reglamento (CE) 1082/2006 del Parlamento Europeo y del Consejo Europeo del 5 de Julio con el objetivo de convertirse en una herramienta que permitiese agilizar la cooperación transfronteriza y eliminar obstáculos⁵. Se trata de un nuevo instrumento jurídico con personalidad jurídica propia y con una serie de ventajas con respecto a las fórmulas anteriores: confiere un reconocimiento legal a la cooperación entre autoridades nacionales, regionales y locales de la Unión Europea, tiene capacidad de intervención efectiva al poseer personalidad

⁵ Farinhote, M. J. (2009). Asesora del Secretario de Estado de Desarrollo Regional. Ministerio do Ambiente, do Ordeamento do Territorio e do Desenvolvemento Regional de Portugal. “O Agrupamento Europeu de Cooperación Territorial. Un instrumento jurídico para a Cooperaçãõ Territorial na Europa”. Intervención en el Congreso Cooperación Transfronteriza de Segunda Generación. Guimaraes.

jurídica propia, su campo de actuación es más amplio, flexibilidad para adaptarse a cualquier tipo de cooperación, mayor poder negociador y posibilita la constitución de una entidad transfronteriza o transnacional con base en el derecho comunitario. Entre sus funciones estarán tanto desarrollar los proyectos o acciones de cooperación territorial cofinanciados por la Unión Europea como la promoción y realización de otras acciones específicas de cooperación.

RESULTADOS

Planteamos a continuación los resultados obtenidos de las encuestas y entrevistas realizadas.

Las primeras preguntas planteadas tiene como objetivo saber que conocimiento existe sobre el objeto central de nuestra investigación, las primeras cuestiones se centran por porto en dichos aspectos:

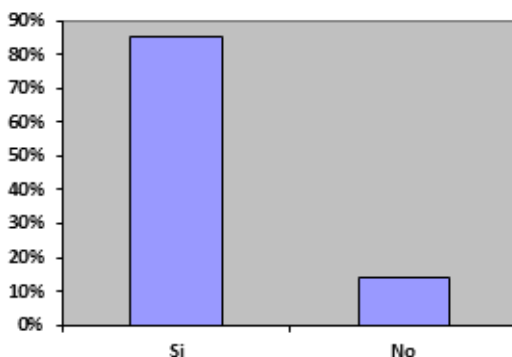


Gráfico 1: Conoces la Euroregión? Conoces quién forma parte de ella? Conoces los recursos que ofrece?

La gran mayoría de los encuestados, reconocen conocer dicha entidad, un 85%. Sin embargo, cuándo responden a si conocen quienes forman parte de ella o los recursos que ofrece, las cantidades varían considerablemente, puesto que solo un 63% reconoce saber quien constituye la Euroregion Galicia – Norte de Portugal y en cuanto a los recursos que ofrece, un 78% reconoce no saber cuáles son.

Profundizando un poco más en las opiniones de los participantes encontramos respuestas parecidas, puesto que muchos de ellos reconocen

conocer el término y, tangencialmente, algunas de sus actividades, pero poco más, de hecho algunas respuestas otorgan o revelan un conocimiento muy genérico:

- “Una estrategia común para la captación de fondos europeos”;
- “Agrupación de cooperación y dinamización”;
- “...aglutina a ayuntamientos portugueses y gallegos y es una de las regiones transfronterizas que impulsa la UE en su seno para fomentar la cooperación y desarrollo de determinadas zonas...”;
- “Organismo que busca aglutinar municipios del noroeste peninsular, fomentar nuestros vínculos culturales y buscar intereses conjuntos... visibilidad política pero no tengo claro si tiene capacidad operativa...”;
- “Concepto político más que real que no está en el ciudadano”;
- “Entidad creada para promover la cooperación y el desarrollo entre Galicia y el norte de Portugal”;
- “Organismo que trata de potenciar el intercambio entre ambos territorios”.

Las siguientes preguntas se centran en el conocimiento de las actividades académicas desarrolladas y en los programas y convocatorias que se emiten desde las distintas entidades euroregionales, incluidas las universidades:

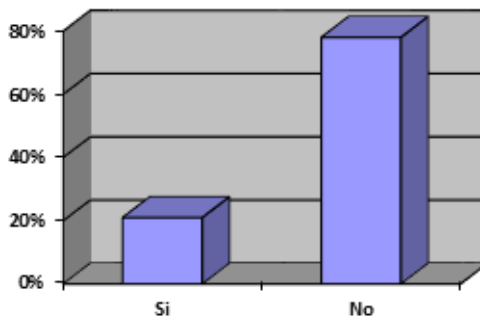


Gráfico 2: Conoces las actividades académicas que se desarrollan en tu universidad para conocer la Eurorexión?

La mayoría afirma que no, el 78%.

Ahondando un poco más en la opinión de los docentes en las entrevistas que nos han respondido sobre este aspecto también es mayoritario el desconocimiento, no solo en su universidad, sino a nivel más general sobre las acciones que se desarrollan y que tienen como público a la comunidad universitaria, ya sean docentes, alumnos o personal de administración y servicios. De hecho, se les preguntaba a través de dos cuestiones concretamente:

- Conoces los programas que desarrolla la Euroregión y las convocatorias de los distintos organismos que las conforman?
- Conoces las investigaciones que desde tu universidad se hacen sobre este tema?

Sobre la primera cuestión, la respuesta mayoritaria entre los distintos entrevistados es negativa, casi ninguno conoce ningún programa desarrollado desde la Euroregión o alguno de los organismos que forman parte del entramado de las instituciones que trabajan en ella. Cabe destacar además, que los que responden positivamente, lo hacen aludiendo a un único programa, el Iacobus, precisamente vigente en ese momento (en su primera y segunda convocatoria) y que habían solicitado en algunos casos los entrevistados.

La respuesta sobre las investigaciones desarrolladas fue prácticamente la misma, solamente en algunos casos, los docentes reconocían haber participado en algún proyecto o desarrollado colaboraciones en investigaciones o planes de acción pero poco más. En otros casos, han conocido a través de los medios algunos programas y actividades desarrolladas para el ámbito textil o del comercio o incluso actividades deportivas pero la participación ha sido anecdótica. Prácticamente, la totalidad de los entrevistados y encuestados, desconocen las investigaciones que se realizan en su universidad con temática eurorregional, sea cual sea el ámbito o área que las desarrolla.

Se trata de una cuestión bastante relevante, habida cuenta que, por ejemplo, la Universidade de Vigo ha desarrollado una Cátedra Eurorexión para premiar trabajos de investigación, bien es cierto que solo se ha mantenido tres años, 2009 -2011, pero ningún docente la recuerda, tampoco que la Universidade de Vigo se adhirió a la Red Ibérica de Entidades Transfronterizas, que haya desarrollado unas Jornadas en el Campus de Ourense donde se han reunido los representantes de los servicios de deporte de

las universidades de la Euroregión, o que haya celebrado un concurso de Proyectos Tecnológicos para premiar trabajos de Fin de Grado o Master de los alumnos de la Euroregión; y hablamos de actividades de los cinco últimos años. Ninguna de estas acciones ha sido mencionada por ninguno de los docentes de las seis universidades. El único programa que afirman reconocer, como decíamos anteriormente, es el Iacobus, y como establecíamos, porque estaba vigente, de hecho la segunda de las estancias desarrollada por las autoras, en el mes de abril, coincidía casi con la apertura de la tercera convocatoria para participar en él.

En el tercer bloque de preguntas se indagaba acerca de la opinión de los participantes sobre la viabilidad de compartir recursos investigadores y la posibilidad de plantear propuestas para mejorar la visibilidad eurorregional:

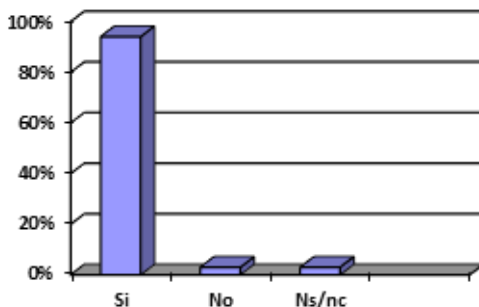


Gráfico 3: ¿Crees que sería viable compartir recursos de investigación en el marco de la Euroregion Galicia Norte de Portugal?

Los resultados revelan que mayoritariamente creen que si, un 94%.

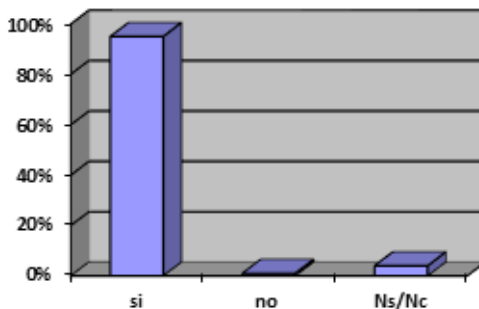


Gráfico 4: ¿Crees que es posible plantear propuestas para hacer más visible la Euroregión en el ámbito universitario?

En este caso, el 95% responde de una manera positiva. Para completar esta respuesta se les solicita que planteen posibilidades o actividades que creen pueden ayudar a esa mayor visibilidad. La mayoría de las respuestas podríamos aglutinarlas en torno a tres criterios: divulgación, investigación e intercambio.

- **Divulgación:** se trata de un elemento bastante recurrente, aunque sin excesiva especificidad, la mayoría de las respuestas se refiere a que es necesaria una mayor divulgación de los resultados de investigaciones con esta temática, bien sea a través de congresos, seminarios, encuentros o a través de la organización de actividades comunes. Bien es cierto que, en algunos casos, se pide una mayor claridad en la difusión de las convocatorias, que sean más claras y con un uso de los medios de comunicación de manera más exhaustiva para garantizar que lleguen a todo el mundo, igual que las publicaciones que salen o los resultados de los trabajos. En varias de las respuestas se recuerda además que lo importante no es solo la divulgación, sino que dicha divulgación tenga como resultado contribuir a un mayor desarrollo económico, cultural, social... del territorio mencionado.
- **Investigación:** en este apartado las respuestas se centran sobre todo en fomentar los estudios y trabajos en conjunto, la colaboración en proyectos y la creación de redes de trabajo estable entre los distintos grupos de las universidades. Se plantea también el interés en la creación de másteres y doctorados conjuntos, así como aumentar la inversión en proyectos de investigación sobre esta temática.
- **Intercambio.** El desarrollo de programas de intercambio de profesorado y alumnado se considera un elemento fundamental, pues además uno de sus resultados puede ser la construcción de grupo estables de trabajo, lo que permitiría aumentar la investigación y construcción de nuevas líneas de trabajo. En todo caso, cabe destacar que el desarrollo del Programa Iacobus, vigente durante la realización de este estudio, se menciona en varias opiniones como interesante y necesario. Sin embargo, a pesar de sus tres convocatorias en el curso académico 2014 – 2015, en el presente curso (2015-2016) no ha abierto ninguna convocatoria para solicitar intercambios entre los centros españoles y lusos. En este apartado, destacamos además la opinión de uno de los encuestados que incide en la necesidad de intercambios y programas de colaboración con empresas para que los alumnos puedan hacer prácticas profesionales, completando así el intercambio académico con un acercamiento al mundo laboral.

CONCLUSIONES

A la vista de los resultados obtenidos planteamos las siguientes conclusiones:

- La Euroregión Galicia – Norte de Portugal, sigue siendo un ente desconocido en el ámbito de la universidad;
- Mayoritariamente se conoce la denominación, pero no los recursos que aporta ni quién la conforma;
- La mayoría de los docentes encuestados no conocen las actividades que, desde sus propias universidades, se desarrollan para conocer la Euroregión, ya sean investigaciones, premios o resultados de trabajos;
- Casi todos los profesores consideran importante la colaboración eurorregional y se muestran favorables a compartir recursos de investigación, cuestión que consideran viable en la situación actual;
- La mayoría del profesorado sitúa las formas de colaboración en torno a tres grandes temáticas: la investigación, una mejor divulgación de conocimientos, trabajos, resultados o convocatorias y el aumento de programas de intercambio para facilitar la construcción de grupos de trabajo eurorregionales;
- Durabilidad de las acciones: no se mantienen en el tiempo lo que dificulta el conocimiento y desarrollo de actividades (Cátedra Euroregión, Programa Iacobus).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Domínguez Castro, L. (2004). Europa e a fronteira luso-galaica: Historia e reencontro. In L. Domínguez Castro; N. Venade; R. Azevedo; J. Andrés Faina; J. López-Rodríguez; M. Proença; M. Carlos Silva & A. Cardoso (Eds.), *As Eurorexións e o futuro de Europa: o Modelo da Eurorexión Galicia-Norte de Portugal*. Vigo: Eixo Atlántico do Noroeste Peninsular.
- Greener, T. (1995). *Imagen y RRPP*. Madrid: Pirámide
- Maloway, J. (2006). *Cómo impulsar el desarrollo, la creatividad y la competitividad de las ciudades a través del Marketing*. Ponencia presentada en el Congreso CityMarketing. Elche. Recuperado de www.citymarketing.biz
- Otero Alvarado, T. (2001). *RRPP y protocolo, cinco años de reflexión*. Sevilla: Lauroa.

Romaregas, J. (2006). Estrategias de comunicación para el desarrollo de los territorios. Ponencia en el Congreso Citymarketing. Elche.

Weil, P. (1992). *La comunicación global, comunicación institucional y de gestión*. Barcelona: Paidós Comunicación.

Citação:

Vazquez Gestal, M. & Fernández Souto, A. B. (2017). La Euroregion Galicia Norte de Portugal en las universidades que la protagonizan. Problemas e inconvenientes para su visibilidad. In M. Gama & H. Sousa (Eds.), *Contributos do Congresso Internacional "Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona"* (pp. 251-267). Braga: CECS.

V – COOPERAÇÃO CULTURAL NA PRÁTICA

PAULA OCHÔA & LEONOR GASPAR PINTO

poc.paula@gmail.com; lgpinto@sapo.pt

**CHAM, FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS, UNIVERSIDADE
NOVA DE LISBOA, UNIVERSIDADE DOS AÇORES, PORTUGAL**

COCRIAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS EM ORGANIZAÇÕES CULTURAIS

RESUMO

O conceito de avaliação de impactos está intimamente ligado ao desenvolvimento das teorias e modelos da gestão da qualidade e às dinâmicas da avaliação de desempenho nas organizações, constituindo um desafio para todos os *stakeholders*. Os conceitos e práticas de orientação para os resultados, orientação para os clientes/cidadãos, liderança, gestão por processos, desenvolvimento e envolvimento das pessoas, formação contínua, parcerias e responsabilidade social das organizações mantêm a sua atualidade e pertinência, mas exigem novas investigações sobre fenómenos como o papel que a cocriação e a coavaliação desempenham. Tendo como objetivo participar no debate em curso e apresentar novos contributos para a resposta à questão “Como podemos medir os impactos das organizações culturais e o seu contributo para o desenvolvimento sustentável?”, é debatida a dinâmica da cocriação de valor e da aprendizagem colaborativa através da apresentação dos resultados de uma investigação (2012-2016) realizada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, que tendo por base sete potenciais dimensões de impacto – Economia, Educação, Património, Comunicação, Governança, Participação social e Igualdade de género –, discute a importância do desenvolvimento e transferibilidade de competências de avaliação de impactos como um dos fatores de sucesso da sustentabilidade das redes culturais.

PALAVRAS-CHAVE

Avaliação de impactos; cocriação; organizações culturais

INTRODUÇÃO

A investigação sobre redes interorganizacionais, enquanto campo de pesquisa multidisciplinar, é ainda um domínio a explorar dada a sua fragmentação e o número de conceitos, teorias e métodos envolvidos. Uma das áreas a dar atenção é a dos estudos avaliativos, na qual tem vindo a ganhar relevância a meta-avaliação – avaliação de uma avaliação ou de um *cluster* inter-relacionado de avaliações –, em que os diversos tipos de abordagens frequentemente se cruzam, sendo comum, por exemplo, a inclusão de revisões históricas e críticas em estudos centrados na temática dos modelos ou dos impactos. A avaliação deve ser entendida como uma área científica autónoma que tem vários campos de aplicação, sendo, na verdade, uma “transdisciplina” de cariz fortemente multidisciplinar, que se traduz numa área de investigação específica – a *Investigação em avaliação*¹.

A avaliação deve, assim, ser entendida como um processo que, sistematicamente, fornece informação sobre a adequação, qualidade ou impacto de uma atividade ou serviço. A utilização dessa informação como base para a introdução de melhorias na eficácia e eficiência organizacionais evidencia a função assumida pela avaliação como catalisador da mudança. Note-se que os diferentes pontos de vista sobre o conceito de avaliação que irrompem na literatura científica, não sendo na verdade incompatíveis, acabam por realçar o caráter prático da avaliação: avalia-se para se obterem dados úteis para a resolução de um dado problema ou a tomada de decisão.

Também os métodos usados se complementam, geralmente baseados na recolha de evidências e processos de monitorização periódica de *inputs*, atividades, *outputs* e *outcomes* (efeitos / impactos), respondendo a três tipos de questões (Imas & Rist, 2009):

- *Descritivas*, informando sobre processos, condições, relacionamentos organizacionais e visões de *stakeholders*²;

¹ Entre os seus principais conceitos encontram-se a medição, um conceito distinto de avaliação. A medição é a recolha, análise e organização de dados objetivos e é sobre estes que é realizada a interpretação, ou seja, a avaliação em sentido estrito. A avaliação engloba, assim, os procedimentos de medição, os quais antecedem qualquer ato avaliativo.

² A teoria de *stakeholders*, originalmente desenvolvida para identificar, analisar e gerir as relações com as partes interessadas de uma organização (Freeman, 1984), tem vindo a ser usada para analisar as colaborações entre múltiplos setores, com especial destaque para as formas do seu envolvimento e participação na conceção, implementação e adoção de inovações e para os seus efeitos (*outcomes*) na sociedade, também na área da transferibilidade das competências, correspondendo ao modelo da inovação aberta (Chesbrough, 2003). Neste modelo, os *stakeholders* partilham conhecimento, informação, experiências e recursos, possibilitando a cocriação da inovação discutindo novas ideias e conceitos em redes intra e interorganizacionais, valorizando os contextos em que ocorre.

- *Normativas*, comparando o planejado com o que se atingiu, avaliando atividades, objetivos e resultados;
- *Causa-efeito*, examinando os efeitos e diferenças causadas. A avaliação de impactos enquadra-se nesta tipologia, atribuindo a uma série de fatores as mudanças resultantes.

Relativamente ao tipo genérico de abordagens de avaliação, é comum estabelecer-se a distinção entre *avaliação formativa* e *sumativa*: a primeira, realiza-se no decurso de uma ação com a finalidade de produzir informação que possibilite a monitorização e a eventual introdução de melhoria na mesma; a segunda, ocorre após a conclusão de uma ação e visa determinar em que medida os objetivos estabelecidos foram de facto cumpridos, efetuando para o efeito um juízo de valor. É ainda frequente diferenciar avaliação *ex-ante* (avaliação efetuada antes da implementação de uma ação), avaliação *on going* (avaliação efetuada durante o desenvolvimento de uma ação, produzindo informação para a sua monitorização e introdução de eventuais melhorias) e avaliação *ex-post* (avaliação de uma ação após a sua conclusão).

As questões da meta-avaliação ganharam relevo no período que medeia o início da década de 80 do século XX e meados da década seguinte, incidindo sobretudo na avaliação de programas de intervenção no domínio a Educação. Tal como refere o guia elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para apoiar a realização deste tipo de avaliação:

as meta-avaliações agregam resultados de avaliações individuais, bem como evidências comprovativas para determinar a relevância, eficiência, eficácia, efeitos, impactos e sustentabilidade de programas, políticas ou projetos, de modo a que se possam tirar lições que permitam à gestão, no futuro, melhorar o desempenho. (United Nations Development Programme, p. 3)³

A meta-avaliação deve ainda ser entendida como uma experiência de aprendizagem, pois quando se avalia a própria avaliação procura-se:

- avaliar a qualidade do modelo ou do dispositivo de avaliação implementado;
- compreender a evolução da aplicação de práticas avaliativas;

³ United Nations Development Programme. Part I: a generic guideline for meta-evaluation. Retirado de http://cfapp1docspublic.undp.org/eo/evaldocs1/eo_doc_307125412.doc

- refletir sobre os resultados do processo avaliativo;
- aprender com as reflexões e balanços efetuados de forma a introduzir eventuais melhorias nas práticas de avaliação implementadas.

Se encararmos a situação portuguesa em redes de organizações culturais à luz das principais abordagens à investigação em meta-avaliação do desempenho⁴, conseguimos identificar alguns contributos significativos que, de outro modo, passariam despercebidos, nomeadamente aqueles que têm sido desenvolvidos no quadro da investigação em Ciência da Informação em redes de bibliotecas⁵.

Assim, podem ser enquadráveis nas abordagens centradas na construção, análise e/ou aplicação de modelos e nos impactos da avaliação do desempenho os seguintes contributos⁶:

- *Construção, análise e ou aplicação de modelos*: o Modelo de Sistema de Gestão de Informação sobre o desempenho da Rede Nacional de Leitura Pública (Pinto, 1994); o Modelo de Avaliação do Desempenho da Rede de Centros de Recursos em Conhecimento (Observatório da Qualidade em Serviços de Informação e Conhecimento, 2002); o Modelo da Qualidade de Serviço da Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa e o Modelo Integrado de Avaliação do Desempenho, também desenvolvido para esta rede; o modelo de avaliação da b-on, um consórcio em rede; entre outros.
- *Impactos da avaliação do desempenho*: no âmbito desta abordagem de meta-avaliação, para além do projeto pioneiro realizado, em 1998, sobre o impacto organizacional da Gestão da Qualidade nas bibliotecas

⁴ Desempenho pode ser definido como o nível a que uma intervenção ou um parceiro de desenvolvimento opera face a um critério/norma/orientação específico ou atinge resultados de acordo objetivos ou planos definidos. O conceito de desempenho pressupõe, assim, a comparação dos resultados com padrões de referência ou objetivos previamente existentes.

⁵ Tal como surge definida na norma ISO 11620 (2014, p. 6), uma biblioteca é uma “organização ou parte de uma organização, cujos principais fins são construir e manter uma coleção e facilitar a utilização desses recursos de informação e equipamentos, indo de encontro às necessidades de informação, de investigação, culturais ou recreativas dos seus utilizadores”. Assim, as bibliotecas são organizações sociais: existem porque a sociedade as criou para que cumprissem determinadas funções. Uma rede pode definir-se como o padrão total de relacionamentos entre um grupo de organizações que agem com vista a objetivos comuns. Nesta, como noutras definições que encontramos na literatura especializada das áreas da Gestão, Psicologia Organizacional ou Sociologia, o cerne do conceito passa sempre pela noção de inter-relacionamento, seja ele intraorganizacional ou interorganizacional, formal ou informal, de âmbito local, regional, nacional ou internacional. Neste sentido, quando entre várias bibliotecas existem ou se criam laços e relações sociais, de natureza e âmbito variáveis, falamos em redes de bibliotecas.

⁶ Para mais informação, consulte-se Pinto (2012).

da Administração Pública portuguesa (Ochôa, 1998), registam-se os estudos realizados a partir de meados da primeira década deste século sobre os fatores organizacionais de (in)sucesso associados à avaliação do desempenho na Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa (Pinto, 2006; Pinto & Ochôa, 2006).

No quadro das principais tendências da investigação e das práticas em avaliação do desempenho, o estudo dos impactos prefigura-se, ainda, como uma área emergente e em desenvolvimento⁷. Todavia, será sobretudo a adoção de uma perspetiva de meta-avaliação que permitirá conduzir a investigação em avaliação para novas fronteiras, nomeadamente através da valorização da dimensão longitudinal, do estudo dos modelos de avaliação do desempenho e de um aprofundamento da investigação dos impactos da própria avaliação do desempenho, em que a mudança é sempre o elemento essencial. O cruzamento destas linhas de pesquisa é, também ele, potenciador de novos tópicos de investigação para o funcionamento das redes culturais.

CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO

Partindo deste contexto e pretendendo participar no debate em curso, este artigo parte da questão “Como podemos medir os impactos das organizações culturais e o seu contributo para o desenvolvimento sustentável?” (Ochôa & Pinto, 2014, 2015), tendo por base uma linha de investigação levada a cabo na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2012-2016), no âmbito da avaliação de desempenho. Beneficiando dos resultados obtidos nos projetos anteriores já mencionados, a investigação realizada integrou a aplicação de uma abordagem histórica e crítica à questão da avaliação do desempenho deste tipo de organizações, o que nos permitiu compreender a evolução das teorias e das práticas nesta área e sobretudo granjear um melhor entendimento do presente, através da apreensão das principais tendências do passado e perspetivar quais os melhores métodos qualitativos e quantitativos para avaliar os impactos do sector cultural.

⁷ A avaliação de impactos em bibliotecas tem sido desenvolvida nos últimos anos, registando-se, entre várias iniciativas, a publicação da norma sobre avaliação de impactos (ISO 16439), em 2015, e a iniciativa Global Libraries da Fundação Melinda e Bill Gates que trabalha o modelo IPA Road Map com os seus beneficiários visando um entendimento do valor intrínseco das bibliotecas públicas nas comunidades, com o intuito de colocar as bibliotecas nas agendas políticas e orçamentais;

A experiência aqui narrada resulta de uma análise de processos de cocriação e transferência de competências desenvolvidos ao longo de um workshop interdisciplinar realizado no âmbito do Mestrado em Ciência da Informação e Documentação. A análise está focalizada na interação dos participantes na interpretação, uso, modificação e integração de estratégias e o seu contributo para a transformação das práticas de avaliação.

As atividades desenvolveram-se em 3 fases: 1) Revisão das políticas nacionais e internacionais⁸ e da literatura especializada sobre a temática; 2) Mapeamento das áreas de sustentabilidade a partir da identificação dos conceitos-chave e dimensões de avaliação de impactos aplicáveis ao contexto da Ciência da Informação e Estudos Culturais; 3) Construção de uma estrutura para avaliação, baseada na proposta (na altura, ainda em fase de teste) da Unesco para Indicadores de Cultura para o Desenvolvimento (Unesco, 2011), numa visão holística da proposição do valor aplicada ao domínio da Ciência da Informação. A ligação do desenvolvimento sustentável a uma política cultural universal implicou a construção de uma visão da sua integração no ciclo da sustentabilidade numa estrutura multidimensional para medir e avaliar impactos em que a (multi)literacia informacional e mediática, tal como a cidadania, são considerados vetores transversais da sustentabilidade.

Utilizando a norma ISO 16439 e aprofundando a reflexão sobre a convergência de métricas, consideraram-se três áreas para avaliação do impacto de bibliotecas, extensíveis ao desempenho de qualquer organização cultural – *impacto nos indivíduos, impacto na instituição de tutela ou na comunidade e impacto social* –, definindo três métodos para a recolha de evidências dos impactos: *inferição* (com base em resultados do desempenho – participação em eventos, utilização de serviços e produtos, etc. – ou

⁸ Uma das políticas a que foi dada atenção, em 2015, foi a que se consubstancia no “Programa Horizon 2020” da UE, tendo sido destacado, ao nível do pilar “Mudanças societais”, no *Plano de Trabalho para 2016-2017 Europe in a changing world – inclusive, innovative and reflective societies*, o conjunto de tópicos centrado na *Co-creation for growth and innovation* (H2020-SC6-CO-CREATION-2016-2017). Neste âmbito, refira-se, por exemplo, o tópico “User-driven innovation: value creation through design-enabled innovation” em que “o envolvimento do utilizador no processo é central, uma vez que, em muitos casos, a inovação pode ser mais bem sucedida se recorrer à cocriação” e o foco avaliativo é direcionado para as seguintes atividades: “a) coligir dados e medidas relativas ao impacto das políticas e programas definidos, em termos de benefício para o utilizador e impacto no negócio, b) desenvolver uma metodologia transferível de avaliação da eficácia do design de processos de inovação, c) desenvolver uma metodologia que incida sobre a forma como os atores dos diferentes setores podem melhorar o relacionamento com a inovação baseada no design, que seja uma metodologia comum para a avaliação dos impactos (com os respetivos indicadores), aplicável a todos os setores e escalável a nível organizacional, regional, nacional e europeu”. Retirado de <http://ec.europa.eu/research/participants/portal/desktop/en/opportunities/h2020/topics/3077-co-creation-02-2016.html>

nos níveis de satisfação dos utilizadores); *solicitação* (questionários, entrevistas, grupos de foco/ outros métodos para recolher informações ou opiniões); e *observação* (através de observação estruturada ou informal, testes, etc.) do sector cultural e das organizações que o constituem.

O projeto visou, entre outros objetivos, desenvolver competências de avaliação de impactos entre os participantes. Foi utilizado como instrumento de trabalho a atividade de agrupar as sete potenciais dimensões de impacto – Economia, Educação, Património, Comunicação, Governança, Participação social e Igualdade de género, baseadas no modelo IPA Road Map e na bateria de 22 Indicadores de Cultura para o Desenvolvimento da Unesco (2014).

Esta reflexão e os resultados do workshop⁹ foram posteriormente desenvolvidos, tendo sido identificadas as competências mais relevantes para a avaliação de impactos em organizações culturais, como mais à frente iremos detalhar.

Apresentam-se de seguida os diferentes níveis de análise desenvolvidos:

- Os *desafios* – equacionando os modelos existentes e as suas tendências de evolução holística visando o sucesso sustentável;
- As *práticas* – identificando fatores chave para a crescente importância da cocriação nas comunidades de práticas¹⁰ avaliativas;
- As *competências* – sistematizando e discutindo quais as dimensões necessárias para a avaliação de impactos em equipas de organizações e redes culturais.

⁹ Sobre estes projeto foram já apresentadas publicamente alguns resultados, nomeadamente a *framework* de integração de modelos de gestão (Ochôa & Pinto, 2014), e a integração de indicadores de literacia mediática no modelo da avaliação da cultura da Unesco (Ochôa & Pinto, 2015).

¹⁰ “Comunidades de prática são grupos de pessoas que partilham uma preocupação, conjunto de problemas, ou paixão por um tópico e que aprofundam o seu conhecimento e perícia sobre esse assunto através da contínua interação” (Wenger, McDermott & Snyder, 2002, p. 4). Na agenda de investigação a desenvolver sobre elas realçam-se as formas de aprendizagem colaborativa e as práticas de partilha de conhecimento à distância (Faulconbridge & Munzio, 2012). Um lado menos conhecido, o da dificuldade de inclusão devido a ausência de conhecimentos, torna-as igualmente exclusivas. Por outro lado, Amin e Roberts (2008) realçam as diferenças no potencial de inovação existente entre as comunidades criativas e epistémicas, caracterizadas por processos de aprendizagem que transcendem as suas fronteiras de práticas e refletem sobre elas. Estes autores identificaram quatro tipos de comunidades: *epistémica*, *profissional*, *criativa* e de *interesses*. Entre as tendências da Inovação 4.0 – juntando pessoas, coisas, processos, serviços e dados, numa nova forma de gestão - estas comunidades serão fulcrais para a inovação social, tendo os seus membros o papel de cocriadores e coprodutores, utilizadores e inovadores, confirmando a necessidade das organizações alargarem as suas fronteiras visando garantir as suas redes de aprendizagem (Schmidt, Brinks & Brinkhoff, 2014) e a participação em práticas de conhecimento (Ibert, 2007).

DESAFIOS AVALIATIVOS

Para se compreender a atual conjuntura avaliativa foi necessário sistematizar os debates em curso na avaliação da Cultura caracterizados pelas suas *dinâmicas de convergência*¹¹:

- Na análise dos impactos da transição digital nos grupos profissionais, reavaliando os seus papéis e funções e valor social;
- Na defesa da integração da literacia mediática e informacional nas políticas nacionais para a sociedade de Informação ligados aos objetivos do desenvolvimento sustentável¹² e aos objetivos do World Summit on the Information Society: acesso universal à informação universal, acesso à educação, liberdade de expressão e respeito pelo património e diversidade cultural;
- Na complexidade da medição dos efeitos e impactos da cultura e das competências e a necessária diferenciação dos dados baseados em perceções e dos dados baseados em evidências;
- No foco da mudança nos média e os seus impactos nos direitos culturais dos cidadãos;
- Na comparação de *frameworks* de domínios e estatísticas culturais com um foco nas indústrias criativas e culturais (Unesco, UNCTAD, NACE, Eurostat, ESSnet Culture, OECD, WIPO), considerando a recolha, a contextualização, agregação e análise de dados, dando especial destaque aos dados de emprego e classificação de dados das atividades económicas e ocupações;
- Nas discussões teóricas baseadas nos três papéis da cultura (Hangzhou Declaration – Unesco, 2013) – *Transversal, Auto-sustentável e Fundamental*;
- No mapeamento dos modelos existentes da cultura em conceitos e modelos de sustentabilidade, com realce para o discurso e práticas

¹¹ Para informação complementar deve ser consultado o diretório da ACP Cultures+ (2015) *Tools to implement and strengthen cultural policies and statistics in ACP countries*, onde são referidos modelos de avaliação como o *Guia de políticas para a criatividade*, o *Unesco Culture for Development Indicator Suite* (CDIS) e a *Framework para as estatísticas culturais*, entre outros.

¹² A análise crítica do desenvolvimento sustentável parece demonstrar a existência de um elevado nível de incerteza entre os profissionais da área da cultura e entre os decisores políticos, relacionado com a compreensão, definição e avaliação dos impactos do desenvolvimento sustentável. Antes de mais, pela definição de impactos culturais e pela sua constante confusão com impactos de desenvolvimento. Nas palavras de Gricheva (2014, p. 11), “impactos culturais são os mais difíceis de avaliar e definir, já que as mudanças culturais se referem a impactos em valores, crenças e atitudes das pessoas de uma comunidade”.

acadêmicas e de investigação (definições, interações, percepções, contextos, expectativas) e as implicações dos usos de conceitos como criativo, criatividade, inovação e empreendedorismo;

- Na discussão dos valores éticos nos discursos da sustentabilidade e das dimensões do valor (intrínseco, instrumental, conceptual, uso) para as pessoas, comunidades, países e para os *multi-stakeholders*;
- Na análise das ligações culturais entre a sustentabilidade e a economia, educação, património, comunicação, governança e instituições, participação social, igualdade de género no âmbito dos objetivos interdependentes da Agenda Pós 2015: Dignidade e direitos humanos para todos, Equidade, Igualdade e justiça, Respeito pela natureza e planeta, Paz, Sistemas económicos e financeiros justos e Estruturas democráticas e participativas;
- Na análise do carácter transdisciplinar do fenómeno da avaliação da cultura envolvendo uma multiplicidade de estratégias, medidas e indicadores, bem como a possibilidade da cocriação de soluções orientadas para a transferência de conhecimento e práticas de avaliação entre setores, *stakeholders* culturais e comunicação com a sociedade, monitorizando resultados e impactos e envolvendo os cidadãos na autoavaliação das suas trajetórias de literacias e da sua participação cultural.

A par destas dinâmicas, outras já consolidadas, como as teorias e modelos de gestão da qualidade, têm refletido os desafios e práticas em vários aspetos, registando-se uma preocupação crescente com os conceitos e práticas que traduzam o valor da Excelência e requisitos de garantia da sustentabilidade: orientação para os resultados, orientação para os clientes/cidadãos, liderança, gestão por processos, desenvolvimento e envolvimento das pessoas, formação contínua, parcerias e responsabilidade social. Entre os temas emergentes, os modelos de Excelência europeus EFQM (European Foundation for Quality Management, 2010) e CAF (Common Assessment Framework, 2013) têm vindo a destacar a criatividade e inovação, a agilidade organizacional, a gestão do risco e a promoção dos produtos e serviços cocriados como determinantes da qualidade.

A implementação destes modelos de autoavaliação pressupõe uma maior atenção à investigação sobre as estratégias organizacionais, focando a base teórica conjuntamente com as práticas da estratégia¹³ e os seus im-

¹³ Práticas são definidas como aquilo que as pessoas fazem e, em simultâneo, como aquilo que as pessoas realmente fazem em relação à estratégia, podendo ser descritas como rotinas de desempenho.

plementadores numa linha de análise do modelo dos 4 P's de Whittington (2007) – *praxis, practices, practitioners, profession* – visando uma abordagem integradora das dinâmicas ao nível da gestão intraorganizacional, extraorganizacional e em redes de caráter mais informal, mas também da influência das competências das pessoas nessas dinâmicas (e não só da liderança).

Paralelamente, uma revisão sistemática da literatura produzida sobre a *categorização em organizações* (nas áreas da Gestão, Sociologia e Psicologia organizacional) demonstrou o potencial investigativo de uma visão integradora para a teoria organizacional (Vergne & Wry, 2014) com benéficos efeitos ao nível das análises micro e macro. Uma das áreas beneficiadas é a que incide nas estratégias organizacionais e nas várias formas de funcionamento da ecologia organizacional (competição, colaboração), nomeadamente as fronteiras organizacionais¹⁴ e o seu funcionamento interorganizacional, em redes institucionais, nacionais ou transnacionais, onde o estudo das categorizações é emergente e necessário, dada a fragmentação teórica que se regista e as evidências crescentes do uso de categorias interdisciplinares para enquadrar os novos fenómenos resultantes.

Este foco ganhou ainda uma nova agenda de investigação na análise e avaliação de impactos, onde também a categorização é fundamental,

A *Praxis*, um conjunto de atividades locais, socialmente aceites e estrategicamente importantes para a orientação e a sobrevivência de um grupo, uma organização ou uma indústria (Jarzabkowski, Balogun & Seidl, 2007), relaciona as atividades do quotidiano com o contexto social e organizacional. As práticas referem-se a práticas cognitivas, comportamentais, procedimentais, discursivas, motivacionais e físicas combinadas, coordenadas e adaptadas para criar uma práxis e os praticantes consistem em atores que afetam a construção de práticas pelo que são determinantes, pela forma como agem e pelos recursos que utilizam. Registam-se variações na forma de fazer estratégia entre grupos e atores periféricos, identificados como mais dispostos a desenvolver práticas exploratórias e mudanças, contribuindo para uma melhor compreensão do desempenho, das estratégias, práticas e posicionamentos que o sustentam.

14 De acordo com Kerosuo (2006, p. 4), a definição de fronteiras inclui “distinções e diferenças entre e dentro de sistemas ativos que são criadas e consensualizadas pelos grupos e atores individuais durante um período de tempo longo, enquanto eles se encontram envolvidos nessas atividades. Estas distinções podem ser categorizações de objetos, pessoas e práticas”, devendo estudar-se a emergência, a formação, o envolvimento e a manutenção das fronteiras em ação e em reconstrução, usando a aprendizagem colaborativa como uma das suas *social boundary interfaces*, lugares de troca de informação e de recursos (Long 2001, p. 243): “um ponto crítico de intersecção entre diferentes modos de vida, campos sociais ou níveis de organização social, onde as descontinuidades sociais baseadas em discrepâncias nos valores, interesses, conhecimentos e poder, podem provavelmente ser encontradas”. Long (2001, p. 92) usa este conceito de *interface* como um “ponto de entrada metodológico para a análise das dinâmicas e transformação das relações e valores interculturais e interinstitucionais” dentro e entre grupos. Entre as estratégias, a transferência de informação é uma das mais utilizadas, considerando-se igualmente a perspetiva das diferenças entre culturas organizacionais e a perspetiva dos interesses dos grupos, o que implica um trabalho de facilitação e transmissão de conhecimento para desenvolver uma linguagem e significados comuns. A delimitação de fronteiras de atuação pelos membros de redes culturais demarcam o tipo de atuação e respetivas categorizações, influenciando os processos de governança e de avaliação de impactos.

tanto para a avaliação de desempenho, como para os estudos das implicações sobre os atores, *stakeholders*, audiências, formas de aprendizagem, colaboração e sucesso sustentável (cobrindo aspetos como a confiança nos parceiros da rede que permita a partilha de competências; a existência de uma liderança forte, de afinidade entre os integrantes e de um número mínimo de participantes que potenciem a massa crítica existente; a definição clara dos critérios de seleção dos membros e a formalização dos processos de adesão; o estabelecimento de objetivos bem definidos com metas quantificáveis; capacidade financeira, infraestrutural e de gestão da rede; e disponibilidade para implementar processos de mudança de forma a implementar programas de melhoria continuada) (Carneiro et al., 2007, citado em Gama, 2014).

Vergne e Wry (2014) consideram o reconhecimento pelas organizações e pelas audiências externas (por exemplo, os média ou órgãos reguladores ou indivíduos isolados, considerados *intermediários culturais*) como um pilar teórico fundamental da categorização, numa compreensão conjunta dos recursos materiais (tecnologias, competências e fontes de financiamento) e simbólicos (identidades, culturas organizacionais, certificações, narrativas e estórias), muitas vezes complexamente relacionados e alargando as tradicionais formas e estruturas organizacionais com potencial para diferentes comunidades de práticas. Para Moen, Morch e Paalavo (2012), as abordagens atuais, para além de enfatizarem a participação e o diálogo, dão especial destaque à comunicação pelos média e às interações sociais (redes sociais e inteligência coletiva).

Este tipo de análise exigiu a discussão de uma metodologia multinível (micro, meso e macro) e multifases:

os dados a um nível Micro são dados que representam a atualidade, interações *insitu* na criação de conhecimento. Os dados a nível Meso são dados representativos da série de interações e produções como partes de trajetórias de participação em processos de criação de conhecimento. Finalmente, os dados a nível macro são dados que registam transformações, as quais envolvem perspetivas históricas e/ou institucionais mais amplas. A estrutura tripartida permite uma análise detalhada dos momentos de interação a serem combinados. (Moen, Morch & Paalavo, 2012, p. x)

Foi também importante enquadrar nesta dinâmica as novas teorias da mudança, como a denominada Teoria da mudança (*Theory of change*), uma teoria desenvolvida na década de 1990, pela Aspen Institute

Roundtable on Community Change, como um modelo de avaliação de iniciativas de comunidades, em que a descrição dos resultados desejados tem uma forte componente. Focada na mudança e na capacidade de adaptação em resposta a questões emergentes e a decisões colaborativas, tanto entre parceiros, como entre *stakeholders*, revela-se particularmente útil quando é vital a aprendizagem a partir da avaliação de impacto e a aplicação das suas lições noutros contextos (Rogers, 2014). Existindo várias formas de desenvolver e representar uma teoria da mudança, a avaliação de impacto deve refletir todas as situações de mudança, especialmente nas metodologias de recolha de dados, análise e avaliação, apoiando-se em dados qualitativos e quantitativos, geralmente em metodologias mistas.

Uma outra teoria deve ser realçada, a do Impacto coletivo (*Collective impact*) (Kania & Kramer, 2011). Podendo ser definida como “o compromisso de um importante grupo de atores de diferentes setores face uma agenda comum pra resolver um problema específico”, esta teoria tem por base cinco princípios: uma agenda comum, uma avaliação partilhada, atividades coletivas enriquecedoras, comunicação contínua, apoio de retaguarda na área da avaliação de impactos, em que uma equipa independente se dedica a orientar o alcance da visão e a estratégia, o alinhamento de atividades e o estabelecimento de práticas de avaliação comuns. Como pilar desta teoria, os autores realçam os relacionamentos estabelecidos entre múltiplas organizações para a resolução de problemas complexos, desenvolvendo uma rápida aprendizagem através de *feedback* contínuo e coordenação das respostas entre os participantes, a par dos dados e das evidências necessárias para a avaliação de impacto coletivo. No entanto, parece ser consensual que a maior parte dos integrantes destas parcerias se encontra ainda num estadio de desenvolvimento preliminar, não possuindo suficientes competências para avaliar.

Um dos debates desenvolvidos ao longo da investigação, relacionou e questionou a mudança dos sistemas com a capacidade organizacional para o fazer através dos modelos de gestão existentes. As formas de avaliação identificadas encontram-se tipificadas em quatro grandes grupos: índices e rankings baseados em análises secundárias a partir de dados existentes, usados para caracterizar o desempenho atual e possibilitar a comparação com outras situações; *recolha de dados e inquéritos*, usados para explorar o desempenho atual ou o atual conhecimento e atributos por parte dos *stakeholders* e da população em geral; *instrumentos qualitativos para a realização do benchmarking e auditoria*, usados para diagnosticar e avaliar as forças e fraquezas existentes no desempenho presente; *métodos de avaliação*

da eficiência, eficácia e qualidade aplicados ao presente e a novas iniciativas, os quais podem ser complementados com métodos de avaliação de impactos, mais projetados para o médio e longo prazo do desempenho e, ainda para o futuro, com as várias abordagens metodológicas dos Estudos do futuro (cenários, prospetiva, etc.).

PRÁTICAS

Esta fase de convergência interdisciplinar e de alinhamento estratégico permite contactar com múltiplas influências e perspetivas (governamentais, ONG, empresas, universidades, etc.) e valorizar a visão de novas estruturas de avaliação complementares e colaborativas que contemplem indicadores de impacto sectoriais ou globais e a sua publicitação junto dos cidadãos. Este foco em múltiplas respostas aos problemas e aos impactos causados, para além de possibilitar a análise de problemas complexos interrelacionados, permite uma análise sistémica útil para as organizações. Os indicadores e os instrumentos de avaliação intersectoriais focalizados em novas dinâmicas sociais realçam ainda a gestão da sua governança.

COCRIAÇÃO E COAVALIAÇÃO

Partindo do pensamento de Pehar e Taneja (2016), interessou em primeiro lugar compreender o papel e potencial das pessoas que trabalham na avaliação do impacto enquanto processo intencional de colaboração baseada no relacionamento e confiança (Duncan, 2015) e enquanto indicador da sua capacidade de funcionamento: “as pessoas fazem a diferença. As pessoas que trabalham em conjunto podem mudar a trajetória dos seus dados – um parceiro envolvido e informado pode ser a diferença entre fazer a mudança nas comunidades ou não” (p. 5).

Partindo de um conceito integrando a ecologia criativa (Howkins, 2001) que parece vir a ganhar terreno também nas práticas de avaliação – a *cocriação*, um termo usado em várias disciplinas, nomeadamente em gestão (Amabile et al., 2001), em marketing (Vargo & Lusch, 2004), consumo (Zwass, 2010) e nas Indústrias Criativas e Culturais (Hartley et al., 2012) – é contemplado qualquer ato de criatividade coletiva que cria valor considerando-se o seu contexto alargado de colaboração, abordagens centradas no utilizador e no envolvimento dos *stakeholders* nas diferentes fases de desenvolvimento de um produto, de um serviço ou nas experiências de aprendizagem e desenvolvimento de competências através de práticas de:

- Criação conjunta de valor (entre duas ou mais partes);
- Coavaliação do desempenho;
- Definição conjunta do problema e da sua resolução;
- Formas de aprendizagem colaborativa, compartilhando esforços, talentos e competências, permitindo aos participantes atingir juntos o mesmo objetivo;
- Criação de ambientes propícios ao envolvimento, à inovação e à criatividade.

As experiências de cocriação demonstram um elevado potencial de concretização da co inovação e na adoção e no desenvolvimento de novas ideias – o capital de ideias (Howkins, 2001) – ativos intangíveis resultantes da cooperação criativa, permitindo a um grupo vasto de partes interessadas identificar as necessidades de avaliação, a condução do processo de desenvolvimento de competências e de conhecimento e o planeamento de impactos dos resultados dessa cocriação, discutindo a integração de recursos, ou seja, os meios — conhecimento tácito e explícito e competências – que permitem a cocriação de valor e a percepção desse valor, determinada pelos beneficiários. Howkins (2001) realça ainda que este tipo de relações sai fortalecido pela aprendizagem contínua e pela criação de significado, diversidade, mudança e adaptação.

Neste contexto, a colaboração, a cooperação, a coordenação, o conflito, a comunicação, a competição, o controlo, o compromisso e a cultura são fatores que diferenciam as dinâmicas em cada projeto em rede, a par do valor da prática epistémica desenvolvida. A perspetiva inovadora da cocriação recai no seu potencial e na compreensão de como diferentes atores criam o seu próprio valor em uso (o valor da prática epistémica) da informação, conhecimento e competências, desde fases iniciais do processo de avaliação, dinamizando uma cultura de participação e envolvimento necessária ao desenvolvimento de uma sociedade do conhecimento em diferentes sectores ocupacionais para os quais os objetos epistémicos “parecem ter a capacidade de se desenvolver indefinidamente” (Knorr-Cetina, 2001, p. 181).

Este envolvimento pode ainda constituir um ponto de acesso às culturas profissionais e às formas coletivas da sua aprendizagem (Nerland, 2012), gerador de uma fluência epistémica, tornando-se uma prioridade

estudar e compreender como são interiorizados os princípios de produção e validação do conhecimento em domínios específicos, desenvolvendo competências de identificação, exploração e utilização do conhecimento e destacando as dimensões críticas destas práticas nas culturas profissionais e nas práticas cooperativas.

Ao longo das várias fases do *workshop*, a aquisição e transferência de novo conhecimento¹⁵ esteve dependente da forma como a aprendizagem foi realizada e da forma como o conhecimento foi estruturado por cada pessoa para que o possa usar numa variedade de contextos e em diferentes tempos, realçando a importância da gestão pessoal da informação. A transferência foi influenciada por vários fatores: a generalização do que foi aprendido (princípios, conceitos e factos), os mecanismos de autoaprendizagem; o papel de outras pessoas e a natureza e importância do *feedback* abrangendo competências de planeamento e monitorização da aprendizagem.

A metacognição, enquanto atividade reflexiva, está também presente na cocriação, aumentando a transferibilidade do conhecimento e competências para resolver um problema em situações colaborativas. A forma como foi feita a partilha de conhecimento, se justificaram ideias e se construiu a contribuição coletiva possibilitou a reorganização, modificação, melhoria, transformação e partilha do novo conhecimento cocriado, com benefícios para as interações sociais.

COMPETÊNCIAS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTOS

Reconhecer a importância da coavaliação dos impactos das organizações culturais deverá ser indissociável da constatação da relevância do desenvolvimento e transferibilidade das competências-chave para a sua implementação. A investigação desenvolvida neste domínio tem-se centrado

¹⁵ A gestão do conhecimento é uma das áreas mais estudadas a nível organizacional, sendo uma das formas utilizadas a aprendizagem organizacional e as práticas reflexivas em contexto laboral, associadas à medição do desempenho, identificando modalidade de conhecimento tácito e conhecimento explícito. Assim, a aprendizagem organizacional pode ser considerada um processo que ocorre ao longo do tempo, no qual as experiências de desempenho se transformam em conhecimento. Para Argote e Miron-Spektor (2011), embora a aprendizagem individual seja necessária para a aprendizagem em grupo e para a aprendizagem organizacional, não é suficiente, pelo que o conhecimento deve ser tornado explícito e transferido, devendo ser identificados os fatores que facilitam essa transferência e a sua eficácia, entre as quais as características da capacidade de absorção (Cohen & Levinthal, 1990), especialização, semelhança, localização, e a qualidade, a par de fatores cognitivos, sociais e motivacionais. Os obstáculos que impedem esta dinâmica e as tensões que surgem na sua gestão devem igualmente ser considerados. A transferência de conhecimento que ocorre entre zonas de fronteiras deve ser considerada, seja entre profissões ou organizações, sendo esta uma importante área de investigação a ser desenvolvida no funcionamento das redes culturais.

predominantemente nas competências necessárias à avaliação de programas, merecendo destaque neste âmbito os trabalhos produzidos por King, Stevahn, Ghere & Minnema (2001) e Stevahn, King, Ghere & Minnema (2005).

Várias taxonomias de competências de avaliação de programas / projetos têm sido construídas, nomeadamente por associações profissionais que operam na área da Avaliação, como são o caso de: *Professional competencies for qualitative research professionals* (Qualitative Research Consultants Association, 2003) – 11 competências; *Evaluator competencies* – 14 competências agrupadas em 4 domínios gerais (Russ-Eft, 2008; baseada na investigação realizada pelo International Board of Standards for Training, Performance and Instruction); ou *Competencies for Canadian evaluation practice* – 49 competências, distribuídas por 5 domínios de competências, adaptadas de King et al., 2001 (Canadian Evaluation Society, 2010).

No que concerne às competências em sustentabilidade, Brundiars, Wiek e Redman (2010), sintetizando o debate em torno deste tema, consideram que o consenso alcançado sobre a “variedade de caminhos para a construção da capacidade que mobiliza a ‘cabeça, mãos e coração” (p. 310) conduz à identificação de três *clusters* de competências-chave: (1) *Conhecimento estratégico* (integra competências sistémicas, antecipatórias, normativas e orientadas para a ação); (2) *Conhecimento prático* (contempla competências necessárias para estabelecer a ponte entre o conhecimento e a ação para o desenvolvimento sustentável); e (3) *Colaboração* (implica a mobilização de competências essenciais ao trabalho em equipa e em diferentes comunidades de conhecimento).

Embora centrado nas competências que os cidadãos necessitam para participar eficazmente numa cultura de democracia, o modelo conceptual desenvolvido pelo Conselho da Europa (Council of Europe, 2016), ao enfatizar competências como aquelas que promovem a cooperação, a empatia, a abertura à diversidade ou a tolerância à ambiguidade, trouxe um importante contributo à nossa reflexão.

Assim, tomando por base as taxonomias de competências elaboradas por King e outros (2001; 2015) e pela Canadian Evaluation Society (2010) e ainda os contributos de Brundiars, Wiek e Redman (2010) para a identificação de competências-chave em sustentabilidade, de Carlile (2004) ao nível das competências necessárias à avaliação do funcionamento em rede e do modelo conceptual de competências para uma cultura democrática do Conselho da Europa (Council of Europe, 2016), apresentam-se na Tabela 1 os domínios e as respetivas competências a mobilizar para a (co) avaliação de impactos em organizações culturais.

DOMÍNIOS	COMPETÊNCIAS
<i>Prática reflexiva</i> (foco nas normas e valores fundamentais da prática avaliativa e na consciência das competências e necessidades de crescimento pessoais)	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicar as normas que regulam a avaliação - Agir de modo ético, com integridade e honestidade - Respeitar todos os <i>stakeholders</i> - Atender aos direitos humanos e ao bem comum - Adotar uma perspetiva independente e imparcial - Ter consciência de si enquanto avaliador/a (conhecimentos, capacidades) e refletir sobre a prática avaliativa (competências e áreas de desenvolvimentos) - Estar orientado/a para o desenvolvimento profissional, contribuindo para a melhoria da prática avaliativa
<i>Prática de base técnica</i> (centra-se nos aspetos especializados da avaliação)	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a base de conhecimento da avaliação (teorias, modelos, tipos, métodos e ferramentas) - Realizar revisões de literatura - Especificar a estrutura conceptual do objeto de avaliação (ex.: <i>Program theory</i>) - Determinar o propósito da avaliação - Determinar a avaliabilidade do objeto - Fazer o enquadramento das questões de avaliação - Desenhar a avaliação - Definir os métodos de avaliação (quantitativos, qualitativos e mistos) - Identificar as fontes dos dados - Desenvolver medidas/ferramentas fiáveis e validas - Recolher dados - Avaliar a validade e fiabilidade dos dados - Analisar e interpretar dados - Extrair conclusões e fazer recomendações - Reportar procedimentos e resultados da avaliação - Assinalar os pontos fortes e as limitações da avaliação - Realizar meta-avaliações
<i>Análise situacional</i> (foco na análise do contexto específico e único que é objeto de avaliação)	<ul style="list-style-type: none"> - Respeitar a especificidade do contexto e do cliente - Examinar o contexto (organizacional, social, económico, cultural) - Compreender o <i>status quo</i> (estado atual) e os desenvolvimentos registados no passado (história) - Criar cenários e visões de futuro(s) - Identificar os <i>stakeholders</i> afetados - Identificar os interesses de todos os <i>stakeholders</i> - Atender às necessidades de informação dos/as utilizadores/as - Cuidar da aplicação da avaliação - Atender à mudança organizacional e ambiental - Aplicar as competências de avaliação em resposta aos desafios colocados ao nível da organização e medição - Estar aberto/a aos contributos (<i>inputs</i>) e à diversidade de opiniões e perspetivas - Alterar a avaliação sempre que necessário

<i>Gestão</i> (centra-se no processo de gestão do projeto / da avaliação)	<ul style="list-style-type: none"> - Definir os parâmetros, planos e consensos para a realização do trabalho - Atender aos aspetos de viabilidade da avaliação - Identificar os recursos necessários (humanos, financeiros, físicos e tecnológicos) - Monitorizar os recursos que foram afetados (humanos, financeiros, físicos e tecnológicos) - Coordenar, supervisionar e formar outros - Reportar os progressos e resultados - Identificar e mitigar problemas - Gerir processos de gestão de conhecimento (transferindo e transformando conhecimento) e competências-chave
<i>Interorganizacional</i> (foco no funcionamento em rede)	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer a ligação entre a avaliação <i>on going</i> dos processos de governança do trabalho em redes com os processos intraorganizacionais - Estabelecer a ligação entre a avaliação de diferentes políticas e os seus efeitos e impactos em várias áreas - Estabelecer o foco avaliativo nos processos de interação interorganizacional e intercultural, recolhendo e disseminando informação relevante entre os vários intervenientes
<i>Interpessoal</i> (competências / aptidões pessoais necessárias à prática avaliativa)	<ul style="list-style-type: none"> - Comunicar por escrito e através de tecnologias - Comunicar oralmente - Saber ouvir e observar - Empatia - Saber negociar - Ser capaz de resolver conflitos - Agir como facilitador/a (trabalho em grupo) - Facilitar a interação interpessoal (individual e equipas) - Ser capaz de cooperar e colaborar em comunidades de práticas - Atender às questões da diversidade e cultura - Demonstrar credibilidade profissional

Tabela 1: Competências para a avaliação de impactos em organizações culturais

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

À semelhança de outras tendências de gestão, os modelos de avaliação de desempenho caminham para a integração da avaliação da sustentabilidade como um dos seus principais pilares, criando novas dinâmicas de envolvimento dos parceiros institucionais, em geral, e dos vários *stakeholders*, com destaque para os cidadãos. Uma das dinâmicas a dar atenção é a da participação e comunicação, implicando estratégias de coprodução, cocriação e coavaliação do desempenho numa lógica de aprendizagem colaborativa.

A análise das capacidades de cocriação e aprendizagem colaborativa na avaliação de impactos em organizações culturais permitiu identificar a influência de vários fatores, suscetíveis de ajudar a superar as diferenças e assimetrias nas suas estratégias de desenvolvimento e aprendizagem de uma cultura de avaliação, integradora dos novos desafios, práticas e competências.

Relembrando a nossa pergunta de partida, ao refletir sobre como podemos medir os impactos das organizações culturais e o seu contributo para o desenvolvimento sustentável, são sintetizados na Figura 1, os principais fatores em discussão pelos vários participantes na investigação.

Como o título deste trabalho sugere, deve ser realçada a interligação necessária entre a cocriação, a coavaliação participativa de impactos e a governança da informação colaborativa, envolvendo:

1. a confiança, criatividade e partilha da informação recolhida e análise das evidências;
2. a integração da área transdisciplinar da investigação em avaliação e, em especial, da meta-avaliação como um pilar da evolução da avaliação de desempenho interorganizacional e intersetorial;
3. a gestão do conhecimento das áreas de fronteiras epistémicas como um fator determinante na aprendizagem e agilidade organizacional face à avaliação de impactos nos vários níveis de análise (micro, meso, macro);
4. o desenvolvimento de competências em coavaliação de impactos tendo por base a transferência de conhecimentos em modelos de competências envolvendo *stakeholders* que contemplem dimensões de práticas reflexivas, práticas de base técnica, análise situacional, gestão, interorganizacionais e interpessoais, ajudando a gerir a infini- dade de comportamentos e interações existentes a respeito do papel da avaliação no ciclo de gestão e na qualidade e credibilidade das organizações;
5. a integração progressiva da avaliação da sustentabilidade nos mode- los de avaliação da cultura como uma estratégia do setor.

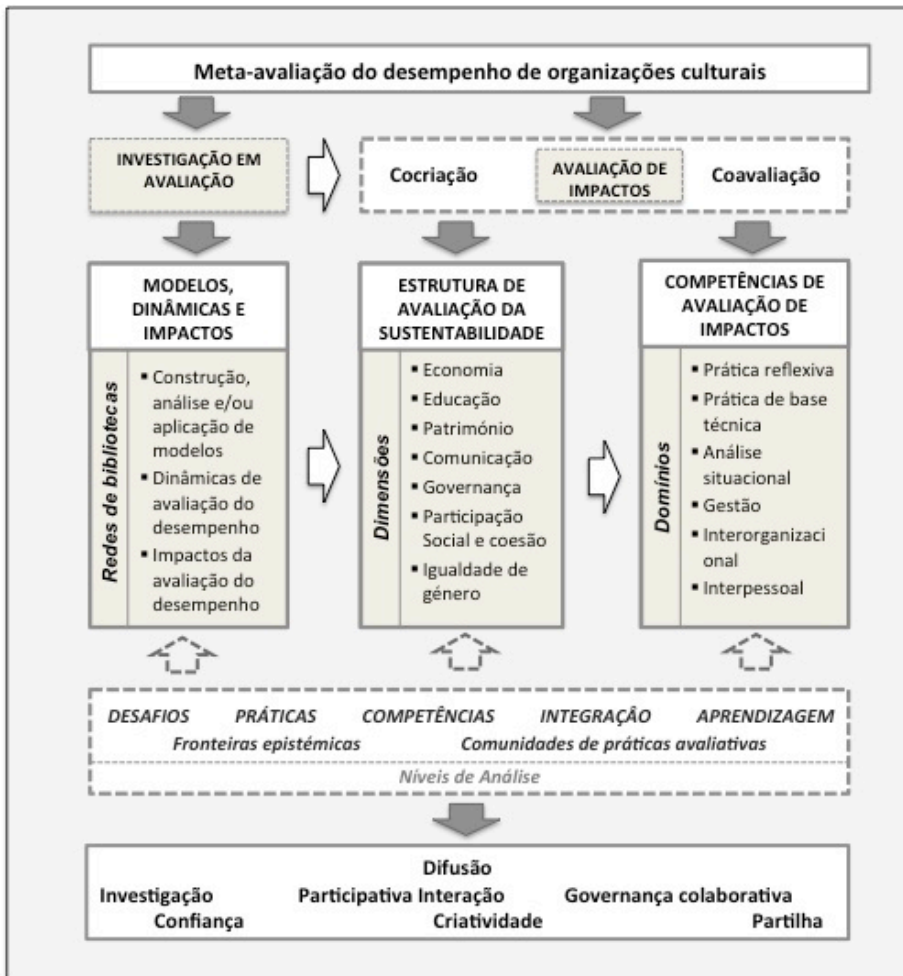


Figura 1: Meta-avaliação do desempenho de organizações culturais

Sendo uma área ainda pouco explorada, é igualmente necessário compreender melhor os impactos de vários tipos de envolvimento dos *stakeholders* como coavaliadores de impactos em modelos de avaliação holísticos, nomeadamente para se aferir os benefícios da cocriação, quais as circunstâncias em que esses benefícios ocorrem e qual a sua importância no desempenho individual, organizacional, interorganizacional e em rede.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACPCultures+ (2015). Tools to implemente and strenghten cultural policies and statistics in ACP countries. Retirado de http://www.acpculturesplus.eu/sites/default/files/2015/09/10/directory_tools_cultural_policies_and_statistics_2015_ang.pdf
- Amabile, T.; Patterson, C.; Mueller, J.; Wojcik, T.; Odomirok, P. W; Marsh. M. & Kramer, S. J. (2001). Academic practitioner collaboration in management research: a case of cross-profession collaboration. *Academy of Management Journal*. 44(2), 418-431.
- Amin, A. & Roberts, J. (2008). Knowing in action: beyond communities of practice. *Research Policy*, 37, 353-369.
- Argote, L. & Miron-Spektor, E. (2011). Organizational learning: from experience to knowledge. *Organization Science*, 22(5), 1123-1137.
- Brundiers, K.; Wiek, A. & Redman, C. L. (2010). Real-world learning opportunities in sustainability: from classroom into the real world. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 11(4), 308–324.
- Carlile, P. (2004). Transferring, translating and transforming: an integrative framework for managing knowledge across boundaries. *Organization Science*, 15(5), 555-568.
- Canadian Evaluation Society (2010). *Competencies for Canadian evaluation practice*. Renfrew: CES. Retirado de http://www.evaluationcanada.ca/txt/2_competencies_cdn_evaluation_practice.pdf.
- Chesbrough, H. (2003). The era of open innovation. *MIT Sloan Management Review*, 44(3), 35-42.
- Cohen, W. M. & Levinthal, D. (1990). Absorptive capacity: a new perspective on learning and innovation. *Administrative Science Quarterly*, 35, 128-152.
- Council of Europe (2016). *Competences for democratic culture: living together as equals in culturally diverse democratic societies*. Strasbourg: Council of Europe.
- Duncan, D. (2015). Relationships and trust: the second core component of effective collective impact. Retirado de <https://www.livingcities.org/blog/818-the-four-keycomponents-for-effective-collective-impact-part-i>
- Faulconbridge, J. R. & Muzio D. (2012) Professions in a globalizing world: towards a transnational sociology of the professions. *International Sociology* 27, 136-152.
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic management: a stakeholder approach*. Boston: Pitman.

- Gama, M. A. (2014). Cultura de redes culturais: o estado das redes do Estado. Comunicação (realizada no âmbito do projeto SFRH/BD/77251/2011) ao VIII Congresso Português de Sociologia, 14 a 16 de abril de 2014, Évora. Acedido em http://www.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COMo410.pdf
- Gricheva, N. (2014). *Cultural dimension of sustainable development*. Montreal: Coalition pour la diversité culturelle for cultural diversity.
- Hartley, J.; Potts, J.; Cunningham, S.; Flew, T.; Keane, M. & Banks, J. (2012). *Key concepts in creative industries*. Londres: Sage.
- Ibert, O. (2007). Towards a geography of knowledge creation: the ambivalence between 'Knowledge as an Object' and 'Knowing in Practice'. *Regional Studies*, 1(41), 103-114.
- Imas, L. G. M. & Rist, R. C. (2009). *The road to results: designing and conducting effective development evaluations*. Washington: World Bank.
- ISO 11620 (2014). Information and Documentation – Library performance indicators.
- Jarzabkowski, P.; Balogun, J. & Seidl, D. (2007). Strategizing: the challenges of a practice perspective. *Human Relations*, 60(5), 5-27.
- Kania, J. & Kramer, M. (2011). Collective impact. *Stanford Social Innovation Review*, 9(1), 36-41.
- Kerosuo, H. (2006). *Boundaries in action. An activity-theoretical study of development: learning and change in health care for patients with multiple and chronic illnesses*. Helsinki: University Press.
- King, J. A. & Stevahn, L. (2015). Essential competencies for program evaluators. Retirado de <http://www.cehd.umn.edu/OLPD/MESI/spring/2015/KingStevahn-EssentialCompetencies.pdf>
- King, J. A.; Stevahn, L.; Ghore, G. & Minnema, J. (2001). Toward a taxonomy of essential evaluator competencies. *American Journal of Evaluation*, 22(2), 229-247.
- Knorr Cetina, K. (2001). Objectual Practice. In T. Schatzki, K. Knorr Cetina & E. von Savigny (Eds), *The practice turn in contemporary theory* (pp. 175-188). London: Routledge.
- Long, N. 2001. *Development Sociology: actor perspectives*. Londres: Routledge.
- Moen, A.; Mørch, A. & Paalavo, S. (Eds.) (2012). *Collaborative knowledge creation practices, tools, concepts*. Rotterdam: Sense Publishers.

- Nerland, M. (2012). Professions as knowledge cultures. In K. Jensen; L. C. Lahn & M. Nerland (Eds.), *Professional learning in the knowledge society* (pp. 27-48). Rotterdam: Sense publishers.
- Observatório da Qualidade em Serviços de Informação e Conhecimento (2002). *A qualidade para a Rede de Centros de Recursos em Conhecimento: realidades e expectativas: relatório final*. Lisboa: INOFOR, Secretaria-Geral do Ministério da Educação. Retirado de <http://opac.iefp.pt:8080/images/winlibimg.aspx?key=&doc=6744&img=51>
- Ochôa, P. (Ed.) (1998). *Gestão da Qualidade: relatórios de investigação nas bibliotecas da Administração Pública*. Lisboa: M.E.
- Ochôa, P. & Pinto, L. G. (2014). Sustainability metrics in Library and Information Services: a quality management framework. Comunicação apresentada na Annual IATUL Conference. Retirado de <http://docs.lib.purdue.edu/iatul/2014/plenaries/>
- Ochôa, P. & Pinto, L. G. (2015). Sustentabilidade e medição de impactos em organizações culturais: o papel dos indicadores de literacia mediática, comunicação e cidadania In S. Pereira & M. Toscano (Eds.) (2015). *Literacia, media e cidadania* - Livro de Atas do 3.º Congresso (pp. 408-420). Braga: CECS.
- Pehar, J. & Taneja, S. (2016). Measuring partnership for impact: Strengthening and measuring the internal growth of your partnership to accelerate your impact. Retirado de <https://www.collectiveimpactforum.org/sites/default/files/post-files/Measure%20Partnerships%20for%20Impact%20Nov%20202015%20FINAL.pdf>
- Pinto, L. G. (2006). Building a culture of assessment in Lisbon public libraries: a knowledge management approach. In IFLA General Conference and Council, 72, Seul - *Libraries: dynamic engines for the knowledge and Information Society*. Retirado de <http://archive.ifla.org/IV/ifla72/papers/146-Pinto-en.pdf>
- Pinto, L.G. (2012). *Dimensões estratégicas e emergentes da avaliação do desempenho: modelos, dinâmicas e impactos na Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa (1989-2009)*. Alcalá: Universidad de Alcalá. Retirado de <http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/17141/TESIS%20LEONOR%20GASPAR%20PINTO.pdf?sequence=1>
- Pinto, L. G. & Ochôa, P. (2006). Dealing with evidence based management: roles and dimensions of library services promotion. In 2006 IFLA M&M Shanghai pre-conference, Xangai - *Library management marketing in a multicultural world: proceedings* (pp. 96-104).

- Qualitative Research Consultants Association. Professionalism Committee (2003). *Professional competencies for qualitative research professionals*. St. Paul: QRCA. Retirado de <http://c.yimcdn.com/sites/www.qrca.org/resource/resmgr/Docs/Prof-comp.pdf>
- Rogers, P. (2014). *Theory of change, methodological briefs: impact evaluation 2*, Florença: UNICEF Office of Research.
- Schmidt, S.; Brinks, V. & Brinkhoff, S., (2014). Innovation and creativity labs in Berlin – organizing temporary spatial configurations for innovations. *Zeitschrift für Wirtschaftsgeographie* 58(4), 232-247
- Stevahn, L.; King, J. A.; Ghore, G. & Minnema, J. (2005). Establishing essential competencies for program evaluators. *American Journal of Evaluation*, 26(1), 43-59.
- Unesco (2011). Towards a UNESCO culture and development indicators suite. Retirado de <http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/creativity/pdf/cultureanddevelopmentindicators/>
- Unesco (2013). The Hangzhou Declaration: placing culture at the heart of sustainable development policies. Retirado de <http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/culture-and-development/hangzhou-congress>
- Unesco (2014). *UNESCO Culture for Development Indicators: methodology manual*. UNESCO: Paris.
- Vargo, S. L. & Lusch, R. F. (2004). Evolving to a new dominant logic for marketing, *The Journal of Marketing*, 68(1), 1-17.
- Vergne, J.P. & Wry, T. (2014). Categorizing categorization research: review, integration, and future directions. *Journal of Management Studies* 51(1), 56-94.
- Wenger, E., McDermott, R. & Snyder, W. M. (2002). *Cultivating communities of practice*. Boston: Harvard Business School Press.
- Whittington, R. (2007). Strategy practice and strategy process: family differences and the sociological eye. *Organization Studies*, 28(10), 1575-1586.
- Zwass, S. (2010) Co-creation: toward a taxonomy and an integrated research perspective. *International Journal of Electronic Commerce*. 15(1), 11-48.

Citação:

Ochôa, P. & Pinto, L. G. (2017). Cocriação e avaliação de impactos em organizações culturais. In M. Gama & H. Sousa (Eds.), *Contributos do Congresso Internacional "Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona"* (pp. 269-292). Braga: CECS.

CARLA GIOVANNA HERRERA RODRÍGUEZ &
JORGE DAVID CORTÉS MORENO

carlaghr@gmail.com; jdcortesm@yahoo.com.mx

CISDE, PUEBLA, MÉXICO / INSTITUTO DE CIENCIAS DE GOBIERNO
Y DESARROLLO ESTRATÉGICO (ICGDE), BUAP, MÉXICO

LA ORGANIZACIÓN HOY DE LOS ARTISTAS VISUALES. EL CASO DE LA RED INTERNACIONAL DE ARTISTAS VISUALES EN MÉXICO

RESUMEN

Mucho se ha señalado que la participación cooperativa por excelencia – al menos en la visión occidental – la constituye la acción de ayudar *per se*. Esta afirmación podría ser cierta, siempre y cuando se demostrara que el proceso de organización y cooperación se reduce a la estricta asistencia a los espacios educativos o laborales, los profesionales de las artes, casi no se organizan para mejorar sus condiciones de trabajo o de mayor ingresos económico por la vía independiente; sin embargo, los procesos modernos de organización de los artistas o creadores visuales, deben de buscar nuevas dinámicas que presenten no sólo la calidad artística de los miembros de esa organización, sino sobre todo, que muestren las oportunidades de crecimiento buscando apoyos institucionales, capacitación para las nuevas tecnologías de información y gestión empresarial.

PALABRAS CLAVE

Organización; artista visual; red internacional

INTRODUCCIÓN

Puebla es una entidad ubicada en el centro de México¹; es un estado lleno de contrastes: posee más de 210 instituciones de educación superior públicas y particulares de todos los tamaños² pero es una de las 10

¹ Oficialmente, a mí país se le llama “Estados Unidos Mexicanos”, pero internacionalmente se le identifica de inmediato como México; por tal razón, le llamaré en esta segunda forma.

² Considerando que la autoridad educativa estatal se encontraba revisando los procedimientos internos de unas veinte instituciones más, para decidir si les permitía mantener el registro correspondiente. Esta cifra no incluye la potencial apertura de veinte universidades particulares adicionales, que estarían efectuando sus trámites a finales de diciembre 2015. Si ambas cifras fueran certeras, podría pensarse en unas 250 instituciones de educación superior en el estado de Puebla, para finales de 2016.

entidades con mayores registros de pobreza³ y por si hiciera falta, algunos de sus municipios están considerados por el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) como determinantes en lo que se refiere a la “pérdida en desarrollo humano atribuible a la desigualdad entre hombres y mujeres” – Uno de ellos, Chilchotla, muestra una pérdida en desarrollo humano del 11.16% respecto al Índice de Desarrollo Humano (IDH) pero le acompañan una veintena de municipios⁴ con cifras de pérdida superiores al 4% –, lo que representa puntualmente el retraso metacultural que padece la entidad. A lo anterior habrá que agregar que el estado es rico en historia, cultura y en un sinnúmero de tradiciones que la han hecho ser un activo constante en la identidad de México en su gastronomía, arquitectura y patrimonio en general. En otras palabras, el contraste de Puebla entre sus rezagos y la fuerza de su impronta cultural se ha visto con una nitidez pocas veces identificable, en un escenario tan peculiar como aparentemente inocuo: los cambios y transformaciones en el país y la presencia de artistas de diferente calibre, categoría es una realidad. Acaso la reflexión permita entender qué ocurre con una sociedad tan contrastante a la vez que inmersa en una solidez cultural que protege su patrimonio histórico e inmaterial, permite al mismo tiempo, en todo lo ancho del territorio nacional, la existencia, sin conexiones o redes de apoyo, una gran cantidad de artesanos, artistas visuales, diseñadores, pintores jóvenes y escultores que están buscando una oportunidad de vinculación acercamiento no sólo de su obra para ser conocida, sino convertir sus talento, en su modo de vida permanente de forma digna, es decir, el acercamiento a un mercado de consumo de arte capaz de valorar y adquirir a mejores precios un producto artístico de alguna de las muchas empresas culturales que existen en México. Para que esto sea una realidad se necesita apoyar, en distintos niveles y capacidades a los propios generadores de los productos artísticos.

Véase “Dejan sin registro a 14 universidades en Puebla para este ciclo escolar”, nota de Gerardo Rojas. Portal E-Consulta. Recuperado de <http://www.e-consulta.com/2012/index.php/2012-06-13-18-40-00/educacion/item/dejan-sin-registro-a-14-universidades-en-puebla-para-este-ciclo-escolar>

³ El 18 por ciento de los habitantes del estado de Puebla vive en situación de pobreza extrema, de acuerdo a los indicadores del Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (CO-NEVAL). Véase “Medición multidimensional del Estado de Puebla 2008”. Recuperado de <http://www.coneval.gob.mx/cmsconeval/rw/pages/entidades/puebla/index.es.do>

⁴ Véase PNUD (2005), “Puebla, panorama estatal”. Recuperado de <http://www.pnud.org.mx/1MG/pdf/Puebla.pdf>

MÉXICO Y SU DIAGNÓSTICO

País contrastante, México⁵ contiene una enorme diversidad de elementos que le representan un reto a cada paso que da, particularmente en lo relacionado a los elementos endógenos, internos, así como exógenos a lo que no necesariamente puede controlar porque proviene del exterior⁶. Como puede comprenderse, existe un sinnúmero de oportunidades para el país a la vez que existen otras tantas debilidades que impiden tal cumplimiento a esas posibilidades de prosperidad y desarrollo justo, equitativo, sostenible. Indudablemente, dos de esas debilidades son de riguroso monitoreo: la pobreza de un notable porcentaje de su población y la débil capacidad institucional para combatir la inseguridad globalizada, así como la baja capacidad competitiva de su oferta de productos y servicios. Aunado a ello, este país ha tratado de impulsar el desarrollo de las industrias creativas, a través de programas de fomento al talento joven, así como a través de las propias instituciones educativas que intentan apoyar a sus jóvenes artistas, aunque día a día les recortan más y más el presupuesto público. Es una realidad que los consumos y hábitos culturales de la mayoría de los habitantes del país son muy limitados, confundiendo, en muchos casos, cultura con entretenimiento. En este sentido, el Estado Mexicano crea el año pasado la Secretaría de Cultura, con el propósito de agilizar y optimizar los recursos disponibles para esta actividad fundamental en el país. Al mismo tiempo, la Secretaría de Cultura (antes Conaculta) asumió todas las atribuciones en materia de promoción y difusión de la cultura y el arte que anteriormente eran parte de la Secretaría de Educación Pública. Siendo hasta la fecha una organización en proceso de reestructura y reagrupación en beneficio de las comunidades y las industrias culturales. Sin embargo, más allá de esto, los artistas buscan por sus propios medios los diferentes espacios para la gestión cultural, privilegiando a grupos tradicionales, y dejando casi fuera los nuevos talentos locales y aquellos que están lejos del poder central del país.

⁵ Michel Foucault utiliza el término “Panóptico”, visión, diagnóstico – “la panóptica benthamiana” – como una capacidad de observación que cubre la totalidad del sujeto-objeto, que lo mismo puede ser una sociedad, que una fábrica o una prisión; el término fue utilizado por vez primera en 1791 por el filósofo Jeremy Bentham. El enfoque panóptico más logrado de Foucault se encuentra en su obra (1975) *Vigilar y castigar*. México: Siglo XXI Editores, p. 253.

⁶ Véase el “Modelo de la Casa Prospectiva” (Serbolov, 2009)

LA PARTICIPACIÓN Y ORGANIZACIÓN CIUDADANA, CAUSA Y EFECTO

Pronto, el ciudadano sin vinculación a grupos o colectivos, no encuentra espacios de expresión o de promoción. Esto lo obliga por militar en una nueva organización conocida como “sociedad civil” o asociación civil – que no es otra que pequeños grupos organizados – llamado con un eufemismo más o menos reciente. Así las cosas, se entiende que la participación y organización ciudadana en México fue más allá de cualquier diferencia económica, política y social: simplemente ha atravesado a todas las capas comunitarias del país y lejos de marginar a alguien, invita a la inclusión. Mientras los grupos de poder y de presión hicieron lo suyo por comprar voluntades – y que sin duda, habrán sido muchas –, la iniciativa libre ha avanzado a gran velocidad entre cientos de miles de personas que terminarían por abatir el miedo, la apatía y el distanciamiento, la desorganización sin mayor arma que el talento, las ganas de hacer algo, la creación de imágenes virtuales o físicas⁷. Así, la participación y la organización de las personas en el proceso de transformación de la sociedad termina por ser más importante que lo existente, porque de la coexistencia individual se pasó a la convivencia colectiva creativa y ésta es una de las más poderosas herramientas para fortalecer cualquier sociedad⁸ a través de las artes. En otras palabras: el mexicano promedio no busca agruparse para fortalecer su entorno; lo hace como conducta esperada en cualquier individuo que se siente marginado, aislado, impedido a seguir creando valor con sus talentos. De acuerdo a diversos mecanismos y métodos de cosecha de evidencias y datos, tanto cualitativos como cuantitativos, se identificó que las instituciones y organizaciones oferentes de programas en artes plásticas establecidas en el país no atendían en la forma apropiada la capacidad organizativa de los artistas visuales para optimizar sus talentos y proveerlos de nuevas herramientas para enfrentar los retos de un mercado global competitivo, así como para defender sus derechos. En este contexto, los principales elementos de atención para elaborar esta propuesta fueron los siguientes:

⁷ La idea es que si las instituciones pierden valor ante el ciudadano, éste acude a la cercanía de lo humano para compensar tal pérdida: “así, frente a la decreciente fe en las instancias constituidas, la gente tiende a fiarse más del amigo, el conocido, el vecino, el boca a boca o incluso el rumor” (Verdú, 2009, p. 151).

⁸ En efecto, porque “el vínculo social no está dado por el contenido de las instituciones que simbolizan la continuidad que ofrece una solidaridad mecánica. Para que haya vínculo social, es necesario que sus representaciones sean cuestionadas en todo momento en una acción social que reconstruya la solidaridad sobre nuevas bases” (Lourau, 1970/2007, p. 109, p. 109).

- Los programas académicos carecen de las herramientas de vinculación hacia otras ramas de la vida productiva;
- Carecen de acercamiento a programas públicos pertinente para fomentar las habilidades y talentos de los artistas;
- No existían vínculos con las autoridades correspondientes para generar sinergias.

IMPORTANCIA Y JUSTIFICACIÓN DEL DESARROLLO COLABORATIVO

Las artes plásticas pueden entenderse en un concepto integral como la creación de objetivos artísticos, desarrollados de forma artesanal y/o bajo la más alta tecnología, con dos propósitos complementarios: el crecimiento del capital cultural de una comunidad concreta y, el fortalecimiento de una industria capaz de generar bienestar económico en la medida de sus posibilidades. En otras palabras, no solamente se trata de producir artistas plásticos capaces de producir en lo material una obra generada desde su imaginación y sensibilidad personalísima; también se pretende que estos artistas sean capaces de crear su obra con un enfoque de sustentabilidad ambiental y emprendedurismo, dos elementos complementarios e indispensables en los retos que marca el siglo XXI.

Es por ello que se la creación de una Red Internacional podría coadyuvar en el desarrollo de las industrias vinculadas a los propios artistas de forma individual. En ese contexto, el desarrollo colaborativo en cuestión no solamente se limita a los temas elementales de la actividad artística propiamente dicha: también ofrece herramientas para la producción de elementos artísticos bajo una visión integral, de respeto capaz de competir y participar en la generación de industrias artísticas capaces de autofinanciarse, de generar empleos y en general de mejorar las condiciones de riqueza social en las comunidades adonde el artista se encuentre.

Desde siempre, se ha dicho que a través de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación la Ciencia y la Cultura se menciona que

el desarrollo y promoción de la educación artística comprende no sólo la elaboración de programas específicos que despierten la sensibilidad artística y apoyen a grupos e instituciones de creación y difusión, sino también el fomento de actividades que estimulen la conciencia pública sobre la importancia social del arte y de la creación intelectual. (Unesco, 2010)

Con ello se instrúa sobre la importancia que las artes pueden llegar a tener en la sociedad, pero se considera que es algo que se perdió con el paso del tiempo, pues a las artes se les generalizó con la cultura. De hecho en esta misma publicación se menciona que “Es imprescindible establecer las condiciones sociales y culturales que faciliten, estimulen y garanticen la creación artística e intelectual, sin discriminaciones de carácter político, ideológico, económico y social” (Unesco, 2010).

Por lo que queda establecido que la iniciación artística, es una actividad que debe existir sin ningún tipo de desigualdad entre la sociedad mexicana, además que se debe hacer la distinción entre la cultura y el arte.

El papel activo del arte en el desarrollo de la sociedad promoviendo procesos de innovación y reformas estructurales, un crecimiento del sector inteligente, sostenible e integrador, más coherente y mucho más creativo, basado en una mejor distribución de los recursos, y que funcione como un eje vertebrador de la cohesión social. La característica precariedad laboral de los artistas y creadores culturales, espacios culturales dignos, las condiciones de trabajo flexibles, propias del sector, las prácticas artísticas transversales y multidisciplinarias de los creadores reclaman otras formas institucionales de relación profesional, que a menudo entran en contradicción con las políticas culturales hegemónicas, tanto públicas como privadas.

En el artículo “Nuevos modelos creativos desarrollados por los jóvenes” publicado por el Consejo de Cultura de Chile (2014), el autor García Canclini menciona que

los jóvenes son quienes hacen trascender la imaginación creativa más allá de las áreas especializadas (las artes visuales, la literatura y la investigación científica) o sea en las industrias, el diseño urbano, gráfico y comunicacional. Incluso en el reciclaje de objetos y mensajes que circulan en mercados alternativos. (Canclini, 2014, p. 5)

Sin embargo la mayoría de estos jóvenes creativos de hoy no encuentran medios para convertir esto en un modo de vida, pues se enfrentan a una estructura diferente de desarrollo en el que su paisaje cultural y socioeconómico es distinto al común denominador, ahora es común escuchar la palabra *Freelance*, el trabajo que hoy en día tienen es por proyectos en un tiempo determinado, como lo menciona Canclini “son un tipo peculiar de trabajadores, ni asalariados ni plenamente independientes. Trabajan en proyectos de corta duración, sin contratos o en condiciones irregulares, pasando de un proyecto a otro, sin llegar a estructurar carreras” (Canclini, 2014, p. 6). Esto puede presentar algunas ventajas, pues ahora pueden

estructurar sus agendas a modo de “controlar su propio tiempo”, pero también con la contraparte de ser independientes o por decirlo de otra forma son “su propia empresa”. Partiendo de esa lógica donde los mismos artistas se desenvuelven al mismo tiempo como empresarios, gestores de su propia riqueza económica, están sujetos a nuevas formas de competencia y de relaciones en un ámbito cada vez más complejo, donde sus productos culturales y artísticos se muestran en un espacio local y global al mismo tiempo. Siendo el artista un ser que debe promover su propio talento y su capacidad como artista y empresario al mismo tiempo, en la mayoría de los casos. Por esta razón creemos que la agrupación de estos en una red internacional va a permitir que se potencialicen sus habilidades, talentos y relaciones para poder expresar y colocar de mejor forma sus productos artísticos.

CONFIGURACIÓN LEGAL DE LA RED

A continuación se muestra el proyecto legal de desarrollo y configuración de la Red Internacional de Creadores Visuales en México.

Estatutos Denominación de Objeto Social

Artículo primero – La asociación se denominara **red internacional de creadores visuales**, esta denominación irá seguida siempre de las palabras asociación civil o de su abreviatura A.C.

Artículo segundo – La asociación será mexicana, sujeta a las leyes y tribunales mexicanos. Es una persona jurídica en términos de los establecido por el código civil para el estado libre y soberano de Puebla, se constituye como asociación civil mediante un acto jurídico, por lo cual se reúnen permanentemente dos o más personal para realizar un fin común, lícito, posible y de naturaleza no económica. La asociación se registrará por lo establecido en el código civil para el estado de Puebla por los presentes estatutos sociales. La asociación es mexicana “todo extranjero, que en el acto de la constitución o en cualquier tiempo ulterior, adquiera un interés o participación social en la asociación, se considera por ese simple hecho como mexicano respecto de uno y otra, y se entenderá que conviene en no invocar la protección de su gobierno, bajo la pena, en caso de faltar

a su convenio, de perder dicho interés o participación en beneficio de la nación.

Artículo tercero – El domicilio de la asociación será en la ciudad de Puebla, estado de Puebla, sin perjuicio de poder establecer sucursales en cualquier parte del territorio nacional.

Artículo cuarto – La duración de la asociación será de noventa y nueve años.

Artículo quinto – objeto social.

El objeto de la asociación será:

a) Iniciar, fomentar, patrocinar, subvencionar o fundar administrar y dirigir escuelas de enseñanza primaria, secundaria, preparatoria universitaria, técnica, subprofesionales, profesionales y superior, institutos de investigación científica o en general, cultural, bibliotecas, hemerotecas, museos, ferias, expos y simposiums, talleres, galerías de arte, laboratorios y exposiciones en las áreas que se señalan a continuación de manera enunciativa pero no limitativa: artes plásticas, arquitectura, pintura, diseño, teatro, cine, producción literaria, lingüística, diseño y arte digital, dirección y producción cinematográfica, programación publicitaria y diseño publicitario. Promover la cultura de los pueblos originarios, así como de las comunidades indígenas; así como la promoción y protección de sus comunidades, de su entorno ecológico y la biodiversidad de los mismos, como parte integral de su cultura.

b) Organizar y patrocinar conferencias y círculos de estudios, editar boletines, periódicos, revistas, memorias, libros y otras clases de obras impresas y en general, realizar todo tipo de actividades de difusión cultural.

c) Adquirir bienes muebles e inmuebles a desarrollar el objeto de la asociación.

d) Celebrar los contratos y ejecutar todos los actos que se relacionen con los objetos indicados y que sean permitidos por las leyes.

e) Destinar sus activos exclusivamente a los fines propios de su objeto social, no pudiendo otorgar beneficios sobre el remanente distribuible a persona física alguna o a sus integrantes personas físicas o morales, salvo que se trate, en este último caso, de alguna de las personas morales, autorizada para recibir donativos los términos de la ley del impuesto sobre la renta, o se trate de la remuneración de servicios efectivamente recibidos. lo anterior en términos de lo dispuesto en los artículos 79 y 82 de la ley de impuesto sobre la renta.

f) Se considera como parte del objeto social de la asociación el que al momento de su liquidación y con motivo de la misma, destinen la totalidad de su patrimonio a entidades autorizadas para recibir donativos en los términos de la fracción v del artículo 82 de la ley del impuesto sobre la renta.

g) Las disposiciones de esta cláusula así como todas las relacionadas en estos estatutos sociales con el artículo 82 de la ley del impuesto sobre la renta son de carácter irrevocable a menos que la ley del impuesto sobre la renta disponga otra cosa.

h) La asociación no participará en ninguna actividad política, religiosa o de cualquier otra índole diferente a sus objetivos.

i) Desarrollar y adquirir por cualquier título, poseer, arrendar, explotar, tecnología, “el cómo hacerlo”(know-how), derechos sobre patentes, certificados de invención, dibujos y modelos industriales, marcas, nombres comerciales, avisos comerciales, derechos de autor, derechos de obtentor, fórmulas y/o autorización de uso o explotación de los mismos. Así mismo, transmitir por cualquier medio lícito la: explotación, autorización de uso, licencia de uso, de transferencia de tecnología, de conocimientos técnicos y de asistencia técnica, contratos de franquicia, u asociativos de cualquier índole, los derechos de propiedad intelectual, industrial, de autor o de obtentor de los cuales sea titular o beneficiario.

j) Recibir y prestar toda clase de asistencia y servicios técnicos, administrativos, de supervisión y demás relacionados con el objeto social a que se dedican.

k) Adquirir por cualquier título, desarrollar, poseer, arrendar, explotar y vender toda clase de bienes muebles e inmuebles, maquinaria y equipo, así como derechos reales o personales que sean necesarios para lograr el desarrollo del objeto social...

El proyecto está estructurado en varios capítulos legales, destacando el capital de la asociación, de los asociados, los derechos, las asambleas, la administración de la misma, entre otros.

A continuación se muestra un ejemplo de vinculación y desarrollo colaborativo con entes de la región en México.

PRESENTACIÓN DE PROYECTOS DE DESARROLLO COLABORATIVO

Considerando las acciones y el impulso que el Presidente Municipal de San Pedro Cholula realiza en este municipio para convertirlo en capital cultural La Red Internacional de Creadores Visuales A.C. propone 7 líneas de acción que pueden fortalecer este proyecto.

Somos una asociación civil establecida en Puebla, México que busca a través de las creaciones visuales promover la cultura de los pueblos originarios, así como de las comunidades indígenas; así como la promoción y protección de sus comunidades, de su entorno ecológico y la biodiversidad de los mismos, como parte integral de su cultura. Además de organizar conferencias, festivales, ciclos, encuentros y círculos de estudios, publicar libros, revistas, ensayos y clases de obras impresas y en general, realizar todo tipo de actividades de difusión cultural.

Por otro lado, en un escrito de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación la Ciencia y la Cultura (Unesco) del año 1982 se menciona que

el desarrollo y promoción de la educación artística comprende no sólo la elaboración de programas específicos que despierten la sensibilidad artística y apoyen a grupos e instituciones de creación y difusión, sino también el fomento de actividades que estimulen la conciencia pública sobre la importancia social del arte y de la creación intelectual. (p. 4)

Con ello se instruí sobre la importancia que las artes pueden llegar a tener en la sociedad, pero se considera que es algo que se perdió con el paso del tiempo, pues a las artes se les generalizó con la cultura. De hecho en esta misma publicación se menciona que “es imprescindible establecer las condiciones sociales y culturales que faciliten, estimulen y garanticen

la creación artística e intelectual, sin discriminaciones de carácter político, ideológico, económico y social”.

Por lo que queda establecido que la iniciación artística, es una actividad que debe existir sin ningún tipo de desigualdad entre la sociedad mexicana, además que se debe hacer la distinción entre la cultura y el arte.

El papel activo del arte en el desarrollo de la sociedad promoviendo procesos de innovación y reformas estructurales. Un crecimiento del sector inteligente, sostenible e integrador, más coherente y mucho más creativo, basado en una mejor distribución de los recursos, y que funcione como un eje vertebrador de la cohesión social. La característica precariedad laboral de los artistas y creadores culturales, espacios culturales dignos, las condiciones de trabajo flexibles, propias del sector, las prácticas artísticas transversales y multidisciplinarias de los creadores reclaman otras formas institucionales de relación profesional, que a menudo entran en contradicción con las políticas culturales hegemónicas, tanto públicas como privadas.

EL PLAN ESTRATÉGICO PARA LAS ARTES VISUALES: UNA APROXIMACIÓN

El plan estratégico para las Artes Visuales se plantea ante la necesidad de abordar, recoger y coordinar medidas concretas destinadas a impulsar el desarrollo organizado del sector de las artes visuales en el municipio. La cultura ha experimentado un fuerte crecimiento en las últimas décadas pero ha carecido de una planificación estructural, lo que ha dificultado una visión integrada de las políticas artísticas mexicanas.

“El arte tiene un propio valor para aquellos que la producen, para aquellos que la consumen para su disfrute privado, para aquellos que aportan donaciones voluntarias para financiarla y para aquellos que contribuyen por medio de sus impuestos” (Throsby & Virginia, 2003).

Así pues, estas estrategias proponen promoverse en el marco de un amplio acuerdo político y social que incorpore a representantes de las comunidades, juntas auxiliares, los partidos políticos y los diferentes segmentos del sector de las artes visuales, así como otros profesionales independientes. Es, por tanto, un instrumento que permitiría mejorar las políticas culturales aplicadas al sector de las artes visuales, sin perjuicio de las competencias asumidas por las distintas iniciativas ya existentes.

Este plan es una herramienta para adaptar el sector de las artes visuales a un contexto plural sometido a cambios constantes y en un entorno que va construyéndose continuamente de forma dinámica y a una nueva conciencia de la cultura.

ACCIONES

1. Fomento de la creación y apoyo a los creadores visuales:

- Propiciar e impulsar las condiciones que faciliten la actividad creativa, mejoren la formación de sus agentes y promuevan la difusión y el conocimiento de su labor, tanto en el ámbito local como en el internacional. En especial, pretende desarrollar políticas que favorezcan a los sectores más débiles de la cadena creativa, impulsando las condiciones necesarias para mejorar su profesionalización y asentamiento en el tejido artístico.

Objetivos:

- Impulsar proyectos que dediquen una mayor atención a la producción, la innovación artística, la investigación o el conocimiento crítico, con independencia de los medios, técnicas recursos expresivos o procedimientos empleados, que primen nuevas fórmulas de relación entre los diversos agentes del sector. Fomentar e impulsar la creación que se realiza más allá de las instituciones artísticas y del mercado. Implementar políticas de estímulo para los jóvenes creadores en las diversas líneas que establece esta estrategia.
- Crear el Centro Municipal para las Artes, una entidad con vocación internacional, Este centro se constituirá en un espacio para la experimentación, la investigación y la formación de los agentes del arte impulsando, en definitiva, la interrelación, el debate y la generación de conocimiento.

2. Promover la obra artística de los creadores:

- El esfuerzo que lleva a cabo este sector para aumentar su vitalidad, su dinamismo, su capacidad para crecer y su potencial económico, debe ser apoyado con medidas políticas concretas que fomenten su actividad, activen inversiones y mejoren la profesionalización y la estabilidad laboral.

Objetivos:

- Impulsar el reconocimiento del estatus profesional del artista visual como productor cultural.

3. Fomento del patrimonio artístico contemporáneo:

- La necesidad de enriquecer y conservar el patrimonio artístico contemporáneo, favoreciendo políticas que contribuyan a incrementarlo, investigarlo, estudiarlo, compartirlo y difundirlo en nuestra sociedad.

Un coleccionismo público fuerte revierte en el enriquecimiento de nuestro patrimonio social, de nuestros museos y colecciones, fortalece el tejido artístico y dinamiza el mercado.

Objetivos:

- Un coleccionismo público fuerte revierte en el enriquecimiento de nuestro patrimonio social, de nuestros museos y colecciones, fortalece el tejido artístico y dinamiza el mercado. Del mismo modo, el papel del coleccionismo privado es también esencial para el desarrollo del arte y la cultura contemporánea. Además de su incidencia en la vitalidad del mercado artístico, su existencia y desarrollo es también fundamental, tanto para el apoyo directo a los creadores (el encargo y ayuda a la producción de obras de arte, así como su posterior venta o adquisición, contribuyen a que el artista pueda seguir desarrollando sus proyectos). El coleccionismo, tanto público como privado, es múltiple, porque afecta a la economía y a la expansión del sistema artístico, así como al desarrollo cultural, al progreso social y a la riqueza patrimonial del país.
4. Apoyo a plataformas para el desarrollo de las artes visuales:
- Promover prácticas creativas que impulsen procesos participativos y conexiones con los contextos locales. Apoyar las iniciativas artístico-culturales, sin ánimo de lucro, y de gestión ciudadana. Impulsar y apoyar acciones encaminadas a generar nuevas dinámicas en el ámbito de la creación no ligadas tanto a la promoción, sino a la producción; y, por otra, de conseguir una mayor eficacia de las políticas artísticas actuales mediante la modernización y fortalecimiento de las instituciones e infraestructuras ya existentes y el impulso del trabajo en red.

Objetivos:

- Se contemplará con especial atención la recuperación del patrimonio artístico producido por las artistas emergentes y consolidados, como una acción positiva.
- Favorecer la difusión de nuestra creación gracias a la exhibición de dichos fondos en museos, exposiciones, etc.
- Crear El Fondo Municipal para los CREADORES VISUALES estará conformado por un núcleo inicial de creadores de arte, quienes puedan recibir apoyos económicos y en especie por parte de las instancias gubernamentales y la iniciativa privada para el pleno desarrollo de su talento.

5. Fomento de la acción exterior. Apoyo a la internacionalización del sector de las artes visuales:
 - Tendrá como objetivo primordial promover y difundir la creación artística de nuestro municipio en el país y el mundo, facilitando su movilidad e inserción en el mercado de creadores y productos culturales (exposiciones, proyectos de investigación artística, ediciones, etc.).

Objetivos:

- Creación de Festivales culturales, Ciclos de cine, Semana de teatro, encuentros culturales y exposiciones internacionales en el Municipio.
 - Incrementar la presencia y visibilidad del Municipio como capital cultural en el campo de las Artes con festivales internacionales y presencia de artistas visuales de talla mundial.
6. Apoyo y desarrollo de la formación:
 - Partiendo del reconocimiento de la vital importancia de la sensibilidad hacia las artes visuales para el desarrollo individual y colectivo de una sociedad moderna, esta acción estratégica se ocupará fundamentalmente de la relación entre artes visuales y formación.

Objetivos:

- Fomentar la creatividad desde edades tempranas y en todas las etapas de la educación.
 - Cursos, talleres y diplomados en las diversas disciplinas artísticas.
 - Incrementar la presencia de las artes visuales en la oferta cultural en todos los ámbitos municipales, así como en los medios de comunicación.
 - Educación artística dirigida a grupos vulnerables con riesgo de exclusión social. Reforzar la colaboración entre los museos y centros de arte y las universidades.
7. Creación de nuevos públicos y fomento de las artes visuales como medio para la cohesión social.
 - Los ciudadanos son el principal objetivo de las políticas culturales, por ello es necesario implementar políticas dirigidas al incremento de su

participación, basadas en la mejora de la accesibilidad a los contenidos artístico-culturales. Al mismo tiempo, las artes visuales pueden constituirse en un valioso mecanismo de regeneración cívica y en un instrumento para la cohesión social mediante el desarrollo de políticas sociales de integración asociadas a las artes.

Objetivos:

- Se trata de promover proyectos que, formulados a partir de la creatividad artística, fomenten el espíritu crítico y la participación, y que contribuyan a afianzar la vinculación de la sociedad con sus instituciones artísticas. Y en particular aquellos dirigidos a públicos socialmente desfavorecidos a fin de mejorar su integración.
- Por otra parte, es necesario impulsar las actividades de iniciación a las artes, en relación permanente con los artistas, como elemento clave en la integración de las comunidades locales y como factor de apoyo a la construcción de la sociedad civil. Proyectos en conjunto entre artesanos y creadores visuales de la región para la creación de piezas artísticas únicas respetando la tradición y origen. Además de todas aquellas actividades que contribuyan al desarrollo cultural y artístico.

CONCLUSIÓN

Más allá de las obvias diferencias geográficas, políticas y económicas, la participación y el desarrollo colaborativo entre los ciudadanos en México puede ser un punto de reflexión y acción hacia otras áreas en México y en cualquier parte del mundo adonde las asimetrías sociales hagan pensar que el individualismo es el último reducto del involucramiento de la persona-ciudadano en la *actividad colectiva*, su *polis cultural*. De acuerdo a la experiencia vivida en México, es obvio que la acción colectiva siga siendo indispensable en los procesos organizativos de una mejor sociedad, pero nunca podrá funcionar, sin la colaboración activa de los diversos sectores de la población, de aquellos q saben que la presencia de las ideas, la discusión, la asamblea, la cooperación; la participación colectiva aglutina a los individuos como conducta cívica y jurídica que entre muchas otras cosas, simboliza el derecho y obligación de la acción y sus implicaciones. Por lo tanto, difícilmente puede afirmarse que el individualismo es reducto sumarásimos de la acción colectiva. Se construye sociedades maduras, inteligentes, organizadas y cooperativas todos los días con un pueblo comprometido a fortalecer sus libertades y derechos, en el marco del Estado

de Derecho respectivo y de ahí la feliz identificación de la experiencia local con el otoño que se vive ahora mismo en el mundo entero. Si bien es cierto que todos los sistemas sociales de organización son perfectibles, con sus limitaciones, es necesario impulsar, cada vez más nuevas y mejores formas de organización del desarrollo cooperativo para configurar más y mejores sociedad diseñadas a las exigencias del siglo XXI.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Canclini, N. G. (2014). *Nuevos modelos creativos desarrollados por los jóvenes* [em linha]. Consejo Nacional de la Cultura y las Artes Sitio web. Recuperado de http://www.cultura.gob.cl/observatorio19/observatorio_cultural_n19.pdf
- Lourau, R. (1970/2007). *El análisis institucional*. Buenos Aires: Amorrurtu Editores.
- Serbolov, Y. (2009). Prospectiva de la Prospectiva. Conferencia del 28 de agosto 2009. Recuperado de http://www.carpetapurple.com/libraries/other/prospectiva_conferencia.pdf
- Throsby, D. & Virginia H. (2003). *Don't give up your day job : an economic study of professional artists in Australia*. Sidney: the Australia Council.
- Unesco (1982). Declaración de México sobre las políticas culturales: Conferencia mundial sobre las políticas culturales. México. Recuperado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000546/054668mb.pdf>
- Unesco (2010). *Políticas para la creatividad. Guía para el desarrollo de las industrial culturales y creativas*. Madrid: ONU.
- Verdú, Vicente (2009). *El capitalismo funeral; la crisis o la Tercera Guerra Mundial*. Barcelona: Anagrama.

Citação:

Herrera Rodríguez, C. G. & Cortés Moreno, J. D. (2017). La organización hoy de los artistas visuales. El caso de la Red Internacional de Artistas Visuales en México. In M. Gama & H. Sousa (Eds.), *Contributos do Congresso Internacional "Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona"* (pp. 293-308). Braga: CECS.